



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA - DAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA

PPGA UFPE
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

HOSANA CELI OLIVEIRA E SANTOS

**PINTANDO O BRASIL DE JENIPAPO E URUCUM: AÇÕES COLETIVAS E
DINÂMICAS SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAIS DE JUVENTUDES INDÍGENAS
NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO**

RECIFE

2020

HOSANA CELI OLIVEIRA E SANTOS

**PINTANDO O BRASIL DE JENIPAPO E URUCUM: AÇÕES COLETIVAS E
DINÂMICAS SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAIS DE JUVENTUDES INDÍGENAS NA
PARAÍBA E EM PERNAMBUCO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Orientadora: Professora Doutora Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237p Santos, Hosana Celi Oliveira e.
Pintando o Brasil de jenipapo e urucum : ações coletivas e dinâmicas
sócio-político-culturais de juventudes indígenas na Paraíba e em
Pernambuco / Hosana Celi Oliveira e Santos. – 2020.
303 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2020.
Inclui referências, apêndice e anexo.

1. Antropologia. 2. Indígenas – Brasil. 3. Jovens indígenas. 4. Ação
coletiva. I. Souza, Vânia Rocha Fialho de Paiva e (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

(BCFCH2022-029)

HOSANA CELI OLIVEIRA E SANTOS

**PINTANDO O BRASIL DE JENIPAPO E URUCUM: AÇÕES COLETIVAS E
DINÂMICAS SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAIS DE JUVENTUDES INDÍGENAS NA
PARAÍBA E EM PERNAMBUCO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Aprovada em 05/03/2020

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Drº Renato Monteiro Athias (Examinador Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª Drª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª Drª Kelly Emanuely de Oliveira (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Profº Drº João Pacheco de Oliveira Filho (Examinador Titular Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Às Juventudes Indígenas
Em memória: Aline Kiriri, Henry Pereira, Cristina Teté.

AGRADECIMENTOS

Ando devagar porque já tive pressa. Levo esse sorriso porque já chorei demais. Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe? Só levo a certeza de que muito pouco eu sei ou nada sei! (Renato Teixeira).

Me debruçar sobre as juventudes indígenas foi um desafiante trabalho dialético de dor/delícia, aproximação/afastamento, encantamento/reencantamento, bem como de renascimento de minhas origens e ancestralidades indígenas e negras, além da aventura e enriquecedora aprendizagem, de lidar comigo mesma, e da formação duplamente reflexiva;

Todo esse processo de saber/fazer, mesmo com instantes solitários, foi tecido com a contribuição de muitas mãos visíveis e invisíveis que não poderia deixar de agradecer:

Ao Pai Tupã, a Mãe Tamain, aos "Encantos de luz", meus "Irmão de luz", Caboclas(os), minha Cabloca Jurema, Cabocla de Pena, Caboclo Sete Flechas, Boiadeiro dos Ventos, Nkinsis, Orixás, Santos, Eres, "mãe natureza", minhas plantinhas, meus ancestras e minhas ancestrais por guiarem esse trabalho;

Gostaria de agradecer imensamente as juventudes indígenas, dos povos Potiguara e Tabajara, na Paraíba e Xukuru do Ororubá, Truká, Pankará da Serra do Arapuá, Pankará de Serrote dos Campos, Atikum, Atikum Umã, Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankaiwká, Fulni-ô, Kambiwá da Baixa da Alexandria, Kambiwá do Nazário, Kapinawá, Tuxá de Inajá, Tuxá Campos, Tuxá Pajeú e Tuxi, em Pernambuco, além dos Tuxá de Rodelas, Tupinambá, Pataxó Hã-hã-hãe e Pataxó, na Bahia que deram significado a este trabalho e me permitiram acompanhá-los e conhecer um pouco mais suas articulações e mobilizações, bem como suas compreensões de juventudes indígenas, suas organizações e redes de articulações. Ajudaram em minha formação, me construindo e me desconstruindo. Sem vocês esta tese não seria possível;

Em especial, gostaria de agradecer à Irembé, Raíssa, Poran, Bruno, Tamara, Maria Eduarda, Cristina, Gessé, Jakeline, Altino, Isaías, Indiahure, Leandro, Joab, Sanderline Potiguara e Jucelino Tabajara; Guila, Ewerton, Diego, David, Marcinha, Marivânia, Amanda, Patrícia, Tarcísio, Ana Flávia, Diogo, Ruan, Silvinha, Cristiano, Seu Cecílio, Doca Xukuru; Maurílio, Cristiano, Marquinhos, Jéssica, Laninha, Paulinha, Mariana, Paloma, Claudinha, Pretinha Truká; João Victor, Cristiane, Alexandre, Eliza, Elis, Júnior e Edmar Pankararu; Delcy e Luciana Pankará da Serra do Arapuá, Sandriane Pankará de Serrote dos Campos; Jeane Atikum; Vana e Raíres Kambiwá do Nazario, Cláudio Carlos Kambiwá Baixa da

Alexandria; Mireyllianne, Wanderson, Ronaldo Kapinawá; Francisco Pipipã; Wilker, Bruno, Iveraldo e Xincê Funi-ô;Netinho, Adriano Tuxá Pajeú, Érica Tuxi; Na Bahia - Brenda e Dinamam Tuxá de Rodelas, Naiton Pataxó Hã-hã-hãe; Maria, Cicilha, Santana, Vanessa, Rutian, Daiane, Daniel, Rutian, Andressa Pataxó;

Á Dona Zenilda, ao cacique Marcos Xukuru, cacique Neguinho Truká-PE, cacique Val Pipipã, cacique Aline Tuxá; cacique Evani Tuxá Campos, Marcelo Pankararu, Vasco Pankararu, cacique Dorinha Pankará da Serra do Arapuá, cacique Cícera e cacique Lucélia Pankará de Serrote dos Campos-PE, Nailton, Conceição, Caboquinho e Capitão Potiguara-PB, Uiltom Tuxá, Dipeta Tuxá-BA que me acolheram muito antes dessa jornada e pela amizade e carinho;

Toda gratidão às minhas ancestrais e aos meus ancestrais, aos meus pais Miguel e Glória, em especial à minha amada mãe pelo amor dedicado, pelo incentivo à minha formação profissional, por todo amor, carinho, preocupação e orações que me abençoam a cada passo do meu viver. Por me permitir ousar, questionar e ser curiosa. Ao meu pai, por me permitir alçar voos. Por me darem incentivos, me ajudando a resistir sempre;

Aos meus irmãos Walmick, Gutemberg, Abrahão, Climério e Jesiel; minhas cunhadas Terezinha, Eliene, Andreia e cunhado Fernando; Meus sobrinhos Guguzinho, Geórgia, Tássio, Xuxa, André, Jorge Miguel, Elane, Jeisiele, Sófia Lua, Isabele (Em memória), Emanuele, Alice, Juan, Natan, Mila e Lucas; Minhas sobrinhas netas Lorana (Em memória) e Helóisa e aos demais membros da minha família (tias, tios, primos e primas), em especial Tia Lia e Tia Mada, Pêta, Dire, Dina, Wilton, Tia Lúcia, Tio Cesário, Dinha Rege, Oliveira, Tio Rafael, Tio Alcides, Tia Maria, Tio Eduardo, Tio Sérgio, Iolanda, Amanda, Carol, Joana Dark, Israel, Jeremias, Vera, Judson, Beto, Tia Nem, Marcos, Marília, Wilian, Gorethe, Ana Iris, Arinei, Ariana, Ariel, Brejerinho, Silvia, Darílio, Eduardo, Igor, Franklin, Melka, Hiana Kelly, Saminho, Sâmio, Vitinho, Ana Mel, Vitor, Sandra, Tia Angela, Elisangela, Eliana, Elizangela, Chó, Tia Zeú, Tia Hélia, Tia Eliana, Vovó Fia, Tio Zé, Tia Dame, Patrício, Neyla Karine, Jura, Seu Zéu, Ana Lúcia, David, e, em memória, minha Tataravó indígena Tomaza, Vovó Roxa, Vovó Brasilina, Vovô Didico, Vovô André, Tia Goi, Tia Dete, Tio Brejeiro, Tio Heleno, Tio Henrique, Tia Rosa, Sil, Emília Lorianana que sempre torceram por mim e com os quais aprendo a celebrar a vida com simplicidade, música, festa, afeto, alegria, cumplicidade, fé, oração e espiritualidade.

Ao meu irmão Climério, minha cunhada Andréa, Lúcia, Sofia Lua, Abraão, Verônica, Dona Nita, Estela, Eveline, Cristina Teté (Em memória) por terem contribuindo e alegrado minha permanência em Recife; À meu irmão Abrahão por ter me dado apoio incondicional e suporte financeiro e afetivo para que eu conseguisse finalizar essa tarefa; Á Abrahão, Climério, Whodson, Rita Neves, Kelly, Salete, Roberdan, Roosevelt, Rosângela, Jaidene pela leitura atenta e crítica e sugestões de formas e conteúdos, além do carinho dispensado a mim; À Andreza, Tiane e Estevão por contribuir me ajudando a dar formas as tabelas e mapas e à Rita e Climério pelas traduções e correções do resumo em inglês e Violeta pelas correções do resumo em espanhol com afinco e estima; À Paulinho Fialho que desenhou, com jenipapo e urucum, a imagem da capa deste trabalho, dando forma visual ao título desta tese. À Gilvan, Neto, Márcio e toda equipe da Unicopy pelo acolhimento e pronto atendimento todas as vezes que precisei e pela impressão e encadernação da tese;

No processo de aprendizado sou muito grata à Dona Isabel que quando me via chorando no portão, querendo ir para escola, me levava à escola de sua filha Marlene, na qual fui alfabetizada pelas professoras Tia Lena e Izan; Á professora Annelsina Trigueiro (Neta), Capitão Potiguara, Kelly, Fernando, Estevão e ao GT-Indígena/SEAMPO/UFPB, aos técnicos Capitão Potiguara, Francisco Holanda, Helena, Mendes, Aldenor, Jamerson e demais que me fizeram enveredar nos caminhos dos estudos étnicos e, aos professores da UFPE, especialmente, Marcos Ayala, Eliana Monteiro, Andrea Chiacchi, Simone Maldonado, Neide Miele, Tereza Queiroz, Mauro Koury, Artur, Vancarder, Eduardo e Carlos Guilherme que contribuíram nesse percurso;

Á minha orientadora professora Vânia Fialho por ter topado essa jornada, sobretudo, por ter acreditado neste trabalho desde o início, pelas palavras de estímulo, pela cumplicidade, amizade, pela sabedoria dos ensinamentos e incentivo a dar mais um passo à frente e seguir aprendendo.

Agradeço á professora Josefa Salete Cavalcanti por ter coorientado nesta jornada e estado sempre perto com seus incentivos, amizade e sábios aconselhamentos; À professora Nazaré Wanderley pelo carinho e por sempre ter palavras de estímulos;

À João Pacheco por apontar novas possibilidades e acreditar neste trabalho antes mesmo dele existir de fato;

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE e seu corpo técnico, discentes e docentes. Em especial, aos professores e professoras que me fizeram trilhar o

caminho da Antropologia, professores Petter Shröder, Renato Athias, Parry Scott, Frei Tito, Cida, Lady Selma, Mísia Reesink e Edwin Reesink pelos ensinamentos dentro e fora da sala de aula; e, à Ademilda, Carla, Seltom, Makson pelas orientações e apoio em momentos difíceis;

Aos colegas do PPGA/UFPE, principalmente a turma de mestrado e doutorado em Antropologia de 2016 pelos bons e maus momentos que passamos juntos, pelo companheirismo e por toda superação: Rita de Cássia, Christianne Galdino, Nailyni, Raoni, Selma, Verônica, Fabiana, Lia, Amanda, Berlano, Thiago, Flávia, Jamyle, Alcides, Emanuel, Breno e Bernardo; e, à todes do NEPE/PPGA e LAERural/PPGS, Ana Maria, Klenio, Rafael, Cristiano, Ludovic; Aos assessoristas dos elevadores do CFCH, especialmente, Eveline por nos alegrar com suas falas multilíngüística; à Marcílio por nos dá as notícias do dia e ao meu amigo rubro negro rochedo que é torcedor do Santa Cruz;

Agradeço à todes do Laboratório de Ações Coletiva e Cultura (LACC/UPE) e do Projeto Nova Cartografia Social (PNCS): Maria Jaidene, Whodson, Pollyana, Ilana, Sávio, Luan, Tiane, Andressa, Ilana, Sandro, Enso, Rita, Geoclebson, Rosângela, Antony, Waltinho, Leozina, Franklin, Juraci, Alfredo Wagner com os quais discuto, leio, debato, brigo, choro, dou risada, me alegro, faço, refaço, acolho e sou acolhida. Espaço no qual pratico outras maneiras do saber/fazer acadêmico em que acredito;

Aos meus amigos e amigas Kelly, Estevão, Fernando, Edson Silva, Nonato, Glauco, Giselda, Lourdes, Giza, Luana, Gracinha, Janice, Pascoal, Heleno Júnior, Lúcia, Ana Maria Costa, Roberto Saraiva, Dona Fátima, Anax, Liliu, Tarcísio, Carlos, Cristiane, Joan, Cintia, Netinha, Ana, Vânia, Ricardo, Cláudio, Rafaela, Rogéria, Conça, Nay, Nanda, Aninha; Aos amigos e amigas do edifício Sion: Seu Reginaldo, Seu João, Seu Paulo, Seu Gerson, Lucas, Seu Carlos, Darré, Cristina, Zélia, Antônio, Marta, Vinícius, Holanda, Fábio, Dona Cicera, Emerson, Queila;

Agradeço à Mamãe, Tia Lia, Tia Mada, Losa, Pajé Seu Zequinha, Seu Chico Jorge, Doca, Dona Maria, Dona Zenilda, mãe Arlene de Katandê, Pai Danilo Sitamba, Mukansê, Pai Roberto, Pai Sérgio, Mãe Lica, Abrahão de Kavungo, Leonardo Paiva, Daniel Fialho, Padre Nilson, Jesiel, Eliene e Emanueli, por cuidarem da minha saúde física, energética, emocional e espiritual;

Sou grata à amizade de Roosevelt que segurou meus momentos de estresse e tornou a vida mais leve nesse período;

Agradeço à todos da Baillar Escola de Dança, aos professores Michael, Yone, Maiara, Daniel, João, Marlon e colegas Telma, Silvana, Rafaele, Rosa, Vilma, Dilma, Zuzu, Jonas, Vinícius, João, Vanessa, Gesi, Marcelo, Márcio, Antônio, Flávia, Cacau, Cris, Wagner, Thiago, Charles, Viviane, Queila, Kelia, Silvio, Erivan, Francisco, Lulu, Lourdes, Paulo, Claudete, Laercio, Regina, Veridiana, Gabriel, Branco, Grace, Gamarra, Raimunda, Cláudio, Henriques, Maju, Nice, Sônia, Glebson, Isaura, Taciana, Saulo, Daniel, Danilo, Led, Juliana e demais por deixar minha vida mais feliz através da dança, abraços, risadas e das trocas de energias;

Sou muito grata à Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) que subvencionou recursos para a bolsa de doutorado; Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concedeu a bolsa de doutorado sanduíche para o México;

No percurso internacional, agradeço ao Coorientador Gunther Dietz, aos professores Laura Selene, Shantal, Guadalupe, Irlanda, Miguel e toda a sua equipe da Universidade Veracruzana (UV) e Universidade Veracruzana Intercultural (UVI) pela escuta e aconselhamentos oportunos, pelo acolhimento e pela oportunidade de apresentar meu trabalho e discussão atenta, além de possibilitar conhecer novos horizontes teóricos e metodológicos. Sou grata pelos comentários, acompanhamentos, aventuras, afeto e o carinho dos amigos e amigas no México. Em especial Dênis Violeta, Omar, Celestina, Glória, Julio, Itzel, Diana, María Conchita, Paty Reynoso, César, Koré, Patrícia, Anne, Ana, Socorro, Jhoana, Jesus, Eloisa, Silvia, Suly, April, Claudia, Mar Rosa, Liliana e aos brasileiros que foram solidários comigo durante esta estadia Nicole, Wagner, Fernanda, Danilo, Vinicius, Rafael, Agenor;

Às mulheres, homens, juventudes, crianças, idosas e idosos que lutam por justiça e dignidade, resistindo em tempos difíceis procurando refazer a história desse país; À todos que contribuíram direta ou indiretamente, minha gratidão por tudo;

Por fim, agradeço às professoras e professores que se disponibilizaram a participar da banca de qualificação e da banca de defesa com arguições pertinentes e sugestões oportunas contribuindo em mais essa etapa da minha vida acadêmica e colaborando no processo de realização até a finalização desta tese visando construir algo melhor. “*Ubuntu*: Eu sou quem sou, porque somos todos nós!”

*“Meus irmãos de Luz vêm nos proteger,
É a sua força que vai nos valer!
Força, Força, Meus irmãos de Luz!
Força, força, em Nome de Jesus!!!”*

(PONTO DE TORÉ DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ - PE, 2019)

*“Chamo as Caboclas de Pena.
Eu chamei elas pra vir me ajudar!
Chamo as Caboclas de Pena.
Eu chamei elas pra vir me ajudar!
Pra ver a força da Jurema!
Pra ter a força que a Jurema dar!”*

(PONTO DE TORÉ DO POVO POTIGURA - PB, 2020)

RESUMO

Esta tese de doutorado objetiva compreender as ações coletivas e dinâmicas sociais-político-culturais de juventudes indígenas nos estados da Paraíba e de Pernambuco- Brasil, salientando que a afirmação da identidade étnica diferenciada desses sujeitos expressa dinâmicas sociais geracionais, bem como estratégias políticas e culturais que têm chamado atenção dos movimentos sociais, do Estado e da Antropologia. Nessa direção, esta tese problematiza a atuação de jovens indígenas que por meio de ações coletivas, vêm acionando as categorias políticas de jovens indígenas e de juventude indígena como estratégia de mobilização nos dois estados. A narrativa aqui delineada, refere-se a um trabalho de pesquisa e sistematização textual de cunho etnográfico e reflexivo. A problematização se dá a partir de dois caminhos analíticos: As dinâmicas sociais e suas relações com as ferramentas de comunicação, adotadas por jovens indígenas para se mobilizar - que podem ser consideradas um fator de potencialização das interações intra e extracomunitária; E, no que essas interações parecem configurar-se como fator de mudanças, possibilitando novas formas de relações, saberes e aspirações das juventudes indígenas, enquanto sujeitos coletivos. Dessa maneira, se discute as condições nas quais as dinâmicas sociais e as redes de interação aparecem e que ações passam a mover os jovens na busca de novas perspectivas e de visibilidade de suas expressões culturais e resistência étnica. Segundo os dados obtidos, os movimentos indígenas também vêm incorporando a temática dos jovens, de um lado, por pressões dos financiadores e colaboradores, por outro lado, pela busca da juventude indígena por espaços de atuação; Os jovens circulam por diversos locais dentro e fora das aldeias, estabelecendo diálogos entre indígenas, mas também com não indígenas, com o Estado, com universidades e ONG's; participam dos movimentos indígenas; procuram o domínio das tecnologias de comunicação e utilizam essas ferramentas para se articular em rede. As juventudes indígenas são movimentos diversificados, com grupos e modos de vidas diversos e estão presentes no movimento indígena mais amplo. Suas articulações, mobilizações e organizações específicas, são recentes, são dinâmicas e estão em construção. Considera-se nesta tese estas juventudes como uma rede de movimentos e significados capaz de realizar a coalizão de jovens, questionar os padrões tradicionais de comportamento e relacionamento entre as pessoas. Os movimentos indígenas, como também os movimentos de juventudes de um modo geral, têm sua novidade

no surgimento das juventudes indígenas organizadas que potencializaram e aceleraram a articulação local e global, entre povos distintos no Nordeste do Brasil, entre regiões e até países. Assim, as juventudes indígenas nos propõe a reflexão da atualização do que são os movimentos sociais contemporâneos, revelando novas formas de mobilizações coletivas e exigindo novas janelas epistemológicas.

Palavras-chave: Jovens Indígenas; Juventude Indígena; Movimento Indígena; Etnicidade; Ação Coletiva.

ABSTRACT

This doctoral dissertation aims to understand the collective actions and social, political and cultural dynamics of indigenous youth groups in the states of Paraíba and Pernambuco, Brazil, emphasizing that their differentiated ethnic identity affirmation expresses social and generational dynamics, as well as political and cultural strategies that have drawn the attention of social movements, the State and Anthropology. In this sense, this these analyzes the actions of young indigenous people who, through collective actions, have been triggering political categories of young indigenous people and the indigenous youth as a mobilization strategy in both states. The narrative outlined here refers to research work and textual systematization, both ethnographic and reflexive in nature. The questioning follows two analytical paths: The social dynamics and their relations with the communication tools adopted by young indigenous people for mobilization - which can be considered as a boosting factor for intra and extra-community interactions; And in the fact that these interactions may be a catalyzer of changes, allowing for new types of relations, knowledge, and aspirations of these indigenous youth, as collective subjects. Thus, the conditions where the social dynamics and the interaction networks appear are discussed here, as well as the actions that move the youth in the search of new perspectives and visibility of their cultural expressions and ethnic resistance. According to the data collected, the indigenous movements have also been integrating the youth theme, on one hand, because of the pressure from funders and collaborators, and on the other hand, because of the search for spaces to act from the indigenous youth themselves. The youth move around in and out of the villages, establishing dialogues with indigenous and non-indigenous people, such as the State, the universities and the NGOs. They take part in indigenous movements, learn how to use communication technologies and use these tools to get organized in a network. The indigenous youth is made of diversified movements, encompassing different groups and lifestyles, and is present in the broader indigenous movement. Its specific coordination, mobilizations, and organizations are recent and dynamic and are under construction. This these considers the indigenous youth as a network of movements and meanings able to achieve the coalition of young people and to question traditional standards of behavior and relationships among people. The novelty about indigenous movements, as well as the youth movements in general, lies in the emergence of

organized indigenous youth that has boosted and sped the local and global coordination among different peoples from the Northeast and other regions of the Brazil, including other countries. Therefore, the indigenous youth proposes a reflection upon the updating of what contemporary social movements are, revealing new types of collective mobilizations and requiring new epistemological windows.

Keywords: Indigenous Young People; Indigenous Youth; Indigenous Movement; Ethnicity; Collective Action.

RESUMEN

Esta tesis doctoral tiene como objetivo comprender las acciones colectivas y las dinámicas sócio-político-culturales de la juventud indígena en los estados de Paraíba y Pernambuco - Brazil, enfatizando que la afirmación de la identidad étnica de estos sujetos expresa dinámicas sociales generacionales, así como estrategias políticas y culturales de los movimientos sociales, el Estado y la Antropología. En esta dirección, este tesis problematiza la acción de los jóvenes indígenas que, a través de acciones colectivas, han estado activando las categorías políticas de la juventud indígena y como una estrategia de movilización en ambos estados. La narración que se describe aquí se refiere al trabajo de investigación y la sistematización textual de naturaleza etnográfica y reflexiva. La problematización se produce a partir de dos vías analíticas: la dinámica social y sus relaciones con las herramientas de comunicación, adoptadas por los jóvenes indígenas para movilizarse, lo que puede considerarse un factor de potenciación de las interacciones intra y extracomunitarias; y, en lo que estas interacciones parecen configurarse como un factor de cambio, permitiendo nuevas formas de relaciones, conocimiento y aspiraciones de los jóvenes indígenas, como sujetos colectivos. Por lo tanto, analiza las condiciones en las que aparecen las dinámicas sociales y las redes de interacción y qué acciones comienzan a mover a los jóvenes en busca de nuevas perspectivas y visibilidad de sus expresiones culturales y resistencia étnica. Según los datos obtenidos, los movimientos indígenas también han estado incorporando el tema de los jóvenes, por un lado, bajo la presión de organismos financieros y colaboradores, por otro lado, en la búsqueda de jóvenes indígenas por áreas de actividad; Los jóvenes circulan en diferentes lugares a dentro y fuera de las aldeas, estableciendo diálogos entre pueblos indígenas, pero también con no indígenas, con el Estado, con universidades y ONG; participar en movimientos indígenas; buscar el dominio de las tecnologías de comunicación y usar estas herramientas para establecer contactos. Los jóvenes indígenas tienen movimientos diversos, con diferentes grupos y formas de vida y están presentes en el movimiento indígena más amplio. Sus articulaciones, movilizaciones y organizaciones específicas son recientes, dinámicas y están en construcción. En esta tesis, los jóvenes son considerados como una red de movimientos y significados capaces de llevar a cabo la coalición de jóvenes, cuestionando los patrones tradicionales de comportamiento y las relaciones entre las personas. Los movimientos indígenas, así como los

movimientos juveniles en general, tienen su novedad en el surgimiento de jóvenes indígenas organizados que han fortalecido y acelerado la articulación local y global, entre diferentes pueblos en el noreste de Brazil, entre regiones e incluso países. Así, los jóvenes indígenas nos ofrecen una reflexión sobre la actualización de lo que son los movimientos sociales contemporáneos, revelando nuevas formas de movilizaciones colectivas y demandando nuevas ventanas epistemológicas.

Palabras claves: Jovens Indígenas; Juventude Indígena; Movimento Indígena; Etnicidad; Ação Coletiva.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Participação da juventude na <i>Conferência temática dos povos indígenas no Nordeste: Culturas indígenas e políticas públicas</i>	59
Imagem 2 -	Jovens Kapinawá, no <i>II Encontro de Mulheres Indígenas</i> , em 2011.....	64
Imagens 3 e 4 -	<i>II Assembleia Regional das Mulheres Indígenas do Nordeste</i> , Minas Gerais e Espírito Santo.....	64
Imagens 5 e 6 -	<i>II Assembleia Regional das Mulheres Indígenas do Nordeste</i> , Minas Gerais e Espírito Santo.....	64
Imagem 7 -	Mapa dos povos indígenas na Paraíba.....	65
Imagem 8 -	Mapa dos povos indígenas em Pernambuco.....	66
Imagem 9 -	<i>Print Facebook</i> de David Araújo (Xukuru), compartilhando mensagem de Celia Xakriabá, 2016.....	73
Imagem 10 -	Plenária da <i>I Conferência de Políticas Indigenistas: etapa estadual Pernambuco</i> , Recife - PE.....	96
Imagem 11 -	Delegação de representantes indígenas dos povos de Pernambuco para etapa Nacional durante a <i>I Conferência de Políticas Indigenistas: etapa estadual Pernambuco</i> , Recife - PE.....	97
Imagem 12 -	Cozinha da <i>Retomada do povo Truká</i> , Cabrobó - PE.....	102
Imagem 13 -	Cacique Marcos Xukuru e Lula, <i>Mobilização 20 de maio</i> , 1 ano do Assassinato do Cacique Xicão, Aldeia Pedra D'Água, Pesqueira - PE...107	
Imagem 14 -	<i>Passeata em protesto contra o assassinato de Xicão Xukuru</i> , Pesqueira - PE.....	107
Imagem 15 -	<i>São João povo Xukuru</i> , aldeia Cimbres, Pesqueira - PE.....	109
Imagem 16 -	V Assembleia da APOINME - Direitos indígenas: Direitos Humanos...113	
Imagem 17 -	<i>Manifestação “Brasil Outros 500 anos”</i> , Salvador - BA.....	113
Imagem 18 -	Inauguração da Escola na Aldeia de Cimbres, Povo Xukuru, Pesqueira - PE.....	114
Imagem 19 -	<i>Passeata pela Paz no povo Xukuru</i> , Aldeia Cimbres, Pesqueira - PE.....	114
Imagem 20 -	Delegação do povo Xukuru do Ororubá no <i>Acampamento Terra Livre (ATL)</i> , Brasília - DF.....	115

Imagem 21 -	<i>Conferência Indígena: Brasil outros 500 anos, Povo Pataxó, Coroa Vermelha, Porto Seguro - BA.....</i>	118
Imagem 22 -	Cacique Neguinho Truká em sua fala durante a <i>Marcha Brasil Outros 500</i> , Povo Pataxó, Coroa Vermelha, Porto Seguro - BA.....	119
Imagem 23 -	Plenária do <i>I Seminário Nacional de Juventude Indígena.....</i>	124
Imagem 24 -	Poran Potiguara no <i>I Seminário Nacional de Juventude Indígena.....</i>	124
Imagem 25 -	Participantes da <i>reunião da REJUIND.....</i>	126
Imagem 26 -	<i>III Seminário Nacional de Juventude.....</i>	127
Imagem 27 -	Página principal da Rede Índios Online.....	149
Imagem 28 -	Página principal da Rede Índios Online.....	152
Imagem 29 -	Página principal da Rede Índios Online.....	152
Imagem30 -	Tarcísio Xukuru fazendo o registro da <i>Assembleia Anual do Povo Xukuru</i> , Pesqueira - PE.....	154
Imagem 31 -	Equipe da Ororubá Filmes gravando vídeo com lideranças mais velhas, <i>Assembleia Anual Xukuru</i> , Pesqueira - PE.....	160
Imagem 32 -	Equipe da Ororubá Filmes gravando vídeo com lideranças mais velhas, <i>Assembleia Anual Xukuru</i> , Pesqueira - PE.....	160
Imagem 33 -	Bruno Potiguara - PB fotografando o Cacique Marcos Xukuru - PE, Mobilização Ato 20 de maio contra o assassinato do Cacique Xicão Xukuru, Aldeia Santana, povo Xukuru, Pesqueira - PE.....	161
Imagem 34 -	Gessé Potiguara, Cacique Geral Sandro Potiguara, Cacique Si Potiguara, <i>Assembleia Anual do Povo Potiguara</i> , Aldeia Alto do Tambar, Baía da Traição - PB.....	162
Imagem 35 -	Poran Potiguara, Irembé Potiguara, Isaías Potiguara, <i>Assembleia Anual do Povo Potiguara</i> , Aldeia Alto do Tambar, Baía da Traição - PB.....	162
Imagem 36 -	Exibição de vídeos da Ororubá Filmes, na <i>Assembleia Anual Xukuru....</i>	163
Imagem 37 -	Chamada da Ororubá Filmes, disponível no <i>Facebook</i> , 2019.....	166
Imagem 38 -	Jovens tirando foto com Sônia Guajajara, <i>VENEI</i> , 2017.....	168
Imagem 39 e 40 -	REJUIND.....	169
Imagem 41 -	Lideranças Xukuru com Sônia Guajajara, <i>Ato no Pátio São Pedro</i> , Recife - PE.....	171

Imagem 42 -	Grupo de Samba de Coco Toiope do Ororubá, <i>Ato no Pátio São Pedro</i> , Recife - PE.....	171
Imagem 43 -	Ato público de 20 de maio contra o assassinato do Cacique Xikão Xukuru, Pesqueira - PE.....	172
Imagem 44 -	<i>Conferencia Livre de Juventude e Meio Ambiente</i> , Aldeia Canabrava, TI Xukuru do Ororubá, Pesqueira - PE.....	172
Imagem 45 -	<i>Print Facebook</i> de Poran Potiguara, 2016.....	173
Imagem 46 -	<i>II Encontro Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguara - PB</i> , Rio Tinto - PB, 2006.....	176
Imagem 47 -	Página principal da Rede Índios Online.....	176
Imagem 48 -	Banner do <i>III Encontro de Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguara</i> .177	
Imagem 49 -	Página principal da Rede Índios Online.....	178
Imagem 50 -	Página principal da Rede Índios Online.....	178
Imagem 51 -	Página principal da Rede Índios Online.....	180
Imagens 52 e 53 -	<i>Prints</i> mensagens de Francinaldo Potiguara.....	182
Imagem 54 -	Escola Pedro Poti.....	190
Imagem 55 -	Ritual de abertura do <i>II Encontro de Estudantes Indígenas da Paraíba/UFPB</i> , João Pessoa - PB.....	195
Imagem 56 -	Estudantes indígenas, no V ENEI, 2017.....	210
Imagem 57 -	Preparação para o ritual de abertura, V ENEI, 2017.....	210
Imagem 58 -	Foto com lideranças indígenas, V ENEI, 2017.....	211
Imagem 59 -	Roda de música, V ENEI, 2017.....	211
Imagem 60 -	Juventude indígena se pintando para o ato público, V ENEI, 2017.....	212
Imagem 61 -	Mesa conjuntura política, V ENEI, 2017.....	212
Imagem 62 -	Preparação para o ato público, V ENEI, 2017.....	213
Imagem 63 -	Ato público na estação de metrô, em Salvador, V ENEI, 2017.....	213
Imagem 64 -	Ato público no metrô, em Salvador, V ENEI, 2017.....	214
Imagem 65 -	Ato público na estação de metrô, em Salvador, V ENEI, 2017.....	214
Imagem 66 -	Ato público na estação de metrô, em Salvador, V ENEI, 2017.....	215
Imagem 67 -	Ato público no centro de Salvador, V ENEI, 2017.....	215
Imagem 68 -	Ato público no centro de Salvador, V ENEI, 2017.....	216
Imagem 69 -	Ato público no centro de Salvador, V ENEI, 2017.....	216

Imagem 70 -	Macinha Xukuru e criança Xukuru, na Barraca de artesanatos da Poyá Limolaygo, durante o <i>I Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste</i>	225
Imagem 71 -	Juventude Xukuru, na Barraca de artesanatos da Poyá Limolaygo, durante o <i>I Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste</i> , 2016.....	225
Imagem 72 -	Apresentação grupo de teatro do povo Atikum, <i>I Encontro de Juventude, Arte e Cultura</i> , Aldeia Cimbres, povo Xukuru, Pesqueira - PE.....	234
Imagem 73 -	<i>Reunião COJIPE</i> , no povo Pankará de Serrote dos Campos, 2016.....	237
Imagem 74 -	<i>Reunião COJIPE</i> , no povo Pankará de Serrote dos Campos, 2016.....	238
Imagem 75 -	Momento de <i>formação da COJIPE</i> , visita à Casa Real da Torre.....	247
Imagem 76 -	<i>Formação COJIPE</i> , visita ao Padre Cícero.....	247
Imagem 77 -	Toré realizado pelos jovens indígenas em <i>Encontros da COJIPE</i>	254
Imagem 78 -	Ato público da mobilização Agosto das Juventudes, no centro da cidade do Recife - PE.....	257
Imagem 79 -	Ato público da mobilização Agosto das Juventudes, no centro da cidade do Recife - PE.....	258
Imagem 80 -	Ato público da mobilização Agosto das Juventudes, no centro da cidade do Recife - PE.....	258
Imagem 81 -	Ritual do toré, no Ato público da mobilização Agosto das Juventudes, no centro da cidade do Recife - PE.....	259
Imagem 82 -	<i>Print</i> da página da Redde Jóvenes Indigenas, no <i>Facebook</i> , 2016.....	279
Imagem 83 -	Sandriane Pankará, em vista junto com outros representantes da COJIPE ao Alto da Sé, Olinda - PE.....	280
Imagem 84 -	Sandriane Pankará.....	281
Imagem 85 -	Marcela Xukuru, em frente ao palácio do planalto, Brasília-DF, na mobilização dos estudantes indígenas a favor das bolsas permanências para indígenas e quilombolas, 2018.....	281
Imagem 86 -	Representantes da Organização de Jovens Indígenas Kapinawá (OJKA), dançando o toré desta etnia, no <i>Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste</i> , TI Xukuru do Ororubá - Pesqueira - PE.....	282
Imagem 87 -	Dona Zenilda e sua neta Ana Flávia.....	282
Imagem 88 -	Formandas Potiguara representantes da OJIP e AUP.....	283
Imagem 89 -	Intercambio juventudes Potiguara e Xukuru.....	283

Imagem 90 -	<i>Encontro Kitembo</i> , UFF - RJ.....	284
Imagem 91 -	Cristina Potiguara pintando Ana Flávia Xukuru.....	284

LISTA SIGLAS

AIS	Agente Indígena de Saúde
AISAM	Agente Indígena de Saneamento
ANAÍ	Associação Nacional de Ação Indigenista
APOINME	Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.
AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas
ATL	Acampamento Terra Livre
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCLF	Centro de Cultura Luiz Freire
CEB's	Comissões Eclesiais de Bases
CEPIR	Comitê Estadual de Promoção e Igualdade Étnico Racial de Pernambuco
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CISXO	Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPI	Comissão Nacional de Políticas Indigenista
COPIA	Comissão de Professores Indígenas Atikum
COPIPE	Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco
COPIT	Comissão de Professores Indígenas Truká
COPIXO	Comissão dos Professores Indígenas Xukuru do Ororubá
DMI	Departamento de Mulheres Indígenas
DMIJ	Departamento de Mulheres Indígenas e Jovens
DOU	Diário Oficial da União
FACEPE	Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FOJUPE	Fórum de Juventudes de Pernambuco
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional do Índio
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MINC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Sem Terra
NEPE	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade/UFPE
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
OPIP	Organização de Professores Indígenas Potiguara
PECs	Propostas de Emendas Constitucionais
PLs	Projetos de Lei
PJ	Pastoral da Juventude ou Pastoral Jovem
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PNJMA	Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente
PVPI	Projeto Vidas Paralelas
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAMPO	Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Terra Indígena
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPB	Universidade Federal de Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UV	Universidade Veracruzana
UVI	Universidade Veracruzana Intercultural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO - TECENDO OS DADOS: APRESENTANDO ESTRATÉGIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	26
1.1	Uma motivação da pesquisa: caminhos para chegar ao tema.....	33
1.2	Tecendo os dados.....	38
1.3	Acompanhando os eventos e os jovens indígenas.....	48
2	REFLETINDO SOBRE JUVENTUDE E ETNIA.....	53
2.1	Uma agenda para a juventude dentro dos movimentos indígenas.....	56
2.2	Quem é considerado jovem no Brasil?.....	65
2.3	Juventude como categoria política.....	78
3	A JUVENTUDE INDÍGENA COMO PROBLEMA DE PESQUISA: DIALOGANDO SOBRE PARTICIPAÇÃO E AS BASES PARA O NASCIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE JOVENS NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO.....	90
3.1	A participação dos jovens indígenas no movimento indígena.....	94
4	AS DINÂMICAS SOCIAIS DE JUVENTUDES INDÍGENAS: OCUPANDO ESPAÇOS, VISIBILIDADE E RESISTÊNCIA.....	116
4.1	A construção de uma agenda para a juventude indígena no Estado brasileiro: Articulações regionais, redes nacionais e outros contextos.....	120
5	JOVENS INDÍGENAS: FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS, FORMAÇÃO E CRIAÇÃO DE DISCURSOS.....	145
5.1	De jovem para jovem: Um olhar a partir da sociabilidade virtual, comunicação e contra-narrativas.....	153
6	A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DAS JUVENTUDES INDÍGENAS NA PARAÍBA.....	174
6.1	Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), na Paraíba.....	174
6.1.1	A Importância da Educação Escolar Indígena para a juventude.....	184
6.2	A Associação dos Universitários Potiguara (AUP).....	190
6.2.1	Juventude e universidade: aprendendo e compartilhando saberes e experiências no ensino superior.....	196

7	OS GRUPOS DE JOVENS INDÍGENAS, FORMAÇÃO E A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDES INDÍGENAS EM PERNAMBUCO...	217
7.1	A Poyá Limolaygo (Pé no Chão, Pé na Ancestralidade).....	222
7.2	A Juventude Atikum e o Grupo de Jovens Kyrimbaus Atikum.....	227
7.3	A Juventude Kapinawá: O Grupo de Jovens Indígenas Nazário Kambiwá (GJINK).....	228
7.4	O Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas - Fórum das Culturas Indígenas em Pernambuco e a criação da COJIPE.....	228
7.5	Povo Tuxá de Inajá - PE: A DEDEKÓ (Lugar Sagrado).....	239
7.6	Outras formações e atuações da COJIPE.....	246
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS - “SE NÃO FORMOS NÓS, QUEM?” - TECENDO ENCONTROS E PERCEPÇÕES.....	260
	REFERÊNCIAS.....	285
	APÊNDICE A - EU.....	295
	ANEXO A - LISTA DOS EVENTOS.....	296

1 INTRODUÇÃO - TECENDO OS DADOS: APRESENTANDO ESTRATÉGIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Será que vocês não entendem que podemos ser igualmente a vocês, sem deixar de ser quem somos? (Poran Potiguara¹, julho 2016).

A presente tese de doutorado propõe compreender as ações coletivas e dinâmicas sócio-político-culturais de juventudes indígenas nos estados da Paraíba e de Pernambuco, salientando que a afirmação da identidade étnica diferenciada desses sujeitos expressa dinâmicas sociais geracionais, bem como estratégias sociais, políticas e culturais que têm chamado atenção dos movimentos sociais, do Estado e da Antropologia.

Nessa direção, este trabalho problematiza a atuação de jovens indígenas que, por meio de ações coletivas, vêm elaborando estratégias de mobilização política nos estados de Pernambuco e da Paraíba. Como vem se configurando as formações de sentido relacionadas às mobilizações desses jovens? Quais são as categorias de diferenciações étnicas e geracionais empregadas por esses jovens? Quais os significados dessas categorias? Qual sua relação com as juventudes de outros contextos supra locais (urbanos/midiáticos, por exemplo)? Enfim, o que é ser jovem indígena?

Para uma aproximação com a temática da pesquisa utilizo o conceito de ação coletiva do sociólogo italiano Alberto Melucci (1989; 1996; 2001). Melucci define a ação coletiva como:

Um conjunto de práticas sociais (i) envolvendo simultaneamente um número de indivíduos ou grupos, (ii) exibindo características na contiguidade do tempo e do espaço, (iii) implicando um domínio das relações e (iv) a capacidade das pessoas envolvidas em fazer sentido do que eles estão fazendo. (MELUCCI, 1996, p.20).

Nessa perspectiva, as mobilizações étnicas e culturais denunciam a função normalizadora das políticas públicas e demandam formas diferentes de participação na sua definição. Os movimentos indígenas não estão à parte dos movimentos sociais, pelo contrário,

¹ Tanielson Rodrigues da Silva, 30 anos, conhecido como Poran Potiguara - jovem indígena do Povo Potiguara-PB, um dos fundadores da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), estudante do curso de Engenharia Florestal na UNB, um dos fundadores da Maloca coletivo de estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UNB), participou da Rede Índios Online, representante nacional e internacional da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e através da APOINME é da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representante da juventude indígena na CNPI.

estão articulados e interligados com esses, a bem dizer, os movimentos indígenas são movimentos sociais.

Considero, neste trabalho, a concepção de Movimento Indígena de Gersem Luciano Baniwa (2006, p. 58), filósofo, antropólogo e liderança indígena do povo Baniwa. O autor define movimento indígena como: “o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos” (LUCIANO, 2006, p. 58).

Esse movimento ou movimentos tem como intuito articular os povos indígenas e suas ações locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionalmente, “envolvendo os direitos e interesses comuns diante de outros segmentos e interesses”. (LUCIANO, 2006, p. 59). Para Gersem Baniwa:

Um indígena não precisa pertencer formalmente a uma organização ou aldeia indígena para estar incluído no movimento indígena, basta que ele comungue e participe politicamente de ações, aspirações e projetos definidos como agenda de interesse comum das pessoas das comunidades e das organizações que participam e sustentam a existência do movimento indígena (LUCIANO, 2006, p. 58).

Nesse sentido, existem vários movimentos indígenas, pois cada povo indígena possui suas organizações internas e desenvolve seu próprio movimento.

Para o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2006), ao refletir sobre as políticas indigenistas contemporâneas, foi devido à necessidade de estratégias para realização de mobilizações políticas que os indígenas foram compondo mecanismos de representações coletivas e estabelecendo alianças e parcerias, relatando publicamente suas demandas e pressionando o Estado a propor e executar políticas públicas específicas e diferenciadas (OLIVEIRA, 2006).

Seguindo nessa reflexão, a antropóloga Kelly Emanuely de Oliveira amplia a definição do Gersem Baniwa e expõe que o movimento indígena é “definido como um processo mobilizatório envolvendo indígenas, instâncias da sociedade civil (a exemplo de ONGs, igrejas, universidades, entidades de classes, etc.) e Estado” (OLIVEIRA, 2013, p. 26), no qual as lideranças indígenas são seus próprios interlocutores. Nesta tese, entendo o próprio movimento indígena como espaço pedagógico de formação da juventude.

Em uma publicação no *Facebook*, Gessé Potiguara², 31 anos, expõe, divulga e reforça a mobilização dos jovens:

O dia de hoje foi de muitas conquistas. É por isso que acredito na nossa luta. Aos guerreiros e guerreiras que participaram do nosso encontro semana passada, não tenham dúvidas que esses avanços são fruto do evento... Por isso, parabênzo mais uma vez todos vocês. Se tiver luta!!! Conte comigo!!! (Gessé Potiguara, em publicação no *Facebook* de setembro de 2016).

De fato, os jovens indígenas se apropriam de conhecimentos e de ferramentas tecnológicas no desenvolvimento de estratégias políticas para a reivindicação de seus direitos, bem como para se articularem em rede, com os indígenas e não indígenas. Os jovens que são participantes dos movimentos indígenas, juntamente com outras lideranças indígenas, buscam formas de atuação direta nas ações do Estado. Dessa maneira, ao fundamentar e interpretar o processo de ação política, lanço mão do conceito de ação coletiva elaborado por Alberto Melucci (1996; 1997; 2001). Vale lembrar que esse aspecto sobre ação coletiva foi trabalhado na minha dissertação de mestrado em um contexto muito próximo do presente estudo. (SANTOS, 2009).

Para Melucci (1989), uma ação coletiva leva em consideração como são mobilizados os recursos internos e externos e como são constituídas e garantidas suas estruturas organizacionais e suas lideranças. Melucci define um movimento social como uma forma de ação coletiva:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com “movimentos” e “protesto”. Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação. O que nós costumeiramente chamamos de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva (MELUCCI, 1989, p. 57).

² Gessé Viana Silva, 31 anos, conhecido como Gessé Potiguara - jovem indígena do Povo Potiguara-PB e coordenador da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), representante da Associação de Universitários Potiguara (AUP), é estudante do curso de graduação em Pedagogia pela UFPB, participa do Conselho Estadual de Juventude, representante da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), durante sua estadia na minha casa, em Recife – PE.

Melucci (1989, p. 63) apresenta como exemplo o movimento de mulheres, afirma que “o objetivo do movimento de mulheres não é apenas a igualdade de direitos, mas mais direito a ser diferente”. Nessa perspectiva, pode-se compreender a juventude indígena na Paraíba e em Pernambuco, conformadas em unidades de mobilização, como formas de ação coletiva contemporânea, haja vista que para os jovens indígenas dos referidos estados não foi fácil conquistar espaços específicos para as juventudes.

Em sendo assim, a pesquisa se apoia também no conceito de unidades de mobilização, proposto pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006; 2008; 2011) que consiste numa noção operacional utilizada como recurso explicativo de estruturas intermediárias de grupos étnicos e de sua coesão e solidariedade em situações de conflito social que reforçam politicamente suas redes de solidariedade. O autor propõe que “a partir de observações *in loco* das ocorrências de conflitos tem sido possível destacar um conjunto de condições favoráveis à aglutinações de interesses específicos de povos, comunidades e grupos sociais diferenciados”. (ALMEIDA, 2011, p. 158 apud ALMEIDA, 2008).

Para o mesmo autor (2011):

Sem representar necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, tais povos, comunidades e grupos tem se organizado em consistentes unidades de mobilização, não somente na Amazônia, mas em todo o país. Nestas unidades o valor da força de trabalho não constitui sua base racional e declarada, mas, a despeito disto, verifica-se um elevado grau de coesão em suas práticas, tornando-as formas ágeis e eficazes de organização política [...] Fatores étnicos, “raciais” e religiosos, usualmente acionados para reforçar solidariedades e distinguir as chamadas “minorias” [...] As formas de resistência que engendram para enfrentar estas adversidades evidenciam estratégias de luta consolidadas pelas unidades de mobilização (ALMEIDA, 2011, p. 17).

Houve tensões com as lideranças mais velhas não só dos seus povos, mas também com as lideranças que atuavam no movimento indígena. Contudo, esses jovens, mesmo diante desses atritos, conseguem se agrupar e, sensibilizar as suas lideranças, se articulam e se mobilizam em grupo, através de uma unidade de mobilização (ALMEIDA, 2006) por direitos culturais e territoriais, pelo direito a ser diferente, dentro do diferente, formando suas mobilizações específicas.

Os movimentos indígenas foram incorporando a temática dos jovens, assim como as questões de gênero e mudanças climáticas, temáticas que acabam tendo destaque por viabilizar propostas de financiamento para “projetos de ação humanitária” por cooperação

internacional e Organizações Não Governamentais (ONGs). Por outro lado, percebe-se a pressão dos próprios jovens indígenas por espaços de atuação sociopolítica, seja no âmbito de seu povo, seja em espaços mais ampliados de representação.

Esses agentes sociais transitam por diversificados espaços, dentro e fora das aldeias, estabelecendo diálogos com diferentes atores políticos, entre eles o Estado, universidades, ONG's e vão criando seus grupos, coletivos e organizações de jovens indígenas. Observa-se ainda, que estes procuram se apropriar das diversas tecnologias de comunicação (computador, internet, mídias, audiovisual) e utilizam tais ferramentas para estabelecer formas de mobilidade e articulações em rede. Essas articulações se dão tanto internamente (em seus povos e entre povos diferentes), quanto na interação com a sociedade envolvente.

Esses jovens vão se projetando como representantes e lideranças indígenas e nesse processo de articulação e mobilização também vivenciam tensões com as lideranças mais velhas de sua comunidade, que por vezes não reconhecem a sua atuação e não dão espaço para a juventude.

Claudemir Monteiro (2014), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) afirma que, um dos motivos dos conflitos de geração é a inserção de ideias e valores que os jovens adquirem na interação com os não indígenas e que, por conseguinte, levam para as suas aldeias. Contudo, assinalo que esses valores podem ser frutos de interações internas e que os jovens têm as lideranças dos seus povos, sendo algumas delas jovens e estas são influentes. Nessa reflexão, a juventude também sofre influências dessas lideranças jovens de dentro.

Já segundo a antropóloga Laise Lopes Diniz (2014), os interesses individuais de jovens também podem ser apontados como razões de conflitos entre esses com os mais velhos. Entretanto, questiono se tais interesses são de fato individuais mesmos, já que os valores são socialmente compartilhados e, parte deles, têm a ver com o desejo de pertencimento à sociedade de consumo, seja em âmbito local, nacional ou global. Refletindo sobre um interrelacionamento crescente entre os problemas da identidade individual e da ação coletiva, Melucci salienta que “a solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, na sua existência cotidiana” (MELUCCI, 2001; p. 97). Jovens indígenas não se afastam do perfil de jovens não indígenas que se mobilizam e se organizam. Contudo, se diferenciam por suas questões étnicas.

Compreender a “juventude indígena” como uma categoria de análise permite problematizar os elementos referentes à identidade coletiva que converge tal categoria, suas

diferentes abordagens e novas configurações sociais, contribuindo, assim, para uma análise mais abrangente das ações coletivas e políticas. Melucci (1996) chama atenção para valorização da identidade coletiva, da capacidade de autonomia dessas mobilizações e da construção da identidade nos movimentos sociais e observa que “o processo de uma identidade coletiva é, portanto, também a capacidade de produzir novas definições, integrando o passado e os elementos emergentes do presente para a unidade e a continuidade de um ator coletivo” (MELUCCI, 1996, p. 75).

Para Melucci (2001), a origem e o êxito das formas de ação coletivas são de caráter heterogêneas, ou seja, apresentam diferenças de estrutura/diversidade de formas. Os movimentos não são homogêneos, ou seja, não possuem uma mesma estrutura, uma mesma forma, sua origem é heterogênea, diversa e pode gerar novas formas de poder e violência.

No caso da juventude indígena, se verifica que suas ações coletivas também não são homogêneas, mas sim de caráter heterogêneas o que podem gerar novas formas de poder. Logo, a juventude indígena também não é homogênea e uniforme. Pelo contrário, esta é composta por diferentes identidades étnicas, sociais, políticas e culturais, por isso utilizo o termo juventudes indígenas. Importa-me levar em consideração as experiências étnicas históricas vivenciadas pelos jovens dos povos indígenas no Nordeste, neste recorte de investigação nos estados da Paraíba e de Pernambuco, bem como as tensões políticas e culturais, haja vista que estas influenciaram na construção das identidades étnica no Nordeste (OLIVEIRA, 2004) e somando-se a isso a diversidade de povos e organizações indígenas existentes, ou seja, dos modos de vidas de cada povo.

Tais discussões possibilitaram, nesta tese, ampliar o olhar sobre as mobilizações e articulações sociopolíticas das juventudes indígenas em meio às organizações formais, bem como em outras formas de organizações não institucionalizadas. A trajetória da pesquisa também me proporcionou uma densa reflexão sobre o meu fazer antropológico e as relações de pesquisa estabelecidas. Portanto, a tese também tomará todo o processo de pesquisa como uma forma de ação coletiva.

Os quatro anos de doutorado foram complexos, em especial, pelas mudanças políticas no país. Nesse contexto, as políticas públicas sofreram várias perdas. Após 8 anos de Governo Lula e políticas públicas direcionadas às populações indígenas e 4 anos do Governo Dilma, em 2014, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) foi re-eleita para exercer o seu segundo mandato presidencial. Contudo, em 2016, visualizou-se no contexto brasileiro um

golpe de Estado, organizado por grupos políticos e econômicos conservadores, materializado com o impeachment da Presidenta. O Governo foi assumido pelo Vice-Presidente Michel Temer (MDB) que favoreceu as políticas neoliberais, dando continuidade à diversas propostas de Projetos de Lei (PLs) e Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), tais como: Reforma da previdência, reforma trabalhista e outras referentes aos cortes em recursos destinados à saúde e à educação públicas. Não obstante, os projetos “anti-indígenas” encontram terreno propício para delinear uma série de ataques aos direitos sociais à “diferença”, conquistados arduamente ao longo da história dos movimentos sociais.

A crise econômica e os consequentes cortes de recursos para os setores das ciências e tecnologias geraram instabilidade e insegurança institucional na continuidade das pesquisas científicas no Brasil, sobretudo, as das Ciências Sociais. Nesse contexto, em 2018, ocorre um tenso processo eleitoral que elege a Presidente da República um representante da ala mais conservadora do cenário político brasileiro. O aumento da coerção conservadora gerou um repertório de medos, violências e sentimentos de ódio que tomaram conta do país. São contínuas formas de perseguições e ameaças aos professores, pesquisadores e estudantes que trabalham com as minorias étnicas e também aos indígenas e movimentos sociais. Coloca-se em risco os instrumentos normativos, regulatórios e recomendatórios que reconhecem e estabelecem os direitos sociais de povos e comunidades tradicionais. Mas, continuo com um fio de alegria e esperança pela força e resistência dos movimentos de indígenas que há mais de 500 anos continuam a “lutar” contra esse sistema de injustiça e discriminação, através do qual foi construída a sociedade brasileira, uma das mais desiguais do mundo.

Meu sentimento é de gratidão por estar do lado certo, conforme acredito. Na perspectiva de que os direitos, assegurados há 30 anos por meio da Constituição Federal, sejam garantidos! A antropologia tem proporcionado esse trabalho. O meu fazer antropológico tornou-se vinculado a esse sentimento, a essa necessidade de combater as desigualdades e as injustiças sociais, ousar dizer que quiçá esse sentimento é um “sentimento antropológico”, pois esses também são compartilhados por colegas. Tendo em vista que a antropologia é a paixão pela diferença.

1.1 Motivação da pesquisa: caminhos para chegar ao tema

Você bem que podia fazer um trabalho com a gente! (Jovens Potiguara, Rio Tinto - PB, 2012).

A temática aqui estudada se apresentou paulatinamente e foi se impondo durante o meu processo de pesquisas, junto aos povos indígenas, nos estados da Paraíba e de Pernambuco. Iniciei os contatos com as etnias em 1999, enquanto estudante de graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e integrante do Grupo de Trabalho Indígena (GT - Indígena), o qual faz parte do Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares (SEAMPO), situado na mesma instituição, do qual fui bolsista de extensão em dois projetos: *Uma nova lição* e *Brasil outros 500 anos*.

No primeiro projeto, pude acompanhar as discussões de professores e lideranças indígenas Potiguara - PB sobre a Educação Indígena Específica e Diferenciada; e, no segundo, realizei um trabalho de etnodocumentação (vídeos e fotografias) com povos indígenas e suas mobilizações. Esse trabalho possibilitou a equipe do projeto apresentar palestras nas escolas da rede pública da capital João Pessoa - PB. Essas pesquisas, coordenadas pela professora Annelisina Trigueiro, conhecida como Neta e pela liderança indígena José Ciríaco Sobrinho, conhecido como Capitão Potiguara – à época funcionários ativos da UFPB –, possibilitaram, naquele momento, conhecer não só o povo Potiguara - PB, mas as dinâmicas sociais dos povos indígenas no Brasil, entre esses, o povo Xukuru do Ororubá - PE. O cacique e o vice-cacique dessa etnia nos convidaram para realizarmos trabalhos de etnodocumentação, acompanhando eventos e mobilizações desse povo, em Pernambuco.

Esse trabalho com os Xukuru do Ororubá - PE me provocou a escrever o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)³ sobre a História de vida de Zenilda Maria de Araújo - 60 anos, liderança feminina indígena do povo Xukuru e mãe do atual cacique desse povo, conhecida como Dona Zenilda Xukuru - e sobre o processo da organização de seu povo, orientada pelo professor Marcos Ayala. Fui também estagiária da Ouvidoria Geral da UFPB, sob a coordenação do professor Rubens Pinto Lira. Ao concluir o curso de graduação, além de continuar como voluntária no GT-Indígena/SEAMPO, eu trabalhei como orientadora educacional no Centro Rural de Formação (CRF) e na Cooperativa de Apoio às Organizações

³ SANTOS, Hosana Celi Oliveira. *Em cima de medo, coragem: A dor e a luta da liderança Dona Zenilda e do seu povo Xukuru do Ororubá (PE)*. João Pessoa: UFPB, 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do professor Marcos Ayala).

de Gestão Produtiva Ltda. (COAGEP). O campo profissional, naquele período, me permitiu conhecer outras áreas indígenas e estabelecer contatos com diversificadas lideranças de grupos étnicos distintos, aprimorando minha formação e confirmando minha aptidão acadêmica para o campo de estudos sobre etnicidade. As vivências etnográficas e afinidades teóricas metodológicas apreendidas em sala de aula incentivaram-me a continuar empreendendo tais discussões a partir da Antropologia.

Em 2006, entrei no PPGA/UFPE, como aluna especial. E, em 2007, tornei-me aluna regular do mestrado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob orientação da professora Vânia Fialho⁴. Passei também a integrar a equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Etnicidade (NEPE), coordenado pelo antropólogo Renato Athias, o que me possibilitou ampliar as vivências junto aos povos tradicionais.

Entre os anos de 2009 e 2020 realizei outros trabalhos junto aos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Fui assessora da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), sob a coordenação da liderança indígena Manoel Uilton dos Santos do povo Tuxá - BA; E pesquisadora e coordenadora adjunta do Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC), situado na Universidade de Pernambuco (UPE), sede do Núcleo Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social (PNCS), ambos coordenados pela antropóloga e socióloga Vânia Fialho. Ainda enquanto pesquisadora, integrei o Laboratório de Estudos Rurais (LAERural) da UFPE, sob coordenação da antropóloga e socióloga Josefa Salete Cavalcanti e pude realizar trabalhos técnicos sobre o Programa Territórios da Cidadania (PTC), com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Fui contratada como antropóloga da instituição Terra Ambiental, na qual conheci diferentes realidades, comunidades tradicionais, manifestações culturais. Essas experiências potencializaram a minha aproximação com os povos indígenas e suas organizações.

Estabeleci vínculos com outros estudiosos da área de interesse, reforcei o contato com os povos indígenas, conheci outras lideranças e participei das suas mobilizações, bem como de debates sobre encontros políticos, de afirmação étnica e cultural. Durante todo esse

⁴ SANTOS, Hosana Celi Oliveira e Santos. *Dinâmicas Sociais e Estratégias Territoriais: Organização Social Xukuru no processo de Retomadas*. Recife: UFPE, 2009 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia sob orientação da professora Vânia Fialho).

percurso formativo, notava a presença marcante de jovens indígenas nas mobilizações pelas efetivações dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos. E com eles realizei atividades específicas. Entre essas saliento: A oficina *Identidade, história e autonomia do povo Potiguara*⁵, com jovens indígenas desta etnia, em 2006, discutindo sobre a história de vida das e dos participantes no contexto do povo Potiguara que teve como desdobramento a criação da Organização dos Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), na Paraíba.

Em 2008, participei e colaborei na organização da *I Oficina de Direito à comunicação dos Povos Indígenas*, realizada pela APOINME para jovens indígenas. Nesse mesmo ano, durante a pesquisa de campo do mestrado, participei da *Oficina de teatro, leitura e encenação de mitos e narrativas dos povos indígenas de Pernambuco* que culminou no *Encontro de Juventude, Arte e Cultura Indígena* e no *Fórum de Juventude Indígena de Pernambuco*, acontecida na Terra Indígena do povo Xukuru do Ororubá; Ainda em 2008, ministrei junto aos jovens Xukuru a oficina: *Memória e Identidade: os territórios simbólicos na construção da identidade Xukuru*⁶, onde foram trabalhadas as histórias de vida e identidade étnica desse povo; Em 2010, moderei a *Oficina Regional Nordeste sobre Direitos e Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes Indígenas*, realizada pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisa (CINEP), em parceria com a APOINME e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Esses encontros me aproximaram cada vez mais dos jovens homens e mulheres de várias etnias.

Em 2012, participei do *Curso de formação de lideranças* promovido pelo CINEP, em parceria com a APOINME, realizada no território indígena do povo Potiguara - PB. Nessa atividade, dada a proximidade com os jovens indígenas, durante os intervalos entre reuniões, seminários, assembleias e mobilizações, eles me procuravam para conversar. Os diálogos que os rapazes e moças propunham, versavam sobre diversas temáticas, entre elas as preocupações acerca de gênero, sexualidade, drogas, espaços de sociabilidades e mobilizações indígenas, internet, mídia, comunicação. Eles comentavam a necessidade de outras conversas sobre suas inquietações e problemas específicos de jovem, além de mencionarem a resistência dos mais velhos em aceitar que os jovens ocupassem um lugar político nas suas aldeias. Afirmavam que havia um envolvimento dos jovens dentro do movimento indígena, na

⁵ Oficina ministrada junto com a professora Vânia Fialho e a liderança Caboquinho Potiguara, em parceria com o NEPE/PPGA/UFPE e financiada pela FUNAI.

⁶ Oficina realizada junto com as professoras Kelly Emanuely de Oliveira e Vânia Fialho, em parceria com o NEPE/PPGA/UFPE e financiada pela FUNDARPE.

mobilização por terra, na educação, na saúde, entre outros e que o conhecimento desenvolvido por eles muitas vezes não era valorizado e, por vezes, causava tensões geracionais.

Esse acontecimento paralelo foi apresentado na *reunião de avaliação do curso* e surpreendeu a equipe no sentido desses jovens expressarem a mim, suas demandas e a necessidade de discutir questões específicas de sua categoria. O professor João Pacheco de Oliveira e as professoras Kelly Oliveira, Josefa Salete Cavalcanti, Nazaré Wanderley e Vânia Fialho me estimularam nessa aproximação com os jovens e juntaram-se a elas, os jovens indígenas, amigas(os) e familiares me instigando a propor um projeto de pesquisa para melhor refletir sobre essas temáticas. É nesse campo de inquietações que nasce o projeto deste trabalho e culmina com a aceitação da professora Vânia Fialho para orientação e aprovação no processo de seleção do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPE) e na seleção de Bolsa da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

Diante deste panorama, pretende-se nesta tese compreender a perspectiva das juventudes indígenas que ao longo dos anos estiveram à margem das discussões de políticas públicas e de sua importância no contexto social. Esses jovens vêm potencializando sua capacidade de mobilização política e identitária para subsidiar intervenções em seus povos, no que concernem às questões relacionadas à garantia dos direitos indígenas, possibilitando mudanças nos papéis tradicionalmente ocupados.

Nesse sentido, procuro analisar o que é ser *jovem indígena* como uma categoria analítica que possibilite a compreensão de como tais jovens se insere em seus povos e de que forma eles se organizam, tanto em relação às mobilizações sociopolíticas de seus povos (por reconhecimento territorial, valorização da identidade, da religiosidade, saúde e educação, etc.), quanto em relação às questões específicas de sua categoria (a exemplo de tensões geracionais, organizações específicas, projetos de futuro, possibilidades de trabalho, família, sexualidade, tecnologias). Esses assuntos se tornam pertinentes para verificar os atores envolvidos nesse processo e a importância de perceber tais relações como elementos de reflexão das juventudes indígenas no Nordeste.

Busco, neste trabalho responder como os jovens indígenas, a partir dessa categoria diferenciadora do ponto de vista étnico e geracional, vêm se mobilizando e estabelecendo ações coletivas nos estados de Pernambuco e da Paraíba. A problematização se dá a partir de dois caminhos analíticos: As dinâmicas sociais e suas relações com as ferramentas de

comunicação, adotadas por jovens indígenas para se mobilizar - que poderiam ser consideradas um fator de potencialização das interações intra e extracomunitária; e, no que essas interações parecem configurar-se como fator de mudanças, possibilitam novas formas de relações, saberes e aspirações das juventudes indígenas, enquanto sujeitos coletivos.

Partindo de tais afirmações, problematizarei em quais condições as dinâmicas sociais e redes de interação aparecem e que ações passam a mover os jovens na busca de novas perspectivas e de visibilidade de suas expressões culturais e resistência étnica.

A narrativa aqui delineada refere-se a uma sistematização textual etnográfica reflexiva. Nessa direção, torna-se importante situar as escolhas teóricas, metodológicas e ideológicas, bem como a consciência das implicações de tais escolhas no decorrer da pesquisa e da escrita etnográfica. Refere-se à posição que assumo, como pesquisadora, durante todo o processo de construção do conhecimento. (COLOMBO, 2005, p. 269; p. 281).

Em consonância ao estilo narrativo adotado, transito ao longo do texto, entre a primeira pessoa do singular e a terceira pessoa, estruturando a escrita reflexiva abordada por Colombo (2005). Segundo o autor, a narração reflexiva “como capacidade de tornar consciente e visível o processo de construção interno de cada pesquisa e de explicitar a posição que o observador assume no campo da observação, distingue substancialmente o conhecimento científico do senso comum”. (COLOMBO, 2005, p. 283; apud MELUCCI, 1996). Além disso, os pesquisados assumem “a responsabilidade pelo poder derivado da possibilidade de descrever”. (COLOMBO, 2005, p. 284). Segundo Colombo,

a estratégia retórica principal, nas narrações reflexivas, consiste no alternar discursos na primeira pessoa do singular, nos quais o pesquisador explicita as próprias motivações, emoções, inclinações, simpatias e se torna visível como eu-narrador; e discursos na terceira pessoa, nos quais o pesquisador se distancia do texto/evento produzido para analisá-lo com base em referências, metodológicas, teorias que se referem a sua específica profissão de cientista social. (COLOMBO, 2005, p. 284).

Contudo, revelo ao(à) leitor(a) atento(a) que ao longo do trabalho de campo e produção de conhecimento, percebe-se que esse aporte metodológico não dá conta desse processo de construção, no qual estas estratégias se ampliam para além do campo acadêmico e se entrelaçam, com minhas experiências de vida, em conjunto com os movimentos indígenas e as juventudes indígenas. Essa tese é entrelaçada pela produção partilhada e compartilhada, tecida por conexões profundas de solidariedade, tornando-se fluída a utilização da primeira pessoa do plural.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender as ações coletivas e dinâmicas sociais-político-culturais de juventudes indígenas articuladas às inquietações destes jovens com as questões específicas dessa categoria nos estados da Paraíba e de Pernambuco - Brasil. Saliento que a afirmação da identidade étnica diferenciada desses sujeitos expressa dinâmicas sociais geracionais, bem como estratégias políticas e culturais que têm chamado atenção dos movimentos sociais, do Estado e da Antropologia. E tive como objetivos específicos: Identificar o que é ser jovem indígena, a partir da percepção destes; Identificar e mapear os espaços de mobilizações sociais dos jovens indígenas e de possíveis conflitos (organizações e espaços de atuação dos jovens: conselhos, encontros e etc.); Verificar quais são as políticas públicas acessadas pelos jovens e quais mudanças ocorreram a partir desse acesso; e Mapear as formas de expressões culturais dos jovens indígenas.

1.2 Tecendo os dados

Continuar na luta e avançar nas conquistas. (Jovem Potiguara, representante da OJIP e AUP, agosto 2016).

No primeiro momento da pesquisa, continuei o levantamento documental e bibliográfico e o trabalho de campo acompanhando eventos, reuniões e conversas com lideranças e jovens indígenas, bem como participando em eventos relacionados às mobilizações e juventudes indígenas e conhecendo outros jovens indígenas. Nos eventos assumi diversificadas posições: pesquisadora, assessora, parceira, amiga, orientadora, organizadora, convidada. Acompanhar as atividades, assim como, organizar muitas destas, me propiciou um olhar privilegiado para a concretização da pesquisa. O trabalho de campo foi de cunho etnográfico, onde tal abordagem é modelada através de fluxos de informações de interconhecimentos e intercruzamento de experiências entre pesquisadora e pesquisados (CLIFFORD, 2002).

A etnografia se apoiou nos instrumentos de coleta de dados a partir da observação participante, utilizando recurso de metodologias da história oral, da história de vida e das memórias (HAGUETTE, 1999; BOSI, 1994; ECO, 1997; SALTALAMACCHIA, 1992; THOMPSON, 1992; PEREIRA DE QUEIROS, 1988). Além de diálogos, alguns deles

documentados em gravações, fotografias, diário de campo, bem como nas memórias registradas a cerca desses eventos.

Durante o ano de 2015, primeiro ano do curso de doutorado, aconteceram vários desses eventos. Cursei as disciplinas e créditos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e concomitantemente procurei reestabelecer novas relações de pesquisa com lideranças mais velhas e jovens indígenas, mencionando que o projeto de doutorado tinha sido aprovado e que, durante os próximos anos, eu estaria me dedicando à pesquisa com os jovens indígenas nos dois estados (Paraíba e Pernambuco). Vale ressaltar que o campo foi iniciado antes mesmo da entrada no doutorado, como assinalo acima, no próprio pedido pelos jovens para a realização da pesquisa.

Já no início do ano, mesmo antes das aulas começarem, visitei os Potiguara, na Baía da Traição - PB e fui conversando tanto com as lideranças, quanto com os jovens, haja vista que tinha como meta desenvolver os contatos com meus interlocutores a partir da ideia de rede.

Segundo o antropólogo australiano e britânico John A. Barnes (2010), as conexões “transpassam os limites de grupos e categorias. As conexões interpessoais que surgem a partir de afiliação a um grupo fazem parte da rede social total, tanto quanto as que vinculam pessoas de grupos diferentes” (BARNES, 2010, p.175). O antropólogo Ugo Maia de Andrade resalta que os indígenas estão interconectados e desenvolvem redes sociais tanto de articulação interna como intra e intercomunitárias participando de circuitos mais amplos de comunicação (ANDRADE, 2004). Nas observações de campo, notei que os jovens indígenas estavam interconectados e foram tecendo, desenvolvendo e ampliando suas redes. Nesse sentido, parti da hipótese que as redes sociais dos jovens indígenas nesses dois estados extrapolavam o nível local, regional, nacional e quiçá internacional.

Não sem razão, a relação entre local e global, sugeridas por Cavalcanti (1999), também foi problematizada. Essas redes de relações nos permitiram mapear as formas de expressão dos jovens indígenas na Paraíba e em Pernambuco contribuindo para as análises que compõem esta tese.

Para a pesquisa, o conceito de Rede de Barnes (2010) foi utilizado como uma ferramenta teórica e metodológica, pois entrei em contato com os jovens a partir da rede de contatos estabelecida com lideranças e jovens indígenas, para poder imergir e compreender as redes deles. Partindo desse princípio, priorizei os contatos com lideranças e jovens a partir da

minha rede de contatos e essa rede foi se ampliando posteriormente, à medida que foram me apresentando a outros jovens e esses a outros e assim sucessivamente, se configurando uma rede de informantes e assim uma rede de atuação se desenrolou para além da área de estudo.

O critério de seleção se baseou em torno dessa rede que vem sendo construída a partir dos diálogos, compartilhamento de experiências e saberes com os indígenas. Sabe-se, contudo, que nem todos os jovens indígenas participam ou estão engajados e inseridos nas mobilizações políticas. Cabe revelar que o foco desta tese é os jovens indígenas que estão envolvidos em mobilizações coletivas, em sendo assim, trata-se de uma parcela e não de um todo.

Como perspectiva teórico metodológica utilizei os conceitos de Ação Coletiva, de Alberto Melucci (1996;1997; 2001); de Unidades de Mobilização, de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006; 2008; 2011); e de Redes, de John Barnes (2010), para apreender o cotidiano e as dinâmicas sociais dos agentes sociais, sendo as perguntas que orientavam o objetivo geral desta pesquisa o eixo articulador da análise antropológica sobre a temática. Além disso, tive orientações e busquei me aproximar da bibliografia relativa à teoria e ao método que pretendia utilizar, no sentido de qualificar o projeto e delinear as incursões teóricas e empíricas de meu *locus* de pesquisa.

No segundo ano (2016), intensifiquei a participação nos eventos e visitas. Seguindo uma linha etnográfica, não só no primeiro ano, mas também durante a escrita da tese houve uma boa receptividade dos jovens e lideranças indígenas em relação à pesquisa, o que facilitou a apreensão do contexto estudado.

Os jovens se animaram com a possibilidade de eu estar mais próxima e presente nas atividades deles. Começaram, então, a me convidar para as mais diversas atividades. Em razão do tempo, não pude comparecer a todas no primeiro ano, porque eu tinha que dar conta das disciplinas que estava cursando e não poderia prejudicar o rendimento nas disciplinas, e nos demais anos não pude acompanhar todas as atividades por questões financeiras, ou ainda, por questões de orientação para que eu pudesse refletir melhor sobre o campo, pois também trabalhei e reorganizei o projeto que foi aprovado na banca de qualificação, realizada em 30 de agosto de 2016.

Ao longo da pesquisa de campo, percebi o desejo dos jovens indígenas de serem ouvidos e de suas demandas serem visibilizadas. De um lado, o desejo dos jovens indígenas pelo registro de suas memórias e do seu povo, uma vontade de contar sobre seus desejos e

anseios, sobre suas histórias, bem como as histórias dos movimentos de jovens e, por outro lado, eu enquanto pesquisadora estava ansiosa por registrar, saber sobre os grupos de jovens indígenas e suas redes, seguir esses movimentos, esses circuitos, pesquisar e atender as demandas dos jovens indígenas.

Roberto Cardoso de Oliveira (2006) nos aponta a necessidade do “saber ouvir”, um ouvir atento e especial, que possibilita o antropólogo acessar dados e explicações da realidade estudada. Nesse tempo e espaço os “nativos”, passam a ser mais que interlocutores, passam a ser sujeitos sociais, passam a ser atores sociais, passam a ser agentes sociais e o diálogo acontece.

Essa relação dialógica [...] faz com que os horizontes semânticos em confronto- o do pesquisador e do nativo- abram-se um ao outro, de maneira que transforme um tal *confronto* num verdadeiro ‘encontro etnográfico’. Cria um espaço semântico compartilhado por ambos os interlocutores graças a qual pode ocorrer aquela ‘fusão de horizontes’- como os hermeneutas chamariam este espaço-, desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, incitando formalmente um diálogo entre ‘iguais’, sem receio de estar assim, contaminando o discurso do nativo com elementos do seu próprio discurso. (OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Procurei, então, elaborar um roteiro de entrevistas individuais e coletivas, mas, quando estava construindo o roteiro, lembrei-me do processo em que se deu a construção do projeto onde jovens indígenas, tanto da Paraíba quanto de Pernambuco, apresentaram a demanda em registrar a história de suas organizações. Considerando essa demanda, pensei em construir esse registro junto com eles.

Tais processos me fizeram questionar os métodos tradicionais de coletas de dados, durante todo o percurso da pesquisa. Oliveira (2006) pontua que são nas trocas de informações e de ideias entre pesquisadora e pesquisado onde o diálogo entre estes rompe com antigas tradições metodológicas. Saliento que as(os) jovens, agentes sociais nesta pesquisa, colocaram-se, desde a formulação do projeto de doutorado à escrita da tese, como protagonistas no delinear dessa trajetória da pesquisa antropológica.

Além disso, fui orientada a ficar mais livre e tentando desconstruir as lógicas de organização formal e pensar a lógica a partir dos jovens, pensar a lógica de organizações e mobilizações a partir dos jovens indígenas e, ao mesmo tempo, não cair nas caixinhas e padrões metodológicos.

A partir da rede de contatos construída no trajeto da pesquisa acessei não só uma rede de “contatos reais”, mas, para além dessas, uma rede de “contatos virtuais”, como grupos de

Facebook e *Whatsapp*, nos quais fui inserida por meio dos próprios jovens. As redes sociais constituem uma ferramenta bastante utilizada pelos jovens indígenas, agentes desta pesquisa. Vários deles me adicionaram no *Facebook* em seus perfis individuais e em grupos. Estando já na rede tomei conhecimento de outros grupos, relacionados à juventude indígena, aos quais solicitei que fosse adicionada. A partir daí outras questões me foram inquietando: como extrapolar o uso das redes sociais como ferramenta de uso pessoal e lançar mão destas como instrumento metodológico de apreensão da realidade estudada.

O *Whatsapp* é um aplicativo destinado ao envio/recebimento de mensagens e documentos, muito utilizado por redes sociais, destacadamente no Brasil. As redes sociais utilizam esses *Apps* e esses são bastante utilizados pelos jovens indígenas, tanto em contatos individuais, como para encontros, eventos e reuniões que participam. Resisti muito à pressão de instalar o *Whatsapp* no meu celular, por questões pessoais, mas ao conversar com um dos meus irmãos, o etnomusicólogo Climério de Oliveira Santos, ele mencionou o quanto nos relatos sobre o campo eu fazia referência ao uso dessas tecnologias pelos jovens indígenas e que seria um campo a mais para inserir no meu trabalho. Então, após quase um mês refletindo sobre isso, decidi utilizar o *Whatsapp*, quando fui para uma defesa de mestrado⁷, em João Pessoa - PB, sobre os Potiguara no contexto urbano, acompanhando a minha orientadora Vânia Fialho que também insistia que eu precisava instalá-lo.

Com a contribuição de Kelly Oliveira, ao fim da defesa de Jamerson, estava eu com o *Whatsapp* instalado no celular. Alguns jovens Potiguara que estavam ao meu lado já foram me adicionando e, em seguida, fui me deparando com solicitações de jovens de outros povos também. Tamara Potiguara - PB, assim que viu, me adicionou, logo em seguida, Bruno Potiguara - PB já me adicionou, o que também ocorreu, logo depois, com jovens de outros povos, como Maurílio Truká - PE, Renato Tupiniquim - ES, Jessica Truká - PE, Guilherme Xukuru - PE e assim sucessivamente.

Por meio das redes sociais virtualizadas, mantenho contato com os jovens indígenas diariamente, trocando informações e auxílios mútuos e acompanhando os movimentos indígenas, mais especificamente os jovens. Nesse percurso das redes sociais, percebi que existe um circuito das redes de organizações e jovens indígenas dentro do povo e entre os povos, um circuito das redes entre indígenas e não indígenas, um circuito interno e externo

⁷ LUCENA, Jamerson Bezerra. “Índio é índio onde quer que ele more”: uma etnografia sobre índios Potiguara que vivem na região metropolitana de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2016. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

aos povos indígenas. Observei ainda que os jovens participam de diversificados grupos: em esferas locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais, bem como também de grupos de outros movimentos sociais, fóruns, conselhos e secretarias.

Em setembro de 2016, submeti uma proposta de pesquisa ao Programa de Bolsa para Doutorado Sanduíche (PDSE) da CAPES, no que se desenrolaram, durante longos meses, numa jornada exaustiva de idas e vindas de documentos, esperas e burocracias até a aprovação, no início de 2017. O que resultou na minha estadia de um pouco mais de 4 meses na Universidad Veracruzana (UV), situada na cidade de Xalapa, estado de Veracruz - México.

Além de conhecer as culturas e pessoas desse país, tive a oportunidade de participar do grupo de pesquisa “Cuerpo Académico Educación Intercultural/ Estudios Interculturales”, da “Línea de Generación y Aplicación del Conocimiento” (LGAC), do Instituto de Investigaciones en Educación (IIE), Campus Sur, da Universidad Veracruzana (UV). Acompanhei as atividades do “Seminario de Investigación en Educación Intercultural/ Estudios Interculturales” e ao mesmo tempo, dei aulas, palestras e apresentei o projeto em alguns eventos no Brasil e no Doutorado Sanduíche.

Em 2017, terceiro ano do doutorado, no contexto do doutorado sanduíche, acompanhei as leituras e discussões do grupo de pesquisa “Cuerpo Académico Estudios Interculturales” sob a orientação do antropólogo Gunther Dietz, professor da Universidade Veracruzana (UV) e da Universidade Veracruzana Intercultural (UVI), no México.

O México vem desenvolvendo debates e perspectivas teóricas sobre movimentos coletivos e a forte atuação dos povos indígenas e afromexicanos, como movimentos que se contrapõem ao modelo eurocêntrico, ao ponto de hoje ter uma grande inserção de indígenas e afromexicanos dentro das universidades, além de terem sido criadas Universidades Interculturais. Nesse sentido, conhecer essa realidade *in loco* em uma instituição de referência como a Universidade Veracruzana, em um país que se insere num contexto de intensa mobilização social, em especial as mobilizações indígenas, proporcionou elementos que contribuíram não só para o meu amadurecimento intelectual e acadêmico, mas também para refletir sobre as redes dos jovens indígenas em outros contextos geopolíticos.

Cabe ressaltar que através do meu trabalho de campo com os jovens indígenas em Pernambuco e na Paraíba notei que alguns jovens indígenas no Brasil, não só conheceram jovens indígenas do México, mas também já realizaram visitas a esse país através das suas redes de mobilizações e articulações.

Durante o doutorado sanduiche, tive a oportunidade de apresentar minha pesquisa em diversos ambientes acadêmicos e ter sugestões de discentes e docentes da UV e da UVI. As discussões e compartilhamento de experiências possibilitaram ampliar as discussões teóricas e metodológicas. Fui retomar os dados coletados em campo com o intuito de organizá-los. Já havia feito uma pré-organização, dividindo os eventos em pastas, mas os dados ainda estavam dispersos. Busquei organizá-los, fazer as transcrições dos áudios, as leituras sugeridas pelo supervisor e, então, passei a sistematizá-los e analisá-los.

As leituras dos textos e as orientações me impulsionaram nessa sistematização, bem como a repensar as estratégias teóricas e metodológicas com a possibilidade de incluir a “etnografia duplamente reflexiva”, a qual, como postula Gunther Dietz, possibilita o caráter dialógico, colaborativo e reflexivo, valorizando os saberes dos atores sociais (DIETZ; CORTÉS, 2011; VILLEGAS; DIETZ, 2014/15). Diga-se de passagem, a mencionada noção de etnografia tem semelhanças com os conceitos ligados ao pensamento pós-colonial e decolonial, como os encetados por pesquisadores como Quijano (1993) e Mignolo (2003; 2005; 2008).

Conheci tal conceito durante o doutorado sanduíche, em Xalapa - México, onde este é desenvolvido por Gunther Dietz e sua equipe na Universidade Veracruzana, sobretudo na Universidade Veracruzana Intercultural. A nova proposta de investigação da “etnografia duplamente reflexiva” me chamou atenção, haja vista que já pensava em realizar um retorno dialógico com os jovens, incorporando sugestões destes, bem como rever, a partir dessas interlocuções, os aspectos que possam ter sido mal compreendidos.

A “etnografia duplamente reflexiva” permite através da correflexividade entre pesquisadora e a juventude indígena construir conhecimentos partindo do trabalho etnográfico. O procedimento consistiu em analisar as perspectivas *êmicas* em um sentido dialético com os jovens, pondo em diálogo a visão dos membros de um grupo, nesse caso dos grupos, coletivos e organizações da juventude indígena, com a visão externa da pesquisadora que, por sua vez, está imersa nas dinâmicas políticas-culturais destes grupos. A dupla reflexividade se estabeleceu quando esse conhecimento foi retornado aos jovens indígenas e estes, junto com a pesquisadora correflexionaram sobre esse conteúdo, bem como, sobre todo o processo de pesquisa. Esse processo retroalimentou as análises dos dados gerando “novas janelas epistemológicas”. (DIETZ, 1999).

Voltando aos acontecimentos do terceiro ano de doutorado, enquanto fazia as leituras sugeridas por Gunther Dietz, percebi a necessidade de detalhar melhor os caminhos percorridos até aquele momento. Assim, juntei alguns escritos, revi e refiz as apresentações, rememorei as lembranças e qualifiquei os argumentos. Além disso, listei quantos e quais eventos participei, fiz transcrições, retomei documentos e registros.

Fui continuando com as leituras da tutoria; criando categorias; continuando o levantamento realizado para o projeto de pesquisa dos estudos sobre jovens indígenas; sistematizei o levantamento sobre as organizações de jovens, suas redes e seus espaços de mobilizações e formas de expressões culturais. A cada leitura via a possibilidade de fazer mais coisas. Coube-me confrontar os dados, as observações de campos, as falas, a memória, bem como as leituras para perceber as entrelinhas e realizar uma reflexão crítica.

Diante de tantos dados e coisas para dar conta, a angústia foi tomando conta de mim, enquanto eu tentava ler, transcrever, retomar os dados e escrever algo. Angústia que depois se revelaria produtora. Foi marcada uma reunião de orientação com o professor Gunther Dietz para entregar algum avanço. Eu me indagava: Mas, quais avanços? Conversava com minha orientadora no Brasil, a professora Vânia Fialho, conversava com os jovens indígenas, com amigos e familiares, mas em meio a esse turbilhão nada parecia avançar no emaranhado de fios que tinha e em que estava imersa. Para o antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p. 28) “talvez o que torne o texto etnográfico mais singular [...], seja a articulação que busca entre o trabalho de campo e a construção do texto” (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

O caminho foi desafiador e obstáculos se apresentaram, mas a pesquisa não precisa ser massacrante, ela pode e deve ser alegre e saudável, a medida que é necessário agir de maneira cuidadosa e empática com nós mesmas. Cuidar de nossas feridas, da saúde e da falta de segurança, da baixa autoestima que despontam nesse processo de busca pelo conhecimento outro.

Conseguir manter o equilíbrio e harmonia entre corpo, mente e espírito, com o espaço e a natureza que nos rodeia é um grande desafio, mas também faz parte do processo de construção de conhecimentos. Pesquisar é encontrar com o outro, mas também é um encontro consigo mesma, com as referências, com a ancestralidade e com a criança e jovem interior que há em cada uma de nós.

Esse processo não foi nada fácil, mas posso afirmar que foi uma experiência muito intensa, prazerosa e significativa. Não tão leve como gostaria, mas extremamente densa e profunda, com alguns momentos vivenciados que ainda estou tentando processar, pois me abalei muito física-emocional-espiritualmente e outros momentos vivenciados, que ainda não consigo sequer falar a respeito. Esses fatos dizem respeito também às questões teóricas e metodológicas, mas para além delas dizem respeito ao meu processo de formação profissional e pessoal.

Nesse percurso se forma também a própria pesquisadora, nesse encontro com os jovens, nessa relação dialógica, sendo eles agentes dessa formação. É, certamente, o afetar e o ser afetada, no sentido proposto pela etnóloga Jeanne Favret-Saada (2005) que utiliza o participar como forma de conhecimento. A afetação como método possibilitou uma rica comunicação com os jovens indígenas, elucidando o caráter epistemológico das situações de comunicação.

Os informantes não são apenas informantes, são pessoas com as quais eu dialogo, troco informações, partilho experiências, entre tantas outras situações construídas a partir da relação etnográfica. Os jovens são participantes, são mais que interlocutores. Haja vista que não se dialoga só! Assim, eu não estou só nesse diálogo, fui também observada e confrontada nesse processo de pesquisa.

Lembro que quando estava com a Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE), no *XIII Fórum de Educação Popular (XVIII FREPOP)*, evento realizado no campus da UFPE, em Recife, estávamos todos sentados no chão em um grupo de trabalho do evento. Quando solicitado que os participantes se apresentassem, pediu-se que cada um escolhesse um objeto que tivesse significado para si, apresentando-se a partir desse objeto.

Cada pessoa que estava ali presente foi mostrando o seu objeto e fazendo a sua apresentação. Na minha vez, eu escolhi o anel de tucum que eu estava usando e um broche de boneca de pano com uma sombrinha do frevo. Apresentei-me da seguinte maneira: “sou Hosana, antropóloga, doutoranda em antropologia pela UFPE e escolhi o anel de tucum por representar a opção pelas causas indígenas, quilombolas e sociais e o broche com a bonequinha representa Pernambuco, o estado no qual estou morando, que me acolheu e me adotou”.

Antes mesmo de finalizar a minha apresentação um jovem indígena, Diego Renan Araújo de Amorim, de 27 anos, conhecido como Diego Xukuru, mencionou em voz alta que

eu deveria acrescentar mais um objeto. Perguntei qual era, o que me deixou pensativa se seria o colar que eu estava usando, mas, para minha surpresa, ele apontou para meu caderno de campo e disse: “Seu caderninho! Porque para todo lugar que você vai, você anda com um caderno anotando tudo, pra cima e pra baixo, então ele deve fazer parte também da sua apresentação. Eu também [referindo-se a ele] deveria andar com um caderninho. Vózinha [em referência a Dona Zenilda Xukuru] sempre fala isso para a gente também, anotar tudo para aprender melhor e depois repassar na comunidade”. Acenei afirmativamente com a cabeça. Todos nós presentes rimos e eu complementei a minha apresentação, acrescentado o caderno de campo que representava o meu trabalho e, naquele momento, a minha pesquisa com eles.

Como aponta Colombo,

a pesquisa se torna dialógica (Clifford, 1988): não é mais o etnógrafo que interroga seus informantes, enquanto toma um chá na varanda do governador; são os informantes que interrogam os etnógrafos, que reivindicam uma parte ativa na narração, um controle sobre a produção do texto (Lee, 1994). (COLOMBO, 2005, p.284).

É interessante como essa relação entre pesquisadora e interlocutores vai desencadeando uma relação dialógica da pesquisa. Atrelada a isso, o dado para uma pesquisa antropológica não se resume a ter o registro de entrevistas, entretanto, o dado na pesquisa antropológica é um conjunto de uma trajetória de pesquisa que se dá em diversificadas formas de apreensão da realidade social por meio da experiência etnográfica. Nesse sentido, estive em campo, mesmo antes do projeto ser aprovado, já estava observando as relações que estavam sendo postas ali, esses fatos são dados, já faz parte, já é campo, já é observação, já é participação.

Nos textos que li, os autores iam delineando e descrevendo o passo a passo de seus procedimentos de pesquisa. Também eu senti a necessidade de parar, rever e refazer meus procedimentos até ali e prosseguir em busca dos tais avanços. Mais de uma versão preliminar fez parte desse esforço. Como mencionado, paralelamente, listei os eventos que estive em contato com os jovens indígenas e realizei as transcrições.

1.3 Acompanhando os eventos e os jovens indígenas

Entre os anos de 2015 a 2020, acompanhei, participei e contribuí na realização de mais de cinquenta eventos com os jovens indígenas (Anexo1):

Na escrita da tese, para além desse período, lanço mão também de eventos anteriores que retomei, tanto a partir de documentos, como também outros eventos, além de documentos, houve a minha presença, meus registros sobre estes, interlocuções e redes antes mesmo do período de dotrouramento. Essa presença possibilitou a realização dessa etnografia realizada muito mais próxima a juventude indígena e muito mais dinâmica.

Ao ler a tese, o(a) leitor(a) deve se atentar que escrevi os nomes dos eventos em itálico, ao longo do trabalho, para facilitar o fluxo da leitura. Aqui também peço licença aos leitores, pois em determinados momentos apresentarei relatos e *box* que podem parecer longos, porém necessários para que vocês possam adentrar no campo, assim como eu entrei. Uma estratégia utilizada para que o leitor pudesse entrar junto comigo nesses eventos, sem perder a fluidez do texto e ao mesmo tempo para dar o devido valor aos dados revelados em campo.

Os eventos podem ser caracterizados como: reuniões, congressos, seminários, conferências, fóruns, mobilizações, assembleias, encontros, oficinas, festivais, intercâmbios e visitas.

Esses eventos foram produzidos: Pelas lideranças indígenas, povos, movimentos e ou organizações; Pelos jovens indígenas ou organizações; Pelas Universidades; Por ONGs e agencias parceiras; Pelo Estado e/ou órgãos estatais (FUNAI, CONDISI, Ministério da Saúde, FUNDARPE, entre outros); Pela pesquisadora e/ou grupo de pesquisa, Universidades vinculadas (UFPE, UPE, UFRPE, UFPB, UFRN) e os jovens participaram como ouvinte e/ou palestrante; Eventos que participei e os jovens foram para me encontrar e/ou assistir minha apresentação e palestra; Eventos que fui para encontrar com os jovens e/ou fui para assistir palestras desses; Eventos que participamos juntos como palestrantes; Eventos de confraternização; Eventos de intercâmbios; Visitas ao povo – aos jovens; ou ainda, visita dos jovens à minha casa para reuniões, elaboração de projetos, ponto de apoio, passeios.

Nesses eventos, estiveram presentes um ou mais jovens de um mesmo povo, um ou mais jovens de povos diferentes e do mesmo estado, um ou mais jovens de povos diferentes

dos dois estados Pernambuco e Paraíba; ou ainda, um ou mais jovens de povos diferentes de vários estados do Brasil ou de outros países.

Como mencionei anteriormente, nos eventos assumi diversas posições: pesquisadora, assessora, parceira, amiga, orientadora, organizadora, convidada. A diversidade de papeis, ações e posições me colocam ativamente nesses espaços, possibilitando uma relação de pesquisa dialógica e reflexiva (OLIVEIRA, 2006; DIETZ; CORTÉS, 2011). Desse modo, acessei diversas informações o que possibilitava contribuir, quando acionada pelos jovens e lideranças, nas diversas ações e atividades propostas por eles. Assim, fui estabelecendo vínculos e relações de “amizade” e “solidariedade”, compartilhando conhecimentos, o que me permitiu a inserção em redes de aliados, solidariedade e afetos de jovens indígenas, ganhando em qualidade e alterando a mão dupla da relação, inclusive, tendo que me posicionar quando era solicitada minha opinião. Para Oliveira, (2006, p. 24), “acreditar ser possível a neutralidade idealizada pelos defensores da objetividade absoluta é apenas viver uma doce ilusão”. Nesse sentido, Gunther Dietz (2009) propõe que, durante a investigação etnográfica, para que possa manter um relacionamento “comprometido, mas crítico e dialético”, o pesquisador oscile entre certas atitudes e espaços:

Entre uma atitude de identificação com os objetivos e as atividades do movimento (enfoque *emic* [ponto de vista das pessoas/comunidades pesquisadas; *insider*]), por um lado, e uma atitude simpatizante, mas distanciada e potencialmente crítica frente a determinadas práticas desenvolvidas dentro do movimento (enfoque *etic* [visão do/a pesquisador/a na área de pesquisa; *outsider*]), por outro.

Por sua vez, entre o espaço local apropriado para o movimento, seus protagonistas e suas comunidades participantes (nível accional), por um lado, e o espaço extralocal dominado pelas instituições do Estado-nação (nível estrutural), por outro (GUNTHER, 1999, p. 87 - tradução minha).

De 2018 a 2020, últimos anos do curso de doutorado, continuei acompanhando pontualmente os jovens indígenas. Paralelamente, seguiu-se com as análises dos dados e sistematização dos resultados e a elaboração da tese. Neste ponto, ainda cabe uma última reflexão sobre o exercício de uma “descrição densa”, como propõe Geertz (2011), onde se busca uma análise interpretativa que envolva as diversas nuances da realidade estudada, relacionando política, cultura, economia e religião dentro da perspectiva dos jovens indígenas no Nordeste.

O momento da sistematização é um momento de costurar isso tudo. Retratar o campo. Assim, fui tecendo esta tese que está organizada em seis capítulos:

No Capítulo 1, relato a construção da categoria analítica jovem indígena e juventude indígena como fruto do processo de participação no movimento indígena e como essas categorias são concebidas e acionadas por esses jovens. Será que podemos conceber a categoria jovem e juventude como agenciamento político?

Já no Capítulo 2, evidencio os caminhos para a construção do problema de pesquisa, apresentando um panorama dos movimentos indígenas e contextualizo os processos de mobilizações indígenas e a participação dos jovens nos movimentos e nas organizações sociais indígenas; Os instrumentos dessa inserção: como e quais ferramentas acessaram para se mobilizar e com quais finalidades; as bases para criação dos grupos e organizações de jovens indígenas.

No Capítulo 3, analiso como vai sendo inserida uma agenda para os jovens indígenas dentro dos movimentos indígenas e no contexto nacional. Os jovens indígenas criando suas próprias organizações e redes como resultado desse processo; as organizações de jovens indígenas como formas de resistência e expressões culturais. Políticas públicas acessadas e as mudanças que ocorreram a partir desse acesso.

No capítulo 4, trato das sociabilidades, as articulações em redes e uso das novas tecnologias possibilitando visibilidade da juventude indígena e a construção de outros discursos sobre os povos indígenas.

No capítulo 5, apresento a criação das organizações da juventude indígena na Paraíba, centrando na Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP) e Associação de Universitários Potiguara (AUP), a importância da Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada para o autoreconhecimento identitário da juventude indígena, para participação dos jovens no movimento indígena e para as mobilizações da juventude.

Nesse capítulo, ainda, faço menção sobre as discussões acerca do ensino superior, acesso e permanência; Os preconceitos que sofrem dentro desse espaço – universidade, entretanto, a universidade também é tratada como espaço de voz da juventude. A universidade como projeto de vida e, também, como forma e espaço de resistência, mobilização e formação de redes e alianças.

No capítulo 6, trato dos jovens indígenas em Pernambuco, a partir das suas próprias organizações e redes. Neste capítulo, foco na Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE). Contudo, na busca por compreender a criação da COJIPE foi preciso

compreender os contextos locais, os espaços de mobilizações sociais dos jovens indígenas e como foram desenvolvendo esses espaços.

Por fim, nas Considerações finais: “Se não formos nós, quem?” - tecendo encontros e percepções, discorro sobre os desafios das juventudes indígenas como novas formas de mobilizações coletivas contemporâneas. Vou tecendo encontros, percepções e situando achados.

Ao final desta tese, espero ampliar o olhar sobre o que significa ser jovem indígena, quem são esses jovens, como se mobilizam e que dinâmicas socioculturais produzem. Pretende-se ampliar o debate sobre a temática, evidenciando “a multiplicidade e a polissemia da realidade”. (COLOMBO, 2005, p.287).

A realidade não tem o recorte tão específico como a temática estudada agora que é juventude. O interessante desse momento foi ter um monte de dados e não saber o que fazer com eles. Foi ordená-los e tecer uma narrativa e essa ordem não estava posta, eu é que fui tecendo e construindo essa rede, a tese. Situar-me e inserir minha perspectiva dentro dessa narrativa contribuiu para o alcance dos objetivos da pesquisa e contribuiu para o entendimento reflexivo de como as relações em campo foram estabelecidas, bem como para o processo de elaboração desta etnografia.

As experiências vivenciadas, antes do projeto de doutorado, também entraram nesta narrativa, pois fazem parte de mim, sou eu em campo. Eu também faço parte dessas dinâmicas, articulações, das mobilizações, movimentos e dessas redes, ou seja, também sou uma agente, uma interlocutora, uma participante dentro desse processo. Até a escolha dessa temática fez parte da minha trajetória. Foi ela que me levou a me debruçar sobre os jovens indígenas.

Em face do exposto, busquei nesta tese perceber a atuação dos jovens indígenas por meio de ações coletivas. Tais ações se mostram bastante complexas e compreendê-las requer, como foi postulado, uma dupla reflexão, trilhando os percursos de muitos fios que perfazem os tecidos dos movimentos pertinentes. Fazer esse amarrado, tecer, remendar essa costura. Se, por um lado, está sendo angustiante e o tempo e os prazos também não contribuem, por outro lado, é prazeroso rever os passos, os dados, a memória, fazer esse trabalho de transformar as experiências em narrativa para que outras pessoas consigam acessar o argumento principal.

Dessa maneira, volto a afirmar que a intenção desta tese é apontar as possibilidades analíticas para a temática da juventude, como, no caso específico, os estudos sobre

movimentos sociais e ação coletiva desse grupo, assim como ressaltar a necessidade de essa categoria, a juventude, ser compreendida levando em consideração diferentes recortes, como o étnico. Além disso, o trabalho procura fomentar iniciativas de dar continuidade ou complementar os esforços para o preenchimento das lacunas apontadas no campo dos estudos geracionais, de maneira a estimular que outros pesquisadores possam, também, manifestar interesse pela temática.

2 REFLETINDO SOBRE JUVENTUDE E ETNIA

Me chamaram pra cantar. Ô pensando que eu não sabia. Me chamaram pra cantar. Ô pensando que eu não sabia. Eu canto sexta, eu canto sábado. E no domingo até meio dia. Eu canto sexta, eu canto sábado. E no domingo até meio dia. Ô hê ah! Ô hê ah! Ô hê ah! Ô hê ah há! (Ponto de Toré do povo Kapinawá).

Os estudos sobre a construção dos conceitos de infância, adolescência e juventude e seus usos que os brasileiros costumam acessar foram baseados quase que exclusivamente em teorias ocidentais e a partir da realidade ocidental. Alguns autores vêm tratando desse tema para analisar movimentos na América Latina e movimentos transnacionais de jovens, como é o caso do antropólogo italiano Charles Feixa Pámpols, especialista nos estudos de cultura juvenil, movimentos de juventudes transnacionais, jovens em espaços públicos, como também, do antropólogo chileno Yanko Gonzáles Cangas, especialista em antropologia literária, autor de várias antologias poéticas e estudioso sobre movimentos de juventudes na América Latina em parceria com Charles Pámpols. Pámpols e Cangas (2006) citaram que esses pressupostos podem provocar um etnocentrismo na construção da categoria juventude. Tal ideia é corroborada pela antropóloga Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (2008), que a define como ocidentalcentrismo.

Para esses autores é importante selecionar contribuições de alguns pesquisadores que conceituaram juventude. Um dos autores citado por eles é o psicólogo norte-americano G. Stanley Hall, que em 1905, conceituou Juventude “como a fase da vida individual compreendida entre puberdade fisiológica (uma condição natural) e o reconhecimento do estatuto de adulto (uma condição cultural), se viu a juventude como um universal cultural, uma fase natural de desenvolvimento humano que se encontraria em todas as sociedades e momentos históricos” (HALL, 1905, Apud PÁMPOLS; CANGAS, 2006, p.172). Para Hall (1905), juventude é entendida como uma “pausa deliciosa entre infância e vida adulta” e se caracteriza por ser uma condição natural de “tempestade e estímulo”.

Outra autora importante é a antropóloga Margareth Mead, que a partir de sua pesquisa, na década de 1920, enfatizou que a adolescência das mulheres samoanas não seria natural, mas, sim, uma reação devida às restrições impostas pela civilização. Isto, portanto, não tem nada a ver com a fase descrita por Hall. (MEAD, 1985, Apud PÁMPOLS; CANGAS, 2006, p. 173). Mead (1951) em seu clássico trabalho desnaturaliza o conceito e expõe que as normas e tradições culturais é que vão direcionar a “natureza” da juventude, ou seja, situa juventude

como um “fenômeno cultural” produzido por práticas sociais a partir de contextos históricos que se manifestam de forma diferente e em alguns lugares se quer existem.

Pámpols e Cangas (2006) citam ainda outros autores que pesquisaram e contribuíram na construção do conceito de juventude. Mencionam que principalmente a psicologia e a sociologia fizeram da juventude um elemento estudável. Contudo, afirmam a ausência de discussões sobre juventudes rurais e indígenas. Os estudos também não trazem o contexto particular de formação da juventude afrodescendente.

Os estudos sobre juventude na América Latina se reportam às primeiras décadas do século XX. Segundo esses mesmos autores, juventude foi entendida como reservatório moral para construção do projeto Civilizatório do Estado Nação e da Identidade Latino Americana, bem como da construção da modernidade cultural e estética. Mas, ainda assim, no início do século XX, juventude apareceu como ator social, como sujeito de direito e como sujeito identitário (PÁMPOLS; CANGAS, 2006, p.177; REGUILLO, 2003, p. 357). O foco desses estudos foi baseado no estereótipo de jovens homens, brancos, letrados e de classe alta.

Segundo Reguillo (2003), a juventude, como se concebe na atualidade, é uma “invenção do pós-guerra, no sentido de uma nova ordem mundial”. Para Pámpols e Cangas (2006), esse olhar reduzido escondeu outras formas de expressões e diversidade cultural, a exemplo dos povos indígenas, deixando uma lacuna nos estudos sobre juventude a respeito dos jovens indígenas e suas diversidades simbólicas e materiais.

Nos estudos sobre juventude, na América Latina, foram recorrentes duas percepções: a) estrutural-funcionalista norte-americana estigmatizadora que se preocupava com “os jovens disfuncionais ou desviados”, frutos da industrialização e das migrações ou b) marxista sociológica instrumental que se preocupava com o surgimento dos movimentos juvenis (estudantes) e a consciência de classe (PÁMPOLS; CANGAS, 2006, p. 176).

Os estudos sobre juventude se ampliaram e se institucionalizaram entre 1960 e 1970 com a emergência dos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil. (PÁMPOLS; CANGAS, 2006; REGUILLO, 2006). Nesse período, a maior parte dos estudos foi sobre a juventude universitária, com ênfase no “processo de integração e desenvolvimento social dos jovens, tentando somar as situações aos projetos modernizadores”, além disso, alguns estudos ainda focaram em “questões políticas e ideológicas da juventude” (PÁMPOLS; CANGAS, 2006, p. 176).

No Brasil, os estudos sobre juventude se voltaram para as populações urbanas, sendo recentes os direcionados às populações rurais (SILVESTRE, 2010; 2011; CARNEIRO; CASTRO, 2007); Nessas pesquisas, são escassas as abordagens especificamente sobre juventude indígena. Os estudos sobre juventude brasileira estão alocados em duas percepções: o baixo engajamento social e político dos jovens na atualidade e a emergência de novas formas de participação que vêm atraindo a atenção de pesquisadores (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 413). Nos estudos sobre juventude rural são recorrentes duas interfaces: os movimentos migratórios dos jovens e os conflitos de sucessão geracional dos estabelecimentos agrícolas familiares (ABRAMOVAY *et alli*, 1998; BRUMER, 2007; GARCIA Jr., 1989; MENEZES, 1985).

Até meados dos anos 1980, os jovens eram vistos como pessoas “potencialmente ameaçadoras, perigosas e delinquentes”, resultando numa série de investigações conduzidas pelos governos com o intuito de socialização e integração (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p.414-415). A transformação dessa visão se deu no contexto de mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, fruto de mobilizações sociais de diversos segmentos da sociedade civil. Dentre os temas da agenda dos movimentos sociais e de pesquisadores da educação, ganham ênfase o “respeito por direitos básicos dos jovens, o privilegiamento de sua segurança, de sua formação, da atenção à sua saúde e sobre o apoio ao desenvolvimento integral”, a partir da noção de “proteção integral” (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 415 apud IFEJANT, 1997; O’DONOGUE e COL., 2003). Um dispositivo legal conquistado recentemente pelos movimentos foi o Estatuto da Juventude (LEI 12.852 de 05/08/2013), publicado no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2013. De fato, “desenvolve-se cada vez mais a noção de que a legitimação das políticas e dos espaços de garantia de direitos depende da adesão dos jovens de diferentes segmentos sociais e da qualidade de sua participação” (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 413). O estudo a partir da teoria de “novos movimentos sociais” de Melucci (1996; 1997; 2001), auxilia também na compreensão sobre a questão de juventude, com o qual muito dialogamos nesta tese.

Essas novas características “organizadas e ocupadas pelos jovens” são bem exploradas por Melucci (1997) que chama a atenção para a formação de redes de “diferentes grupos”, a princípio “dispersos, fragmentados, imersos na vida diária” que surgem eventualmente, “em resposta a problemas específicos”. O autor afirma a importância de se estudar esses grupos, pois esses “novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos

são testados e colocados em prática” (MELUCCI, 1997, p. 12-13). Seguindo essa perspectiva, as dinâmicas sociais dos jovens indígenas em Pernambuco e na Paraíba, foco desta tese, também se inserem no contexto de “novos movimentos sociais”, possibilitando novas formas de articulações e mobilizações.

Segundo os dados obtidos, é a partir da década 1990 que os jovens indígenas começam a assumir o protagonismo dentro do movimento indígena. Entretanto, somente a partir dos anos 2000 é que as categorias “jovens” e “juventude” passam a ser mencionadas em documentos oficiais do movimento indígena e a serem associadas à etnicidade, a saber, “jovens indígenas” e “juventude indígena” na tentativa de compreender as suas variações culturais.

As motivações para o acionamento das categorias jovem e juventude indígena foram: o próprio movimento indígena e a participação dos jovens dentro do movimento indígena, além do destaque que começaram a ter nas retomadas⁸, nos rituais, na educação (nas Escolas Indígenas Específicas e Diferenciadas), no movimento de professores indígenas e em outras comissões e organizações internas, além de começarem a atuar de forma mais enfática nos Acampamentos Terra Livre (ATLs), na Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), em grupos da Pastoral da Juventude, mas também em grupos e coletivos dos próprios jovens, como o projeto Índios Online, grupos de audiovisual e teatro.

2.1 Uma agenda para a juventude dentro dos movimentos indígenas

As primeiras referências aos jovens indígenas nos documentos e declarações emitidos pelo movimento indígena se deram no início dos anos 2000 e depois cresceram paulatinamente, até chegar à construção de um discurso próprio de juventude indígena. Assim, além do acompanhamento com os jovens, mais detidamente a partir de 2015 até o

⁸ As **retomadas** são estratégias políticas utilizadas por povos indígenas em relação ao seu território que constituem um universo de relações sociais, visando à autonomia deste. “Os Xukuru denominam **retomada** a ação de ocupar terras tradicionais, ou seja, que pertenciam aos seus antepassados e que foram expropriadas por fazendeiros” (p.24). As **retomadas** surgiram de mobilizações que envolveram mulheres e homens indígenas, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos, bem como seus contextos étnicos. Essa ação vai resultar em formas estratégicas de atuação, metas e características organizacionais distintas, propiciando mudanças no âmbito individual e coletivo, provocando motivações de esperança em um futuro melhor e o desejo de mudanças. “Nesse sentido, as ações de **retomada** contribuíram para um desequilíbrio estrutural entre opressor e oprimido, fazendeiros e indígenas” (SANTOS, 2009, p.26).

presente momento, outras fontes primordiais para esse trabalho foram eventos e documentos elaborados pela Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a memória do período em que atuei nessa instituição como assessora, bem como os registros dos trabalhos realizados com os povos indígenas, desde 1999. Parte da minha atuação nesse período encontra-se relatada em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (SANTOS, 2003) e dissertação (SANTOS, 2009).

Esses registros me permitiram reconstruir essa trajetória de emergência dos jovens indígenas como atores sociais com reivindicações próprias e a inserção de uma agenda para juventude indígena dentro do movimento indígena no Brasil. Ao mesmo tempo, a participação em mobilizações locais e acompanhamento dos eventos dos movimentos indígenas em geral e das organizações de jovens indígenas me possibilitaram ter acesso as suas agendas de mobilizações, suas preocupações, desafios e seus projetos de futuro. Devo dizer também que meu encontro com os movimentos indígenas e com os jovens indígenas tem se dado por uma relação dialógica, marcada por participação e não apenas na observação.

Nos movimentos indígenas regionais e nacionais, destaca-se a *Assembleia da APOINME* realizada no Povo Potiguara, na Paraíba, em 2005, na qual houve uma presença numerosa de jovens. Durante essa assembleia, os professores discutiram sobre o ensino médio e o acesso e a permanência no ensino superior, o PROUNI, a necessidade de licenciaturas interculturais indígenas e os critérios estabelecidos para acessar o sistema de cotas⁹, que foi criticado por não envolverem as comunidades ou as organizações indígenas no processo de seleção dos estudantes.

Iolanda Potiguara, 58 anos, professora indígena, mencionou na referida assembleia a necessidade de escolas de ensino médio dentro das aldeias e a preocupação com os jovens que precisam se deslocar das aldeias para a cidade para continuarem seus estudos; foi a primeira

⁹ Sistema de Cotas ou Políticas de Cotas e Ações Afirmativas fazem parte de um conjunto de direitos conquistados, no ano de 2012, pela população indígena, quilombola, negra, parda, de baixa renda e pessoa com deficiência e por movimentos da sociedade civil, com base na Lei 12.711/2012. As políticas de Cotas e Ações Afirmativas são instrumentos de reparações históricas para essas populações com o objetivo de reduzir as desigualdades socioeconômicas e educacionais e instituir políticas públicas de compensação às pessoas indígenas, quilombolas, pessoas com características fenotípicas negras, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiências. Essas políticas visam garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização. As Políticas de Cotas e Ações afirmativas instituem medidas que englobam desde a igualdade de direitos até a valorização simbólica de culturas, raças e etnias. No que se refere ao ingresso e permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nos cargos públicos de carreira, essas políticas públicas procuram garantir mais oportunidades de acesso para candidatos que se autodeclararam indígenas, quilombolas, negros, pardos, de baixa renda ou com deficiência.

vez que se utilizou o termo “jovens”, nos documentos da APOINME, como resultado da participação da juventude indígena.

A criação do Departamento de Mulheres Indígenas (DMI) foi proposta pelas mulheres indígenas, no *I Encontro das Guerreiras Indígenas*, em 2006, na Cidade de Salvador - BA. Nesse encontro, foi apontada ainda a necessidade de articulação a partir de eventos estaduais para formação de organizações locais de mulheres indígenas e eleições de representantes locais. Como continuidade do Encontro de 2006, realizaram uma *Assembleia Estadual das Mulheres Indígenas*, na aldeia de Cimbres, terra indígena Xukuru do Ororubá - PE; uma Assembleia Regional, no estado de Minas Gerais; e posteriormente mais duas Assembleias estaduais, em Pernambuco nos territórios indígenas Pankará e Kambiwá. Ao me debruçar sobre esses documentos, percebi que esses espaços de diálogo se configuraram como um importante lugar de mobilização não só das mulheres indígenas, mas também dos jovens indígenas.

Ainda em 2006, aconteceu a *Conferência Temática dos Povos Indígenas no Nordeste: Culturas indígenas e políticas públicas*. Nesse evento a coordenação da APOINME destaca a importância das organizações de jovens e mulheres para o fortalecimento do movimento indígena. Foi comunicado que no *Abril indígenas*, no *Acampamento Terra Livre* (ATL), a plenária fez uma votação reivindicando que nos eventos e espaços de atuações as mulheres tivessem metade das vagas.

Sobre a juventude foi discutido os problemas com a saúde (DST, HIV/AIDS, gravidez na adolescência), trabalho, educação, prostituição, drogas e comunicação e tecnologias e acesso a universidade. As lideranças mais velhas afirmaram que: “É preciso que ocorra uma maior inserção dos jovens na sucessão interna de suas aldeias, tanto através de uma atuação política, como também na articulação interna”.

Outro destaque da importância de uma formação e atuação política da juventude indígena é o trabalho do movimento indígena incentivando o “processo de auto-reconhecimento, tomando o jovem como atores fundamentais em movimentos de reivindicações de ações do Governo e de retomadas de terras”. A coordenação da APOINME pontuou que “para alcançar as demandas específicas sobre a cultura indígena” uma via é estabelecer parcerias. Como atividade paralela durante a conferência, foi oferecida uma *Oficina de audiovisual* para os jovens.

Os jovens, junto com as lideranças mais velhas, presentes no evento fizeram uma carta reivindicando políticas de atendimento aos jovens indígenas, garantia de participação dessa categoria nos eventos e mobilizações indígenas e encontros e intercâmbios entre os jovens indígenas no âmbito de atuação da APOINME. O encontro teve como resultado o lançamento de uma revista e um DVD apresentando o conteúdo do *Encontro de Mulheres Indígenas* e as discussões, acrescida, em homenagem à liderança indígena Maninha Xukuru-Kariri (AL).

Imagem 1 - Participação da juventude na *Conferência temática dos povos indígenas no Nordeste: Culturas indígenas e políticas públicas*.



Fonte: Arquivo Interno da APOINME, 2006.

Na *I Assembleia de Mulheres Indígenas em Pernambuco*, realizada entre os dias 18 a 20 de junho de 2007, na aldeia Cimbres, no Território Indígena Xukuru do Ororubá, município de Pesqueira - PE e na *I Assembleia das Guerreiras*, realizada de 13 a 16 de agosto de 2007, em Minas Gerais, houve a participação de representantes dos jovens indígenas dos povos Pankararu - PE e Pipipã - PE (na primeira), dos povos Xokó - SE, Koiwpanká - AL e Potiguara - PB (na segunda). Para além da participação dos jovens indígenas, constata-se também o registro dessa presença nas Cartas Finais dessas Assembleias e a utilização dos termos “jovem” e “juventude indígena”.

Esses acontecimentos e documentos contribuíram para refletir sobre a importância da participação e mobilização dos jovens indígenas durante esses eventos, uma vez que culminou na transformação do DMI (Departamento de Mulheres Indígenas) em DMIJ (Departamento de Mulheres Indígenas e Jovens), no ano de 2008. Pode-se, assim, fazer uma correlação de causa e efeito, na medida em que os jovens indígenas passaram a ter uma participação mais ativa, a ocupar os espaços e a apresentar suas novas demandas específicas da juventude, foi-se construindo ou se consolidando oficialmente a sua presença nesses espaços e nos documentos. A pauta dos jovens indígenas passa a constituir uma política institucional a ser fomentada pelas organizações indígenas, contribuindo para suas mobilizações.

No estatuto da APOINME, o termo “jovem” aparece, pela primeira vez, apenas em 2008, no Artigo 3º: São Objetivos da APOINME, Capítulo II dos Fins, inciso XVI que diz: “Incentivar a participação dos jovens indígenas em todas as instancias de articulação e atuação do movimento indígena” e nesse mesmo documento é instituído o Departamento de Mulheres e Jovens Indígenas (DMIJ), no inciso V, artigo 10º, Capítulo IV - Dos órgãos da APOINME. Esse estatuto foi aprovado na *Assembleia Extraordinária da APOINME*, no dia 01 de outubro de 2008, no Hotel Orange, na cidade de Itamaracá - PE. Os jovens indígenas, a partir daí, demandaram a criação de um departamento específico para a juventude, mas até a finalização da escrita desta tese, fevereiro de 2021, isso não ocorreu.

Como observado, a presença da juventude indígena, assim como das mulheres indígenas, vai se intensificando ao longo do tempo e ocupando espaços. A presença da juventude indígena nos processos de retomadas de terras, nos rituais, e nas mobilizações é marcante e vai tomando visibilidade.

Em 2008, a APOINME realizou uma *Oficina de Comunicação* para potencializar suas ações. Em seguida, uma das articulações para a juventude indígena através da APOINME foi a realização do *Seminário para Adolescentes e Jovens* em parceria com o CINEP, que aconteceu em 2010. A articulação política dos jovens foi realizada pela APOINME no sentido de fomentar políticas públicas para a juventude, mas não houve tanta repercussão para os jovens; E, posteriormente, uma das ações da APOINME foi a realização da *Oficina de Formação de Lideranças da APOINME* também em parceria com o CINEP, realizada na Paraíba, em 2012. Já a oficina de formação de lideranças foi bem mais falada pelos jovens indígenas que demandaram a necessidade de continuidade desse processo formativo.

Essas conquistas contribuíram na ampliação da visibilidade dos jovens e nas mobilizações desses nos diversos espaços dentro dos seus povos e fora deles, bem como possibilitaram cursos e formações específicos para essa categoria e articulação com outros movimentos de jovens indígenas e não indígenas, parcerias com agências e diálogos com o Estado. Ressalto que a participação nas mobilizações e nos movimentos indígenas se configura como uma das chaves para compreender como os jovens indígenas passam a se reconhecer e a demandar reconhecimento, enquanto “sujeitos coletivos” (PONTES, 2012, p. 724), reivindicando e construindo suas organizações específicas. Essa importância da organização da juventude é bem enfatizada por Castro (2009):

As organizações e as muitas expressões identitárias de juventude, ontem e hoje, contribuíram para a visibilidade das muitas juventudes. A principal contribuição foi demonstrar que aqueles que são organizados como juventudes têm algo a dizer sobre ser jovem no mundo atualmente e os problemas específicos que enfrentam. (CASTRO, 2009).

É importante ressaltar que o reconhecimento da juventude indígena pode dar visibilidade a outras juventudes. Quer dizer, esse processo de formação e construção da juventude indígena, esse modo de ser jovem indígena engajado na tradição, engajado no povo e capaz de investir na “luta”, capaz de dar um *plus* com a tecnologia, dar um destaque, chamar a atenção e constituir uma importante estratégia de enfrentamento ao processo colonial. Esse modo de ser jovem indígena pode orientar outras juventudes, ou seja, é possível pensar juventudes não a partir de uma perspectiva liberal ou neoliberal, do consumidor, do indivíduo atordoado, do indivíduo na multidão, perdido, do indivíduo sem referências, do indivíduo sem pertencimento. As juventudes indígenas indicam a possibilidade de uma juventude plenamente constituída, engajada em processos coletivos tradicionais, de oralidade, de constituição do seu povo, de pertencimento e de investimento na “luta”.

As juventudes indígenas na Paraíba e em Pernambuco se enquadram nessa afirmação. Reforço que esses sujeitos coletivos vão se organizar de diversas formas, seja através de grupos de igreja e grupos de jovens indígenas, seja participando da organização interna do seu povo. Como afirma Melucci, “o processo de uma identidade coletiva é, portanto, também a capacidade de produzir novas definições, integrando o passado e os elementos emergentes do presente para a unidade e a continuidade de um ator coletivo” (MELUCCI, 1996, p. 75).

As novas demandas passam a dizer respeito, não só ao movimento indígena no geral, mas também inserem discussões específicas, a presença e permanência nas universidades, nas

discussões de saúde indígena, discussões sobre subsistência e agroecologia indígena, “Bem Viver¹⁰”, discussões sobre gestão territorial e discussões sobre comunicação e tecnologia.

A partir de um pressuposto mais ampliado, podemos perceber que as mobilizações e as demandas das juventudes indígenas derivaram-se dos seguintes elementos:

- Movimentos indígenas e movimentos sociais em torno da temática específica da juventude e sublinhando temáticas gerais, educação e saúde;
- Políticas governamentais nacionais (Estado Brasileiro), políticas internacionais (Agências de Cooperação Internacional e Acordos Internacionais), Organizações Não Governamentais, Igrejas e Universidades;
- Próprios jovens, a partir da participação em grupos e organizações juvenis e a criação de grupos, coletivos e organizações de jovens indígenas.

Do ponto de vista étnico, tem-se a conformação de outras identidades, não é mais um povo indígena, não é mais o povo Xukuru, o povo Potiguara, o povo Truká é uma outra coletividade: as “juventudes indígenas”. Contudo, a questão indígena vai estar em torno dos jovens, da juventude indígena, mas é uma mobilização que ela se organiza e se configura de uma forma diferente do que vinha sendo feito pelos povos indígenas, caracterizando “novas” formas de mobilizações, como lembra Melucci (1996; 2001).

Na realização dos trabalhos de campo, pude acompanhar e ver se configurando uma transformação nas políticas indigenistas, bem como foi possível notar uma transformação nas articulações e mobilizações indígenas para demandar essas políticas. Os idosos com a questão territorial e do reconhecimento étnico foram saindo um pouco do foco das mobilizações, para abarcar a questão geracional, os jovens participando e tomando a frente das mobilizações e assumindo um papel importante. Aparecem as questões específicas relacionadas às próprias juventudes e questões de gênero.

O acompanhamento feito ao longo dos anos, propiciou observar e perceber essas questões e isso se conformou em um problema de pesquisa, voltado para formas de articulações das mobilizações de ação coletiva. Os povos indígenas se inserem nesse contexto mais amplo de “novos movimentos sociais” que têm a ver com novos tipos de agendas, tais

¹⁰ O bem viver ou viver bem recupera a sabedoria dos ancestrais indígenas e construir coletivamente uma nova forma de vida autônoma, renováveis e autosuficiente. É uma forma de vida em oposição ao sistema capitalista e neoliberal. O bem viver significa “viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo nos reconhecer que somos ‘parte’ dela e que não podemos continuar vivendo ‘à parte’ dos demais seres do planeta. A natureza não está aqui para nos servir, até porque nós, seres humanos, também somos natureza e, sendo natureza, quando nos desligamos dela e lhe fazemos mal, estamos fazendo mal a nós mesmos” (ACOSTA, 2016).

como: as mudanças climáticas e as questões ambientais. Tais temáticas passam a ser relevantes porque estão relacionadas com o território e com a forma de garantir um projeto de sociedade, ou seja, é a questão do presente, ligada ao passado, mas também à garantia do projeto de futuro.

Essas dinâmicas não estão isoladas. Não é só a questão da Educação, não é só a questão da saúde, não é só a questão ambiental, mas é esse conjunto de discussões e espaços que vão propiciar, em primeiro lugar, a participação dos jovens indígenas e com isso a identificação, ou seja, passaram a se nomear, se identificando enquanto indígena nos espaços, como também formando os grupos de jovens, seus coletivos, suas organizações de jovens, movimentos de juventude.

Os jovens estão presentes em diversos lugares e espaços e vão utilizar as tecnologias como ferramenta para acessar informações, mas também como ferramenta para se mobilizar e visibilizar essas mobilizações. Essas formas de mobilizações constituem novas dinâmicas de sociabilidades que possibilitam outros tipos de aliança, outras formas de relação de confiança e parceria.

“Todo mundo” está articulado nas redes. Isso muda muito a questão de caráter étnico, que se pensa estar posicionado e localizado para além do local. É um movimento que é supra local. Esse movimento não está delimitado pelo território, mesmo que o território seja um elemento constituidor e catalizador dessa identidade. Essa articulação vai para além. Hoje em dia, os movimentos de juventudes indígenas entram como uma agenda. Os movimentos dos jovens indígenas seguem avançando e ultrapassando os limites territoriais, segue se articulando em rede intra e extracomunitária, local e global.

Imagem 2 - Jovens Kapinawá, no II Encontro de Mulheres Indígenas, em 2011.



Jovens Kapinawá no II Encontro de Mulheres, em 2011

Fonte: CCFL, 2012, p. 31.

Imagens 3 e 4 - II Assembleia Regional das Mulheres Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.



Fonte: Imagem 3 - Hosana Santos, 2011 e Imagem 4 - Josiane Tupiniquim, 2011.

Imagens 5 e 6 - II Assembleia Regional das Mulheres Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.



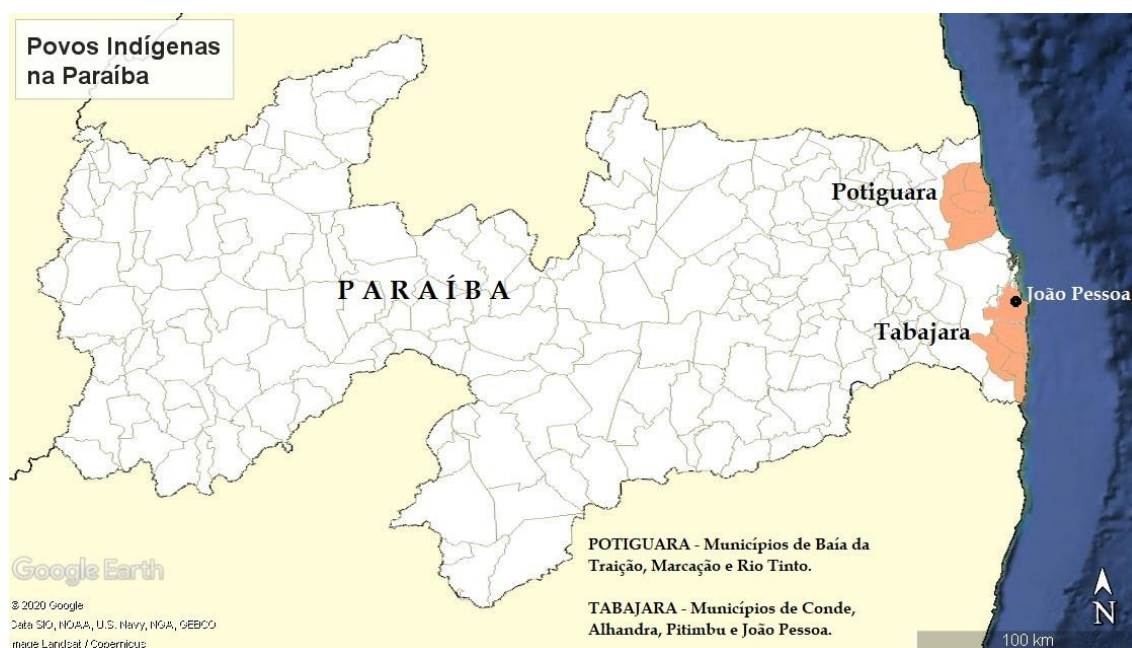
Fonte: Hosana Santos, 2011.

2.2 Quem é considerado Jovem no Brasil?

Somos jovens e estamos na luta! (Raíres Kambiwá, representante da COJIPE, 2016).

O IBGE, no Censo demográfico de 2010, apresentou os dados sobre a população indígena na Paraíba e em Pernambuco. Na Paraíba, a população indígena é de 19.149 pessoas (IBGE, 2010). Nesse estado, encontram-se dois povos indígenas, Potiguara e Tabajara (Imagem 7). O povo indígena Potiguara, em sua maioria, está distribuído em três municípios: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Já o povo indígena Tabajara está em processo de identificação e delimitação e, segundo representantes desta etnia, se localizam nos municípios do Conde, Alhandra, Pitimbu e João Pessoa (Bairros Mandacaru, Cristo Redentor, Geisel e Jardim Veneza).

Imagem 7 - Mapa dos povos indígenas na Paraíba.



Fonte: Estevão Palitot, 2020.

A população indígena em Pernambuco é formada por treze povos, situada entre o Agreste e Sertão do Estado (Imagem 8). O IBGE (2010), no censo demográfico de 2010, apresentou uma população indígena de 53.284 pessoas, em Pernambuco, dividida em 13 povos indígenas: Atikum (municípios de Carnaubeira da Penha e Salgueiro), Fulni-ô

(município de Águas Belas), Kambiwá (municípios de Ibimirim, Inajá e Floresta), Kapinawá (municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim), Pankaiwká (município de Jatobá), Pankará (municípios de Carnaubeira da Penha e Itacuruba), Pankararu (municípios de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia), Entre Serras Pankararu (município de Petrolândia), Pipipã (município de Floresta), Truká (municípios de Cabrobó e Orocó), Tuxá (município de Inajá e Itacuruba), Tuxi (município de Belém de São Francisco) e Xukuru (municípios de Pesqueira e Poção).

Imagem 8 - Mapa dos povos indígenas em Pernambuco.



Fonte: LACC/UPE, 2016.

Segundo o Estatuto da Juventude, é considerado jovem no Brasil pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Já o IBGE, caracteriza juventude como faixa etária entre 15 e 24 anos, contemplando cerca de 51 milhões de pessoas no país (IBGE, 2010). Em Pernambuco, a população de indígenas entre 15 e 24 anos é de 10.298 pessoas (IBGE, 2010) e, na Paraíba, é de 3.896 pessoas (IBGE, 2010). Quem são os jovens e juventudes indígenas?

A juventude tem sido uma temática utilizada para fins demográficos e também para a elaboração de políticas públicas com faixa etária específica. Segundo a antropóloga Elaine

Müller (2005), a juventude é um período liminar e de experimentação, no qual se agrega diferentes indivíduos que possuem a mesma idade. Para a UNESCO (2005):

O termo “juventude” refere-se ao período de ciclo de vida em que as pessoas passam a infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, etnias, as classes sociais e o gênero. (UNESCO, 2005, p. 23).

As referências encontradas, geralmente, consideram “juventude” uma fase de transição entre a infância e a vida adulta. Contudo, esse conteúdo é culturalmente determinado necessitando ser melhor compreendido (WANDERLEY, 2007, p. 22). Traduzindo a necessidade de criação de políticas públicas abrangentes, intersetoriais e específicas, que atendam a pluralidade das juventudes existentes (DAYRELL, 2003). Nos estudos de referência sobre juventude é consenso a utilização da nomenclatura juventudes, no plural, por abranger diferentes formas de vivência dessa categoria, atrelada as singularidades étnicas, sociais, religiosas e etc.

Concordo com Wanderley (2007) e com Dayrell (2003) sobre a criação de políticas públicas específicas mais abrangente, bem como a inevitabilidade de um olhar mais ampliado acerca das juventudes, pois como menciona Dona Zenilda Xukuru, 60 anos, liderança feminina indígena dessa etnia: “Ser jovem não tem idade!”. Dona Zenilda é uma guerreira, mãe do atual cacique Xukuru, contribuiu para a organização do seu povo indígena, além de ser exemplo para os movimentos de mulheres indígenas. Ela vem contribuindo e atuando junto aos jovens indígenas Xukuru do Ororubá e inspirando jovens de outras etnias.

Dona Zenilda diz: “Eu sou jovem!” “Faço parte!” “A juventude é uma coisa que está dentro de mim”! Mas, no momento em que ela senta com os jovens para conversar, ela é dona Zenilda, mãe do Cacique Marcos, mãe Sacarema, viúva do Cacique Xikão, mãe do povo Xukuru, ela é autoridade. Ela não está construindo a pauta no mesmo patamar que eles. Nesse ponto, ela não é juventude, mas essa fala é estratégica, pois ela tem um papel fundamental para os jovens, um apoio importante articulador de se aproximar do jovem e acompanhar a juventude Xukuru, mas também de exercer papel de controle e colocar ordem.

Dona Zenilda faz não só esse papel de aproximação, articulação e controle dos jovens Xukuru do Ororubá, mas vai além disso: a juventude Xukuru e de outros povos vão se apropriar dessa fala, reproduzi-la e difundi-la, como poderá ser notado em algumas falas ao longo do capítulo. Ao trazer à tona a frase: “Ser jovem não tem idade!” Dona Zenilda

sistematiza e reflete sobre essa temática e nos leva também a uma reflexividade, ou seja, Dona Zenilda, ela entrou aqui fazendo teoria da melhor qualidade. Quer dizer: ser jovem não é uma coisa que nós pesquisadoras e pesquisadores queremos que seja ou acreditamos que vai ser. Neste caminho, cabe questionar sobre o que é ser jovem indígena a partir das categorias *êmicas*, ou seja, a partir das categorias locais.

Observei que nos encontros, reuniões e oficinas de jovens indígenas, a faixa etária dos participantes vai além daquelas associadas à juventude definida oficialmente pelo IBGE e Estatuto da Juventude. Esse fato me estimulou a refletir sobre a categoria “juventude indígena”, a qual passa a se afirmar como esse agente mobilizador, portador de direitos que reivindica acesso às políticas de sua categoria. Como afirma Melucci, “as pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade” (MELUCCI, 1997, p. 13). Melucci (2001) reflete que, em determinadas situações, a juventude ao reivindicar suas demandas, acaba se dirigindo à sociedade em geral, mesmo sendo demandas específicas elas apontam para problemas que atingem o contexto em que vivem. É o caso das juventudes indígenas no Nordeste, em especial Paraíba e Pernambuco, que ao demandarem políticas públicas específicas e diferenciadas, trazem a tona à estrutura social brasileira, principalmente a estrutura fundiária e preconceitos sociais.

Durante o trabalho de campo, em uma conversa com três jovens indígenas: Guila Xukuru¹¹, 26 anos, Mari Truká¹², 26 anos e Wanderson Kapinawá¹³, 29 anos, eles relatam a partir de suas etnias e suas experiências o que consideram ser jovem indígena. Mariana Truká, rememora a fala de Dona Zenilda Xukuru e expõe a sua visão:

Acho que antes de tudo, ser jovem é ter um espírito feliz. Eu acredito que a juventude não tem idade. A prova disso é dona Zenilda, não é! Que ela é citada como o exemplo. Independente da idade é o espírito que nos torna jovem. E ser jovem indígena é ter uma responsabilidade a mais. Ser jovem

¹¹ Guilherme Araújo Marinho Magalhães, 26 anos, conhecido como Guila Araújo ou Guila Xukuru – jovem indígena do povo Xukru do Ororubá – PE, advogado, começou a contribuir para a luta do povo Xukuru através do áudio visual, sendo um dos fundadores do Ororubá Filmes, contribuiu na criação e articulação do Coletivo da Juventude Indígena Xukuru que se chama Poyá Limolaygo (Pé no chão, na língua Xukuru), atualmente é presidente da Associação da Comunidade Indígena Xukuru, em nível estadual representa seu povo na Comissão de Juventude Indígenas de Pernambuco (COJIPE) e através da COJIPE participa do Fórum de Juventude Indígena de Pernambuco (FOJUPE).

¹² Mariana Monteiro de Souza, Mariana Truká ou Mari Truká, 26 anos, Jovem do povo Truká, representante Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT) e da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE).

¹³ Wanderson Ronen Siqueira da Costa, 29 anos, conhecido como Txuskyá Tawá Kapinawá ou Wanderson Kapinawá, jovem do povo Kapinawá, faz parte da Organização de Juventude Indígena Kapinawá (OJIKÁ), trabalha como Motorista da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

indígena é ter a confiança dos nossos mais velhos. É ter a confiança do nosso cacique. Ser jovem indígena é ter amor pela terra, é ter amor pela nossa ancestralidade. É ter a responsabilidade de estar ali na luta e amar o nosso ritual. Ter amor pela terra e respeitar ela. Ser jovem indígena é antes de tudo é ser forte. (Mariana Truká, diálogo realizado no *Encontro da COJIPE*, 2019).

Wanderson Kapinawá descreve o que é ser jovem indígena para ele:

Minha mãe é uma grande liderança lá do povo Kapinawá [Roseane Gomes de Siqueira, uma das lideranças mais antiga do povo e fundadora da Associação das Mulheres Artesãs Kapinawá - AMARK] e ela tem eu e mais três filhos, eu sou o mais velho, e todos são do movimento. Ser jovem é ser do movimento: viver no movimento, falar do movimento e gostar do movimento (Wanderson Kapinawá, diálogo realizado no *Encontro da COJIPE*, 2019).

Já Guilherme Xukuru relata:

A gente tem lá em Xukuru que é essa missão de defender a Serra do Ororubá e preservar a serra do Ororubá e que dentro disso cabe tudo isso que Wanderson e Mariana falaram aqui. De defender esse modo de vida, de dá continuidade a esse modo de vida. E aí eu falo brincando isso que é: “É utilizar o que se tem de mais moderno para fortalecer e preservar os nossos ancestrais”. [Frase da Ororubá Filmes].

Para ser muito resumidão, mas eu acho que é por aí mesmo... Que é... Eu acho que cada geração tem uma missão diferente, né. Apesar de que a missão é a mesma, mas as estratégias de mobilizações é o que faz a diferença. Eu acho que é isso aí... E a nossa missão agora é fazer com que essa pauta de luta ganhe outros espaços. Começar a ocupar os espaços que as lideranças anteriores não ocuparam. Porque a pauta estava mais presa ao território, lógico... Claro! Naturalmente que é a primeira necessidade ali.

É o que Neguinho Truká¹⁴, lembrava hoje de manhã. É o ponto central, porque sem o território... Mas acho que agora, essa nova geração tem essa missão de fazer com que se ocupem os espaços e que vai quebrar essa hegemonia lá nas universidades de que só é conhecimento o que é produzido lá. Só o que é produzido lá que é ciência. Quebrar com esse pensamento de que ser índio não é ser atrasado, não. E o que é ser evoluído? O que é ter um verdadeiro desenvolvimento? (Guilherme Xukuru, diálogo realizado no *Encontro da COJIPE*, 2019).

Em outro momento, em uma *reunião no Museu do Homem do Nordeste*, na cidade do Recife - PE, Maurílio Truká¹⁵, 28 anos, afirmou:

¹⁴ Aurivan dos Santos Barros, 43 anos, conhecido como Neguinho Truká, atual cacique do povo Truká – PE, representante do seu povo na Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Geraí e Espírito Santo (APOINME).

¹⁵ Maurílio Nogueira dos Santos, 28 anos, conhecido como Maurílio Truká, liderança jovem, pedagogo, ex-coordenador da Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT), um dos fundadores da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE), representante do Fórum de Juventude de Pernambuco (FOJUPE), representante no Conselho Estadual da Juventude.

Ser jovem é acreditar na força da nossa ancestralidade que nos inspira a viver em total harmonia com a mãe natureza e da continuidade a luta dos nossos mais velhos, que sempre estiveram na defesa da luta pela terra, na perspectiva de preservar nossos costumes e tradições, fortalecendo nossa cultura e identidade. (Maurílio Truká – *Reunião no Museu do Homem do Nordeste*, Recife - PE, 2016, atualmente essa frase se encontra nas paredes do Museu, na ala sobre os povos indígenas em Pernambuco).

Em outro período, em uma conversa Gessé Potiguara¹⁶, 31 anos, afirma que:

O ser jovem Potiguara é ter coragem. É ser quem eu sou, como participo na base. É ter um compromisso, é um processo que vai estar construindo, enquanto ser jovem indígena. Tem jovem que tem oportunidade, mas não abraça. Você vai ser jovem mais de direito, do que de deveres e o jovem indígena tem que saber seus direitos e seus deveres para poder participar da luta. (Gessé Potiguara - PB, 2018).

Nessas falas, nota-se que para os jovens indígenas na Paraíba e em Pernambuco o ser jovem indígena não tem necessariamente ligação com a idade, mas com o sentimento de ser jovem, ser feliz, ser forte, ter coragem, ter compromisso e responsabilidade. O ser jovem indígena é ter o respeito pelos mais velhos, suas lideranças e sua ancestralidade. É participar nas mobilizações e movimentos indígenas, participar nos rituais e ter a responsabilidade de ser indígena, de defender sua etnia e seu território, defesa e manutenção cultural e de modo de vida.

Os jovens indígenas colocam como missão a “luta” e defesa do território, encontrar estratégias de mobilizações, mas também ocupar os espaços em conselhos, fóruns, universidades e outros, ou seja, ocupar os espaços políticos, espaços de conhecimento, sobretudo, espaços de poder. Juventude está ligada a condição de ser guerreiro, de estar na “luta”. São noções *êmicas* ditas que vão além das referências associadas à faixa etária. O ser jovem indígena é estar em um processo de construção e ao mesmo tempo vivenciar esse processo. Tem relação com o fator tempo, se remete a um passado de origem, ancestral, se vive o presente com o intuito de garantir a manutenção sociocultural e se projeta o futuro para que as próximas gerações possam dar continuidade.

¹⁶ Gessé Viana Silva, 31 anos, conhecido como Gessé Potiguara - jovem indígena do Povo Potiguara - PB e coordenador da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), representante da Associação de Universitários Potiguara (AUP), é estudante do curso de graduação em Pedagogia pela UFPB, participa do Conselho Estadual de Juventude, representante da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), durante sua estadia na minha casa, em Recife - PE.

As lideranças indígenas mais velhas e professores, no caso, Claudia Truká¹⁷, 38 anos, como também, o Cacique Val Pipipã¹⁸, 50 anos, chamam a atenção afirmando que juventude tem relação com o presente:

Dizem que jovem é o futuro, mas para nós povos indígenas, o futuro são as nossas crianças. Nós jovens [e aí ela se inclui] somos o presente, o agora, a ação, o hoje para promover o futuro para as nossas crianças (Cláudia Truká - PE, no *Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, maio 2016).

Eu confio na juventude. Alguns dizem que a juventude é o futuro. É mentira! A juventude é o presente, porque vocês caminham desde já, vocês lutam desde já. Vocês não estão caminhando para lutar lá na frente, nem para brigar lá na frente. Vocês estão caminhando e estão lutando agora, então juventude não é o futuro. (Valdemir Pipipã, liderança indígena, na *Reunião COJIPE*, outubro de 2016).

As duas falas são de lideranças indígenas do estado de Pernambuco, pessoas de etnias distintas, em momentos e lugares diferentes. No entanto, as falas conversam e convergem, ambas trazem a ideia de que juventude está no presente, age no presente, mas sem negar a contribuição para o futuro. Para explicar melhor, Sandriane Pankará¹⁹, 24 anos, expõe essa reflexão:

O jovem é o presente! Às vezes alguns dos mais velhos dizem que o jovem é o futuro, mas eu gosto de lembrar bem a fala de Claudinha Truká que diz que “jovem é o presente”! E eu concordo com isso. Eu te dou como exemplo, o nosso ato contra a Usina Nuclear que a gente da COJIPE fez em Itacuruba. Esse ato foi pensado por nós jovens, com o apoio de alguns parceiros, mas foi pensado por nós, juventude indígena. Nós [falando sobre a população de Itacuruba] já sofremos com o impacto da construção da barragem de Itaparica, isso no passado. Itacuruba foi inundada e hoje vivemos no município de Nova Itacuruba e agora estamos com a ameaça de instalação da Usina Nuclear aqui, no nosso município. Isso gera muito transtorno. Uma ameaça do passado que vem agora com força. E esse ato [referindo-se a caminhada antinuclear realizada em 24 de março de 2019] que fizemos... Esse ato que foi feito agora, no presente, para evitar que uma ameaça do passado aconteça no futuro.

Então, foi agora, no presente que nós, jovens indígenas tivemos que agir. E fizemos o ato. Fizemos a formação [durante dois dias antes do ato, fizeram

¹⁷ Claudete da Silva Barbosa, conhecida como Claudia Truká, 38 anos, professora do povo Truká, uma das fundadoras da Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT), da Organização de Professores Indígena Truká (OPIT) e da Comissão de Professores Indígena de Pernambuco (COPIPE).

¹⁸ Valdemir Amaro Lisboa, 50 anos, conhecido como Valdemir Pipipã ou Val Pipipã, cacique do povo Pipipã e professor indígena, representante da Organização de Professores Indígena Pipipã e da Comissão de Professores Indígena de Pernambuco (COPIPE).

¹⁹ Maria Sandriane Francisca, 24 anos, conhecida como Sandriane Pankará - jovem do povo Pankará de Serrote dos Campos, professora indígena, fundadora e ex-coordenadora da Organização de Jovens Indígenas Pankará (OJIP), fundadora e coordenadora da Juventude Indígena Pankará (JIP), representante da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE) e faz parte do Fórum de Juventude Indígena de Pernambuco (FOJUPE).

formação sobre a questão da energia nuclear com os jovens indígenas em Pernambuco] e a caminhada da aldeia [aldeia Serrote dos Campos] até a cidade de Itacuruba. A cidade toda viu e entregamos a Carta da Juventude na Câmara de Vereadores e teve aquela repercussão, não foi? (Sandriane Pankará, 2019).

Ao mencionar essa relação com o presente, tanto as lideranças mais velhas, como os jovens indígenas se referem à missão e responsabilidade da juventude na atualidade com a manutenção e continuidade da defesa do seu povo, do seu território, mas também de sua cultura, seus rituais e modos de vida.

É importante retomar as explicações de Bourdieu (1983, p. 1), em favor de entender que “a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades” e também de divisão de poder. Essa geração vivencia novas formas de participação e de dar visibilidade às suas especificidades. Os jovens indígenas estão sempre propondo elementos que estão presentes na contemporaneidade, tais como o uso da internet, o celular, o uso das tecnologias. O discurso de geração, o discurso de juventude, assume um lugar importante para afirmação da identidade. Está relacionado a um projeto de sociedade que, principalmente, se relaciona com a crença, com uma crença de uma origem comum, de um antepassado comum. Ao refletir sobre juventude indígena, dialogo com a noção de etnicidade de Weber (1984), Barth (2000) e Oliveira (2004) que concebe como elemento politicamente mobilizador e, portanto, teria fronteiras flexíveis e negociáveis. A etnicidade é essencial para entender o porquê esses grupos podem se afirmar acionando a categoria juventude indígena na atualidade.

Os dados analisados tornam evidente que os jovens indígenas estão articulados com o movimento, com a “luta”, hoje, no presente, mas também se articulam com o projeto de futuro que é proposto pelos movimentos indígenas, inclusive pelas organizações locais indígenas (do povo), sobretudo os povos que já têm a posse do território, com o intuito de projetar, garantir e gerir esse futuro. Para isso, esse projeto de futuro é construído e realizado no presente. A jovem Raíssa Potiguar²⁰, 30 anos, no livro “Índios na visão dos índios: Potiguar”, relata como se dá no Povo Potiguar na Paraíba:

Para os mais velhos as crianças e os jovens são o futuro do nosso povo, pois são eles que darão continuidade à trajetória Potiguar. Mas como jovem, eu vejo que não somos apenas o futuro, somos também partes do presente. Se

²⁰ Raíssa Círiaco, 30 anos, conhecida como Raíssa Potiguar - jovem indígena do Povo Potiguar-PB, pedagoga e professora indígena, foi uma das fundadoras da Organização de Jovens Indígenas Potiguar (OJIP), participou da Rede Índios Online.

não despertarmos e nos envolvermos com o movimento indígena hoje, como será a formação de nossas lideranças mais adiante?

Também vejo, como jovem indígena, que com cada criança que nasce dentro do nosso povo, surge um novo guerreiro ou uma nova guerreira. As aldeias devem perceber sua obrigação de contribuir para a formação dos jovens para que estes saibam dos seus direitos e deveres. Somente assim eles poderão continuar a caminhada com a força que os Potiguara têm. (Raissa Potiguara, 2011, p. 41).

Observa-se que há um discurso de algumas das lideranças sobre essa questão de os jovens indígenas serem o futuro, por outro lado, algumas lideranças, em contraste, relacionam o jovem com o presente, mencionam que o futuro é a criança e que o jovem é o hoje, o presente. Com respeito ao fator tempo, quando falam de geração, observo que tem incluído o fator tempo. Quando se fala de juventude, tem incluído o fator geracional que remete ao fator tempo. Remete-se, então, a uma temporalidade que está sendo vivenciada e construída.

Imagem 9 - Print Facebook de David Araújo (Xukuru), compartilhando mensagem de Celia Xakriabá, 2016.



Fonte: Facebook de David Araújo (Xukuru), 2016.

Em Pernambuco, no povo Xukuru do Ororubá, os participantes do grupo de jovens que trabalham com o audiovisual chamado “Ororubá Filmes”, usam uma camisa com a frase: “Utilizando o que se tem de mais moderno, para fortalecer e preservar os nossos ancestrais”. (Ororubá Filmes). Acredito que seja por isso essa relação forte com o que é contemporâneo. Os jovens não estão só presos ao que é próprio do povo, do que é considerado “tradicional” por eles, mas estão ligados às questões contemporâneas: as mídias, tecnologias, de estar interagindo, de estar conectado, de estar em rede, por questões pessoais, mas, sobretudo, por questões coletivas, para darem visibilidade e defenderem seus povos. Na Paraíba, “os Potiguara têm se apropriado das novas tecnologias de informação e de comunicação para expressar suas realidades, buscar seus direitos, aprender, ensinar e se relacionar melhor com o mundo globalizado”. (GERLIC, 2011, p. 60).

Sem dúvida, a juventude está interagindo com o que acontece localmente, mas também globalmente, por consequência também estão se inserindo na questão da política da “luta”. Os jovens indígenas estão interagindo, participando e fazendo capacitações não só em torno das histórias do seu povo e dos outros povos indígenas, mas em torno de outras comunidades tradicionais, outras situações, outras formas de organizações coletivas (exemplo das viagens que fizeram para conhecer as experiências de Canudos - BA e Caldeirão - CE), mas também participando de oficinas de formações para saber os direitos constitucionais, saber os projetos de leis, propostas de emendas constitucionais, decretos e resoluções que estão em pauta no Congresso Nacional para serem votados, discutir a conjuntura política, saber e discutir as políticas públicas ofertadas, mas também propor políticas públicas que contemplem suas especificidades.

Irembé Potiguara²¹, 32 anos e Magna Lima, no livro índio na visão de índio: Potiguara” refletem que:

Muitos podem pensar que o contato com as novas tecnologias, entre elas a internet, nos torne menos índios, e também nos distancie da nossa Cultura, mas a meu ver isso não ocorre. Esse pensamento existe porque as pessoas ainda têm em mente um estereótipo de índio do passado, aquele que andava nu e vivia no mato, e nos ver hoje, com as mudanças pelas quais passamos, incomoda.

Como seria se ficassemos alheios a tudo, o mundo evoluisse e nós permanecêssemos intactos? Resposta simples: seríamos engolidos por essa chamada globalização.

²¹ Jaqueline Ciríaco, 32 anos, conhecida como Jaqueline Potiguara ou Irembé Potiguara - jovem indígena do Povo Potiguara-PB, pedagoga e professora indígena, uma das fundadoras da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), participou da Rede Índios Online.

O intuito de estarmos cada vez mais buscando saber e nos apropriar das tecnologias da sociedade globalizada é de conseguir mecanismo para lutar pelos nossos direitos conhecer tudo o que nos cerca e dessa forma preservar o nosso modo de vida e o nosso território”. (Irembé Potiguara; Magna Lima, 2011, p. 18).

Os povos indígenas na Paraíba e em Pernambuco, em boa parte, já possuem o seu território reconhecido e regularizado ou em processo de regularização, então, estão em uma situação “estabilizada”, ou seja, já sabem o que têm, mas isso não é suficiente, mesmo que seja para retornar, voltar e trabalhar lá. Tem uma questão que ser indígena hoje em dia não é só dar conta disso, tem a questão do gerenciamento e gestão do território, mas também, como mencionado nas falas, encontrar estratégias de mobilização e ocupar os espaços. É inclusive estar representando vários segmentos em lugares diferentes nas políticas, nos espaços, nos fóruns, nas comissões. Bourdieu (1983) lembra também que as categorias “juventude” e “velhice” não são dadas, mas são categorias construídas socialmente e disputadas entre si: “as classificações por idade (mas também por sexo ou por classe) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p. 112).

Jovem também pensa, tem cabeça e sabe distinguir o certo do errado, sim! Temos jovens sem consciência sim, mas parem de achar que jovem não sabe o que faz. Nem sempre os jovens são manipulados. Temos jovens que sabe o que quer. Tá errado não querer corrigir. Vamos a luta seja onde for. E se for mais seguro nas Universidades, será lá sim. Ninguém fala nas redes sobre a violência que os jovens vêm sofrendo nas ruas por PMs, sempre são os jovens que são baderneiros... A partir de hoje, de amanhã e de sempre, seremos jovens que irão lutar pelo melhor para todos... E todos têm que nos levar a sério! #ForaTemer! (Sandriane Pankará - PE, representante da COJIPE, publicação no *Facebook* de outubro de 2016).

As palavras dessa jovem liderança advertem que ao discorrer sobre juventude indígena nos dias de hoje é necessário levar em consideração os diversos aspectos que a envolve, como afirma outro jovem, Ewerton Xukuru²², 32 anos, “A educação do homem branco não ensina o prazer. A educação do índio, ensina!” (Ewerton Xukuru - PE, *Encontro FREPOP*, julho 2016).

Nas falas, tanto de Irembé Potiguara - PB, como de Sandriane Pankará - PE, “jovem” parece estar intimamente ligado à “luta”, ou seja, às mobilizações e estratégias do movimento

²² Ewerton Cesar Alencar de Amorim, 24 anos, conhecido como Ewerton Amorim ou Ewerton Xukuru – jovem indígena do povo Xukuru do Ororubá-PE, graduando em Agroecologia na UFSCAR, participa do Ororubá Filmes e do coletivo Poyá Limolaygo.

indígena. Interessante não é só o tipo de lazer e entretenimento, de roupa, mas a “luta”, que faz o jovem ascender como jovem indígena. As tecnologias parecem contribuir nesse processo de emergência das mobilizações das juventudes indígenas, contribuindo para a visibilidade dos povos indígenas e modificando as relações internas.

Nesse sentido, levo em conta suas práticas artísticas e culturais, tais como músicas, poesias, teatro, vídeos, espaços de sociabilidade e as tecnologias de comunicação utilizadas por eles, por serem expressões que podem articular e agregar esses jovens e que contribuíram para sua participação nas suas mobilizações e criação de grupos e coletivos de juventudes indígenas. Diante deste quadro, esse capítulo teve por objetivo compreender a perspectiva dos jovens indígenas que ao longo dos anos estiveram à margem das discussões de políticas públicas e de sua importância no contexto social e que fazem através da linguagem artística e tecnológica uma forma de se comunicar e estar presente no mundo.

Essa semana foi muito tensa, tanto na universidade, como nos Ministérios, com meus parentes reivindicando nossos direitos à saúde, educação, terra e vários outros; mais o bom é está ao lado dos parentes para fortalecer nosso movimento e renovar nossas energias, e a luta continua. (Leonel Atikum - PE, publicação no *Facebook* de novembro de 2016).

O Jovem Leonel Atikum²³, 29 anos, na fala acima reforça esse papel mobilizador da juventude em diversos espaços. Esses jovens vêm potencializando sua capacidade de mobilização política e identitária para subsidiar intervenções em seus povos, no que concerne às questões relacionadas à garantia dos direitos indígenas, possibilitando mudanças nos papéis tradicionalmente ocupados.

“Nossos direitos são negados há mais de 500 anos, quando se discutia se nós tínhamos ou não alma, mas nós não vamos desistir de lutar por eles!”, desabafa em uma publicação no *Facebook* de outubro de 2016, Tanielson²⁴, conhecido como Poran Potiguara, 30 anos.

²³ Leonel Alcides da Silva, 29 anos, conhecido como Leonel Atikum participa da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE), um dos fundadores da Maloca coletivo de estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UNB) e da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UNB (AIUNB), representante nacional e internacional da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

²⁴ Tanielson Rodrigues da Silva, 30 anos, conhecido como Poran Potiguara - jovem indígena do Povo Potiguara-PB, um dos fundadores da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), estudante do curso de Engenharia Florestal na UNB, um dos fundadores da Maloca coletivo de estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UNB), participou da Rede Índios Online, representante nacional e internacional da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e através da APOINME é da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representante da juventude indígena na CNPI.

A categoria jovem, como vista, é bem complexa para se refletir e a categoria juventude indígena demonstra ser ainda mais complexa, tendo em conta como mencionado por Dona Zenilda: “ser jovem não tem idade”. Jovens indígenas e juventude indígena aparecem muitas vezes como se fosse algo homogêneo. Contudo, essas categorias abarcam muitas outras se revelando de forma heterogênea, e estando na base de redes de sociabilidades. Refletindo sobre as pessoas que estão dentro do movimento, enquanto representantes, o interessante é que essas pessoas estão em diferentes lugares, ali também o corte de idade não cabe. Como relata Wanderson Kapinawá, há especificidades a serem consideradas:

Cada caso é um caso, não é? Eu me considero muito centrado na minha luta e em referência as minhas lideranças... Finado seu Manuel Bento, minha mãe mesmo que é viva é uma referência em casa para mim. Na forma que eu entendo... Eu vendo seu Bernardo que se foi, seu Manuel Bento também se foi.

Então, eu vendo essas lideranças assim indo embora e não tendo... Quer dizer, não é que não tenha, mas alguns deixando correr as coisas assim a solta, né. Alguns que estão nem aí... Como alguns que têm lá que são liderança, mas não tão nem aí para o movimento e deixam a desejar. Um a mais na presença, mas um a menos no que diz respeito a ação.

A juventude pra mim, jovem Kapinawá, creio eu que seja não deixar a cultura, não deixar a cultura morrer no esquecimento. É mostrar aqui a juventude, é mostrar aqui Kapinawá. Mostrar que a gente mesmo os mais velhos indo embora, nós estamos lá. Nós estamos lá mostrando que ali existe um povo indígena legítimo, o toré, o samba de coco que ali existe o segredo, existe o respeito. Tudo que é nosso. (Wanderson Kapinawá, 2019).

Segundo os relatos, juventude parece também designar mais uma atitude do que uma idade, ou seja, um certo modo de “ser guerreiro”, fazendo uso das tecnologias de comunicação, com o intuito de visibilizar e fortalecer seus povos, seus rituais e seus modos de vida. Esses dados etnográficos, a partir das lideranças indígenas mais velhas e dos próprios jovens indígenas ajudam à compreender um pouco sobre as juventudes indígenas e como os jovens indígenas alteram, a partir de sua participação nas “lutas”, o sentido do que é juventude. Jovem é um modo de “ser guerreiro”, são os próprios jovens indígenas que relatam e que mencionam em seus discursos intra e extracomunitários. Essa noção indígena do conceito de juventude altera as definições do IBGE e do Estatuto da Juventude quando estes definem uma faixa etária que produz esta definição de juventude.

Há modelos que se distanciam do recorte do que é ser jovem pelo IBGE (15 a 24 anos) e do Estatuto de Juventude (15 a 29 anos) que é por faixa etária. Quando se considera a realidade indígena, nenhum desses modelos se encaixa no caso das juventudes indígenas,

porque tem um elemento fundamental que é a participação nas mobilizações coletivas por direitos, nos rituais, na religiosidade, na ancestralidade que se traduz na potencialização do sentimento de pertença, na “luta”, na mobilização, na ocupação de espaços, no “ser guerreira”, no “ser guerreiro”, ser liderança indígena, na formação de redes de aliança, articulação e resistência, emergindo ações coletivas através da unidade de mobilização: Juventude Indígena.

Sabe-se, contudo, que nem todos os jovens indígenas participam ou estão engajados e inseridos nas mobilizações políticas. O foco desta tese é os jovens indígenas que estão envolvidos em mobilizações coletivas, em sendo assim, trata-se de uma parcela e não de um todo.

2.3 Juventude indígena como categoria analítica

Temos que nos organizar cada dia mais (Ronaldo Kapinawá, representante da OJKA e da COJIPE, 2016).

A construção da categoria analítica juventude indígena tem base na mobilização política e como categoria política fruto do processo de participação dos jovens indígenas dentro dos movimentos indígenas. O ponto de partida que eu utilizei para analisar foram as categorias joven indígenas e juventude indígena por seus acionamentos, ou seja, a utilização dessas categorias pelos próprios jovens indígenas.

Indago como essas categorias são concebidas. Como essas categorias são acionadas na prática por esses jovens. Jovens indígenas e Juventude indígena são categorias construídas e, como constatadas, essas categorias são acionadas pelos jovens indígenas como categorias política, enfim, categorias analíticas como mencionadas.

Nesse sentido, pode-se conceber que jovens indígenas e juventudes indígenas são acionadas como unidade de mobilização coletiva conforme Almeida (2008), como Ação Coletiva, nos termos de Melucci (1996; 1997; 2001), como categoria e instrumento político organizado etnicamente, nos termos de Barth (2000) e como Rede de Barnes (2010). Através dessas categorias, os jovens expressam sua etnicidade, seu sentimento de pertença, suas formas de organizações política, sociais e culturais, enfim de modos de vida, sexualidade, religiosidade, subjetividade e outros temas característicos da juventude indígena. Considero essas categorias importante, a medida que eles acionam essas categorias e estão utilizando

cotidianamente o termo jovens indígenas e juventude indígena. Juventude indígena me parece estar ligada à ação, à mobilização desses jovens. Essa categoria é utilizada pelos jovens indígenas como forma de mobilização e ela adquire esse sentido dentro dessas mobilizações coletivas.

Atrelada a essa discussão, averigua-se ainda que a categoria “juventude indígena” pode ser entendida como uma categoria de agenciamento político. Como já mencionado, existe uma mobilização dos jovens indígenas por parte das agências de fomento, por parte do Estado brasileiro, por parte dos movimentos indígenas, mas observo que existe uma mobilização acontecendo dos jovens indígenas em torno dos próprios jovens. O “político” aqui para a juventude indígena é o político da “luta”, das mobilizações, dos movimentos indígenas, da participação, da “guerreira”, do “guerreiro”, da resistência indígena. O conceito de “juventude indígena” é um marcador étnico, é o que traz a condição de uma juventude em particular, mas também de um modo específico de ser jovem indígena na Paraíba e em Pernambuco.

Nota-se que em vários espaços, eventos, comissões e fóruns os jovens já estão na representação dos seus povos. Há jovens lideranças ocupando esses espaços. Então, realmente como refletido, “os jovens não são o futuro, os jovens são o presente”. Observa-se que têm jovens nas organizações de professores, têm jovens nas organizações de saúde, têm jovens nas associações dos seus povos, têm jovens como cacique, nas comissões internas e conselhos, como relata Wanderson Kapinawá:

Na associação mesmo eu faço parte, lá em Kapinawá comigo somos três jovens que fazem parte da Associação e em Atikum tem a cacique, hoje é uma jovem.

Aqui [em Kapinawá], eu faço parte da Associação e olhe que minha mãe é bem chatinha e eu estou lá fazendo parte. Ela ensina. Ela ensina, mas, é assim, do jeito dela, né! Mas eu estou lá. (Wanderson Kapinawá, janeiro de 2019).

Os jovens indígenas, enquanto lideranças, são pessoas que assumem diferentes papéis importantes e que estão em diversos lugares simultaneamente, independente do recorte de idade. São papéis que, além de ser um papel político, é um papel que articula gerações, no campo da juventude.

Constato que há uma sobreposição de papéis. Na maioria das vezes, os jovens que estão envolvidos com as discussões de educação são os mesmos que estão nas discussões no campo da saúde, na religiosidade, no audiovisual, na agricultura. É um mesmo núcleo que sai

circulando em vários campos e com isso têm-se vários aspectos positivos e negativos. Por um lado, ao fazer isso têm-se o controle político da educação, da saúde, da juventude da sua comunidade, por outro lado limita-se o aprofundamento em cada campo de discussão. Para os jovens indígenas participar de outros espaços de discussões e a falta de um espaço específico para a juventude reforçou ainda mais a necessidade de uma organização própria, como afirma Guila Xukuru:

A gente não se conformava e ia para as formações da Jupago²⁵. A gente não tinha muita formação de muitas coisas e ia para a formação da Jupago e ali a gente ia percebendo a importância de um espaço e quanto a história Xukuru era bonita assim... E a gente começou a perceber: e aí, o que é que a gente está fazendo?

E a gente começou a discutir isso, enquanto juventude, vendo a história de Xicão e tudo e, a gente começou a se perguntar: e o que é que eu estou fazendo para isso?

Então, eu acho que esses três, juntando o audiovisual, o teatro e a Jupago e foi pegando aquela parcelinha ali e colocar ao menos essa dúvida: O que é que eu estou fazendo? Lá no povo Xukuru.

E é por isso que eu coloco muito esses três lá no povo Xukuru... E começa a se formar a Poyá²⁶.

Porque se for olhar! Lá vai estar Eduardo, Marcinha, Luiz não está mais porque está longe, eu, David, Diego, Diogo.

Pode prestar atenção na Poyá. Tem muita gente que veio da Jupago.

(Guilherme Xukuru, 2019).

Começam nas organizações na educação, os professores; na saúde, as lideranças discutindo a saúde; as discussões de subsistência, gestão territorial e depois outras organizações específicas, como as organizações e movimentos de mulheres indígenas. Então, os jovens dizem: “a gente também tem que ter a organização da gente” (Bruno Potiguara²⁷-PB). Todos eles, jovens indígenas na Paraíba e em Pernambuco, vão colocar que querem suas organizações específicas.

“Dizem que a educação incentivou os jovens, mas eu fui incentivada pelos movimentos de jovens a participar do movimento e do movimento de educação”. (Cláudia Truká, 2019). Essa fala da liderança e professora Cláudia Truká, durante o *Encontro da*

²⁵ O Coletivo Jupago é um grupo de agricultores que discutem a subsistência, agroecologia e a gestão territorial do povo Xukuru do Ouorubá.

²⁶ Poyá ou Poyá Limolaygo é o Coletivo de Juventude Xukuru do Ororubá.

²⁷ Bruno Rodrigues da Silva, 28 anos, conhecido como Bruno Potiguara ou Itaîybá Potiguara – jovem indígena do Povo Potiguara - PB, representante da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), da Associação de Universitários Potiguara (AUP), estudante do curso de graduação em ecologia pela UFPB, Pesquisador do GT-Indígena/SEAMPO/UFPB; Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET-Indígena da UFPB; membro da Comissão Nacional de Estudantes Indígenas representante do Nordeste; membro da Comissão organizadora do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI).

COJIPE, em janeiro de 2019 me ajudou a repensar as reflexões que vinha fazendo sobre os incentivos para os jovens indígenas a criarem suas organizações. Quando ouvir essa fala eu estava junto com Mariana Truká, Guilherme Xukuru e Wanderson Kapinawá, ambos lideranças jovens indígenas, elaborando a *Carta Final do Encontro*, pois me colocaram na equipe.

Ao ouvir a fala de Cláudia Truká que o discurso era que o movimento de educação era que incentivava os jovens a criarem seus movimentos, no entanto, com ela foi diferente os movimentos de jovens ou grupos de jovens que ela participava foi que a incentivou a participar do movimento de educação. No exercício da dupla reflexividade proposta por Dietz (2014/2015), eu comentei com os três jovens indígenas que tinha colocado na tese que a educação tinha influenciado a criação das organizações de jovens indígenas e, nesse caso, eu teria que repensar, porque agora acabava de ouvir que a participação em grupos de jovens contribuiu para a participação no movimento indígena e no movimento de educação.

Começamos a refletir sobre isso e Guila Xukuru comentou que havia outros aspectos que influenciaram também como a questão do Coletivo Jupago Kreká (grupo de agricultores que discutem a subsistência, agroecologia e a gestão territorial do povo Xukuru do Ororubá), a COPIXO (Comissão de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá), o grupo de audiovisual e o grupo de teatro, no caso do povo Xukuru. As articulações nesses grupos também teriam incentivado muito. Essas informações geraram um diálogo que me ajudou a repensar esses aspectos. Pode-se concluir que o incentivo para os jovens criarem seus grupos e organizações específicos vem de vários espaços de atuação.

Gabriela Czarny (2016) em seus estudos sobre jovens estudantes indígenas, afirma essa complexidade e heterogeneidade da categoria juventude indígena no México. Czarny (2016) discute como os jovens estudantes indígenas da Universidade Pedagógica Nacional (UPN, AJUSCO), na Cidade do México, vão se diferenciar no seu modo de se apresentar e de se definir. Esse trabalho contribuiu na reflexão sobre o campo de pesquisa desta tese.

Para refletir sobre a temática da juventude indígena é preciso levar em consideração também como ponto chave que esses jovens fazem parte de uma etnia, um povo indígena. A etnicidade é um fator chave e esses jovens indígenas também fazem parte da juventude brasileira.

Nos acompanhamentos com os jovens indígenas aos diversos eventos e espaços não só no Nordeste, mas também em outras regiões do Brasil, identifico que, para além da categoria

estudante indígena, os jovens indígenas também vão se diferenciar por seu pertencimento étnico. Os jovens indígenas marcam suas diferenças étnicas, não só enquanto povos indígenas, como também enquanto povos indígenas culturalmente diferentes entre si (Potiguara - PB, Tabajara - PB, Xukuru - PE, Truká - PE, Pankará - PE, Atikum - PE, Kapinawá - PE, entre outros), com organizações sociais distintas locais (OJIP, Poyá Limolaygo, OJIT, OJIPA, JIP, OJKA), estaduais (AUP, COJIPE), nacionais (REJUIND e Comissão Nacional de Juventude Indígena - CNJI) e com interesses distintos (Religiosidade, audiovisual, teatro, educação, saúde, organizações de jovens, formação política, grupo de pesquisa, articulação em rede). Essas diferenças percebidas localmente são acionadas e se desdobram em redes pessoais de solidariedade para redes de organizações de jovens indígenas refletindo supralocalmente, ou seja, não só em nível dos estados da Paraíba e de Pernambuco, mas em nível de Nordeste, de Brasil e quiçá internacional.

Os jovens, ao se apresentarem em eventos e espaços indígenas e não indígenas, vão marcar as diferenças étnicas e acionar a sua etnia e categorias distintas em espaços distintos. Vão acionar as categorias étnicas dos seus povos e as categorias jovens indígenas, juventude indígena, jovens guerreiros e guerreiras, estudantes indígena, lideranças indígenas, professores indígenas. No caso da categoria estudantes indígenas o acionamento se dá por povo (local, estado, região), por curso, pesquisa, por projeto de extensão (como o GT Indígena/SEAMPO/UFPB, os PETs Indígenas, Núcleo e Estudantes Indígenas - NEI/UFBA), por organização (Articulação de Universitários Potiguara - AUP) e por encontros de estudantes indígenas - indígenas estudantes (Encontro Nacional de Estudantes Indígenas - ENEI).

No *Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, que aconteceu no Povo Xukuru do Ororubá, em 2016, os jovens se apresentaram assim:

- Bom dia a todos e todas! Eu sou Gessé Potiguara, da Paraíba. Viemos em dois povos: Potiguara e Tabajara. Potiguara, Litoral Norte e Tabajara, Litoral Sul. Vim aqui agradecer o convite do evento e dizer que também estamos para somar. Temos um grande laço já com o povo Xukuru e dizer que assim como vocês, nós Potiguara estamos sempre para acolher e abraçar essa causa que é de todos nós. Então, um grande abraço a todos que estão presente aí.
- Bom dia! Meu nome é Sandriane, sou do povo Pankará de Itacurubá, de Serrote dos Campos. Viemos em 4 jovens, infelizmente nenhum representante de nossas lideranças pode estar presente, por motivos maiores, necessidades lá de nossa aldeia e é com satisfação muito enorme que a gente está aqui presente. Queremos somar com todos os que estão aqui e vai ser muito bom aprendermos com todos.

- Bom dia! Sou Francisco, sou do povo Pipipã de Pernambuco. Queria que o povo ficasse de pé, por favor... [Aplausos] Então, a gente veio com 17 pessoas e algumas das lideranças que vieram acompanhar a gente. E a gente veio com o intuito de trocar experiência e de conhecer, fazer um diálogo com os outros povos, principalmente com os que vieram de outros estados.

- Bom dia! Sou Maurílio, sou do povo indígena Truká. Estamos aqui, trouxemos uma delegação de 30 jovens. Uns chegaram bem mais cedo, 5h da manhã e outros chegaram agora. Então, esse momento de encontro, eu acredito que o povo Xukuru está muito feliz por receber. Agradecemos a acolhida dos jovens do cacique Marcos e toda a juventude da Poyá que realmente se organizou e se esforçou para esse momento. Então, desde já a gente dá os agradecimentos! Quero pedir que o povo Truká possa ficar de pé para que o pessoal possa conhecer a nossa delegação.

- Bom dia a todos! Eu me chamo Cecília, sou do povo Pataxó, sou da Bahia. A gente da Bahia viemos em 15, diretamente de Salvador [Estudantes da UFBA], sendo dos Pataxó e Tuxá e também tem os Tumbalalá que também são da Bahia. E a gente está aqui para somar junto com todos e todas e construir cada vez mais os nossos direitos entre outros sonhos.

- Bom dia, parentes! A gente é do Rio Grande do Norte, somos da família dos Mendonças do Amarelão e viemos aqui. Somos da etnia Potiguara.

- Bom dia a todos! Eu sou lá de Alagoas, da etnia dos Koiwpanká, mas viemos com mais três comunidades: Xukuru Kariri, Koiwpanká, Katoquim e Karuasú. Para mim é uma gratidão enorme está presente aqui com meus parentes! Contribuir nessa luta e dizer muito obrigado.

- Boa Tarde! Meu nome é Marcilene, eu sou do povo Xukuru.

- Boa tarde! Eu sou Marcinha do povo Xukuru e esse daqui é?

- Daniel do povo Kapinawá.

- Murilo Kambiwá.

- Boa tarde! Eu sou Bruno Potiguara, da Paraíba.

Na *Assembleia Anual do povo Xukuru*, em 2016, Marcinha²⁸, 23 anos se apresentou assim:

Boa tarde! Eu sou Marciane, mais conhecida como Marcinha Xukuru, trabalho na educação, eu sou educadora e faço parte da Poyá Limolaygo.

No *Encontro de Estudantes Indígenas da Paraíba*, em 2016, Bruno e Tanielson Potiguara se apresentam:

Boa tarde! Eu sou Bruno Potiguara, sou estudante indígena no curso de Ecologia da UFPB, faço parte do GT-Indígena do SEAMPO, da OJIP, da AUP, sou da Comissão Organizadora do ENEI, e agora estou fazendo parte do PET- Indígena, também!

Bom dia a todos e todas. Bem! Eu sou Poran Potiguara, sou daqui da Paraíba, mas no momento estou em Brasília. Atualmente faço parte da Comissão Nacional de Estudantes Indígenas no Ensino Superior, da

²⁸ Marciane Olegário, 23 anos, conhecida como Marcinha Xukuru ou Claricí Xukuru jovem professora indígena Xukuru do Ororubá, uma das fundadoras e representante do Coletivo Poyá Lymolaigo (Organização dos jovens do povo Xukuru do Ororubá).

comissão do ENEI - Encontro Nacional de Estudantes Indígenas que esse ano acontecerá na UFOPA, sou vice-presidente da Associação dos Estudantes da UNB e faço parte da Comissão Nacional da Lei de Cotas.

Em uma reunião com uma ONG chamada Escola de Formação Quilombo de Palmares (EQUIP), que aconteceu em Recife, Maurílio Truká se apresentou assim:

Boa Tarde! Sou Maurílio Truká, faço parte da COJIPE, da OJIT, sou representante indígenas no FOJUPE²⁹, no REJUIND³⁰, também sou professor.

De acordo com a análise, as identidades são acionadas a partir da relevância e dos espaços que os jovens se apresentam. Algumas vezes, identificam-se com seu nome e o nome de sua etnia como se fosse um sobrenome, outras vezes dizendo o seu nome e a qual povo pertence, e a qual estado acionando suas redes de relações vinculadas a seu povo de origem e depois também marcando outro diferencial: se faz parte de alguma organização de jovens indígenas e se é representante em alguma entidade indígena ou não indígena, se faz parte de Conselho, Secretarias, Fóruns ou órgão que esteja como representante do seu povo ou da sua categoria, acionando as redes de organizações da qual faz parte.

Ao identificar-se etnicamente e assumir sua identidade indígena não só dentro dos espaços indígenas, mas também fora deles, os jovens indígenas, marcam a diferença sociocultural e desenham um circuito interno e externo de suas redes de contatos. Contudo, os jovens indígenas expõem que essas ações também geram racismos e preconceitos em relação a eles. Para Czarny, “essa categoria resulta um tema de permanente reflexão e análise para gerar processos de reposicionamento identitário e político”. (CZARNY, 2016, p.147). Silvinha Xukuru³¹, 38 anos, expõe que:

Se autoidentificar enquanto indígena, independente dos preconceitos. Aqui também voltado para alguns jovens que estudam em instituições federais e que sentem na pele essa questão do preconceito e como Marcela disse que é a questão da formação política. Que é para quando esse jovem for para fora e ele for tratado com preconceito que ele possa dar uma resposta. A gente precisa está unificada numa só questão, que é a questão da nossa história e a

²⁹ O Fórum de Juventude Indígena de Pernambuco (FOJUPE) é fruto da articulação dos jovens integrantes de grupos, coletivos e movimentos juvenis. O Fojupe se propõe a ser um espaço de formação, diálogo e adesão da juventude Pernambucana, pautando agendas e propondo políticas públicas para a juventude e fortalecendo o movimento popular. A COJIPE tem representantes que integram o FOJUPE.

³⁰ Rede de Juventude Indígena (REJUIND) é uma rede de articulação da juventude indígena no Brasil.

³¹ Silvinha Xukuru do Ororuba é jovem professora indígena, faz parte da Comissão dos Professores Indígenas Xukuru do Ororubá (COPIXO), Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE) e do movimento de mulheres indígenas Xukuru.

gente precisa está preparado para dar essa resposta. (Silvinha Xukuru do Ororubá - PE).

A discriminação e o racismo institucional são apontados pela juventude como duas das grandes dificuldades enfrentadas por esses jovens, ao se identificar enquanto indígena. Os jovens indígenas ao se identificarem com essas categorias étnicas evocando o nome de seus povos, para além da categoria indígena acionam suas redes de comunidades locais de origens, seu lugar, seus ancestrais, sua gente. “Nesse sentido, destaca a forma de narrativa pessoal com/junto a uma identidade local comunitária territorial” (CZARNY, 2016, p.147). Além disso, ao se apresentarem dessa forma, a identidade pessoal se entrelaça a identidade étnica e torna-se também um marcador de diferença sociocultural.

Nos acompanhamentos dos jovens indígenas, identifiquei que ultimamente uma parte desses reflete a inclusão da identidade étnica ao se apresentar com seus nomes e apelidos indígenas, tanto nos eventos e espaços, quanto nas redes sociais. A exemplo, no *Facebook*, até 2017 quatro jovens indígenas Potiguara na Paraíba tinham colocado seus nomes indígenas (Poran Potiguara, Itaîybá Potiguara, Irembé Potiguara e Iasypitã Potiguara) e também se apresentavam em vários espaços com esses nomes. De 2015 para cá, vários jovens indígenas foram modificando paulatinamente seus nomes no *Facebook*, de forma que vários dos jovens indígenas não só Potiguara - PB, mas de outros povos e de outros estados que eu estou em contato nas redes sociais fizeram essa modificação, inserindo os nomes de suas etnias na sua identificação pessoal: jovens de outros povos (Txuskyá Tawá Kapinawá, Cuña Poty Rory), outros apenas acrescentaram o nome da sua etnia (Jucelino Tabajara - PB, Alexandra Pankararu Santos, David Araújo Xukuru, Myrelliane Kapinawá, Leonel Atikum, Marivania Xukuru, Silvinha Xukuru, Kleber Xukuru, Patricia Xukuru, Ruan Xukuru, Elis Pankararu, Ayda Pankararu, Erika Monique Pankararu, Rairis Kambiwá, Dorinha Pankará, Graciana Atikum, Jeane Atikum, Edna Truká, Claudia Truká, Cristiano Truká, Mariana Círiaco Truká, entre outros).

Czarny (2016), ao refletir sobre a experiência de migração na trajetória dos jovens indígenas, afirma que essa experiência permite um exercício de confrontação identitária ao transpassar as fronteiras de sua comunidade. A autora menciona Homi Bhabha (1996) para apontar que, nessas experiências, “se produzem uma tradução e transferência de sentido sobre

a própria condição identitária ao atravessar diversas inscrições culturais, de gênero e classe social” (CZARNY, 2016, p. 143 apud BHABHA, 1996).

Os jovens indígenas no Nordeste, em especial em Pernambuco e na Paraíba, também passam por essas confrontações não só nos espaços educativos, mas também dentro e fora de suas comunidades, nas universidades e nos espaços de atuação fora de seu povo ou de seu território. A fala, transcrita abaixo, de Guilherme Xukuru em um evento na Biblioteca Central da UFPE, em Recife evidencia que o posicionamento de assumir-se enquanto indígena, enquanto jovem indígena é um ato de resistência:

Eu sou Guilherme, sou do povo Xukuru, não tenho cabelo de cuiinha e não tenho o estereotipo do imaginário que se tem sobre o índio. Minha fala aqui já é um posicionamento de resistência para romper com esse estereotipo que foi difundindo ao longo do tempo [...] Então, esse é um momento de resistência também.

E aí para a gente entender em que momento a gente está vivendo também.... A gente já começa percebendo o quanto a vida da gente está sendo ameaçada.

Queria iniciar pedindo licença aos meus ancestrais, ao povo Xukuru.

Como já foi dito meu nome é Guilherme, mas conhecido por Guila, não sei se vocês já me conhecem, mas se sintam à vontade, pois lá no povo Xukuru todo mundo me chama de Guila.

Eu sou presidente da Associação da Comunidade Indígena Xukuru. Eu sei que é natural nesse primeiro momento ter esse impacto, porque é muito comum que se espere o indígena que tenha o cabelo de cuiinha. Toda aquela lógica que colocaram do índio folclórico que a gente pinta a vida inteira na escola e aí quando se fala que vai ter um Xukuru lá, muita gente aparece com essa expectativa e, eu não tenho nada a ver com isso. Eu não sofro nenhuma dessas características e, aí dizer que eu me sinto orgulhoso inclusive de que aconteça dessa forma, porque isso é opção política do povo Xukuru.

O povo Xukuru quando me leva para os espaços, quando ele manda alguém justamente que não tem essas características. É para que a gente entenda o que aconteceu todos esses anos de colonização, de massacre, de opressão dos povos indígenas e que, mesmo assim, a gente continua vivo, com esse modo de vida, continua vivo!

Então, dizer que a gente entende que haja essa expectativa, mas me sinto muito feliz, quando o povo Xukuru nos coloca para começar a quebrar isso, porque quando a gente não quebra isso, essa visão, a gente está fortalecendo tudo aquilo que se colocou durante todos esses anos.

Então, a gente já inicia assim, colocando de alguma forma, fazendo nesse momento e, mais uma vez, reafirmando como um momento de resistência.

Dizer que, eu faço parte, lá no Povo Xukuru, além da associação, eu sou do coletivo de juventude [Poyá Limolaygo], inclusive nós assumimos a Associação lá. A presidência da Associação do povo Xukuru, por conta disso. Foi o entendimento das lideranças do Povo Xukuru que, nesse momento, a juventude colocasse o presidente da associação.

Essa é a única associação que representa o povo, que é um instrumento jurídico, no caso de representação do povo Xukuru. Então, a gente exerce

essa função por fazer parte do Coletivo de Juventude. (Guilherme, Guila Xukuru, palestra no *Fórum Brasil*, UFPE, Recife - PE, em 21 de janeiro de 2019).

Ao assumir-se como jovem indígena é ao mesmo tempo desafiar abertamente a sociedade e sistemas e confrontar as instituições, principalmente as instituições acadêmicas, que são baseadas no eurocentrismo, no preconceito, no racismo que tem a sociedade europeia, branca como modelo, isso que dizer também que ao identificar-se etnicamente, esses jovens enfrentam adversários fortemente radicados com esses preconceitos e estereótipos racistas. Essa visão tem se modificado nos últimos anos, através das políticas públicas de ações afirmativas e das mobilizações dos movimentos sociais. Gesse Potiguara - PB menciona que:

Você ser indígena é isso, é você existir ter uma história e essa história precisa ser aprofundada e reconstruída quando você se descobre e se identifica você encontra a sua história, recebe a responsabilidade e a resistência precisa dizer sim para dar continuidade na luta e resistir porque muitas lideranças deram a vida para a gente continuar existindo.

Como disse o Papa Francisco, jovem que não é revolucionário não pode ser considerado jovem. Porque é uma coisa que a gente se sente chamado.

Uma das transformações que houve foi em relação à questão do conhecimento de adquirir mais conhecimento. Como estratégia a gente primeiro precisa incentivar a base cultural, o Toré é a base da luta, se eu não sei o significado, eu vou despreparado para a luta.

Segundo é o conhecimento, conhecer as leis. (Gessé Potiguara, 2018).

Aceitar o desafio, enfrentar e desafiar abertamente também são formas de expressão da juventude indígena e estratégias de resistência. A categoria juventude indígena se inscreve como uma forma de resistência e negociação desses sujeitos que participaram e participam das mobilizações e que reivindicam direitos políticos não só para sua categoria, mas também para seu povo, são reivindicações coletivas. Nesse sentido, pode-se conceber que juventudes indígenas são acionadas como unidade de mobilização coletiva de Almeida (2008), como ação coletiva, nos termos de Melucci (1996; 1997; 2001), como categoria e instrumento político organizado etnicamente, nos termos de Barth (2000) e como Rede de Barnes (2010).

Homi Bhabha (1996) utiliza o conceito 'in-Between' (no-Entre) para fazer referência a processos culturais multifacetários e dinâmicos como as identidades mesmas que se conformam por atravessar permanentes fronteiras sociais, culturais, gênero, classes, etc. (CZARNY, 2016, p. 139, nota de rodapé, tradução minha).

A participação nos movimentos sociais funciona como espaço pedagógico de formação. O aprendizado se dá na *práxis*, na prática, isto é, na ação concreta, através da

participação nas mobilizações, na “luta”, nas discussões, negociações (BOURDIEU, 1989), resistindo, ocupando espaços.

Essa participação tem suscitado novos processos e reflexões dialógicas sobre suas próprias situações (condições), sobre o que se passa em torno deles, no seu povo, mas também o que se passa em outros povos e em outros contextos. Essas reflexões possibilitaram uma ampliação do conhecimento de sua história, mas também o fortalecimento das mobilizações e reivindicações dos movimentos indígenas e a criação dos grupos e organizações dos jovens indígenas que conseqüentemente potencializam a participação destes nos espaços de atuação.

Os grupos, coletivos e organizações de jovens indígenas estão em processo de construção e estruturação, por isso a necessidade de formação histórica-cultural-política, buscada por eles, é constante. Quando os jovens começam a acionar as categorias: jovem e juventude indígena e a constituir grupos organizados, eles percebem que a participação e a ocupação dos espaços possibilitam a eles a fala, possibilita a falar sobre si e sobre seus povos e a reivindicar direitos e denunciar violações. Percebem ainda que podem fortalecer e visibilizar a “luta” dos movimentos indígenas.

Contudo, esse processo é dialético, pois não depende só deles, necessitam do reconhecimento de suas lideranças “tradicionais” e, por conseguinte, do movimento indígena. Percebem que, em grupo, eles se fortalecem e podem rever, mesmo que em parte, as relações de poder e de hierarquia interna.

A participação política dos jovens indígenas é um aprendizado coletivo que se define e se redefine dentro do grupo, dentro do povo, dentro dos movimentos indígenas, mas também para fora destes, na participação de outros movimentos sociais, de outros espaços e do diálogo com as agências e com o Estado. Essa participação incentiva a juventude a ocupar os espaços no campo político e cultural, como argumenta Sandriane Pankará ao ler uma versão desta tese: “Uma coisa que me chama a atenção que você fala aqui na sua tese é sobre ‘os jovens ocupando os espaços’ e, é isso mesmo, a gente vem ocupando os espaços para articular, mobilizar e reivindicar nossos direitos”. (Sandriane Pankará, 2019).

As organizações de jovens indígenas, também, são espaços de poder que possibilitam novas formas e estratégias de se mobilizar, de reivindicar, de aprender, de resistir e de estabelecer diálogos com agências parceiras e com o estado, formando e ampliando suas redes de solidariedade, bem como formando novas formas de relações de gênero e geração.

Os grupos, coletivos e organizações de jovens indígenas são espaços de “luta” para dentro e para fora e também são espaços de tensões e contestações de saberes, dos saberes que se colocam como “dominantes” (exemplo da academia), mas também de fortalecimento dos saberes e conhecimentos ditos “tradicionais”, incentivando outros jovens a participarem desses espaços. Sandriane Pankará relata:

Eu vim saber mais sobre políticas públicas no FOJUPE [Fórum de Juventude de Pernambuco] quando comecei a participar enquanto COJIPE. Eu fui em uma formação do FOJUPE lá em Garanhuns e fiquei, assim, encantada. Fiquei sabendo também que existia o Estatuto da Juventude e ganhei o Estatuto comentado [uma publicação feita pelo FOJUPE comentando cada item do Estatuto da Juventude] e comecei a estudar ele e repassar para os jovens do meu povo. (Sandriane Pankará, 2019).

A partir da participação nos movimentos coletivos e na criação de grupos organizados, os jovens indígenas se fortalecem e reconhecem que possuem um “capital” de saber e de conhecimento específico sobre sua realidade e de sua etnia possibilitando um “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), possibilitando novos desejos, sonhos e desafios.

Neste capítulo, refleti sobre como a categoria jovem indígena é acionada como categoria política e analítica e a inserção de uma agenda para a juventude. No próximo capítulo, analiso a participação da juventude indígena dentro do movimento indígena, os frutos desse processo e como a pesquisa foi se conformando.

3 A JUVENTUDE INDÍGENA COMO PROBLEMA DE PESQUISA: DIALOGANDO SOBRE PARTICIPAÇÃO E AS BASES PARA O NASCIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE JOVENS NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO

Eu estava lá na Jurema e mandaram me chamar. Eu vim, eu vim! Estou aqui! Quero saber o que tem para mim! (Ponto de Toré do povo Truká).

A temática de juventude tem se fortalecido na agenda dos organismos multilaterais que, assim como o Estado, demonstram preocupação com tais temas. O que pretendo, neste capítulo, é problematizar a pouca visibilidade dos jovens indígenas e suas dinâmicas sociais nos estudos sobre juventude, ou mesmo sobre movimentos indígenas, apesar do crescente direcionamento de projetos para esta parcela da população.

As pesquisas da socióloga Anita Brumer (2007) sobre juventude rural apontam que, nos últimos anos, os estudos sobre juventude no Brasil vêm crescendo em consequência da participação de jovens na busca de visibilizar sua categoria para acessarem políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação, saúde e lazer. Segundo a psicóloga Cynthia Boghossian e a antropóloga Maria Cecília Minayo (2009, p. 412), os fatores que têm contribuído para a discussão dessa temática vão desde o seu peso numérico na população mundial, ao contexto das relações de trabalho, de vulnerabilidades sociais e de elaboração e implementação das chamadas políticas públicas de juventude.

Os povos indígenas no Nordeste tiveram os seus territórios invadidos e usurpados. Contudo, não se mantiveram passivos. Ao longo dos anos, se organizaram coletivamente fazendo movimentos, realizando mobilizações, afirmando sua identidade étnica, seu direito territorial e sociocultural (OLIVEIRA, 2004). A juventude indígena é herdeira desse processo, mas também demonstra dinamicidade quando esta ressignifica mobilizações, reelaborando, a partir dos seus elementos geracionais, os processos de resistência e vivência. Consequentemente, lança na esfera do movimento indígena mais geral, novas demandas, novos desafios e novas agendas. Saliento também que a construção do conceito de juventude indígena se dá em relação às fronteiras, ou seja, a partir da relação com o outro³², a partir da relação com outros grupos e coletivos de jovens indígenas e não indígenas, com outras juventudes.

Melucci (1997, p. 13) atenta para o fato de que “através de certos aspectos da ação, a juventude sinaliza um problema relacionado não somente com as suas próprias condições de

³² Sobre fronteiras étnicas ver OLIVEIRA, 2010; FIALHO, 1998.

vida, mas também com os meios de produção e distribuição de recursos de significado”. Para o autor, a juventude forma redes e alianças para realizarem ações organizadas com o intuito de buscarem soluções.

Nessa perspectiva, atualmente, os jovens “se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra os critérios de identificação impostos de fora” (MELUCCI, 1997, p. 13), o que pode ser interessante do ponto de vista étnico, o que reflete nas novas formas de poder e ações coletivas da juventude indígena. Contudo, para o autor “o desafio vem através da inversão de códigos culturais e é por isso eminentemente ‘formal’. Em sistemas onde os signos tornam-se intercambiáveis, o poder reside nos códigos, nos ordenadores dos fluxos de informação”.

Vistos como movimento, os jovens indígenas acabam por desafiar os códigos culturais dominantes, não só através das manifestações coletivas, mas também dos valores criados e recriados por eles e por suas práticas socioculturais. Assim, como ressalta Melucci (2001), deve-se levar em consideração a identidade coletiva como produto de troca, decisões, negociações e conflitos entre atores sociais, fato que contribui para o complexo de relações que envolvem crianças, jovens, idosos, homens e mulheres e seus desejos e necessidades.

Para além da Antropologia, a construção desse processo de análise permite o diálogo com outras disciplinas, em especial a sociologia, a psicologia, a história, a política, que auxiliam na compreensão desses multifacetados interlocutores de pesquisa: os jovens indígenas. Também entendo a necessidade de lançar mão de uma abordagem que considere as diversificadas temáticas, tais como: geração, sexualidade, espaços de sociabilidades, práticas artísticas e culturais, cultura juvenil, mobilizações e redes sociais. Tais temáticas se interconectam e conformam as identidades coletivas, as mobilizações e organizações de jovens estudadas.

Como mencionado, ao falar de juventude indígena na atualidade, é necessário levar em consideração, os diversos aspectos que a permeiam, suas dinâmicas sociais e expressões culturais que articulam e agregam a esses jovens, pois são elementos que contribuem para sua atuação nas suas mobilizações políticas. Para Melucci, “nos últimos trinta anos, a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva”. (MELUCCI, 1997, p. 11-12).

Segundo Melucci (1997, p. 9), “estilos de roupas, gêneros musicais, participação em grupos, funcionam como linguagens temporárias e provisórias com as quais o indivíduo se

identifica e manda sinais de reconhecimento para outros”. O autor ainda aponta a partir de um contexto mais amplo de juventude que os

Adolescentes pertencem a uma pluralidade de redes e de grupos. Entrar e sair dessas diferentes formas de participação é mais rápido e mais frequente do que antes e a quantidade de tempo que os adolescentes investem em cada uma delas é reduzida. A quantidade de informação que eles mandam e recebem está crescendo em um ritmo sem precedentes [...] Os meios de comunicação, o ambiente educacional ou de trabalho, relações interpessoais, lazer e tempo de consumo geram mensagens para os indivíduos que por sua vez são chamados a recebê-las e a respondê-las com outras mensagens. O passo da mudança, a pluralidade das participações, a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos adolescentes contribuem todos para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída (MELUCCI, 1997, p. 10).

Nessa perspectiva, considero que, do ponto de vista teórico e metodológico, as tecnologias são relevantes para os estudos sobre as juventudes indígenas na atualidade. Isso porque estas se apresentam como estratégias que contribuem para a superação da tal debilidade citada pelo autor e, através dessas estratégias, há a possibilidade de visualizar, de forma canalizada, as tantas possibilidades de participação. É fato que o envolvimento dos jovens com as diversas ferramentas tecnológicas têm favorecido suas práticas culturais e colaborado com suas formas de interação social, mobilizações e constantes mudanças. Nas palavras de Melucci,

[...] Para lidar com tantas flutuações e metamorfoses, os adolescentes sentem que a identidade deve ser enraizada no presente. Eles devem ser capazes de abrir e fechar seus canais de comunicação com o mundo exterior para manter vivos seus relacionamentos, sem serem engolidos por uma vasta quantidade de signos (MELUCCI, 1997, p. 11).

As ferramentas tecnológicas permitem que jovens desenvolvam diversas atividades em um curto tempo, além de possibilitar em um plano digital que estejam em vários lugares ao mesmo tempo, mesmo estando em um único espaço físico qualquer e que através das redes sociais formem redes de interação. Isso torna possível a difusão e a visibilidade da sua cultura étnica e de suas reivindicações não só para um público jovem, mas também para um público geral e diversificado.

As reflexões acima revelam que esses aspectos carecem de análises por parte da Antropologia. Nesse sentido, não se pode ficar alheio à realidade dessa parcela da população que constitui uma das mais impactadas pelo ritmo desenfreado de desenvolvimento que caracteriza o Estado nos dias atuais. É importante compreender melhor a perspectiva dos

jovens indígenas e suas demandas como uma categoria específica, entendendo que, ao longo do tempo, eles estiveram à margem das discussões acadêmicas, em especial da Antropologia, e tiveram a sua importância no contexto atual negligenciada.

A participação no movimento indígena e no processo de mobilização deste por políticas públicas de reconhecimento étnico e territorial desencadeia a construção das organizações de jovens indígenas como resultado/fruto desses processos de organizações indígenas. A participação do jovem no movimento indígena possibilita a este não só a vivência, mas também a experiência de mobilização em participação política.

Participação é uma das chaves de compreensão das dinâmicas sociais das juventudes indígenas no Nordeste, pois é a partir das demandas dos movimentos indígenas por reconhecimento étnico e territorial e por políticas públicas de direito que os jovens vão passar a participar dos movimentos indígenas e a partir daí demandar, não só essas, mas também suas demandas específicas, enquanto juventude, e sua visibilidade, enquanto sujeito político e de direito.

A participação se constitui como uma dinâmica que contribui para o processo de construção coletiva intra e extracomunidade e tem estimulado o protagonismo desses jovens, independente se esses espaços de participação sejam institucionalizados ou não. Essa vivência na mobilização política indígena fortalece também os vínculos de solidariedade internos ao povo e entre povos, o sentimento de pertença, bem como, as relações com o território e a religiosidade, estimula a sua afirmação em relação à identidade étnica e dá visibilidade a esta.

Os jovens aprenderam através dessa participação, entretanto, de início, não conseguiram espaço para atuar, pois tinha a questão da terra: a questão territorial, reconhecimento étnico e os caciques que eram lideranças jovens. Isso também se relaciona com o reconhecimento das organizações indígenas que a partir da Constituição de 1988 se dissemina no país.

Essas questões foram aparecendo para mim, enquanto pesquisadora, a partir desses elementos de políticas públicas que se relacionam com instituições nacionais, mas também instituições internacionais e de como se formaram as novas lideranças, como começaram a se formar nesse processo de mobilização e se tornaram lideranças, por exemplo, os jovens caciques.

Observo que a participação é uma das condições para efetivar as mobilizações coletivas, bem como para conformar grupos, coletivos e organizações de jovens que, a partir

da afirmação étnica, enquanto juventude indígena instrumentaliza tal questão para alcançar outras demandas do movimento indígena.

As discussões tratadas, neste capítulo, dizem respeito a como os jovens indígenas se conformam como um problema de pesquisa. Reflito, ainda, como se construiu uma agenda para “juventude indígena” dentro do movimento indígena no Brasil e contextualizo as histórias e processos de mobilização indígena e políticas públicas, na perspectiva de também vislumbrar novas agendas de pesquisa possíveis sobre tal segmento social.

Procurro mostrar como a pesquisa tomou forma e como os elementos que compõem essas reflexões apareceram como demandas, a partir de três âmbitos que se entrelaçam: Primeiro, a partir das políticas públicas (que foram inseridas a partir das demandas dos movimentos indígenas, das ONGs, das políticas nacionais do Estado e até mesmo a partir das demandas e políticas internacionais); Segundo, a partir das minhas experiências de acompanhamento dentro do movimento indígena (observando como o tema geracional foi sendo inserido, ao longo do tempo, dentro dos movimentos indígenas, a partir da participação dos jovens indígenas e, como esta, vai ter rebatimento nas formas dos movimentos indígenas lidarem com questões geracionais); E, terceiro, nas realizações e organizações dos eventos que tiveram a participação de jovens indígenas.

3.1 A participação dos jovens indígenas no movimento indígena

Todo índio tem ciência, Meu Deus onde será? Tem a Ciência Divina, No tronco do juremá! (Ponto de Toré, povos indígenas de Pernambuco).

Nos últimos 40 anos, os povos indígenas desencadearam uma revisão da história (SILVA, 2001), se mobilizaram e se organizaram localmente, regionalmente e nacionalmente com o objetivo de conquistar seu reconhecimento étnico e territorial, mobilizaram para que seus direitos fossem garantidos e pleitearam políticas públicas específicas para os povos indígenas (SANTOS, 2009).

Assim como, nas explicações sobre emergência dos movimentos indígenas na América Latina e no Brasil, as organizações de jovens indígenas perpassam por diversas dimensões e processos locais de inserção dentro dos movimentos indígenas e posteriormente de construção de suas organizações específicas. Contudo, esses processos e dimensões locais se inserem também nos contextos supralocais e, quiçá, globais.

Ao buscar refletir como se construiu uma agenda para juventude indígena dentro do movimento indígena no Brasil, é necessário contextualizar as histórias e processos de mobilização indígena e políticas por reconhecimento étnico e territorial, quais foram as propostas aplicadas sobre a realidade dos jovens indígena pelo movimento indígena e pelo Estado brasileiro. Antes, é preciso retomar as discussões, brevemente, sobre o período de mobilizações da *Assembleia Constituinte de 1988*, quando, de fato, se observam a inclusão de dois artigos específicos sobre os povos indígenas e, a partir daí, as políticas específicas voltadas para a população indígena (Artigos 231 e 232 da CF88³³).

Para as antropólogas Kelly Oliveira (2010) e Vânia Fialho (2003) a conjuntura das décadas de 1970 e 1980 favoreceu a criação e o fortalecimento das organizações indígenas. Concordo com a afirmativa das antropólogas, haja vista que o principal ponto de mobilização dos povos indígenas no Brasil foi e ainda é a regularização territorial. Acrescento que idosos, homens, mulheres, jovens e crianças são partes integrantes desse processo de mobilização e de reivindicações por direitos sociais, como afirma Maurílio Truká³⁴, 28 anos:

A juventude sempre estava presente nessas discussões, nos processos de retomada dos povos e assim vai. A juventude já participava dentro dos processos de retomada.

Quando Nilda [uma jovem Truká que estava presente] se apresentou aqui e disse que talvez não se lembre tanto de ouvir falar tanto dessa juventude, é porque ela é de uma juventude que começou nesse processo de discussão, em 2004. Mas antes disso, a gente já discutia e já participava. (Maurílio Truká, *Formação da COJIPE*, em janeiro de 2016).

No Brasil, o surgimento das organizações indígenas locais, regionais e nacionais remete aos anos de 1970 e 1980. Essas organizações vão se disseminar pelo país após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que reconhece aos povos indígenas seus direitos culturais e a capacidade jurídica plena para que possam atuar na defesa de seus interesses, bem como constituir parcerias (FIALHO, 2003; OLIVEIRA, 2010; SANTOS, 2009).

³³ Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232 - Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 1988).

³⁴ Maurílio Nogueira dos Santos, 28 anos, conhecido como Maurílio Truká, liderança jovem, pedagogo, ex-coordenador da Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT), um dos fundadores da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE), representante do Fórum de Juventude de Pernambuco (FOJUPE), representante no Conselho Estadual da Juventude.

Na busca de sistematizar um panorama do movimento indígena e a participação dos jovens indígenas nesse movimento que resultou na criação de grupos e organizações específicas de jovens indígenas, fui listando e descrevendo o que tinha acontecido naquele período nos eventos e reuniões, realizados nos últimos anos, aos quais algumas lideranças mais velhas e jovens indígenas tinham apontado. Nesses espaços, observei que as lideranças indígenas (jovens ou não) vêm fazendo suas análises sobre a conjuntura atual.

Dentre esses eventos estive a *I Conferência Nacional de Políticas Indigenistas* (I CNPI), em 2015, ver imagens 10 e 11. Nessa Conferência pude acompanhar as lideranças mais velhas e jovens que estavam presentes na etapa estadual que aconteceu em Recife - PE. Durante essa etapa, os representantes indígenas dos povos de Pernambuco fizeram uma linha do tempo e pontuaram os principais acontecimentos que tiveram mais repercussões para os povos indígenas no Nordeste.

Imagem 10 - Plenária da *I Conferência de Políticas Indigenistas*: etapa estadual Pernambuco, Recife - PE.



Fonte: Alexandre Pankararu, 2015.

Imagem 11 - Delegação de representantes indígenas dos povos de Pernambuco para etapa Nacional durante a *I Conferência de Políticas Indigenistas: etapa estadual Pernambuco*, Recife - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2015.

Observando esses acontecimentos, percebe-se que seria importante separar os eventos considerando os diferentes governos desde os anos 1980, sejam pelas agendas definidas pelos povos indígenas propostas aos governos, seja pela política indigenista definida por cada governo. A maioria dos eventos versou sobre a questão do território e reconhecimento dos povos indígenas que é um tema recorrente desde antes da constituição até hoje. Contudo, o período demarca também as mobilizações por políticas públicas, tais como: educação diferenciada e específica, saúde indígena, meio ambiente, gestão territorial, cultura, acesso e permanência no ensino superior, gênero, juventude, dentre outras.

A partir desse levantamento, sistematizei três momentos para compreensão dessa problemática de pesquisa:

Um primeiro momento, que vai do período de 1970, passa pelo período da Constituição Federal de 1988 até a década de 1990. Foi o período no qual se deu o reconhecimento das organizações indígenas, houve diversas mobilizações e articulações, diante das quais, segundo as lideranças indígenas, aumentaram as condições para os povos indígenas assumirem sua identidade étnica.

Esse primeiro momento foi marcado por intensas mobilizações indígenas por reconhecimento étnico e territorial, no qual várias retomadas de terra se iniciaram em todo Nordeste. As mobilizações se deram em torno da “luta” pelo reconhecimento da identidade

étnica e do direito ao território coletivo, sendo que as mobilizações ligadas ao território se deram antes e após a Constituição de 1988, perdurando até os dias atuais, momento em que se agrava uma forte onda neoliberal que põe em risco os territórios e direitos dos povos e comunidades tradicionais.

O segundo momento, que vai de 1990 até os anos 2000, sinaliza a intensificação das mobilizações por território. Entretanto, chamo atenção que nesse período marcam os avanços de mobilizações e reivindicações indígenas que pleiteiam por políticas públicas relacionadas à Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada, à Saúde Indígena, e à Agricultura e Subsistência, resultando na implantação dessas políticas e na criação de comissões e organizações locais (por povo), estaduais e regionais dessas categorias. Nesse mesmo período foi criada a Comissão Leste e Nordeste, que em 1996 se torna Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

Nessa ocasião, as organizações dos povos indígenas passam por um período de autonomia e visibilidade de suas etnias, que inseriram novos agentes com expertises e novas estratégias de mobilizações e reivindicações possibilitando diálogos entre as instituições governamentais e não governamentais e os povos indígenas (FIALHO, 2003; OLIVEIRA, 2010; SANTOS, 2009). As mobilizações são diferenciadas e específicas, na medida em que eles (os povos indígenas) procuram se diferenciar - não só dos não indígenas, mas também marcar as diferenças de povo para povo. Essas mobilizações já têm uma longa trajetória com a educação diferenciada, mas também com a saúde indígena. Nesse período também se iniciam as discussões sobre a educação superior indígena, tais como o acesso e permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES).

E, um terceiro momento, que se dá a partir dos anos 2000, período no qual continuam as mobilizações em torno do território e por políticas públicas e se avança para as mobilizações reivindicando melhorias e ampliação dessas políticas públicas, do controle social dessas políticas, através da criação de conselhos, fóruns e secretarias municipais, estaduais e federais, realização de assembleias, conferências e fóruns indígenas. Houve uma organização do controle social indígena e implantação dos conselhos locais e Distrital. Foi criada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que congrega todas as organizações indígenas regionais.

Nesse terceiro período, houve a conciliação e diálogo dos diferentes interesses entre Estado e sociedade civil, além de se pleitear por práticas de gestão ambiental e gestão

territorial indígena; Fortalecimento das populações indígenas se mobilizando pelo reconhecimento de seus direitos tradicionais e históricos. Já sobre as discussões no Ensino Superior houve avanços com as implantações de política de cotas³⁵, que alcançaram visibilidade a nível nacional, assim como as ações afirmativas no ensino superior dentro das universidades e Institutos de Ensino Superior (IES). Houve também uma ampliação no diálogo entre os povos indígenas e as Universidades no estado de Pernambuco, Ceará, Bahia, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Além disso, houve o desencadeamento da mobilização de juventude indígena na Paraíba e Pernambuco e a emergência de novos movimentos e organizações indígenas, em especial, mulheres indígenas e jovens indígenas; e a inserção de tecnologias nas Terras indígenas.

O território é muito importante para os povos indígenas por ser uma garantia de construção de vida, e de constituir elemento fundamental para o projeto de uma sociedade, no caso, uma vida indígena. Nesse sentido, todas as mobilizações e reivindicações por direitos se dão em torno do território, a partir dessa noção de garantia de construção de projetos de sociedade diversificados com base em contexto local. O território foi um dos pontos chave para essas mobilizações indígenas, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988 que é um marco histórico e em 1989, a criação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada em 2002 pelo Brasil.

Nesse momento de criação das organizações indígenas e consolidação de seus movimentos, os jovens estavam presentes, acompanhando e escutando os mais idosos. Foram aprendendo desta forma. Contudo, ainda não estavam mobilizados enquanto coletivos, enquanto grupos organizados específicos de jovens.

Antes dos anos 2000, não ocupavam papéis estratégicos, eram apenas acompanhantes das suas lideranças adultas e idosas nas diferentes reuniões, formações e assembleias, bem

³⁵ Sistema de Cotas ou Políticas de Cotas e Ações Afirmativas fazem parte de um conjunto de direitos conquistados, no ano de 2012, pela população indígena, quilombola, negra, parda, de baixa renda e pessoa com deficiência e por movimentos da sociedade civil, com base na Lei 12.711/2012. As políticas de Cotas e Ações Afirmativas são instrumentos de reparações históricas para essas populações com o objetivo de reduzir as desigualdades socioeconômicas e educacionais e instituir políticas públicas de compensação às pessoas indígenas, quilombolas, pessoas com características fenotípicas negras, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiências. Essas políticas visam garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização. As Políticas de Cotas e Ações afirmativas instituem medidas que englobam desde a igualdade de direitos até a valorização simbólica de culturas, raças e etnias. No que se refere ao ingresso e permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nos cargos públicos de carreira, essas políticas públicas procuram garantir mais oportunidades de acesso para candidatos que se autodeclaram indígenas, quilombolas, negros, pardos, de baixa renda ou com deficiência.

como participavam dos rituais, das “retomadas” territoriais e mobilizações do seu povo e de outros povos. Como relata Neguinho Truká³⁶, 43 anos:

O avô de Guilherme Xukuru [Se referindo a Xicão Xukuru³⁷], quando ele teve aqui em 1993, ele conseguiu... Me encantou, porque eu por ser jovem não queria saber muito da questão da luta do meu povo.

Eu nasci em uma ilha, aqui em baixo dessa aldeia aqui na frente, é a aldeia Caatinga Grande, é a aldeia do qual eu sou natural. Nasci numa pequena ilha que se chama Ilha da Onça que é um local sagrado do nosso povo.

Eu vim andar nessa aldeia aqui para vir para a escola com 11 anos de idade.

Em 1979, a gente teve que sair da ilha, porque ela foi totalmente inundada. E só em 1981 que a gente foi andar lá nos lados da cidade.

Então, assim, todo lugar que a gente passa, nessa terra aqui dentro, era antes um lugar proibido para a gente. Nesse pedaço de terra tinha um posseiro que se chamava Cícero Taboca, que esse cara criou até um boi que era Benedito, para bater na gente.

Então, toda vez que a gente passava... Exemplo, hoje é dia de feira e a gente vinha para a feira pelo rio, na canoa, remando, a gente se arriscava a passar pela ilha de Assunção e esse cara soltava esse boi.

E a gente era criança, tinha mulheres, velhos e a gente tinha muitas vezes que correr e perder a nossa feira porque o boi botava na gente.

Então, eu fui crescendo no instinto de tomar a “terra desses caras”.

Apesar de a gente ter saído aqui do território, a gente teve que sair por conta da enchente, mas a gente, devido às histórias que meus avós, minha mãe, meus irmãos mais velhos contavam, meio que me criaram no instinto de entrar na “terra desse cara”.

Então, em 1995, a gente entra no “território dele” e faz a retomada.

A gente... Como era dada a organização social e política do povo Truká, os jovens não podiam participar das rodas de conversas. Fosse ela qual fosse, nós jovens não podia participar. Não porque os mais velhos queriam privar a gente do nosso direito, mas eles queriam proteger a gente para não sofrer o que eles estavam sofrendo.

Então, vocês vejam o que eles faziam: eles colocavam a vida deles em risco para proteger a gente e lutar pelo direito que era nosso, porém eles queriam entregar para nós de mãos dadas, na palma da mão.

E assim meu avô lutou 40 anos, Ocilon lutou mais 40 anos ao lado dele.

Veio a geração da minha mãe, veio a geração dos meus irmãos mais velhos.

Eu sou o caçula da minha família, continuo na luta e hoje meus filhos, meus sobrinhos, todos nós aqui participamos dessa luta.

De maneira que a gente ainda percebe, na nossa juventude é que falta de fato ter a compreensão dessa história.

Nós podemos ser o que a gente quiser, sem deixar de ser o que nós somos.

(Cacique Neguinho Truká - palestra para os jovens indígenas no *Encontro da COJIPE*, em janeiro de 2019).

³⁶ Aurivan dos Santos Barros, 43 anos, conhecido como Neguinho Truká, atual cacique do povo Truká - PE, representante do seu povo na Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Geraí e Espírito Santo (APOINME).

³⁷ Francisco de Assis Araújo, conhecido como Xicão Xukuru foi cacique do seu povo, assassinado com 48 anos, em 20 de maio de 1998, por conta da “luta pela terra”. Xicão foi uma liderança conhecida nacionalmente por sua participação na Assembleia Constituinte de 1988 e contribuições nas mobilizações e articulações dos povos indígenas no Nordeste, foi dos fundadores da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Geraí e Espírito Santo (APOINME).

O discurso do Cacique Neguinho Truká para os jovens indígenas dos vários povos que compõe a COJIPE me leva a considerar o modo de transmissão do saber e da memória, como é das tradições indígenas, a formação das crianças e jovens se dá pela experiência dos mais velhos, no exercício de acompanhar as lideranças. Os jovens não entram na movimentação política e não desenvolvem uma identidade de forma individual, mas dentro de um processo de formação da própria tradição dos povos indígenas aos quais pertencem.

As retomadas possuíam todas as dinâmicas de uma “retomada” (SANTOS, 2009), de articulação e de participação.

O processo de **retomada** possui diferentes momentos: aquele do acampamento e aquele da ocupação definitiva. O cotidiano vem à tona de forma intensa, bem como, evidenciam-se as formas e estratégias de mobilização dos participantes (SANTOS, 2009, p. 29).

As retomadas compreendem espaços importantes para a participação de todos, crianças, jovens, homens, mulheres, idosos. Era importante que nas retomadas “a escola” também participasse, pois era uma Educação Escola Específica Diferenciada. Os professores e alunos em aulas com conteúdo gerais, mas também aulas com as pautas específicas de seus povos. Era importante que os profissionais da saúde indígena também estivessem envolvidos. Era necessária a presença das lideranças religiosas realizando os rituais. Era necessário chamar parceiros e apoiadores para participarem desses momentos. Era necessário que esses parceiros registrassem (vídeo, fotografia), na relatoria e veiculassem, divulgassem os registros desses momentos. Enfim, era necessário que todos, crianças, jovens, homens, mulheres, idosos, professores, profissionais da saúde e da religiosidade, agências parceiras estivessem envolvidos.

Imagem 12 - Cozinha da *Retomada do povo Truká*, Cabrobó - PE.



Fonte: CCLF, 2012, p.13.

O mesmo acontece nas mobilizações por educação e saúde, assim como em ocupações de secretarias, nas reivindicações para garantia dos direitos e no pleiteio de políticas públicas. As crianças e os jovens eram levados, mesmo que fossem só para assistirem, como ouvintes, mas, é nesse momento, em que estes recebiam as formações de suas lideranças tradicionais. Viam o modo de fazer das lideranças, como estavam fazendo, e a quem procuravam nesses espaços. Iam participando das assembleias, dos fóruns, das conferências, das passeatas, reuniões. Depois os jovens foram ajudando junto com os professores nas relatorias, ou seja, nos registros escritos das atividades.

As retomadas, as mobilizações por políticas de educação e saúde são momentos de formação para os jovens indígenas. Todos esses espaços vão ser espaços formativos também, são espaços pedagógicos. Os jovens indígenas em Pernambuco começaram a levar suas poesias, cânticos, teatro para esses espaços e aos poucos as lideranças tradicionais começaram a permitir a apresentação destes nos espaços sociopolíticos. Os jovens na Paraíba e em Pernambuco aprendem a gravar, filmar, fotografar e começaram a registrar esses momentos. Começam a entrevistar suas lideranças mais velhas e a documentar suas organizações, seu povo, bem como divulgar a partir dos resultados sistematizados. As lideranças mais velhas

começaram a dar espaço e a acionar os jovens para assumirem tais funções. Raíssa Potiguara, 30 anos³⁸, expõe sobre a participação dos jovens:

Juventude atuante

A participação dos jovens indígenas Potiguara atualmente é decorrente dos conhecimentos adquiridos na relação com os Anciões e da vivência dentro das Aldeias.

É deste conhecimento, e percebendo as lideranças mais velhas como exemplo a ser seguido, que a juventude Potiguara está mais envolvida com o movimento indígena e a partir daí cada vez mais atuante na revitalização de sua cultura para não deixá-la morrer.

Os jovens, antes, não tinham direito de se posicionar sobre os diversos assuntos relacionados às questões Potiguara, ficando isso a cargo das lideranças. Mas com o passar do tempo e com o aprendizado adquirido pela juventude, nós fomos ocupando espaço para contribuir com nosso povo.

Hoje a juventude Potiguara tem ganhado mais visibilidade, pois está se organizando para contribuir na luta. Exemplo disso é a OJIP - PB (Organização dos Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba), espaço de articulação e discussão da Juventude Potiguara. Com isso percebe-se o maior envolvimento dos jovens na área da educação, política, saúde, questões territoriais e várias outras. (Raíssa Potiguara, 2011, pp. 37-41).

A maioria dos jovens, com os quais estive, cresceu envolvida nos movimentos indígenas, não só ouvindo os relatos de seus ancestrais, dos mais velhos, mas também vendo a “luta” dos seus parentes, dos seus pais e hoje, estes estão assumindo essa “luta”. Ao participarem desses espaços, os jovens, assim como as mulheres começaram a marcar a sua atuação, a sua especificidade, a marcar as suas diferenças geracionais e a pautar as necessidades dessa realidade. Para isso, era necessário a criação de espaços específicos, organizações específicas de jovens indígenas, organizações específicas de mulheres indígenas, se espelhando nas organizações que já participavam. Maurílio Truká, em uma roda de discussão no *XIII Fórum de Educação Popular (XVIII FREPOP)*, que foi realizado na UFPE, indica:

Cada um de nós tem sangue indígena... A diferença é que nós povos indígenas temos os nossos costumes, nossos usos e tradições dentro de nossos povos... A mãe natureza é que faz a gente está aqui dentro desses espaços...

A gente consegue pautar nossas demandas dentro das organizações dos nossos povos internamente e externo. A gente vai vê... Lá nos nossos conselhos de lideranças dos nossos povos que temos nas nossas aldeias, alguns espaços de organizações, de educação, de saúde, de juventude, de mulheres dentro das aldeias existem também, de museus e tudo isso se torna um coletivo que a gente discute internamente e o fato de hoje a gente está

³⁸ Raíssa Círiaco, 30 anos, conhecida como Raíssa Potiguara, pedagoga e professora indígena no seu povo, uma das fundadoras da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP - PB), participou da Rede Índios Online.

aqui é algo bem mais externo que a gente vê, que chega aqui nesse espaço a representatividade de 8 povos indígenas, dos 12 povos de Pernambuco: o povo Kambiwá, Kapinawá, Pipipã, Atikum, Pankará, Truká, Xukuru e o povo Fulni-ô. Que estão presentes nessa discussão.

Cada um de nós aqui também têm um costume diferente, dentro das nossas aldeias, dentro das nossas bases. Nossas linhas de toré e toantes ou cantigas, cada povo também tem o seu formato de chamar os encantados, tem o seu formato de cantar e de dançar.

Então, somos povos indígenas de Pernambuco, mas com as nossas especificidades. Cada um desses povos que está presente aqui tem as suas vivências, as suas práticas, mas quando a gente se junta, a gente faz isso. A gente fica de braços dados como juventude indígena, enquanto movimento indígena, não só representando a juventude, mas também os nossos mais velhos, os nossos anciãos, a educação, a COPIPE, que é a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco, e, a COJIPE também, que é a Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco.

E quando se dá o processo de juventude indígena dentro do território? Foi quando as lideranças tiveram a necessidade que a juventude indígena tivesse mais próximas nas lutas, principalmente contra os posseiros, contra os fazendeiros que não queriam nos devolver as terras. E a juventude chega junto para pautar a luta pelo direito a terra. Aí a juventude começa a se organizar e a trazer o debate, porque a gente também tem o direito sobre a terra, juntamente com as nossas lideranças e contribuindo para o movimento. E aí vou trazer algo já mais recente, que em 2004, a juventude começa a se mobilizar internamente no povo Truká e a juventude de Pernambuco começa a se mobilizar, mas a juventude já estava participando das retomadas. As retomadas significa que a gente está no espaço retomando aquilo que é nosso, as nossas terras.

(Maurílio Truká, Roda de Discussão *XVIII FREPOP*, na UFPE, em 21 de julho de 2016).

Nessa perspectiva, entendo o próprio movimento indígena como espaço pedagógico de formação da juventude e, sobretudo, formação de lideranças jovens. De acordo com o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2006) a categoria “liderança indígena” é empregada para os chefes tradicionais de um território indígena, para chefes de aldeias e também para pessoas influentes, mediadoras ou com escolaridade e maior capacidade de se expressar em português - em alguns casos essas pessoas podem inclusive se opor às autoridades tradicionais, podendo levar a tensões geracionais.

As lideranças mais velhas vão produzindo e reproduzindo a formação nos diferentes espaços e contextos sociopolíticos. As crianças e os jovens vão participando e aprendendo com as lideranças mais velhas: o que faz, como faz, onde faz e porquê o faz. Vão vendo o que é ser liderança, vão conhecendo os espaços de “luta” e resistências dentro e fora das aldeias,

os espaços em que se alcançam as ações do movimento indígena. Wanderson Kapinawá, 29 anos³⁹, rememora esse processo de formação dos mais jovens pelos mais velhos:

A gente se espelha muito em nossas lideranças mais velhas que a gente tem lá em nossas aldeias. Que ensinaram, mesmo sem querer ensinar, mas a gente aprende querendo ou não é um espelho para a gente.
Minha mãe nunca falou: meu filho faça do jeito que eu faço.
Ela nunca falou. Mas eu fui vendo, a gente foi se espelhando e a gente vai ali aprendendo. Creio que com vocês também. [se referindo aos jovens de outros povos].
Pelo menos, liderança nenhum chegou pra mim pra dizer assim: olha! Faz assim do jeito que eu fiz!
Pra mim mesmo nunca disse e eu nunca ouvi. Então, eu fui me espelhando e graças a Deus eu segui ali.
Se eu tiver me espelhando no que as minhas lideranças mais velhas estão fazendo, eu vou estar preservando a cultura do meu povo, eu vou estar fortalecendo a memória da minha nação. (Wanderson Kapinawá, 2019).

Em detrimento do que foi exposto, minha argumentação é que a presença das diversas categorias dentro dos movimentos indígenas, em especial os jovens indígenas, respondia ao chamado de suas lideranças locais para participar das “retomadas de terra”, mobilizações e reivindicações por direitos. Ao participarem desses processos, os jovens indígenas começam a se capacitar e passam a assumir papéis estratégicos, contribuindo para o fortalecimento do seu povo e do movimento indígena.

Os jovens começaram a contribuir não só nas “retomadas de terra”, mas passam a estar na frente dos embates e enfrentamentos com policiais, nos rituais do seu povo, participar das mobilizações, participar das discussões e formações junto com os professores sobre educação diferenciada, sobre saúde indígena, participar das formações sobre direitos indígenas, passam a fazer parte de comissões para reivindicação junto ao poder público, viajam junto com suas lideranças para contribuir nas mobilizações de outros povos indígenas, participam das assembleias, participam de eventos locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais de reivindicação e de denúncia. Nesses movimentos e eventos, os jovens passavam a entenderem melhor não só a história do seu povo, mas também a conjuntura política do país e as leis que tinham direito, além dos decretos, projetos de leis e emendas constitucionais anti-indígenas que tramitavam no Governo.

³⁹ Wanderson Ronen Siqueira da Costa, 29 anos, conhecido como Wanderson Kapinawá ou Txuskyá Tawá Kapinawá, faz parte da Organização de Juventude Indígena Kapinawá (OJKA) e trabalha como Motorista da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

A princípio, cabia aos jovens acompanhar, participar e apoiar suas lideranças. Segundo relatos de algumas lideranças mais velhas, tais como: Dona Zenilda e o Pajé seu Zequinha, com o passar do tempo e com as perseguições sofridas por suas lideranças, sendo algumas inclusive criminalizadas, os mais velhos começaram a preocupar-se com a necessidade da participação mais efetiva da juventude. Aos poucos, os jovens que acompanhavam suas lideranças e que foram se qualificando através dos espaços de formação e vinham contribuindo nas articulações, foram assumindo postos de liderança. Como comentaram os jovens Potiguara sobre a violência contra suas lideranças:

Os perigos da luta.

O movimento indígena é marcado pelos inúmeros casos de violência contra as lideranças que buscam reivindicar os direitos de seus povos. Pessoas que doam suas vidas para Lutar pelo Direito à saúde, educação e a demarcação de seus territórios. (Bruno, Gessé, Irembé, Isaías, Raissa. Índios na visão de índios: Potiguara, 2011, p. 26).

No contexto de violências de lideranças, chama atenção que em 1998, em Pernambuco, houve o assassinato de Francisco de Assis Araújo, conhecido como Cacique Xicão Xukuru, liderança em ascensão no movimento indígena, por conta da morosidade do governo brasileiro em demarcar as terras indígenas (SANTOS, 2003; 2009). As imagens 13 e 14 mostram as mobilizações de 1 ano contra esse assassinato. Marquinhos Xukuru, atualmente 41 anos⁴⁰, filho de Xicão, assume formalmente como cacique do povo, em 6 de janeiro de 2000 com 21 anos e, quando Marcos é consagrado, já há uma quebra no papel de cacique por ele ser mais novo, naquele momento, o cacique “mais jovem” no Nordeste. Tanto que tinha o vice-cacique Zé de Santa⁴¹, o Pajé Seu Zequinha⁴², e Dona Zenilda⁴³, sua mãe para respaldar, a todo o momento, por meio da religiosidade, dos encantados, da natureza sagrada a legitimidade dele enquanto cacique, enquanto liderança do povo. Quando ele assume, os

⁴⁰ Marcos Luidson Araújo, 41 anos, conhecido como Marcos Xukuru ou Marquinhos Xukuru – filho de Xicão Xukuru, cacique do povo Xukuru do Ororubá, representante da microrregião Pernambuco na Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e pela APOINME representante no Conselho Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI).

⁴¹ José Barbosa dos Santos, 70 anos, conhecido como Zé de Santa, vice- cacique do povo Xukuru do Ororubá, um dos fundadores da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

⁴² Pedro Rodrigues Bispo, conhecido Pajé Seu Zequinha, 77 anos, é pajé do povo Xukuru do Ororubá.

⁴³ Zenilda Maria de Araújo, 60 anos - liderança feminina indígena do povo Xukuru, viúva de Xicão Xukuru e mãe do atual cacique desse povo, conhecida como Dona Zenilda Xukuru ou mãe Sacarema, referência por ser considerada a mãe do povo Xukuru do Ororubá.

jovens vão estar junto com ele. Os mais velhos vão estar, mas a presença dos jovens à frente, junto com o cacique é marcante e é notada.

Imagem 13 - Cacique Marcos Xukuru e Lula, *Mobilização 20 de maio*, 1 ano do Assassinato do Cacique Xicão, Aldeia Pedra D'Água, Pesqueira - PE.



Fonte: Arquivo do povo Xukuru, 1999.

Imagem 14 - Passeata em protesto contra o assassinato de Xicão Xukuru, Pesqueira - PE.



Fonte: Hosana Santos, 1999.

Recordo que foi um ano após o assassinato de Xicão que comecei, junto com a equipe do GT Indígena do SEAMPO/UFPB, a trabalhar com os Xukuru do Ororubá, em 1999. Nesse ano, que inscreve em minha trajetória profissional a primeira ida ao território desse povo, já notava, junto com a equipe do GT Indígena, a grande participação dos jovens à frente das mobilizações e dos rituais. Já observava, por exemplo, que nos rituais de toré os jovens estavam na frente, junto com o cacique Marcos Xukuru e as lideranças mais velhas. Naquele momento, ainda não era acionada a categoria “jovem” e “idoso”, eram nomeados como os “mais novos” e os “mais velhos”, ou seja, de qualquer forma essa presença foi se delineando. Contudo, acredito que já se tratava aí de uma antecipação da emergência da juventude indígena.

O cacique Neguinho Truká relata para os jovens indígenas da COJIPE um pouco da sua vivência juvenil com o cacique Marquinhos Xukuru nas reivindicações territoriais:

Eu tenho 4 filhos, aí um vai e diz: eu sou filho de Neguinho Truká. Bom! E daí que você é filho de Neguinho Truká? Neguinho Truká fez a parte dele, faça a sua. Faça a sua! Eu gostaria de fazer o levantamento desses pontos aqui que são pontos que a gente mesmo conversando entre as próprias lideranças. Eu, Marcos, os outros caciques e a gente identifica isso. Eu e o Marquinhos quando a gente entrou na luta, muita gente dizia: Olha os boyzinhos! A gente comeu o pão que o diabo amassou... O Xicão Xukuru jogava duro e era osso duro de roer. Era um professor bom, mas judiava. Igual a outros professores que a gente tem por aqui: Ensina mais judia. E a grande missão que nós dois pegamos um com 21 anos [Neguinho] de idade e o outro 19 [Marquinhos], foi de ir à Brasília. E lá em Brasília, eu trazer a indenização do território Truká e ele a homologação do Território Xukuru. Somente!

E aí a gente foi junto com seu Milton Xukuru, seu Mané Atikum, Mané Traíra, nós cinco. A gente nunca tinha cozinhado, nunca tinha lavado roupa. Acostumados a chegar em casa e ter a mãe e as irmãs para fazer tudo e a primeira grande empreitada foi a gente passar 3 meses e 15 dias, em Brasília. Juntos com eles ali, lá na chácara do CIMI [Conselho Indigenista Missionário].

[...] A primeira vez que a gente cozinhou o arroz quase tocava fogo lá na cozinha da chácara do Cimi. E aí assim, a gente ficou esses dias lá, tinha dias que a gente não tinha dinheiro nem para comprar cigarro. Na época eu fumava e ele também fumava, a gente comprava uma carteira e ficava dividindo [...] Depois veio embora seu Milton, veio embora Manuel Traíra e ficou lá só eu, Marquinhos e seu Pretinho e o pai de Otília.

No dia que conseguimos o recurso de indenização daqui e a homologação do território Xukuru a gente veio embora, mas teve dia que a gente dava vontade de chorar, porque quando a gente chegava nos gabinetes para discutir a respeito do território, devido a nossa idade, os caras dos gabinetes não queriam levar a gente a sério. Como éramos novos quando a gente entrava no Congresso os caras não levavam a sério... Era um desafio... Aí a gente começou também a conhecer. (Cacique Neguinho Truká - Palestra no *Encontro da COJIPE*, janeiro 2019).

Marquinhos Xukuru já era considerado o cacique “mais novo” no Nordeste, sendo consagrado apenas em 2001, com 22 anos e isso era comentado pelos pesquisadores. Nas retomadas de terra, nos eventos, mobilizações e rituais desse povo também percebia essa presença marcante de um cacique tão jovem. Em seguida, Neguinho Truká foi consagrado cacique do povo Truká, com 24 anos, neste povo ficou evidente o fato de uma liderança ser tão jovem e ocupar o cargo de cacique, pois até hoje ele é chamado de “cacique novo” e o outro, cacique Gilberto Francisco da Silva, conhecido como Bertinho, de “cacique velho”.

Anos depois, no povo Pankararu, George Vasconcelos, conhecido como Vasco Pankararu ou Sarapó Pankararu e Marcelo Pankararu passaram assumir postos de lideranças em seus grupos e passaram a ser chamados de “caciques mais novos” dessa etnia. Vão se apresentando no cenário outras lideranças “mais novas”, ou seja, os jovens, tanto nas organizações locais, por povo, quanto nas organizações regionais, como a APOINME, por exemplo. Esses jovens caciques indicam a precipitação de uma geração daquilo que logo mais será visto por todos como a juventude indígena.

Imagem 15 - São João do povo Xukuru, aldeia Cimbres, Pesqueira - PE.



Fonte: Hosana Santos, 1999.

Ao passo que iam participando desses espaços, alguns jovens começam a se identificar com questões específicas de mobilizações como saúde, educação, por exemplo, e, posteriormente, movimentos ligados a questões de gênero e juventude. Destaco a participação dos jovens nos eventos e formações das comissões de professores indígenas, mobilizando por uma educação específica e diferenciada. A participação nesse movimento específico influenciou sobremaneira os jovens a posteriormente criarem suas próprias organizações.

A discussão sobre a emergência da categoria “jovens indígenas” também foi marcada pelas mobilizações e reivindicações pela Educação Indígena, da década de 1990, como já mencionada. As demandas de Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada, se davam a princípio para o nível Fundamental 1, dentro das aldeias. Quando os povos indígenas começaram a organizar as mobilizações sobre a Educação Escolar Indígena, passaram a pensar não só sobre o ensino fundamental, mas também sobre o ensino médio nas aldeias, o acesso ao ensino superior e cursos de licenciatura intercultural indígena. Ao se realizarem essas discussões é que a temática sobre jovens indígenas também começa a aparecer. Começa a se refletir sobre a juventude e seu papel e a preocupação com a saída dos jovens das aldeias para estudarem.

Entre os Potiguara, na Paraíba, notei a inserção dos jovens como professores indígenas nas escolas. Já se falava dessa necessidade de uma organização de jovens, mas também de uma organização de universitários indígenas. Em Pernambuco, entre os Truká, ao participar de uma reunião, em 2001, com os professores indígenas que estavam discutindo a Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada e discutindo a criação da Comissão dos Professores Indígenas Truká (COPIT), também observei a participação ativa dos jovens. Lembro que nesse período Claudete da Silva Barbosa, atualmente com 38 anos, conhecida como Claudia Truká, Edilene Bezerra Pajeú, atualmente 44 anos, conhecida como Pretinha Truká e outros professores indígenas desta etnia falavam do desejo da criação de uma organização de jovens, como também da necessidade dos jovens criarem uma organização indígena própria. Os jovens Xukuru também colocavam essas inquietações.

Neste cenário, diversos povos indígenas criaram suas organizações de professores indígenas locais - por povo: Comissão de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá (COPIXO), Comissão dos Professores Indígenas Truká (COPIT) - e estaduais, a exemplo da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE) e da Organização dos Professores Indígenas Potiguara na Paraíba (OPIP). Posteriormente criaram suas organizações locais de saúde.

A princípio, mesmo participando das ações e mobilizações dos movimentos indígenas, a presença dos jovens indígenas não é materializada em reconhecimento. A participação dos jovens é incentivada por algumas de suas lideranças para contribuir no fortalecimento étnico interno de sua etnia e no fortalecimento das mobilizações dos movimentos indígenas por

reconhecimento de direitos. A presença e participação dos jovens são importantes na medida em que fortalece a luta coletiva.

Como situado, um terceiro período marcou um recorte de observação sobre os movimentos indígenas. Refere-se a “novas” temáticas que estão para além das discussões de território, saúde e educação diferenciada e outras políticas públicas que é a questão de gênero marcada pelas mobilizações e organização de mulheres indígenas e a questão de geração com as mobilizações e organizações de jovens e juventudes indígenas, redes de comunicações e tecnologias.

As mobilizações indígenas reivindicavam não só o reconhecimento étnico, mas também políticas, em uma situação dialógica, que se opõem às políticas públicas de Estado são pensadas de cima para baixo. O movimento indígena, em especial as mulheres e a juventude, também se organiza para acionar políticas públicas de reconhecimento em um movimento inverso, de baixo para cima⁴⁴. Esse panorama se fez necessário para entender o surgimento das discussões sobre a categoria juventude indígena.

Nesse terceiro período, os movimentos indígenas se colocavam como revisores da história do Brasil, produzindo materiais pedagógicos sobre a história do seu povo, forma de organização, religiosidade, contos, mitos, denúncias de perseguições para serem discutidas nas escolas indígenas. As práticas e discursos das lideranças indígenas são registrados nessas matérias, mas também passaram a serem registradas em atas, documentos, vídeos e fotografias que eram produzidos por pessoas e entidades parceiras. Entre essas estavam o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), nós do GT-Indígena do SEAMPO/UFPB, pesquisadores da UFPE e outros. Os professores e lideranças, ao produzirem esses materiais como autores da própria história, desencadeiam novos paradigmas.

Os jovens, a sua vez, passaram a se capacitar e a serem relatores das reuniões e assembleias, passaram a registrar os eventos em vídeo e fotografia e a reproduzir e a divulgar esses materiais. Também passaram a estar em vários espaços de representatividade. Ao se projetarem para fora, emerge o elemento político de poder pessoal, mas, sobretudo, coletivo de afirmação étnica. Levaram para o debate público e para as universidades o questionamento sobre os direitos indígenas e populações tradicionais, o direito à diversidade étnica e suas

⁴⁴ Para aprofundamento sobre a organização do movimento indígena regional e mulheres indígenas consultar: FIALHO, 1998; OLIVEIRA, 2010; SANTOS, 2009; LASMAR, 1999; FRANCHETTO, 1999; SACCHI, 2006.

formas de expressões e formas de ações coletivas, questionando a visão eurocêntrica (homem, branco, europeu), provocando outras lógicas de discussão e compreensão do saber científico.

Os jovens indígenas participavam das reuniões, encontros e assembleias. As reuniões por educação e saúde específica e diferenciada possibilitavam aos jovens se encontrarem e trocarem experiências e a dialogarem entre si, sobre seus problemas e anseios. Queixavam-se pela falta de espaço para a juventude dentro dos seus povos e dentro dos movimentos indígenas. A partir daí, começaram a se articular e passaram a demandar a criação de organizações próprias de jovens indígenas. Os jovens procuraram refletir não só sobre território, saúde e educação diferenciadas, mas também sobre seus problemas, anseios, desafios e tensões, refletindo sobre a sua história e a história de seu povo, de suas lideranças.

É nesse ponto, que ao escutar os jovens indígenas, o meu projeto de pesquisa para o doutorado foi proposto: Quando estes solicitam de mim a possibilidade de criação de espaços de diálogo e discussão daquilo que estavam aparecendo para eles, enquanto questões, problemas, sofrimentos, potencialidades e desejos. Desde já fica evidente que a criação desses espaços de diálogo, embora me inclua e a outros pesquisadores, é um efeito da própria emergência dos grupos e coletivos das juventudes indígenas.

Como mencionado ao longo deste trabalho, acredito que estavam emergindo e eclodindo as mobilizações de juventudes indígenas no Nordeste. Como hipótese de pesquisa, acredito que emergem novos problemas e questões colocadas a partir da juventude, até então não apresentadas nos movimentos indígenas, gerando e configurando um novo contexto social e a busca por respostas a essas novas demandas.

No próximo capítulo, trato sobre as dinâmicas sociais da construção de uma agenda para os jovens indígenas: ocupando espaços, visibilidade e resistência. A Construção da agenda para os jovens indígenas dentro dos movimentos indígenas e no Estado brasileiro e a constituição de organizações de jovens indígenas a nível nacional.

Imagem 16 - V Assembleia da APOINME - Direitos indígenas: Direitos Humanos.



Fonte: Sérgio Marcos/CIMI Nordeste, 1999.

Imagem 17 - Manifestação *Brasil Outros 500 anos*, Salvador - BA.



Fonte: Hosana Santos, 2000.

Imagem 18 - *Inauguração da Escola na Aldeia de Cimbres, Povo Xukuru, Pesqueira - PE.*



Fonte: Hosana Santos, 2003.

Imagem 19 - *Passeata pela Paz no povo Xukuru, Aldeia Cimbres, Pesqueira - PE.*



Fonte: Hosana Santos, 2003.

Imagem 20 - Delegação do povo Xukuru do Ororubá no Acampamento Terra Livre (ATL), Brasília - DF.



Fonte: Arquivo da Ororubá Filmes, 2018.

4 AS DINÂMICAS SOCIAIS DE JUVENTUDES INDÍGENAS: OCUPANDO ESPAÇOS, VISIBILIDADE E RESISTÊNCIA

Somos filhos da mãe terra, da mãe água, do ar e das árvores. Por isso, nunca seremos vencidos (Neguinho Truká, falando para os jovens, 2018).

Neste capítulo, abordo as dinâmicas sociais da construção de uma agenda para a juventude indígena em outros contextos nacionais, nos quais vão ocupando espaços e dando visibilidade à resistência de seus povos, criando organizações de jovens indígenas nacionais.

Durante os trabalhos, seja de pesquisa, seja de assessoria, foi possível observar a constituição dos jovens indígenas como atores sociais, desde as propostas de reivindicações por reconhecimento étnico e territoriais, mas também a pressão de agências financiadoras de um lado e, por outro, os próprios jovens para questões específicas da juventude indígena, como comenta Marcinha Xukuru⁴⁵, 23 anos:

Bom! Já se vinha de antes uma discussão sobre como a juventude deve atuar como guerreiras e guerreiros dentro do processo de luta e resistência cultural do povo Xukuru, sendo conhecedores das suas histórias, das suas tradições e dessa questão da partilha dos saberes. (Marcinha Xukuru, *Assembleia Anual Xukuru*, 2016).

A participação no acompanhamento dos movimentos indígenas foi dando experiência aos jovens indígenas que se capacitavam, faziam alianças, articulações nos eventos, encontros, assembleias e impulsionava a criar suas próprias organizações, como mencionado anteriormente.

Conforme os relatos dos jovens, essa necessidade de envolvimento da juventude, de discussões específicas e criação de organizações de jovens foi crescendo e tomando um lugar importante nos contextos locais e nacionais, por isso é importante fazer uma rápida retrospectiva desse contexto. Foi nessa conjuntura que os jovens indígenas, assim como as mulheres indígenas, vão se articulando e se mobilizando na busca pela garantia dos direitos indígenas, sobretudo por território, saúde e educação como mencionados nos capítulos anteriores. Como consequência, temos a criação das organizações específicas de jovens indígenas que pleiteiam políticas públicas para esse segmento, visando um diálogo diferenciado dentro das políticas públicas para a juventude.

⁴⁵ Marciane Olegário, 23 anos, conhecida como Marcinha Xukuru ou Claricí Xukuru jovem professora indígena Xukuru do Ororubá, uma das fundadoras e representante do Coletivo Poyá Lymolaigo (Organização dos jovens do povo Xukuru do Ororubá).

Dentro do movimento indígena, existem diversas organizações (APIB, APOINME, COIAB, COPIPE, OPIP, OPICE, CISXO) e movimentos (Mulheres, jovens) que ao contrário de dividir, somam-se e apoiam-se mutuamente, fortalecendo o movimento indígena em geral. Entre essas organizações estão as organizações de jovens indígenas, que vêm demandando a atenção não só das lideranças indígenas, mas também do Estado e de pesquisadores da antropologia.

Pode-se notar que existe uma posição teórico-política categorizada como uma perspectiva de juventude, que, assim como gênero, é culturalmente definida. A participação dos jovens indígenas nas organizações não tradicionais, assim como nas organizações políticas de sua etnia, se inicia em conjunto com esses movimentos indígenas da década de 1970 até a atualidade.

Verificam-se três fases: Uma primeira fase, a partir da década de 1970, com mobilizações e do discurso de identidade étnica em termos positivos e em torno da reivindicação por seu território; Uma segunda fase, se dá, na década de 1990, a partir das reivindicações e mobilizações não só por território e reconhecimento identitário, mas também por educação e saúde específicas e diferenciadas. Este foi o momento que se começou a delinear a presença dos jovens indígenas; Uma terceira fase, que se dá a partir dos anos 2000 marcada pela presença e participação dos jovens indígenas dentro do movimento indígena, as formações e capacitações recebidas e as ferramentas tecnológicas acessadas pelos jovens indígenas aos poucos vai também sensibilizando suas lideranças para um olhar mais focado na juventude e que pouco a pouco vai se abrindo aos espaços de interlocução com outras organizações de jovens, a Igreja, com o Estado, ONGs e com organismos multilaterais que resultam na criação de organizações específicas de jovens indígenas. Nesse momento, aparecem também as novas demandas específicas da juventude indígena e o acesso e utilização das ferramentas tecnológicas. Neste capítulo, focarei nesta terceira fase.

Como exposto anteriormente, os jovens sempre estiveram presentes nas mobilizações e organizações, mas percebe-se que há um momento em que, por um lado, eles passam a ser acionados por suas lideranças e pelos movimentos indígenas e, por outro lado, eles próprios passam a acionar as categorias jovens indígenas e juventude indígena. Quer dizer, existe um momento em que passa a ser importante se colocar enquanto jovem, enquanto juventude.

Dois momentos são fundamentais: As discussões ocorridas por educação e saúde diferenciadas no final da década de 1990, sobretudo na educação quando foi colocada a

necessidade de escolas de ensino médio, dentro dos territórios indígenas e sobre o acesso às universidades; E, as mobilizações ocorridas no ano de 2000 (imagem 19 e 20), conhecida como *Movimento Brasil Outros 500 - resistência indígena, negra e popular*, ao pegar fotos, vídeos e registros desses eventos vê-se a presença dos jovens. O movimento *Brasil Outros 500 anos* foi composto por mobilizações das *Pré-Conferências indígenas Brasil Outros 500 anos*, que culminou na *Primeira Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Brasil outros 500)*, em Coroa Vermelha - Porto Seguro - BA.

Foi nesta oportunidade que o Movimento Indígena realizou a Marcha dos 500 anos contra as ações anti-indígenas do Governo Federal em 21 de abril de 2000 e, no mês seguinte, fizeram a *Pós-Conferência Indígena Brasil Outros 500*, ocorrida em maio do mesmo ano, no território do povo Xukuru do Ororubá - PE⁴⁶.

Além do contexto de inserção da juventude indígena nas políticas públicas nacionais e internacionais voltadas para os jovens, foi desencadeada uma série de atividades específicas para a juventude indígena, principalmente no Nordeste, tais como: o projeto e oficinas da ONG Thydewá, as oficinas propostas pela FUNAI - PB, diálogos com as universidades e ONGs, oficinas propostas pela APOINME, as oficinas de teatro e audiovisual da FUNDARPE/Pernambuco. Nessas atividades, os jovens passaram a receber capacitações específicas.

Imagem 21 - Conferência Indígena: Brasil outros 500 anos, Povo Pataxó, Coroa Vermelha, Porto Seguro - BA.



Fonte: Arquivo da APOINME, 2000.

⁴⁶ A partir dessa pós-conferência, as lideranças do povo Xukuru do Ororubá passaram a fazer sua própria Assembleia anual para discutir e avaliar as ações ocorridas durante o ano e projetar ações para o ano posterior. Os povos Potiguara - PB e Truká - PE também começaram a fazer suas assembleias locais. O mesmo aconteceu com os demais povos de Pernambuco.

Na referida Conferência, em Porto Seguro, reuniu povos indígenas de todas as cinco regiões do Brasil. Durante o evento, aconteceram palestras, apresentações, discussões em grupos. Os grupos se dividiam por temas, às vezes por região, por estado ou por povo. Houve momentos que se discutia quem ia ficar no registro de vídeo e fotografia, quem ia fazer as relatorias em cada grupo. Aconteceram reuniões sobre a questão cultural para apresentações de teatro, músicas, poesias. Em alguns momentos, as mulheres se reuniram a parte, os jovens se inseriram nesses grupos, pois ainda não havia as discussões específicas de juventude.

Imagem 22 - Cacique Neginho Truká em sua fala durante a *Marcha Brasil Outros 500*, Povo Pataxó, Coroa Vermelha, Porto Seguro - BA.



Fonte: Arquivo da APOINME, 2000.

É a partir do movimento indígena e da defesa de uma afirmação identitária positiva que os jovens indígenas passaram a assumir publicamente sua identidade étnica e a ser visibilizados como atores políticos. Como já mencionado, nos espaços em que os jovens indígenas participavam, levavam a história do seu povo, sua família e sua história pessoal, questões ligadas à sexualidade, às marcas corporais, à religiosidade, às reivindicações étnicas por garantia de direito político e de cidadania, direito à igualdade de gênero, sofrimentos e desejos, o direito a ser diferente dentro do diferente.

4.1 A construção de uma agenda para a juventude indígena no Estado brasileiro: Articulações regionais, redes nacionais e outros contextos

Segundo o relatório do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA (2010), no início do século XX, a comunidade internacional, já somava esforços na tentativa de inclusão do tema juventude na agenda de todos os países.

Analisando o referido relatório, pode-se apontar que a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, desencadeou a criação de uma série de documentos e convenções internacionais específicas no que tange aos direitos da população jovem. Estas informações foram resultantes das conferências organizadas pela ONU que abordavam recomendações fundamentais para a juventude na tentativa de resguardar os grupos considerados mais vulneráveis socialmente, economicamente e culturalmente, em especial mulheres, jovens, negros, indígenas.

Essas convenções, além de reconhecerem necessidades e reivindicações próprias desses segmentos e situações específicas, estabelecem a obrigatoriedade dos Estados membros implementarem políticas públicas que considerem as diferenças e reduzam as desigualdades. (UNFPA, 2010, p. 28).

Tais recomendações tiveram impacto direto nas políticas internacionais e acabaram por pressionar a criação de políticas nacionais sobre a temática. Neste intento, a partir da década de 1980, os organismos internacionais buscaram discussões políticas e foram criados organismos governamentais para atender a juventude em toda América Latina.

Ainda na década de 1980, a ONU proclama o ano de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, que foi um importante marco. Este fator provoca uma visibilidade e grande ampliação não só de estudos sobre a juventude, mas também a criação de políticas públicas e financiamentos de projetos de formações e capacitações para essa categoria.

A juventude colocou demandas históricas de reivindicação por políticas públicas, mas foi a partir das formulações da ONU, em 1985, que alguns países como Portugal e Uruguai deram início à experiências de políticas públicas para a juventude.

No Brasil, as ações ganharam impulso em 1990, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado através da Lei 8.069/90. O ECA tornou-se um marco de políticas governamentais que traz à tona a criança e o adolescente como sujeito de direitos, estabelecendo parâmetros de proteção destes no âmbito familiar, social e jurídico.

Contudo, foi a partir de 2003 que o Governo Federal modificou o olhar sobre a juventude, deixando de vê-la como um problema social e passando a reconhecê-la como sujeitos de direito e começando a atender as suas reivindicações e a criar políticas específicas para a essa categoria. Como aponta o sociólogo Tarcísio Augusto Alves da Silva (2017):

Desde 2003, um conjunto de ações, debates e mobilizações sociais vem ocorrendo no Brasil a fim de promover políticas públicas direcionadas às demandas e especificidades dos jovens brasileiros. Essa não é uma novidade histórica, como observam Sposito e Cerrano (2003) ao afirmarem que, no final dos anos de 1990, iniciativas públicas foram realizadas conjugando muitas parcerias entre instituições da sociedade civil e as várias instâncias do Poder Executivo (federal, estadual e municipal). Contudo, o que caracterizou o período de ações a partir de 2003, em relação aos anos anteriores, foi: a intensificação na gestão das políticas públicas com a ampliação da participação dos beneficiários, revelando um maior processo de democratização e descentralização política, além de ações especialmente voltadas para os jovens, tendo em vista que nos anos 1990 eles eram atendidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias. (SILVA, 2017, pp. 61-62).

Essa mudança no olhar, no período do Governo Lula, sobre a juventude resultou na organização de um grupo interministerial composto por 19 ministérios, com o objetivo de estruturar programas voltados para essa categoria. Neste contexto, em 2005, é criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), por meio da Lei 11.129/2015,

tornando o Brasil o primeiro país da América Latina a instituir um conselho específico com a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental, voltada para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público. (SILVA, 2017, p. 62).

Esses órgãos elaboraram o Plano Nacional de Juventude (PNJ), para um período de 10 anos. O Plano Nacional de Juventude teve por objeto articular as diversas esferas do poder público para a execução das políticas públicas para esse seguimento. Essa política, segundo Silva (2017),

marca a inversão de ações orientadas por antigas políticas que negavam o reconhecimento e particularidades dos jovens e os incluíam nas políticas universais direcionadas ao público adulto, para a construção de políticas públicas específicas de juventude. (SILVA, 2017, p.62).

Essas políticas específicas, bem como a criação de setores institucionais contribuíram para que a juventude participasse “na elaboração e no acompanhamento dessas políticas,

fazendo com que o controle social fornecesse o critério de legitimidade desse processo, mesmo que mostrando algumas fragilidades” (SILVA, 2017, p. 62). Outro marco importante foi a criação do Estatuto da Juventude, por meio da Lei 12.852/2013, entre outras ações. É a partir do Governo Lula que os jovens passam a ter direito de opinar e participar das ações do Governo.

Nesse cenário, ocorreram a elaboração de projetos e programas e a alteração e o estabelecimento de leis, como a inclusão do termo *juventude* na Constituição Federal e a promulgação do Estatuto da Juventude, respectivamente. Esses esforços visou garantir direitos aos jovens que ultrapassassem a dimensão governamental e se estabelecer como uma política de Estado (BRASIL, 2013). (SILVA, 2017, p.52).

No que se refere a questão indígena, com as formações e capacitações, a juventude adentra no movimento indígena com um capital político formado pelos espaços pedagógicos do próprio movimento, como também, promovido por pessoas e agências parceiras. Longe de estarem à parte da sociedade envolvente, os jovens indígenas também são impactados pelos discursos das agências parceiras, cooperações internacionais, Estado e movimentos de jovens. Os jovens indígenas levam para o movimento a inserção de sua participação e o debate geracional. Aqui, contextualizarei os diferentes âmbitos nos quais os jovens indígenas vão conquistando seus espaços: as experiências organizativas a nível nacional; a relação com contexto internacional, com foros específicos de jovens; e por último com os processos de organizações juvenis latino-americanas que estão em construção.

Como observado anteriormente, apenas nos anos 2000 que se faz menção às mobilizações específicas de jovens indígenas e com demandas próprias, tanto dentro do movimento indígena, como nos espaços de diálogo com o Estado, como verá a seguir.

A juventude indígena passou a ser tratada como uma questão necessária de ser levada em consideração e entrou oficialmente na pauta das/nas organizações, reconhecida como uma demanda legítima. A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) foi fundamental para articular a juventude indígena para participar de encontros, capacitações e eventos regionais, nacionais e internacionais. A participação, dos jovens nos eventos possibilitou o registro de suas inquietações e demandas, bem como a possibilidade de pleitear políticas públicas. Suas reivindicações vão ganhando corpo dentro dos movimentos indígenas, mas também na relação com pessoas e instituições

Governamentais e não Governamentais. As demandas relacionadas ao Estado culminaram na realização da *I Conferência*.

Em 2008, foi realizada a *I Conferência Nacional de Juventude*, de 27 a 30 de abril de 2008, em Brasília - DF, promovida pelo Governo Federal e realizada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude. Para a realização da *Conferência Nacional* ocorreram *Conferências municipais e estaduais*. As etapas municipais foram realizadas entre 22 de setembro de 2007 e 10 de fevereiro de 2008, já as etapas estaduais aconteceram entre 11 de fevereiro e 30 de março de 2008.

Essas Conferências foram marcadas pela consulta aos povos e comunidades tradicionais, possibilitando um encontro da política de juventude com os jovens de diversas parcelas da população. As Conferências tiveram por objetivo “integrar, debater e colocar em evidência questões de jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pantaneiros, de comunidades de terreiros, caboclos, mestiços, ciganos, pomeranos, etc”, dando visibilidade e reconhecendo as culturas, valores e tradições da diversidade do povo brasileiro.

Os primeiros espaços que conseguiram reunir representantes de jovens indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Região de abrangência da APOINME) para discutir e articular suas demandas junto com os jovens das demais regiões do país, foi o *I Seminário Nacional de Juventude Indígena*, que aconteceu em 2009. Esse evento foi um marco em relação à participação da juventude indígena como categoria política, bem como a inserção e projeção dessa categoria na esfera pública e no cenário nacional e ampliação dos diálogos entre governo e sociedade civil na construção de políticas públicas.

O *I Seminário Nacional de Juventude Indígena* aconteceu de 22 a 28 de novembro de 2009, em Brasília - DF, com financiamento da ONU e organização da FUNAI. Esse evento foi um trabalho realizado desde 2004 pela Coordenação Geral de Educação da FUNAI com etapas regionais. A articulação da participação dos jovens indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo foi realizada através das lideranças indígenas da APOINME. O *Seminário Nacional* teve por tema “Para fazer a diferença” e contou com a participação de 70 pessoas de 42 etnias.

Imagem 23 - Plenária do I Seminário Nacional de Juventude Indígena.



Fonte: Mario Vilela, 2009.

Durante o *Seminário Nacional*, os jovens indígenas pautaram as questões específicas de sua categoria, como também as demandas e reivindicações gerais por território, identidade, educação, saúde, etc., bem como as questões de gênero. Ao final do seminário, tomando como exemplo dos eventos realizados pelos movimentos indígenas, os jovens também elaboraram uma carta final na qual discutiram as reivindicações e direitos dos povos, suas perspectivas e limitações e suas demandas específicas. O objetivo foi construir uma agenda de compromissos definindo as prioridades da juventude indígena para 2010 colaborando na construção de políticas públicas para a juventude indígena (FUNAI, 2009).

Imagem 24 - Poran Potiguara no I Seminário Nacional de Juventude Indígena.



Fonte: Mario Vilela, 2009.

No decorrer do evento, os jovens elegeram um representante indígena para a Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)⁴⁷, criada em 2008 e, outro representante para o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV). Os jovens indígenas criam a Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI) e elegeram 15 titulares e 15 suplentes para compor o colegiado do CNJI. Além disso, os jovens indígenas também criaram a Rede de Juventude Indígena (REJUIND), como forma de facilitar o diálogo e trocar experiências entre os jovens de diversos povos indígenas para mobilizarem na defesa de seus direitos.

Objetivos da REJUIND:	
	-Divulgar informações sociais, culturais, educacionais, ambientais e políticas à Juventude Indígena.
	-Informar assuntos relevantes dos marcos legais nacionais e internacionais – Direitos dos Povos Indígenas.
	-Possibilitar a Juventude Indígena novos conhecimentos que possam contribuir com iniciativas em seu Povo e/ou Organização.
	-Incentivar a Juventude Indígena para contribuir com seu povo/ organização/movimento indígena, no quesito valorização cultural, ambiental, e de maneira intergeracional.
	-Mobilizar e interagir a Juventude Indígena com outras juventudes indígenas – nacionais e internacionais, através de intercâmbio de ações.
	-Demonstrar que as novas tecnologias podem ser usadas como estratégias de atuação prol Direitos dos Povos Indígenas.

Fonte: Grupo REJUIND, *Facebook*, 2018

Para tanto a REJUIND utiliza:

As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), ampliando as ações que envolvem os desafios, mas também oportunidades de empoderamento político. Possibilitando o diálogo entre a diversidade de povos indígenas no Brasil, suas organizações e movimentos que atuam em defesa dos direitos humanos aos povos indígenas. Além de contribuir para aproximação entre as redes de juventude indígena na América Latina e Caribe. (Grupo REJUIND, *Facebook*, 2018).

⁴⁷ Em 2006, criação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e, em 2008, é criada uma Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude.

Após o seminário foi criada uma página na rede social *Facebook*, como ferramenta para facilitar a informação e diálogo entre eles. Além de manterem grupos de discussão fechados no *Whatsapp*. A REJUIND atua como espaço dos jovens indígenas de defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, formando uma rede de articulação para trocas de experiências e reivindicações por políticas públicas.

Podendo nos manifestar de diversas maneiras, e mostrar que somos jovens indígenas preocupados com o bem viver e com futuras gerações - sem esquecer a nossa cultura e os ensinamentos de nossos anciões. E que devemos aprender a respeitar as diferenças, e fortalecer o que nos une. (Grupo REJUIND, *Facebook*, 2018).

Imagem 25 - Participantes da Reunião da REJUIND.



Fonte: Arquivo REJUIND, 2019.

A REJUIND articula também o *Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI)* que está no seu quinto encontro e, em 2017, foi realizado na Bahia.

Já a *2ª Conferências Nacionais de Juventude: conquistar direitos e desenvolver o Brasil*, foi em 9 a 12 de dezembro de 2011, promovida pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, e pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Nessa conferência, houve uma forte participação da juventude rural, dos povos e comunidades tradicionais e da juventude indígena, mobilizados a partir dos territórios e dos movimentos sociais.

O *II Seminário Nacional de Juventude* foi realizado em Luziânia - GO, de 26 a 30 de novembro de 2012. Nesse segundo seminário, a coordenação foi realizada pela Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), com apoio das instituições parceiras: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Agência

Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), FUNAI, Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Cultura (Minc), Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Instituto de Ação Cultural (IDAC).

Participaram do evento 100 pessoas de 42 povos indígenas. Durante o evento, foi abordada a situação política e social dos povos indígenas, saberes tradicionais, território e meio ambiente, cultura, esporte e lazer, histórico do movimento indígena, educação, saúde e prevenção às drogas e álcool. Os jovens ainda repensaram a composição da CNJI para ser composta apenas por 10 pessoas, sendo 2 representantes de cada uma das 5 regiões do Brasil. (CNJI, 2013).

O *III Seminário Nacional de Juventude* só foi realizado 4 anos depois, em São Luiz - MA, em 14 e 15 de novembro de 2016. O evento foi coordenado pela Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Jovens Indígenas do Maranhão (JIM). Participaram 70 representantes das cinco regiões do Brasil dos povos: Kaingang, Gavião, Krikati, Truká, Baré, Tuxá, Potiguara, Guarani, Guarani-Kaiowá, Terena, Juruna, Manchineri, Pataxó, Xokleng, Kayapó, Manoki Arapasso, Xavante e Guajajara.

Imagem 26 - *III Seminário Nacional de Juventude*.



Fonte: Jhonatan Soares, 2016.

Foi debatido entre os jovens a História e a importância da mobilização da juventude indígena, os avanços e desafios para a mobilização e a articulação política a nível nacional. As instituições parceiras que apoiaram o evento foram: Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP); Secretaria Extraordinária da Juventude (SEEJUV); GT Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil; Grupo Assessor Interagencial sobre Juventude da ONU Brasil, e Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF).

Embora, como abordado anteriormente, seja nesse período que os jovens passam a se organizar e a se articular dentro das organizações indígenas e posteriormente em suas próprias organizações, apenas recentemente foi que o governo brasileiro reconheceu a participação política e social dos jovens e reconheceu a juventude como sujeito de direito. Somente em 2013, que foi promulgado o Estatuto da Juventude, através da Lei 12.852/2013.

Em 2013, na estrutura, foi criada a Coordenação de Juventude, para implementar o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), no Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas só foi instituído pela Portaria Interministerial nº 390, em 18 de novembro de 2015. O Plano é orientado pelos princípios do Estatuto da Juventude que garante aos jovens o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente. O PNJMA foi uma demanda da juventude brasileira nas *Conferências Nacionais de Meio Ambiente* e foi considerado prioridade nas *Conferências Nacionais de Juventude*.

A 3ª *Conferência Nacional de Juventude: as várias formas de mudar o Brasil*, aconteceu de 16 a 19 de dezembro de 2015. Houve a participação de jovens indígena da Paraíba e de Pernambuco, além disso, em Pernambuco, aconteceu também uma etapa da *Conferência Livre Juventude e Meio Ambiente*, que foi realizada na aldeia Cana Brava, no território do povo Xukuru do Ororubá.

Na esfera internacional, pode-se lembrar da *ECO 92*, o Movimento Indígena se une e alcança visibilidade mundial. Contudo, a questão territorial não foi devidamente evidenciada. Durante a *ECO 92*, foi construída a Agenda 21 Global e no seu capítulo 25 “A infância e a juventude no Desenvolvimento sustentável” trata a Juventude como estratégica para o desenvolvimento sustentável (Anexo 1). Neste documento, juventude é a população entre 15 e 29 anos. Lembrando que, na Agenda 21, não foi considerado o tema específico da juventude indígena, mas da juventude como um todo.

Na esfera governamental, alguns dos avanços nos reconhecimentos dos direitos da juventude brasileira, depois da Agenda 21, foram o Plano Nacional da Juventude e Meio

Ambiente, a Criação de Conselhos de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), das Secretárias de Juventude, do Parlamento de Juventude, do Estatuto da Juventude, entre outros. Esses órgãos, eventos e documentos contribuíram para o avanço sobre as questões da juventude no Brasil. Contudo, os jovens indígenas reclamavam sobre a lacuna em relação à diversidade étnica e à desigualdade e preconceitos sofridos por estes. Ainda assim, observam-se alguns avanços nas questões específicas da juventude indígena, como a participação nos eventos e conferências em geral, a realização dos seminários específicos para jovens indígenas, além da criação de outras redes e de organizações de jovens indígenas.

Observa-se que o *Seminário Nacional de Juventude Indígena* possibilitou a constituição de quatro instâncias de ação: a Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), a Rede de Juventude Indígena (REJUIND), a eleição dos representantes indígenas da Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude da Comissão Nacional de Políticas Indigenista (CNPI) e a eleição dos representantes indígenas do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Essas instâncias possibilitaram a visibilidade, divulgação e a projeção da juventude indígena no cenário nacional. Reforço que, paralelamente aos eventos, os jovens indígenas foram criando suas organizações específicas locais, estaduais, regionais e nacionais.

Percebe-se a crescente participação e atuação dos jovens indígenas que passaram a se inserir nos espaços, contribuiu com a resistência do movimento indígena para o fortalecimento das mobilizações por garantia de direitos, bem como por direitos específicos relativos à juventude.

Os jovens indígenas encontraram nesses eventos um cenário favorável que permitiu à juventude apresentar e dar visibilidades às suas demandas, bem como a difundirem suas reivindicações em diferentes contextos. Essas oportunidades estimularam os jovens indígenas. Por conseguinte, esses espaços, possibilitaram um lugar de fala (RIBEIRO, 2017) a esses jovens que utilizaram estrategicamente essas oportunidades também para desenvolverem a capacidade de liderança, bem como, articular, formar e ampliar suas redes de solidariedade nacionais e internacionais.

A juventude indígena consegue inserir o debate sobre o recorte étnico nesses espaços, possibilitando uma articulação e diálogos interétnicos e, conseqüentemente, a formação de rede de articulações supra locais. Tarrow (2009) sinaliza que as oportunidades políticas podem ser abertas a partir de determinados contextos. Com as articulações e participações em

diferentes situações se visualiza a construção das organizações e redes nacionais acionadas pelos jovens indígenas.

Os encontros e conferências nacionais organizados pelo Estado, em sua maioria através da FUNAI, também foram requisitando a presença dos jovens indígenas nesses espaços através das organizações indígenas regionais: APOINME e organização indígena nacional: APIB. A participação nesses e outros eventos também possibilitou a consolidação das organizações de jovens indígenas locais e regionais e a possibilidade da ampliação Nacional e Internacional, um alcance que vai do âmbito internacional ao local e do local ao internacional.

Por fim, essas Conferências foram significativas no sentido de visibilizar as lideranças jovens indígenas e as demandas dessa categoria, fortalecer e desenvolver a capacidade de liderança, inclusive para melhorar sua participação política nos processos de tomadas de decisão relacionadas a projetos, programas, políticas e leis nas esferas local, nacional e internacional.

Durante os eventos e, ao analisar os relatórios e documentos finais, verifica-se a constância de solicitações de demandas comuns aos movimentos indígenas, tais como a demarcação de terras indígenas, melhorias nos serviços de educação e saúde diferenciada e o fim da criminalização de suas lideranças. Além disso, os jovens reivindicam demandas por acesso às políticas públicas específicas, no que se refere à educação pública, demandam políticas afirmativas de acesso e permanência no ensino superior; Acesso à cultura, lazer, esportes e fortalecimento das práticas tradicionais; Igualdade de gênero; Acesso às tecnologias; Capacitações e formações sobre as histórias de suas étnias e de outros povos, histórias dos movimentos indígenas, direitos indígenas e políticas públicas.

Apesar das participações nos eventos, conferências e fóruns, percebe-se que boa parte das reivindicações dos movimentos indígenas permaneceu sem serem efetivadas. Nota-se que não existem políticas públicas específicas para juventude indígena e que estas acabam por serem pulverizadas dentro das diversas Secretárias e Ministérios refletindo na continuidade dos problemas enfrentados pela juventude indígena e nas constantes mobilizações para a concretização de suas demandas.

Outra questão importante, colocada em alguns eventos dos estudantes indígenas, foi o preconceito e racismo institucional sofrido por estes, essa situação é marcada por questões étnicas e identitárias. As falas dos jovens enfatizam a necessidade de buscar alternativas para

sensibilizar e informar estudantes e gestores não indígenas, bem como a urgência de se melhorar o processo de ingresso, manutenção e permanência de estudantes indígenas nas Instituições de Ensino Superior (IES), necessidade de se discutir a interculturalidade e também a demanda de criação de universidades indígenas.

Assim como foram discutidos os aspectos sobre a questão de cotas e vestibular diferenciado, em que o acionamento da identidade indígena como categoria pode ressaltar privilégios e/ou opressão, necessário se faz considerar a problemática e encontrar alternativas consideradas em alguns âmbitos: os direitos humanos, os direitos indígenas na CF 88, a Convenção 169 da OIT, o Estatuto da Juventude.

Como se ressalta, os cenários construídos e conquistados pelos movimentos indígenas nos âmbitos locais, regionais, nacionais, internacional e latino-americano foram primordiais para visibilizar e estimular aos jovens indígenas a dar voz as suas demandas e a criar suas próprias organizações. Observa-se que esses jovens vêm tecendo suas redes desde espaços locais e nacionais e, quiçá, internacionais; a continuação dessas ações se apresenta num amplo panorama de experiência dos jovens indígenas nas organizações indígenas, nos movimentos em relação ao território, educação, saúde, sustentabilidade e religiosidade e na construção de suas organizações e construção de redes de articulação e de redes sociais.

A participação dos jovens nos movimentos e eventos motivou as interações sociais entre eles e a construção de “amizades”, “afetos” e, sobretudo, articulações entre etnias, formando redes de ligações e redes sociais ampliadas. Essas redes vão se conectando, se expandindo e se multiplicando, se desdobrando e abrindo novas direções e produzindo novos modos de expressões dos jovens indígenas.

Os jovens apoiavam e apoiam as mobilizações de seus povos e dos movimentos indígenas. Para os jovens indígenas da Paraíba e de Pernambuco não foi fácil conquistar espaços específicos para as juventudes, por tensões geracionais. Houve e ainda há tensões com as lideranças mais velhas não só dos seus povos, mas também com as lideranças que atuavam nos movimentos indígenas.

Apesar de se fazerem presentes em algumas instâncias, tais como: Fóruns, Conferências e Conselhos de juventude com direito a voz e voto ou tendo suas organizações específicas de jovens indígenas, isso não quer dizer que as organizações indígenas nacionais, regionais e locais tenham acatado, de fato, todas as demandas da juventude indígena de forma efetiva ou que o Estado tenha incorporado suas demandas em relação a temáticas específicas.

Contudo, como apontado, notei uma modificação na participação dos jovens indígenas dentro e fora do movimento indígena que vai do intra ao extra-comunidade.

Ressaltam-se alguns avanços nesses diálogos, a exemplo do povo Indígena Xukuru do Ororubá - PE na *Assembleia Anual Xukuru* de 2014, que tiveram como temática principal a discussão sobre os jovens. A partir de 2015, os jovens assumiram um papel importante na coordenação da *Assembleia Anual* desse povo que acontece anualmente. Nessa Assembleia, o jovem Guila Xukuru⁴⁸, 26 anos, ficou como responsável pela primeira vez por organizá-la. Ao conversar com ele, durante a assembleia, me revela: “É uma responsabilidade muito grande e eu tive que dar conta” (Guila Xukuru). Nessa mesma assembleia, a Poyá Limolaygo⁴⁹ foi incorporada na árvore da organização do povo Xukuru do Ororubá.

Entre 2015 e 2016, houve formações para a Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE), através de um projeto aprovado pela antropóloga Manuela Schillaci, no edital do FUNCULTURA/FUNDARPE. Houve quatro oficinas e pude participar da última que aconteceu no final de janeiro de 2016.

Em 2016, houve a *Assembleia Anual Xukuru* e o *I Encontro de jovens indígenas do Nordeste: filhos da constituinte* que aconteceu na Aldeia Pedra, D’água, no Território Indígena do povo Xukuru do Ororubá. Desta vez, Guila Xukuru, junto com os demais membros da Poyá Limolaygo que estavam à frente da estrutura. A equipe de audiovisual da Ororubá filmes fez gravações das pré-assembleias, nas aldeias e durante a Assembleia, mostrou o vídeo com a síntese. O registro fílmico e fotográfico do evento ficou sob a responsabilidade dessa mesma equipe.

Na Paraíba, em 2016, aconteceu o *II Encontro dos Estudantes Indígenas da Paraíba e Intercâmbio entre o Pet-Indígena da Paraíba e da Bahia*.

Em Pernambuco, 2017, na *Assembleia Anual Xukuru* a equipe do audiovisual Ororubá filmes, não só registrou os momentos do evento, como também fez transmissões ao vivo pelo *Facebook*. Nas assembleias Xukuru que se seguiram (2018 e 2019) também houve registros e transmissões ao vivo, atividades executadas pela Ororubá Filmes.

⁴⁸ Guilherme Araújo Marinho Magalhães, 26 anos, conhecido como Guila Araújo ou Guila Xukuru – jovem indígena do povo Xukuru do Ororubá - PE, advogado, começou a contribuir para a luta do povo Xukuru através do áudio visual, sendo um dos fundadores do Ororubá Filmes, contribuiu na criação e articulação do Coletivo da Juventude Indígena Xukuru que se chama Poyá Limolaygo (Pé no chão, na língua Xukuru), atualmente é presidente da Associação da Comunidade Indígena Xukuru, em nível estadual representa seu povo na Comissão de Juventude Indígenas de Pernambuco (COJIPE) e através da COJIPE participa do Fórum de Juventude Indígena de Pernambuco (FOJUPE).

⁴⁹ Coletivo da Juventude Indígena Xukuru Ororubá que se chama Poyá Limolaygo (Pé no chão, na língua Xukuru).

No povo indígena Potiguara da Paraíba, em 2017, participei da *Assembleia Anual Potiguara* e observei que as lideranças delegaram aos jovens Potiguara a responsabilidade de organizarem a assembleia daquele ano. Ao comentar com os jovens essa minha observação, eles me relataram que, recentemente, a OJIP tem ficado com essa responsabilidade. O êxito no desempenho dessas atividades deu mais credibilidade e visibilidade a essas juventudes.

Observo que a relação entre os jovens foi crescendo paulatinamente diante das mobilizações étnicas, seja nas aldeias, seja na busca por políticas públicas. Alguns instrumentos que possibilitaram essa inserção foram a participação nos meios tradicionais, tais como rituais e mobilizações internas a cada etnia, mas também a participação das mobilizações do próprio movimento indígena que os jovens, de início, eram apenas acompanhantes, passando a participar, receber formações e capacitações. O audiovisual e os meios de comunicações são ferramentas que contribuíram bastante para essa inserção e para aumentar o potencial de mobilização política deles. Os jovens começaram a se capacitar para utilizar vídeo, fotografia e computadores com o intuito de dar visibilidade e difundir as mobilizações do seu povo local, bem como as mobilizações dos outros povos e das organizações indígenas e fortalecer as redes.

Essas ferramentas foram acessadas por meio das formações e eventos oferecidos pelo próprio povo ou dentro do próprio movimento indígena, em formação da APOINME e através de ONGs, Igreja, universidades, através de oficinas e conferências realizadas pelo Estado, a exemplo das organizadas pela FUNAI para os Potiguara na Paraíba e os Seminários e Conferências Nacionais de jovens indígenas ou junto com parceiros em formações locais, estaduais e regionais; Em Pernambuco, jovens de 12 povos tiveram formação de audiovisual, teatro e artesanato, promovida, pela Cabra Quente Filmes e Ponto de Cultura Associação Estação Cultura, com recursos do FUNCULTURA/FUNDARPE.

Como relatado anteriormente, as mobilizações étnicas, as organizações indígenas, enfim, os próprios movimentos indígenas agem como espaços pedagógicos, formando os jovens e os capacitando para atuarem como lideranças e agentes mobilizadores.

A resistência de lideranças mais velhas na institucionalização das organizações específicas de jovens é tratada pelos jovens através de algumas estratégias de ação. Sobre elas, construo pistas para compreender as imbricações entre as mobilizações dos jovens e as relações geracionais, entre essas reivindicações e o avanço das políticas públicas. Neste capítulo, elenco **três estratégias** que considero singulares, criativas, permanentes e até

mesmo subversivas, considerando-se que se realizam no interior de um movimento indígena. São elas:

1 - Sensibilização das lideranças mais velhas e incentivos à participação dos jovens indígenas: As lideranças indígenas estimulam à participação ativa dos jovens indígenas nas atividades internas do povo e nas atividades e mobilizações do movimento indígena. Procuram mostrar que os jovens fazem parte desse movimento e são capazes de estar juntos. Essa estratégia de participar procura garantir não só a articulação, mas também, através desta, os jovens vão sensibilizando suas lideranças mais velhas e apontando a necessidade de criar grupos, coletivos e organizações específicas. Ao se inserir nos eventos, a juventude indígena passa a adquirir o reconhecimento das lideranças mais velhas. A formação e a capacitação de lideranças jovens no campo político de ação dentro e fora do movimento indígena acabam por também envolver ações públicas empreendidas pelos povos indígenas, pelo movimento indígena e por agências governamentais ou não governamentais.

As ações e financiamentos empreendidos pelos organismos governamentais, ONGs e agências de cooperações internacionais que trabalham com a questão indígena passam também a solicitar a paridade de gênero e a presença de jovens nos eventos e formações e espaços políticos de ação. As ações da Educação Escolar Indígena e da Saúde Indígena produzem práticas e discursos identitários de fortalecimento da identidade étnica para dentro e para fora do movimento indígena. Esses discursos vão possibilitar a inserção das discussões de gênero e de geração, em especial da juventude indígena.

2 - Capacitações, formações e redes de articulações: A partir de 2000, os movimentos indígenas vão ocupar espaços de atuação e pautar a formação e a capacitação dos jovens indígenas. Vão realizar oficinas de formação sobre identidade étnica, sobre comunicação, mídias, tecnologias, etc. A APOINME e as lideranças também vão ser solicitadas a encaminharem nomes de jovens para participarem de eventos e espaços específicos da juventude, tais como encontros, seminários e conferências de juventude.

Nesses encontros, os jovens vão passar a formar coletivos e redes de trocas de experiências e informações para orientar as ações do coletivo. Nesses eventos, vão demonstrando e analisando a situação da juventude indígena e as formas de preconceitos e de discriminação que se manifestam sobre eles dentro do seu povo e na sociedade envolvente. Constatei que as mobilizações dos jovens indígenas, muitas vezes, não têm o reconhecimento social e político das suas lideranças indígenas e, é aos poucos, que eles vão conquistando

espaços nas instâncias de representação do movimento indígena e percebem a existência do problema da desigualdade nas relações entre os gêneros.

Observo ainda que algumas organizações e parceiros se preocupam com a temática da juventude e que existem espaços em fóruns, conselhos e conferências no qual se pode debater sobre as questões dos jovens, em que começam a reivindicar e garantir o debate político em torno das demandas dos jovens indígenas, bem como formação e capacitação com o intuito de qualificar a participação dos jovens indígenas.

Desencadeiam dois processos: Para dentro – Criando estratégias para juntar os jovens de seus povos e de outros povos indígenas ocupar espaços nos encontros e assembleias, bem como nas instâncias de poder. Sensibilizar as lideranças indígenas para apoiarem a criação das suas organizações para legitimar as mobilizações.

Para fora – Sensibilizar parceiros e entidades de apoio a trabalhar com a temática da juventude. Programar mobilizações específicas como discussões sobre acesso, permanência nas instituições de ensino; participação e Conselhos e Fóruns de Juventude e campanhas de juventude, tais como: *Jovens pelo direito a viver* e *Agosto das juventudes*; realizações de intercâmbios; a construção de relações de parcerias com outros movimentos sociais, movimentos de jovens e com ONGs; realização de encontros locais, estaduais e nacionais.

Um questionamento que fiz aos jovens foi sobre o que os leva a pautar algo específico da juventude, de jovens indígenas e para os jovens indígenas, ou seja, para as juventudes indígenas; O que diferencia o movimento de jovens indígenas do movimento indígena, pois se fosse só para reivindicar educação específica e diferenciada ou saúde indígena ou território, isso os movimentos indígenas já fazem, não teria a necessidade de se ter um movimento específico ou teriam? Ou seja, o que é que leva aos jovens a pautar a demanda da juventude. Guila Xukuru⁵⁰, 26 anos, Wanderson Kapinawá⁵¹, 29 anos e Mariana Truká⁵², 26 anos, contribuíram na reflexão sobre isso, relatando sobre o seu povo e suas experiências:

⁵⁰ Guilherme Araújo Marinho Magalhães, 26 anos, conhecido como Guila Araújo ou Guila Xukuru – jovem indígena do povo Xukru do Ororubá - PE, advogado, começou a contribuir para a luta do povo Xukuru através do áudio visual, sendo um dos fundadores do Ororubá Filmes, contribuiu na criação e articulação do Coletivo da Juventude Indígena Xukuru que se chama Poyá Limolaygo (Pé no chão, na língua Xukuru), atualmente é presidente da Associação da Comunidade Indígena Xukuru, em nível estadual representa seu povo na Comissão de Juventude Indígenas de Pernambuco (COJIPE) e através da COJIPE participa do Fórum de Juventude Indígena de Pernambuco (FOJUPE).

⁵¹ Wanderson Ronen Siqueira da Costa, 29 anos, conhecido como Txuskyá Tawá Kapinawá ou Wanderson Kapinawá, jovem do povo Kapinawá, faz parte da Organização de Juventude Indígena Kapinawá (OJKA), trabalha como Motorista da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Guila Xukuru – Então, lá em Xukuru, o questionamento da gente era isso. Tipo, a gente percebia que existiam os espaços, mas que percebia que... Po**a é massa a Jupago e tal, mas eu não tenho condições de assumir o protagonismo através da Jupago.

Existe das duas uma: ou você está produzindo ou você tem condições de auxiliar tecnicamente a galera. Isso na Jupago... Então, eu estou lá participando da formação, mas nesse caso, eu não sou protagonista, né!

Tem a saúde. Beleza! É massa, mas no máximo eu tenho que entrar para a saúde para ser considerado nessa discussão. Tem a educação, então a gente tem que entrar para a educação.

Então, aí eu acho que a gente enxergou o seguinte: A gente quer ajudar, mas a gente ainda não sabe como ajudar. Na época, a gente não sabia nem como ajudar. E hoje, algumas vezes a gente ainda “bate a cabeça”, mas é o seguinte: A gente queria contribuir mais intensa e procurava um caminho.

Aí criou o coletivo de juventude para, inclusive, descobrir isso, o como era que a gente poderia ajudar. Na cabeça da gente, Xukuru, foi muito nesse sentido.

E aí, a gente todo dia está descobrindo um jeito diferente. A gente de lá para cá às vezes se insere nesses outros coletivos novamente para se ajudar e assim vai.

A gente, nos Xukuru, foi muito nesse sentido, assim.... E a gente que ajudar mais do que está ajudando. A gente não sabe como é que a gente vai fazer. Então, qual a missão da gente: Primeiro a gente dá o exemplo, então. A gente percebe que os jovens têm vergonha e tal, Está ali no canto quietinho, ali. Ainda tem um preconceito ali e aqui e é contra isso que a gente vai lutar e a gente disse: Então, é com isso que a gente vai começar. E começou assim.

Com o passar do tempo, a gente pensou: temos que ocupar os espaços nas universidades. Então, bora estudar. Aí começou assim, bora, ajudar a estudar, vestibular, edital e não sei o que e aí foi.

Já em Kapinawá, Wanderson menciona que:

Wanderson Kapinawá – Já a gente, eu digo que... Porque eu ando no movimento desde os 2 anos de idade, eu não sabia o que era movimento, mas andava com a minha mãe que é uma grande liderança lá da aldeia. Eu andava ali, eu fui criado dentro desse movimento lá da aldeia e mesmo que as lideranças mais velhas corresse atrás e reunissem lá os jovens, mas era realmente o que os jovens queriam? Era realmente como os jovens queriam e as lideranças estavam ensinando pra gente?

E quando teve a morte de seu Bernardo [liderança Kapinawá] foi que a juventude realmente se acordou mesmo para a realidade: “É... nossos anciões estão mesmo partindo e a gente tem que realmente ajudar e contribuir com o nosso povo de uma forma que... ajudar a eles e a comunidade também ver que a gente também faz parte do povo. Que a gente esteja ali engajado para que as políticas públicas que venha para os jovens sejam da forma que a gente acha melhor para a gente e não porque “fulano” ou “beltrano” acha que é melhor.

⁵² Mariana Monteiro de Souza, Mariana Truká ou Mari Truká, 26 anos, Jovem do povo Truká, representante Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT) e da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE).

Não é ele que tem que dizer, somos nós... É igual aquele negócio “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”. O movimento indígena é um direito, mas a gente também tem que está, nós juventude temos que dizer também o que queremos e como queremos. Não desmerecendo o movimento indígena, porque eles também trabalham. O movimento indígena trabalha muito, mas é dessa forma que a gente quer? Tem que ter a nossa parte também.

Guila – A gente é parte do movimento indígena.

Wanderson – É... A gente também é movimento indígena.

Mariana Truká, afirma que em Truká:

Mariana Truká – Desde 2004, mais ou menos, que começou o grupo de jovens aqui. Acho que os Truká foi um dos primeiros povos a se organizar enquanto juventude internamente (...) Eu digo isso, porque em Truká foi mais ou menos em 2004. A partir desse processo de retomada que nem só os jovens, mas os mais velhos, os anciões, as crianças que estavam nesse processo de luta pela retomada da terra. Então, antes mesmo da gente querer a gente teve muito apoio das nossas lideranças e do nosso cacique. Foi aquela chamada: A gente não faz nenhum movimento se não tiver representantes da juventude junto. Se a gente tem mobilização, movimento, o cacique chama primeiro a juventude. A gente sabe que a juventude tem muita força, tem muita garra e assim... Posso falar para vocês que em todos os espaços de todas as ações que a gente possa contribuir aqui para o povo, a gente está contribuindo.

Esses acontecimentos se desdobram no **3º item** das estratégias que é a **criação de organizações específicas de jovens indígenas e um movimento de juventudes indígenas**. Nesse sentido, o uso das categorias “jovens indígenas” e “juventude indígena” passa a se constituir em um capital, numa estratégia de apropriação política, de agenciamento e como lugar de disputa política. Seguindo essa lógica, pode-se compreender que as questões relacionadas à juventude indígena e tais dinâmicas sociais se associam às unidades de mobilização (ALMEIDA, 2008) e que o seu potencial de mobilização sociopolítico possibilitou a formação de grupos, coletivos e organizações específicas dessa categoria, além de firmar parcerias com agências governamentais e não governamentais auxiliando nas intervenções e reivindicações por políticas públicas. Os jovens reconhecem esses espaços como espaços de disputa – de ideias, projetos e modelos de sociedade. As retomadas, os conselhos, as associações, as assembleias, fóruns e conferências, assim como o próprio movimento indígena são lembrados como vias importantes no processo de formação de novas lideranças. Através da participação nesses espaços conseguem dar visibilidade às suas especificidades, enquanto juventude, e através de suas ações coletivas (MELUCCI, 1996;

1997; 2001) criam seus grupos e organizações específicos, enquanto espaço de visibilidade, fortalecimento, mas, sobretudo, como espaço de mobilização e resistência, como enfatiza Guilherme Xukuru:

Me perguntaram um dia desses porquê a juventude se articulou? Eu respondi que talvez seja por isso, para fazermos essa frente de resistência hoje. O que seria de nós, de mim, se não fosse essa articulação da ‘Poyá’ e da COJIPE? Seria totalmente diferente. Então, hoje a gente faz essa resistência. A minha fala nos espaços também é uma forma de resistência... (Guilherme Xukuru, 22/01/2019, conversa comigo, durante o *Fórum Brasil*, na UFPE).

Diante de tais narrativas, considero que resistência também é uma chave para se compreender as dinâmicas das juventudes indígenas, haja vista que a necessidade de estar nos espaços, de resistir e de ter uma forma de representação aparece como uma possibilidade de reivindicar direitos e de expressar suas demandas. Para esses jovens, através dos grupos, coletivos e organizações específicas da juventude indígena, sua participação adquire forma, possibilitando o fortalecimento das mobilizações e resistência, ou seja, das “lutas indígenas”. Assim, para os jovens indígenas da Paraíba e Pernambuco, as organizações de jovens vão configurar como um *locus* privilegiado de *práxis*, ou seja, como um lugar privilegiado de prática. A participação se traduz em inserção nos espaços formais e informais do movimento indígena e fora dele, possibilitando o diálogo não só com suas lideranças locais, mas também com outras lideranças indígenas e contribuindo nos confrontos e nas estratégias de resistências, mas também nos diálogos entre movimentos indígenas e o Estado.

Outra questão que refleti com os jovens foi que, há um tempo atrás, não se falava sobre jovens indígenas e hoje está se abordando o tema a todo o momento. A gente vê os professores falando em jovem e juventude, as lideranças falam sobre a juventude, os caciques, o pessoal da saúde, os professores. Mariana Truká - PE pontua:

Eu acho que hoje o pessoal e as lideranças falam muito em juventude por causa do protagonismo mesmo da juventude [...] É porque a juventude realmente participa, né. (Mariana Truká, 2019).

Já para Gessé Potiguara – PB⁵³, 31 anos:

Nós falamos de juventude, porque estamos querendo visibilidade e estamos participando do mundo sem ter medo do que vem. Com relação aos mais

⁵³ Gessé Viana Silva, 31 anos, conhecido como Gessé Potiguara - jovem indígena do Povo Potiguara-PB e coordenador da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), representante da Associação de Universitários Potiguara (AUP), é estudante do curso de graduação em Pedagogia pela UFPB, participa do Conselho Estadual de Juventude, representante da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), durante sua estadia na minha casa em Recife - PE.

velhos, têm duas assembleias que nós jovens estamos organizando. Eles estão vendo o potencial de estar organizando a cozinha. Tem jovens professores e outros se preparando para isso. As escolas ainda faltam muito com papel de fortalecer o jovem, mas mesmo assim tem umas escolas muito importantes, como a Escola Pedro Poti e a Escola de Acajutibiró que são exemplos disso. (Gessé Potigura - PB, 2018).

Segundo os relatos dos jovens, essa visibilidade junto às lideranças mais velhas se dar através da participação e envolvimento nas mobilizações e de suas organizações. Contudo, nem todos os jovens participam, como relata Wanderson Kapinawá:

Nem todos os jovens participam também, nem antes, nem naquela época e nem hoje, nem todos os jovens participavam [...] Minha mãe sabia que era importante, era importante incentivar os jovens para ir para frente se não a luta do povo pode enfraquecer [...] É aquela coisa.... Eu acredito que a pessoa nasce liderança, não se torna uma liderança, você pode até se tornar um articulador. Agora, lideranças mesmo você já nasce, você tem que ter o chamado mesmo [...] Tem a ver com a ancestralidade isso aí e para ser do movimento. (Wanderson Kapinawá, 2019).

A juventude indígena vai delineando uma nova configuração que a inclua e visibilize suas atuações como protagonistas nas mobilizações dos movimentos indígenas e passa a se organizar internamente e estadualmente para desenvolver suas reivindicações estratégicas para construir novas subjetividades.

Os jovens relatam a importância do apoio e incentivo das suas lideranças e dos seus familiares. Apontam mudanças e novas perspectivas assumidas a partir da participação e contribuição para o movimento indígena e as novas funções assumidas a partir de sua participação, visibilidade da “luta” dos jovens. Trata-se de uma melhor compreensão sobre as leis, os direitos e políticas públicas, mas também na história do seu povo, de qualificação para debates, de novas experiências de sociabilidade, na oportunidade de utilização de novas ferramentas de mobilização como as Expressões culturais: o teatro, poesias e as tecnologias: as redes sociais e o audiovisual. O aumento na capacidade de mobilização e de organização, a ampliação do diálogo com a sociedade e com estado conquistando espaços nas instâncias de decisões.

As reivindicações étnicas por território, por educação e saúde indígena diferenciada parecem ser a motivação principal que contribuíram para os jovens indígenas participassem dessas mobilizações do movimento indígena: “retomadas de terras”, reuniões, assembleias e outros eventos e posteriormente a participarem das organizações e ocuparem papéis estratégicos. Esse processo foi fundamental para os jovens indígenas adentrarem nos

movimentos indígenas ativamente, se repensarem enquanto sujeito político, pautasse suas demandas e descobrirem novos caminhos de mobilizações e articulações. O reconhecimento da participação dos jovens indígenas e de suas organizações específicas não se deu sem tensões geracionais familiares e com suas lideranças locais e regionais.

Já as principais motivações para a participação e o engajamento político dos grupos de jovens e criação de organizações são as vivências e as experiências nas mobilizações políticas, a possibilidade de formação e capacitação, a relação territorial e a religiosidade, mas também as relações afetivas de solidariedade, a oportunidade de se encontrar com os outros jovens, falar dos seus desafios, sofrimentos, desejos, a valorização da afirmação étnica e cultural e a possibilidade de ampliação dos direitos coletivos e territoriais e da reprodução disso em qualidade de vida e do desejo em contribuir ativamente para o seu povo e no movimento indígena, contribuir na resistência étnica. “A gente tinha essa vontade de participar e contribuir para o movimento indígena, mas a gente não sabia como, mas sabia que queria ajudar” (Guila Xukuru).

A motivação parece ter ligação com a participação (na “luta”, nos rituais, nas retomadas), com a ancestralidade (com os encantados, com a mãe natureza, com a mãe terra), com a resistência, com o movimento indígena, com o ser forte, ter responsabilidade, com o “ser um guerreiro”, tem ligação com a manutenção do povo, com a defesa e a manutenção do modo de vida, com a visibilidade e a manutenção do movimento indígena, tem relação com dar continuidade, com o ter uma missão, ter estratégias de mobilização, com as expressões culturais, é estar em construção, é ter direitos e deveres, mas também tem a ver com o ocupar espaços, com um certo modo de vida, ou seja, com um certo modo de ser “guerreiro”, um certo modo de ser “jovem” e esse modo de ser jovem também é dinâmico e está em construção.

Como já mencionado, para os jovens indígenas participantes desta pesquisa, a experiência de seu engajamento se deu em diferentes espaços: nas retomadas de terra, no acompanhamento de suas lideranças em mobilizações, nas vivências familiares e comunitárias do seu povo e de outros povos indígenas, em grupos das igrejas, grupos de jovens, associações indígenas e coletivos comunitários, tais como: Associação Indígena, comissão de professores indígenas, comissão de saúde indígena, na religiosidade, participando do Toré e outros momentos religiosos, participando do *Acampamento Terra Livre* (ATL), participando

de fóruns e conselhos e no contato e articulação com outros coletivos juvenis indígenas e não indígenas.

- Eu sou professora e faço parte no coletivo de juventude do meu povo (Marcinha Xukuru).
- Eu participo do Coletivo Jupago, faço parte da Ororubá Filmes que é um coletivo de Audiovisual, da Poyá Limolaygo que é o nosso coletivo de juventude aqui do povo Xukuru, sou representante da COJIPE e atualmente sou presidente da Associação do Povo Xukuru pela juventude. (Guila Xukuru).
- Eu faço parte da Organização de Juventude Indígena Kapinawá (OJKA), a organização de jovens do meu povo Kapinawá, sou representante da COJIPE e faço parte da executiva do FOJUPE pela COJIPE” (Mireylianne Kapinawá).
- Comecei desde criança no movimento participando das retomadas, do Toré, participava de grupo de jovens da paróquia, ligado a pastoral e a gente foi discutindo e participando do movimento. (Maurílio Truká).

Nesses espaços, os jovens têm assumido também atividades de articulações e formações de outros jovens. O jovem assume a direção e a coordenação de alguns espaços de participação que se propõe a fortalecer, articular e mobilizar a juventude e outras organizações de jovens. Eles contribuem para ampliar e visibilizar as mobilizações dos seus povos e do movimento indígena. Os jovens indígenas se mobilizam através das organizações, associações, coletivos, grupos de jovens indígenas formais e não formais. Como visualizado, essas organizações, grupos e/ou coletivos emergem de ações coletivas anteriores, pois seus representantes participaram e/ou participam das mobilizações indígenas e assumem diversos papéis, em diversos espaços estratégicos. Pode-se falar que essas dinâmicas de ações coletivas dos jovens indígenas configuram como movimentos de jovens indígenas?

Os jovens indígenas vão conversar e trocar informações entre si e vão buscar parcerias com ONGs, Universidades, FUNAI e órgãos do Governo, Organizações de jovens, pesquisadores. A juventude foi buscando se articular e a se organizar, enquanto jovens indígenas começaram a criar grupos e organizações de jovens e seus povos ou no seu estado e a participar de cargos em comissão em fóruns e conselhos de jovens. Com isso, contribuíram para formação de seus próprios grupos, mas também para a formação e criação de grupos e organização de jovens de outros povos.

Eles foram conversando e articulado e criando organizações e dando visibilidade a elas, como isso foi se espalhando, outros jovens passaram também a criar suas organizações. Jovens passaram, assim, a comunicar e se articular, passaram a criar redes de articulação local, regional, nacional e até internacional criando redes.

Esse jovem se forma consciente da “luta” contra preconceito construído historicamente. São jovens que resistem, são jovens que não estão isolados. Esses jovens participam e se comunicam em redes de movimentos e organizações sociais em busca dos seus direitos e do direito originário do seu povo e da transformação social. São jovens que reafirmam sua identidade indígena que elaboram suas maneiras de resistência. São jovens que estão debatendo, se mobilizando na defesa dos direitos territoriais, dos direitos indígenas, reivindicando direito à educação e saúde diferenciadas, a sustentabilidade e bem viver, à gestão territorial, à religiosidade, além de enfrentar o machismo e o preconceito. Estudando se capacitam e vão se formando criticamente reconstruindo novas demandas. As capacitações e formações feitas pela e para COJIPE - PE, e nas feitas por e para a OJIP - PB são reflexos disso.

Cabe ainda mencionar sobre o papel da FUNAI também nesse processo inicial de formação das organizações. A juventude indígena começou a se reunir também quando a FUNAI, através da Comissão Geral de Educação (CGE), com o recurso de um projeto destinado para jovens em situação de risco no território Potiguara - PB e algo parecido também com os povos do MT, a partir de 2003. Através desse projeto a FUNAI realizava oficinas para as juventudes indígenas, focando na questão da saúde.

Então, o que se fazia, antes trabalhava muito a questão da saúde: DSTs, drogas e ou era uma coisa mais ligada à situações de risco e tal. De tanto a gente se reunir para discutir as situações de risco. ‘Ah! Vamos discutir oficinas de DSTs/AIDS, oficinas sobre drogas, sobre sexualidade, essas coisas. A gente começou a ficar incomodado que conosco só se fazia oficinas, não se pensava algo de fato estruturante. Enquanto todo mundo estava pensando suas organizações, se pensava... Houve o *I Encontro de Mulheres Indígenas do Brasil*, não é. Os professores foram formando as organizações de professores, os conselhos indígenas de lideranças, a APOINME está ali no seu auge. Eu diria que ali foi o auge da APOINME que pra mim foi começo de 2000, depois veio APIB e tal. A gente começou a não ser representado. A gente tem, nessa época, já lideranças jovens, mas que só defendiam a bandeira do povo. O próprio Marquinhos Xukuru era jovem na época, o próprio Neguinho Truká era jovem na época, mas a eles eram atrelados tantas responsabilidades que eles acabavam não defendiam a pauta da juventude, mas, sim, defendiam a pauta do seu povo. Não porque eles queriam, mas, porque a demanda do povo acabava atropelando o quesito juventude.

Então, aí tinha um grupo que antes mesmo disso, um grupo que participou da *I Conferência de Juventude*, era um grupo pequeno de indígena que tinha o João Terena, que se autodenomina representante do Conselho de Juventude Indígena, de uma Comissão de Juventude Indígena e aí, conheci o Jadson Potiguara e conheci outras pessoas e tinha a ACHOCA que era uma ONG da época e que tentava articular um encontro. Esse encontro que você acabou de falar... Esse seminário de 2009. Mas aí nesse seminário de 2009, a galera já

vinha com... Todo mundo já tinha as suas organizações nas bases. Já tinha a OJIP, já tinha a AJOLI⁵⁴. Já tinha uma turma que atuava dentro do Alto Rio Negro, através da FOIRN⁵⁵ e enfim, tinha a turma do Paraná bem interessante, mas era cada um do seu lado. Daí [do Seminário] sai, de fato, a REJUIND, mas para se pensar a REJUIND e pensar a CNJI (Comissão Nacional de Juventude Indígena), a gente já tinha feito alguns diálogos antes, no Acampamento Terra Livre (ATL), uns diálogos paralelos.

Então, a gente usava esse espaço do ATL, como você fala, aí nessa parte, no sentido: ‘Ah! Vamos pegar os jovens aqui e vamos conversar um pouco’. E aí a gente consegue.

Eu não lembro bem, como é que a gente conseguiu reuniu todo mundo, mas teve uma ajuda do próprio Conselho de Juventude da época, o Alex. O Conselho não, da Secretaria Nacional de Juventude, o Alex Nazaré era secretário na época e abraçou a ideia e inclusive disponibilizou uma vaga dentro do Conselho Nacional de Juventude para um jovem indígena, a própria CNPI [Conselho Nacional de Políticas Indigenistas], disponibilizou uma vaga para um jovem indígena, como fruto desse evento. Então, além de sair a REJUIND, a CNJI, saiu uma cadeira no Conselho Nacional de Juventude e saiu uma vaga para a CNPI. E aí, de fato, a gente tem um leve reconhecimento.

Eu costumo dizer que até hoje, a pesar de a gente ter essa pegada tecnológica, essa rede utilizada. O próprio Bruno Pacheco fala muito disso também que é o lance dos grupos de jovens para fazer cobertura dos eventos. Como você mesmo fala aqui [mencionando esta tese], no Acampamento Terra Livre e outros lugares, onde eles tinham oportunidade de fazer a cobertura, eram os jovens, por ter a facilidade de mexer com as tecnologias. Isso é muito interessante, mas não sei se tem como ter essa pegada também dentro de sua tese, das rádios comunitárias. (Poran Potiguara, 2020).

Ao refletir sobre a escrita deste capítulo, Poran Potiguara apontou elementos importantes: o papel da FUNAI nesse início possibilitando também espaços de encontros e formação, o aproveitamento estratégicos dos espaços, os avanços alcançados, as tecnologias e as rádios comunitárias. Poran Potiguara, lembra bem das rádios comunitárias. Não tratarei desse tema nesta tese. Contudo, é oportuno ressaltar que as rádios comunitárias tiveram grande importância para visibilidade e divulgação local, pois tinha um grande alcance e chegavam onde as televisões e outros meios de comunicações não conseguiam. Inclusive, as primeiras oficinas de tecnologias, feitas pela Rede Índios Online, pelo CIMI e outras agências parceiras, foram sobre rádios comunitárias. Os jovens chegaram a criar rádios comunitárias

⁵⁴ Asociación de Jóvenes Líderes (AJOLI), de Ibagué e Corporación Cultural Sudaca, de Bogotá-Colômbia.

⁵⁵ FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Para saber mais sobre o movimento de adolescentes e jovens indígenas no Rio Negro, a criação do Departamento de Adolescentes e Jovens Indígena do Rio Negro na FOIRN e a criação do Departamento de Juventude Indígena na Associação das Comunidades Indígena do Médio Rio Negro (ACIMRN), além de outras manifestações juvenis não institucionalizadas no Rio Negro ver a tese de doutorado em Antropologia da Claudina Azevedo Maximiano, na UFAM. (MAXIMIANO, 2015).

em seus povos, tais como: Potiguara, Truká, Xukuru que funcionaram por um certo tempo. Os jovens também chegaram a montar rádio novelas. Este é um dos temas que foi sugerido por Poran Potiguara ao ler este capítulo desta tese e aqui eu também reforço seu pedido salientando a importância de se debruçar sobre as rádios comunitárias como temática que pode ser explorada em outras pesquisas.

Neste capítulo, busquei traçar um panorama observando como dentro do movimento indígena e no Estado vai se inserindo uma agenda específica, para a juventude, a formação e criação de grupos e organizações de jovens indígenas locais, estaduais, regionais e nacionais. No próximo capítulo, continuarei a analisar os fundamentos e condições para o nascimento das organizações de juventude indígena, focando nas sociabilidades, novas tecnologias e contra-narrativas.

5 JOVENS INDÍGENAS: FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS, FORMAÇÃO E CRIAÇÃO DE DISCURSOS

Chama as Caboclas de Pena, eu chamei ela para vir me ajudar. Cadê a força da Jurema? Cadê a força que a Jurema dá? Ôh Cabocla de Pena. Ôh cabocla de pena. Tem pena de mim, tem dó! (Ponto de Toré do povo Potiguara - PB).

Os movimentos indígenas, em seus eventos foram, de um lado, sendo levados a incluir a participação paritária de mulheres indígenas e também a incluir jovens em atenção às exigências de agências de cooperação internacional. De outro lado, os jovens buscavam apoio da APOINME para realizar seminários e oficinas de formação, bem como para construir suas organizações. A participação dos jovens indígenas nas mobilizações étnicas seja nas aldeias (dentro das comunidades), seja fora, em busca por políticas públicas ou na construção de redes e parcerias foi reconhecida pelas lideranças indígenas mais velhas, que passaram a observar a necessidade de capacitá-los para assumirem a liderança dos movimentos indígenas. Além disso, a preocupação das lideranças dos movimentos por conta de assassinatos e também do envelhecimento dos seus líderes, os levaram a intensificar a preocupação com a renovação e sucessão das lideranças.

A atuação dos jovens indígenas na atualidade distingue-se pelo uso de tecnologias digitais. Através delas, eles divulgam e dão visibilidade à sua cultura, formas de organizações, mobilizações por garantias de direitos com o intuito de atingir o público indígena e não indígena. Os jovens “se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra os critérios de identificação impostos de fora” (MELUCCI, 1997, p.13). Esses recursos contribuíram, muitas vezes, para ampliar o espaço para atuação dos jovens em suas comunidades, possibilitando a abertura de diálogo e se fazendo conhecer dentro e fora de seu território.

A presença das tecnologias digitais nos territórios indígenas, embora recente, já não é novidade. No final do século XX e início do século XXI começaram a ser instaladas, em algumas aldeias, as chamadas *lan house* que são estabelecimentos comerciais, nos quais se paga por minutos ou horas para utilizar computadores e acessar a internet.

Segundo o antropólogo Paulo Sergio Delgado e a educadora indígena Naine Terena de Jesus (2018), a partir dos anos 1990, o processo de homogeneização cultural vão se intensificar por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, tendo como base

os aportes dos países economicamente dominantes, especialmente, os de língua inglesa. Delgado e Jesus (2018) refletem que, a partir desse período houve “o despertar de um movimento de resistência como uma reação ao status quo”. Esse movimento procurou valorizar as culturas locais ameaçadas pela globalização. Um exemplo de resistência foi o movimento indígena. A novidade desse momento:

Pode ser visto no dinamismo dos povos indígenas ao tornarem o áudio visual como instrumento de luta política. Os povos indígenas tomam o áudio visual também para reafirmarem seu modo de ser (DELGADO; JESUS, 2018, p.5).

Contudo, será a partir dos anos 2000, que os jovens indígenas vão trilhar uma trajetória tecnológica crescente, a partir dos recursos digitais, tais como: telefones celulares, smartphones, Tablets, computadores, internet, redes sociais, audiovisual com câmaras fotográficas, câmara de filmagem, ilhas de edições, etc. Desses aparatos se destacam o audiovisual, o uso do celular e a internet. No livro “Índios na visão de índios: Os Potiguara”, Poran Potiguara⁵⁶, 30 anos, fala sobre o acesso à internet:

Internet em nossas Aldeias

A internet é, como diz o ditado popular, ‘uma faca de dois gumes’. A maneira como ela será utilizada é que dirá se ela contribui de forma positiva ou negativa para alguém ou algum lugar. Para o nosso povo a internet chegou há alguns anos e hoje está se popularizando, principalmente entre os jovens. No início, acessava-se nas *lanhouse* da cidade, mas atualmente já temos casas que possuem computador com conexão. Além disso, também existe um Telecentro na aldeia Cumaru, no município de Baía da Traição (PB).

Foi com a internet que conseguimos estar mais conectados com a sociedade envolvente, tomando conhecimento de tudo que acontece fora de nossas aldeias, uma amplitude maior do que a televisão e o rádio nos proporcionam. Com esse meio de comunicação é que também foi possível estabelecer uma relação mais próxima com outros povos indígenas e, dessa forma, fortalecer o nosso movimento.

‘Estar conectado à Internet ajuda a encurtar as distâncias entre nós e os outros povos’. (Poran Potiguara, 2011, p. 16).

Atualmente, todos os povos indígenas na Paraíba e quase todos os povos em Pernambuco possuem acesso à internet nas escolas, Ponto de Cultura ou em Centro Cultural e,

⁵⁶ Tanielson Rodrigues da Silva, 30 anos, conhecido como Tani ou como Poran Potiguara - jovem liderança indígena do Povo Potiguara-PB, com projeção nacional e internacional, um dos fundadores da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), estudante do curso de Engenharia Florestal na UNB, um dos fundadores da Maloca coletivo de estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UNB), participou da Rede Índios Online, representante nacional e internacional da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e através da APOINME é da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representante da juventude indígena na CNPI.

algumas aldeias, têm instalações individuais e coletivas, criando espaços com acesso à internet *wifi*. Assim, uma grande quantidade de jovens indígenas possui acesso à internet através de seus celulares. Em uma entrevista para o *site* “Cyberculturaviva”, o coordenador da Ong Thydêwá Sebastián Gerlic, expõe:

No dia 22 de abril de 2000, eu estava em Porto Seguro (Bahia) filmando a manifestação dos 500 anos de resistência dos indígenas quando mandaram bombardear os manifestantes. Enquanto as bombas caíam em nossas cabeças, peguei meu cachimbo e fumei pedindo a Tupã para não morrer. Nesse dia eu deixei a publicidade de vez e passei a ‘ensinar’ comunicação aos indígenas, a reaprender o que é viver na convivência com eles (Disponível em: <http://iberculturaviva.org/portfolio/thydewa-o-sonho-coletivo-que-deu-voz-aos-povos-indigenas/> acesso em 10/08/2019).

Um ano depois das mobilizações ocorridas no ano de 2000, conhecida como *Movimento Brasil Outros 500 - resistência indígena, negra e popular*, em 2001, um grupo de jovens indígenas, no sul da Bahia se juntou com não indígenas com o intuito de formar parcerias; e, em 2002, foi formalizada a Organização Não Governamental Thydêwá. A ONG Thydêwá tem por objetivo “promover a consciência planetária, valendo-se do diálogo intercultural, da valorização da diversidade e das culturas e conhecimentos tradicionais; visando um desenvolvimento integral para todos em harmonia e paz.” (Descrição que está no *site* da ONG: <http://www.thydewa.org>).

Desde o seu início, em março de 2001, a ONG Thydêwá vem desenvolvendo projetos principalmente com jovens indígenas. Um deles bastante conhecido foi o “Índios na visão dos índios”. Esse projeto visou capacitar e formar agentes culturais indígenas através de oficinas realizadas nos territórios indígenas sobre “Identidade e Expressão Criativa”, e também para atuarem como pesquisadores, fotógrafos, documentalistas, jornalistas, filósofos, historiadores, antropólogos e poetas, entre outros para que estes pudessem retratar seus povos e suas realidades. O projeto foi patrocinado pelo Bomprego do Nordeste S/A, o Programa Fazcultura e recebeu apoio institucional da UNESCO. Um de seus resultados foi a coletânea de livros “Índios na visão dos índios”, (Disponível no *site*: <http://www.thydewa.org/work/indios-na-visao-dos-indios>).

No mesmo ano, foram publicados quatro livros da coleção “Índios na visão dos índios” nos povos Pankararu - PE, Funi-ô - PE, Kariri-Xokó - AL e Tumbalalá - BA. Em 2002, os povos Kiriri - BA, Tupinambá - BA e Truká - PE se inseriram no projeto e começaram a se capacitar no uso de câmeras fotográficas, gravador de áudio e computação,

através das oficinas “Identidade e Expressão Criativa” que contribuíram para a publicação de mais três livros da coleção.

Em seguida, foi lançada a coleção que possui onze livros que descrevem os povos: Kariri-Xocó/AL, Pankararú/PE, Fulni-ô/PE, Tumbalalá/BA, Kiriri/BA, Tupinambá/BA, Truká/PE, Pataxó Hã-Hã-Hãe/BA, Fulni-ô/PE, Pataxó do Prado/BA e Potiguara/PB, disponíveis em versão impressa e virtual, no site: <http://www.thydewa.org/work/indios-na-visao-dos-indios>, pelas quais receberam diversos prêmios, entre eles: Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2004, pelas ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - do Ministério da Cultura (MinC).

A Thydêwá nasce de uma alquimia multicultural: indígenas de Alagoas, Bahia e Pernambuco, duas paranaenses, uma gaúcha, um baiano, um chileno e um argentino. Éramos um coletivo que às vezes tinha mais gente, outras menos. Com garra para cuidar do institucional éramos menos, mas o mais importante sempre foi o que circulou pelos corações, o que é feito desde e pelos corações”, destaca o argentino, que atualmente divide a sociedade no papel com quatro indígenas: Potyra Tê Tupinambá (BA), Mayá Pataxó Hãhãhãe (BA), Nhenety Kariri-Xocó (AL) e Atiã Pankararu (PE). (Sebastián Gerlic coordenador da Ong Thydêwá em uma entrevista para o Cyberculturaviva. Disponível em: <http://iberculturaviva.org/portfolio/thydewa-o-sonho-coletivo-que-deu-voz-aos-povos-indigenas/> acesso em 10/08/2019).

Outro projeto bastante conhecido é o “Índios Online”. A ONG Thydêwá, em 2004, tinha sede jurídica em Olivença, município de Ilhéus (BA), e nesse ano fez um curso de formação em TICs (Tecnologias da Informação e Comunicações) para 14 jovens indígenas e 28 indígenas multiplicadores de várias etnias do Nordeste (povos Kiriri, Tupinambá, Pataxó-Hãhãhãe e Tumbalalá - Bahia, os Xukuru-Kiriri e Kariri-Xocó de Alagoas, os Pankararu de Pernambuco) para o projeto “Índios online”. O projeto foi desenvolvido pela ONG e o projeto piloto teve a duração de seis meses com patrocínio do Bomprego do Nordeste S/A e Programa Fazcultura, para inclusão digital entre as sete etnias indígenas e em dialogo intercultural com “o mundo” conectando, via satélite, os jovens desses povos, dando visibilidade às suas “lutas”.

Entre 2005-2007, as parcerias foram ampliadas, inseridas quatro novas etnias indígenas na “Rede”, entre elas os Potiguara - PB e Truká - PE. A ONG conseguiu o patrocínio e apoio do Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações e Ministério de Trabalho, da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) e em 2007, o patrocínio do

Ministério da Cultura através do Ponto de Cultura Viva. Foi a partir de 2006 que os jovens Potiguara na Paraíba e Truká, em Pernambuco, começaram a receber a capacitação da Rede “Índios Online” da ONG Thydêwá. A partir daí, os jovens desses povos fortaleceram suas redes de comunicações e articulações, conectadas a partir de suas aldeias.

Os jovens que fizeram parte das formações criaram um portal na internet (www.indiosonline.net), em 2005, lançando notícias e divulgando a cultura dos seus povos, além de eventos e mobilizações dos movimentos indígenas, inclusão digital, direitos humanos, etc. O portal é um meio de comunicação que forma uma rede de dialogo intercultural entre os povos indígenas e o público em geral com publicações, *chats*, fóruns e *emails*. Entre os primeiros jovens indígenas a colaborarem no portal está Alexandre Pankararu - PE, conhecido como Xandão Pankararu que foi coordenador do Ponto de Cultura: Índios Online, no povo Pankararu, Aldeia Brejo dos Padres, município de Tacaratu - PE, atualmente ele é Assessor de Comunicação da APOINME e da APIB, bastante conhecido no uso de audiovisual e cineasta indígena renomado.

Imagem 27 - Página principal da Rede Índios Online.



Fonte: www.indiosonline.net. Último acesso em 29/08/2019.

O projeto “Índios online” nasceu no Nordeste, mas aos poucos se expandiu para as outras regiões do país. A princípio, o *site* tinha uma seção de notícias, uma apresentação das atividades desenvolvidas pelos povos, um fórum e uma sala de *chat* que permitia aos jovens

indígenas se conectar formando uma rede de diálogo, aliança, trocas, encontros, estudos e trabalho em benefício de suas etnias. “Nos conectamos à internet em suas próprias aldeias, casas, *Lan Houses*, Escolas e Universidades realizando uma aliança de estudo e trabalho em benefício de nossas comunidades e do mundo”. (www.indiosonline.net).

A rede “Índios online” tem por objetivo:

Facilitar o acesso à informação e comunicação para diferentes povos indígenas, estimular o dialogo intercultural. Promover-nos a pesquisar e estudar nossas culturas. Resgatar, preservar, atualizar, valorizar e projetar nossas culturas indígenas. Promover o respeito pelas diferenças. Conhecer e refletir sobre a nossa situação atual. Salvar os bens imateriais mais antigos desta terra Brasil. Disponibilizar na internet arquivos (textos, fotos, vídeos) sobre os nossos povos para Brasil e o Mundo. Complementar e enriquecer os processos de Educação Escolar Diferenciada Multicultural Indígena. Nos qualificar para garantir melhor nossos direitos. (www.indiosonline.net).

A Thydêwá criou ainda outros projetos, tais como “Celulares indígenas”, em 2009 e “Indígenas digitais”, em 2010⁵⁷.

A ampliação alargada da presença das mídias na vida social dos povos indígenas passou a ser significativa. As interações e articulações e mobilizações passaram a ser permeadas, cada dia mais, por esses instrumentos e ferramentas tecnológicas. A produção audiovisual é importante

no contexto de uma (re)afirmação étnica, ou seja, de povos diferentes que romperam com os projetos assimilacionistas que tinham como principal objetivo o apagamento da diversidade étnica e cultural presente no contexto brasileiro (DELGADO; JESUS, 2018, p.7).

As novas tecnologias passaram a ser mediadoras poderosas nas interações cotidianas e nas mobilizações e articulações dos jovens indígenas. Essas oficinas de capacitações e formações sobre tecnologias digitais e audiovisuais promoveram o desenvolvimento de

⁵⁷ Em 2009, foi realizado o projeto “Celulares Indígenas”, em parceria com o Instituto Oi Futuro para a formação em produção de curta-metragem através de telefones celulares com 60 indígenas, integrando os celulares ao movimento social da “Rede Índios Online”. (<http://www.thydewa.org>). A ONG Thydewa ganhou vários prêmios, entre eles, o Prêmio Mídia Livre 2009 (MinC) para a “Rede Índios Online”. Em 2010, o projeto “Indígenas Digitais”, com parceria da Cardim Soluções Integradas; patrocínio da Oi via Fazcultura da Bahia; apoio do Instituto Oi Futuro e outros. Os jovens produziram um vídeo documentário de mesmo nome “Indígenas Digitais: o filme” (disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=T2I7ovB6E7k>) que retrata como os indígenas de várias nações vêm se apropriando das TICs. Além disso, promoveram ações de divulgação e conscientização direta de 5.000 pessoas. (<http://www.thydewa.org>). Atualmente a rede conta com apoio da ONG Thydêwá, Ministério da Cultura entre outros. É composta por jovens e adultos indígenas que voluntariamente enviam notas, notícias, matérias, artigos, etc. Tem uma gestão compartilhada entre quatro povos indígenas totalizando cinco gestores: Alex Makuxi de Roraima, Patrícia Pankararu de Pernambuco, Nhenety Kariri-Xocó de Alagoas e Fábio Titiah e Yonana Pataxo há há há da Bahia.

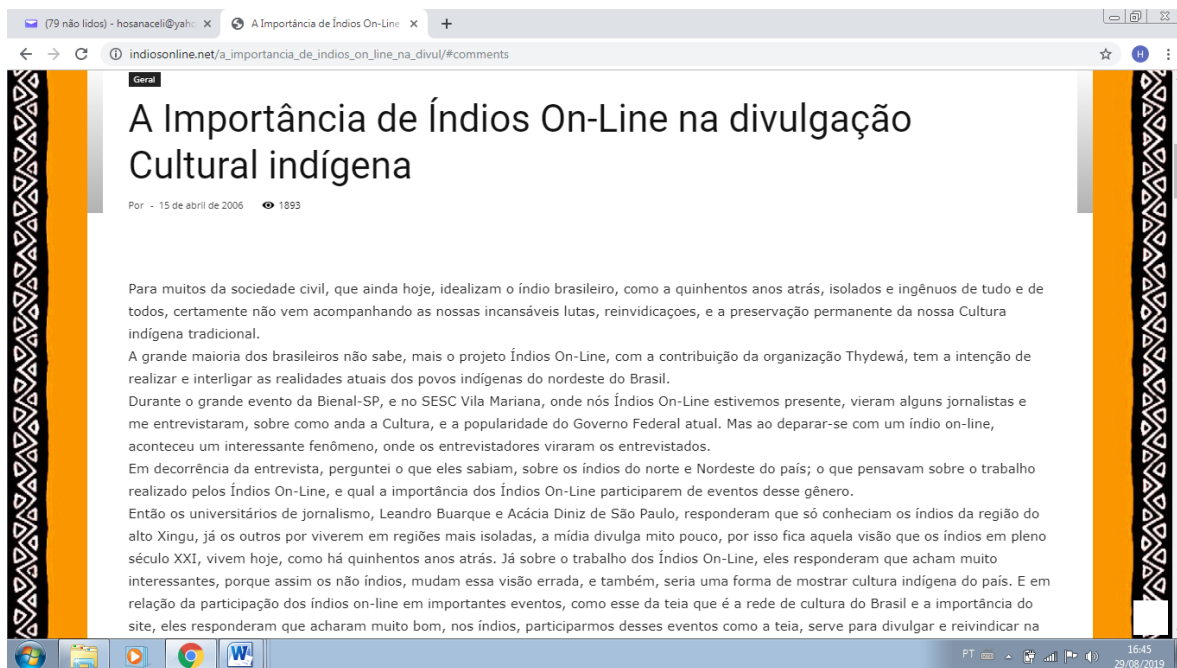
habilidades, competências e novas expertises apropriadas pelos jovens indígenas, além de possibilitar a formação de rede de troca de experiências e articulações entre os jovens indígenas de um mesmo povo, de povos distintos e também com não indígenas. Nesse sentido, os povos indígenas não negaram a modernidade e suas novas ferramentas tecnológicas, mas aproveitaram essas ferramentas para visibilizarem suas histórias e demandas, ratificando o conceito de Sahlins (1997), de que a cultura não é um “objeto” em extinção, ao contrário, a cultura se adapta e se apropria de outros elementos.

As redes de comunicação acabam por incentivar aos jovens indígenas a escreverem sobre suas experiências dentro e fora da aldeia e, também, incentivaram a participação dos mesmos em encontros e eventos, sobre os quais eles registravam e elaboravam textos publicando no *site*. Nesse aspecto, a internet contribuiu de forma positiva para o avanço da auto-realização dos povos indígenas, conforme colocou Poran Potiguara, em 2011. De acordo com Delgado (2018), “o advento da *internet* tem revolucionado a forma com que a sociedade contemporânea se comunica e, por isso, está sendo utilizada pelos povos indígenas como meio de divulgação de diversas temáticas que lhes dizem respeito.” (DELGADO, 2018, p. 220).

No cenário nacional, os jovens passaram a apresentar as histórias do seu povo, o seu cotidiano, organizações políticas, aspectos religiosos, artísticos e culturais e as mobilizações coletivas, inclusive tornando esses jovens interlocutores entre indígenas e não indígenas.

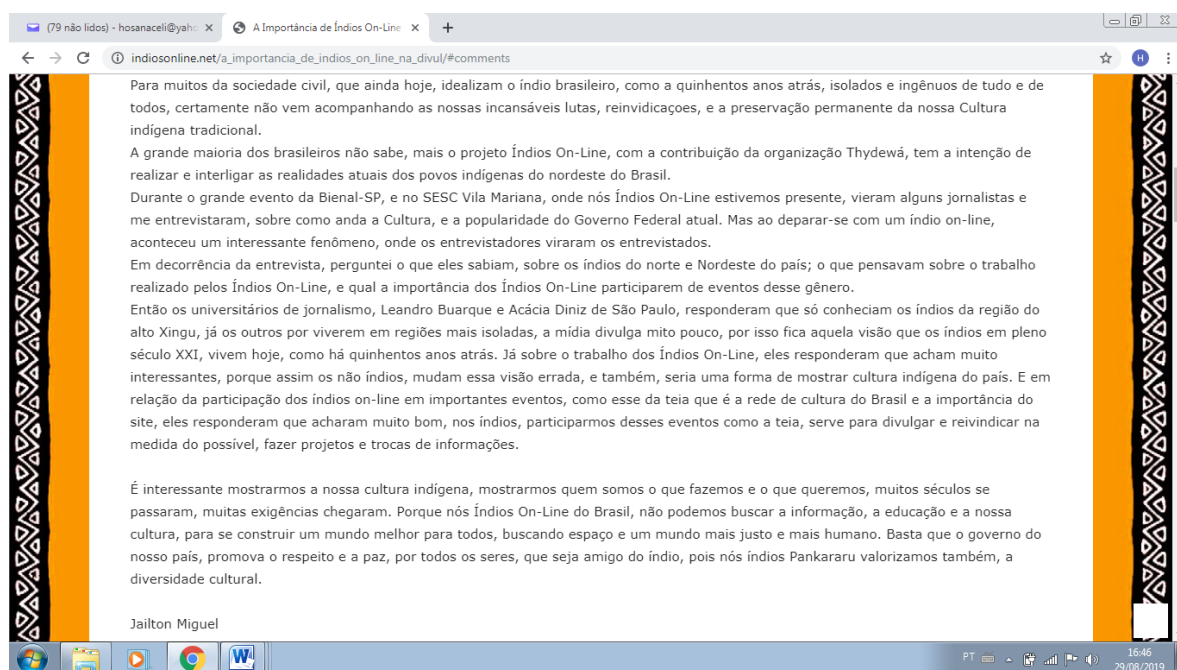
A participação dos jovens Pankararu, em Pernambuco - em grupos de jovens da Pastoral Jovem (PJ) da Igreja Católica, nos Movimentos Indígenas, nas capacitações da Rede Índios Online, nas oficinas de teatro -, contribuiu para a formação do Movimento de Jovens Pankararu. Sete jovens: Soraia Maria, Vagno Barros, Raulive Santos, Solange Monteiro, Edivaneide Maria, João Paulo e Jailton Miguel ficaram responsáveis por conduzir o trabalho “Pankararu Online”, divulgando as notícias, fazendo matérias e postando no *site* “Índios Online”. Estes jovens tiveram sob a coordenação de Alexandre Pankararu (Xandão) e Fernando Monteiro (Atiã).

Imagem 28 - Página principal da Rede Índios Online.



Fonte: www.indiosonline.net. Último acesso em 29/08/2019.

Imagem 29 - Página principal da Rede Índios Online.



Fonte: www.indiosonline.net. Último acesso em 29/08/2019.

A participação dos Jovens Potiguar, na Paraíba - nas capacitações do audiovisual através da rede “Índios Online”, em grupos de jovens da Pastoral Jovem (PJ) da Igreja Católica, nos Movimentos Indígenas, entre eles o de Professores Potiguar e os *Encontros de*

Jovens e Adolescentes Potiguara, realizados pela FUNAI - culminou no surgimento da Organização de Jovens Indígena Potiguara (OJIP), como encaminhamento da *Oficina Identidade, História e Autonomia do Povo Indígena*⁵⁸, no II Encontro de Jovens e Adolescentes Potiguara - PB, Rio Tinto, 20 a 22 de outubro de 2006. A criação da OJIP será abordada no próximo capítulo.

Outras parcerias e iniciativas foram importantes nesse processo de formação de audiovisual e mídias digitais, tais como: a parceria com o GT - Indígena/SEAMPO/UFPB, o CIMI, a FUNAI e outros colaboradores individuais, como o antropólogo Glauco Machado⁵⁹ que vêm contribuindo com a juventude indígena na Paraíba e Pernambuco, sendo parceiro e incentivador do uso de novas tecnologias.

5.1 De jovem para jovem: Um olhar a partir da sociabilidade virtual, comunicação e contra-narrativas

Neste capítulo, procuro descrever e analisar em quais condições as dinâmicas sociais da juventude indígena e suas redes aparecem e que ações passam a mover, como a sugestão de novos modelos de vida, permitindo aos jovens visualizarem novas possibilidades de mobilizações e resistências.

Nesses espaços de sociabilidades, a juventude indígena compartilha saberes e experiências e, para além disso, utiliza esses espaços como meio de mobilizações desses circuitos, como formas de expressão, como forma de relação entre jovens indígenas e jovens não indígenas. Esses espaços vão possibilitar fluxos locais e globais e contra-narrativas e configurando redes, demandas e agendas.

Atualmente os jovens indígenas possuem um circuito ampliado de comunicação nas redes sociais, grupos de teatro, audiovisuais e pontos de culturas em seus territórios. Realizam videoconferências, transmissões *online*, gravações de vídeos e etc. Nesse sentido, o uso das tecnologias está cada vez mais presente nas práticas cotidianas desses jovens, assim como o uso das redes sociais por parte dos jovens, grupo e organizações de jovens indígenas para

⁵⁸ Oficina ministrada por mim junto com a professora Vânia Fialho, em parceria com o NEPE/PPGA/UFPE e financiada pela FUNAI.

⁵⁹ Glauco Machado é mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e atualmente técnico de audiovisual na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

constituírem e construírem espaços de diálogos, colaboração, mobilização e também organização, divulgação e visibilidade de seus povos e das mobilizações e eventos de outros movimentos indígenas.

Imagem30 - Tarcísio Xukuru fazendo o registro da *Assembleia Anual do Povo Xukuru*, Pesqueira - PE.



Fonte: Arquivo da Ororubá Filmes, 2016.

Nesses espaços, os jovens indígenas vão se agregar e convergir dentro dos grupos das redes sociais e interagem na construção da visibilidade étnica.

Os meios de comunicações fazem as informações chegarem mais rápido. Com o celular e a internet agiliza as informações, auxilia nas articulações internas do meu povo e da juventude indígena fortalecendo a luta do nosso povo sem deixar de lado nossos anciões. (Mireyliane Kapinawá, 2016).

Como mencionado em capítulos anteriores, para se inserir no movimento indígena, a juventude se utilizou de alguns instrumentos ou ferramentas. Eles se informaram dos acontecimentos dentro e fora das aldeias e foram produzindo dados. Os jovens indígenas vão participando por meios tradicionais e usam de outros recursos como meio de atuação, tais quais: o teatro, o vídeo, os computadores, as redes sociais, se mostrando cada vez mais presente. Mireyliane Kapinawá e Ybotyra Potiguara - PB mencionam sobre isso:

Então lá no meu povo a gente sentiu a necessidade e disse assim: vamos nos organizar de uma forma coletiva. Aí criamos a Organização de Jovens Indígenas Kapinawá (OJKA).

E, aí, a gente tem um grupo de teatro. A gente começou também, já tem dois anos, um grupo de audiovisual que é a Borduna Filmes, mas a gente não tem equipamentos. Então, a gente grava no celular. Os meninos fazem as edições no povo Xukuru que ele já tem uma apropriação maior em edição. (Mireyliane Kapinawá, palestra durante o evento UPE nas Mobilizações, 2019).

É através da internet que podemos divulgar a realidade em que vivemos, com a criação de comunidades em redes sociais, participação em programas de bate-papo, *sites*, *blogs*, entre outros espaços virtuais.

Executamos esse trabalho de divulgação desde 2005, quando alguns jovens de nosso povo começaram a participar do *site* índios online (www.indiosonline.org.br), uma rede colaborativa onde nós, povos indígenas, somos os protagonistas e autores de nossa própria história. Fazendo parte desse espaço conseguimos repassar para muitas pessoas um pouco da nossa realidade e também denunciar as irregularidades dentro de nossa área. ‘Através da internet nós conseguimos divulgar o que acontece em nossas aldeias e também denunciar algum problema que esteja acontecendo, como é o caso da casa de farinha da aldeia Carneira que, apesar de ter o dinheiro, não foi finalizada e está parada, pois não tem forno’. (Ybotyra Potiguara, 2011, p.17).

Para esses jovens, as violações que os povos indígenas têm vivenciado e o processo de perda de direitos étnicos e territoriais, nos últimos 20 anos, podem ser visibilizados através do audiovisual, teatro, poesias e, sobretudo, divulgação desses materiais por meio das redes sociais. Segundo a juventude, se não fosse o aparato tecnológico e a utilização das redes sociais, esse processo de violações estaria muito pior. O aparato tecnológico também é um instrumento de luta para promover e dá visibilidade à resistência indígena. Como aponta Mireyliane Kapinawá:

A mídia, que a gente precisava também colocar alguns conteúdos, não ficar só no que a mídia mostra, mas a gente mostrar o nosso movimento, do jeito que a gente quer. Porque quando eu tenho uma mobilização, aí a mídia mostra o quê? Vai dizer que os índios que pararam tudo só para chamar atenção. E não! A gente mostra... A gente saiu de carro de madrugada como protesto. Exemplo, do protesto em relação à saúde indígena, contra municipalização e a municipalização da educação, por conta do processo de retrocesso da educação e a gente não aceita e por que a gente não aceita? Porque como o Maurílio falou a gente tem a nossa educação específica e diferenciada, a gente tem a nossa saúde, tem as pessoas mais velhas, dos nossos ancestrais, as nossas lideranças lutam e não é de hoje. Essa luta é desde pequeninha que, para a gente ter a saúde e quando a gente consegue aí vem um pessoal e quer acabar com a saúde pública e acabar com a nossa saúde e o pessoal acha que a gente tem que aceitar. Não. (Mireyliane Kapinawá, palestra durante o evento UPE nas mobilizações, 2019).

Os jovens indígenas se utilizam do aparato tecnológico para promover e dar visibilidade às suas mobilizações, suas “lutas” e as “lutas” do seu povo e do movimento indígena em geral e, também, para formar opinião e formar o que Guila Xukuru chama de um “contra-discurso” ou “contra-narrativa” ao que é veiculado nos meios de comunicações. Maurílio Truká reforça falando sobre o *Acampamento Terra Livre*, 2019:

Isso foi hoje essas imagens lá em Brasília, no espaço do *Acampamento Terra Livre*. A polícia tem a todo momento, realmente, recrutado. Tem os povos indígenas que estão lá também tem estado com medo das represálias. A gente fica muito atento, tentando postar tudo nas redes sociais, porque existe as perseguições e não é apenas com uma ou duas, são com diversas lideranças indígenas. E os primeiros a serem perseguidos são as lideranças, porque sabem que se eles conseguem monitorar as mesmas, eles vão conseguir ter o controle dos demais. Então, a gente sofre constantemente essas dificuldades, a gente vem sofrendo mesmo e a gente espera que depois tenhamos realmente um momento de luz, um momento de fortalecimento, porque não tem sido fácil, a gente não tem parado a nossa luta. (Maurílio Truká, palestra durante o evento *UPE nas mobilizações*, 2019).

A demanda prioritária dos grupos e organizações de jovens indígenas, assim como a demanda prioritária dos demais movimentos indígenas é o território. Seguindo as outras demandas: educação e saúde específica e diferenciada, gestão territorial, agroecologia, educação superior indígena – acesso e permanência, o teatro, o audiovisual, as tecnologias de comunicação, entre outras.

Também temos uma comunidade no Orkut chamada sou Potiguara, com o intuito de reunir nessa rede social os Potiguara online e também as pessoas que simpatizam e são colaboradores de nosso povo, que já conta com a participação de aproximadamente 250 – membros. Mais recentemente estamos construindo um blog intitulado guerreiros Potiguara (<http://guerreirospotiguara.WordPress.com>), um ambiente um de nosso objetivo maior é o de está divulgando a nossa história e cultura desmistificando a imagem que as pessoas fazem do que é ser índio e denunciar também situações de descaso dos poderes públicos contra o nosso povo. Queremos um canal Potiguara aberto para o mundo, onde todos conheçam quem somos, onde estamos e como vivemos. (Ybotyra Potiguara, livro “Índios na visão de índio: Potiguara, 2011. pp.16-18).

Atualmente o *Orkut* não existe mais. Contudo, a juventude Potiguara possui várias comunidades no *Facebook*, no *Whatsaap*, *Twitter* e *Instagram*. O movimento indígena traz, nos últimos anos, o destaque para a ocorrência de jovens dentro do movimento indígena.

Estando com os jovens indígenas é constante escutar: “Me dá o teu *zap*” referindo-se ao número do celular que possui o aplicativo do *Whatsaap* para ser adicionado no seu celular. “Vou te mandar uma mensagem no *zap*”; “Vou te adicionar no grupo”; “Posso te adicionar no

Facebook?”, “Qual teu nome no *Face?*” (Se referindo ao *Facebook*); “A gente criou um grupo no *Zap* para esse evento e te adicionou”; e atualmente, “Me segue no *insta!*” (Se referindo a rede social chamada de *Instagram*).

Nesses espaços das redes sociais digitais, os jovens indígenas realizam diversas atividades, trocam mensagens e informações, organizam eventos, encontros, reuniões e diálogos virtuais e presenciais. São espaços de atividades coletivas e individuais, são também lugares de encontros, paqueras e lazer. Através das redes sociais, também, se constata, mais efetivamente, a ampla participação do jovem no movimento indígena, nos últimos anos. Contudo, ainda são escassos os estudos sobre os usos tecnológicos de jovens indígenas e as mudanças que esses aparatos possibilitaram nas vidas desses jovens. As produções audiovisuais também estão fortemente presentes entre os jovens indígenas e suas redes sociais. Delgado e Jesus (2018) ressalta ainda

o caráter pedagógico que tais produções acabam por assumir, diante de um país marcado pela diversidade étnica e cultural, mas que ainda desconhece essa dimensão, e que o audiovisual faz questão de apresentar. (DELGADO; JESUS, 2018, p.11).

Em 2018 e 2019, no *Acampamento Terra Livre* (ATL), aconteceu uma plenária dos jovens indígenas dos povos no Brasil. Nas discussões, sobre agenda do movimento indígena, vem ganhando destaque a questão da juventude indígena. Essas questões vêm aparecendo de duas maneiras: uma através da grande presença na juventude dentro do movimento indígena e de formação, capacitações e também a criação de organizações de jovens indígenas e, outra questão, através dos espaços discursivos gerados pelos jovens e para os jovens em torno das questões juvenis.

A presença dos jovens e suas palavras começam alterar o discurso das mobilizações incluindo um discurso crítico. A efetiva participação dos jovens indígenas nos processos de organizações e de transformações sociais e as suas demandas frente ao Estado, além das mobilizações por território, educação e saúde e meio ambiente, a situação dentro das comunidades o uso das tecnologias têm colocado os indígenas em um lugar cada vez mais ativo e com uma incidência cada vez mais forte. Conforme Delgado e Jesus (2018):

A movimentação das comunidades e seus cineastas para a produção autoral ganha força em ações de fortalecimento, como por exemplo, as campanhas de financiamento coletivo para arrecadar recursos para a aquisição de ilhas de edição e a criação de núcleos femininos de audiovisual. A presença feminina ganha força, fazendo ressoar o clamor por direitos, a demarcação de terras e melhores condições de vida. (DELGADO; JESUS, 2018, p.12).

Acrescento a essa afirmação, a presença da juventude indígena que também vão ganhar força nesse processo. No Nordeste, especialmente, Paraíba e Pernambuco, as reflexões dos jovens indígenas e para os jovens indígenas vêm revelando articulação com outras instâncias que atuam na ordem do momento: questões de gênero, sexualidade, racismo, capitalismo, fascismo, ensino superior também são questões discutidas.

Hoje, depois do golpe de 2016 no Brasil e, com o atual governo que já se declarou contra os povos indígenas e comunidades tradicionais, não se pode negar as mobilizações dos povos indígenas contra o que está posto pelo atual governo brasileiro e como esses sujeitos (os jovens indígenas) vêm constituindo e promovendo dinâmicas locais, regionais e nacionais e dinâmicas globais que vem colocando estratégias e formas de representações de toda a ordem política cultural e resistindo ao processo de exclusão social.

O movimento indígena tem posto em ação o questionamento sobre políticas anti-indígenas e, a sua capacidade para representar o conjunto social plural. Dentro do movimento indígena, está a juventude indígena. E esta está interessada em construir e ocupar os diversos espaços públicos, como espaço onde os diferentes podem falar e comunicar. Ocupar os espaços e a fala como resistência é destacada por Guila Xukuru:

E aí a gente enfrentará colisão é mais simples se unir.

Mas outra coisa que a gente precisa fazer paralelo a isso, eu vou trazer um pouco da lógica lá nos Xukuru. É que eu sou do coletivo lá do audiovisual [Ororubá Filmes] comecei a participar mais ativamente na luta do povo a partir do audiovisual, do coletivo do audiovisual e era um momento em que a investigação do assassinato do cacique Xicão tomava rumos que o povo Xukuru entendia que não era o correto da investigação, porque ao invés de buscar os reais interessados na morte do cacique Xicão, buscavam criminalizar outras lideranças do povo Xukuru.

E aí uma forma que, para a gente, foi importantíssima foi a gente começar a disputar narrativas.

Então, aí, vários parceiros aqui de Recife, a TV-Viva, o Centro de Cultura Luiz Freire, o CIMI, se juntaram e conseguiram fazer um documentário contando a trajetória de vida do cacique Xicão e contando a quem incomodava a trajetória de vida do cacique Xicão. Isso junto com ação de vários artistas que fizeram músicas, lembrando Quinteto Violado, Fred 04, Sérgio Amaral.

Então, vários artistas que entraram também nessa ideia de trazer à tona a história, a realidade a partir do ponto de vista do povo Xukuru e conseguiu fazer com o quê o rumo das investigações que antes criminalizava o povo, tomasse um impacto tão grande a ponto de que começaram a investigar os reais interessados no assassinato do cacique Xicão e assim a gente conseguiu reverter isso.

Mas, aí, o que a gente entende que é o ponto principal disso? É a gente começar a contar a nossa narrativa.

Eu digo isso porque, hoje, parece que a gente está perdendo no grito, porque a gente fica ouvindo tanta gente repetir que a solução para a segurança pública é revogar o estatuto do desarmamento e a gente em várias pautas a gente está sempre sendo colocado contra a parede e a gente fica na defensiva e, aí, é uma coisa que a gente não pode deixar de citar, eu acho, que é que a gente falhou em fazer essa alto crítica. Uma vez que a gente é de um movimento que se coloca de esquerda... A gente falhou quando a gente não democratizou a mídia.

Eu acho que, talvez, se acontecesse, esse seria um momento que, a gente poderia estar melhor instrumentalizado para pensar essa contra ofensiva para frente.

Eu acho que além de pensar em ir para as ruas e que, há mandatos importantes lá fazendo esse contraponto na Câmara, é a gente começar a disputar essa narrativa e a gente começar a contar o outro lado da história e, é por isso, que a gente precisa continuar lutando.

Então, esse é um momento da gente se reorganizar, começar a contar a nossa versão da história, porque essa é a forma da gente resistir, essa é a forma da gente virar o jogo.

E dizer que, nem sei como é que está o tempo aí.... Mas agradecer a vocês por estarem aqui e dizer que, isso acontecer na faculdade pra gente é importante, é espetacular. Ocupar esse espaço é espetacular.

Lá no Orubá Terra, há uns meses atrás, a gente conversava como era importante um conhecimento que não é produzido na academia entrar também na academia, porque isso é de grande importância. Como a gente veio aqui hoje também é de grande importância. (Guila Xukuru, *Fórum Brasil*, 2019).

A fala de Guila Xukuru, nos ajuda a pensar sobre o que são essas mobilizações e essas ações coletivas da juventude indígena. Através de ações coletivas, os jovens vão ocupando os espaços como movimento constante de afirmação étnica para dentro e para fora de suas comunidades, possibilitando a construção de uma agenda intensa. Guila Xukuru também traz a tona a categoria “contra-narrativas”.

Imagem 31 - Equipe da Ororubá Filmes gravando vídeo com lideranças mais velhas, *Assembleia Anual Xukuru*, Pesqueira - PE.



Fonte: Arquivo Ororubá Filmes, 2018.

Imagem 32 - Equipe da Ororubá Filmes gravando vídeo com lideranças mais velhas, *Assembleia Anual Xukuru*, Pesqueira - PE.



Fonte: Arquivo Ororubá Filmes, 2018.

Em seus estudos, Foucault (2000; 2005; 2007) aborda o discurso como poder e controle. Quem detém a fala tem o poder. Observo que os jovens indígenas, ao participarem

dos eventos, ao se capacitarem para utilizar as ferramentas de comunicação, conseguem se empoderar e ocuparem os espaços de fala dentro e fora das suas comunidades. Ao criarem suas redes de articulação também ampliam esse empoderamento e os espaços de resistências, construindo um capital social e espaço de poder. Para Foucault, é necessário reconhecer as relações de poder (FOUCAULT, 2007). De acordo com Delgado e Jesus (2018),

diante deste crescimento da produção audiovisual, seus idealizadores têm se organizado em associações e coletivos. Ademais, observa-se a constituição de coletivos étnicos, cujo resultado foi a maximização de produções. Estas produções têm sido inseridas em redes sociais e na *internet* como forma de dar mais visibilidades às ameaças sofridas pelos povos indígenas, bem como suas bandeiras de luta. (DELGADO; JESUS, 2018, p.17).

As novas estratégias de comunicação consentiram a brecha necessária para que, internamente, os jovens estruturassem seus coletivos oficialmente e, assim, superassem a resistência dos mais velhos.

Imagem 33 - Bruno Potiguara - PB fotografando o Cacique Marcos Xukuru - PE, Mobilização Ato 20 de maio contra o assassinato do Cacique Xicão Xukuru, Aldeia Santana, povo Xukuru, Pesqueira - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2015.

Imagem 34 - Gessé Potiguara, Cacique Geral Sandro Potiguara, Cacique Si Potiguara, *Assembleia Anual do Povo Potiguara*, Aldeia São Francisco, Baía da Traição - PB.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

Djamila Ribeiro (2017), em seu livro “o que é lugar de fala?” aborda que os debates virtuais vão marcar os movimentos sociais “como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra a autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017, p.58) revendo e questionando sobre quem pode falar.

Imagem 35 - Poran Potiguara, Irembé Potiguara, Isaías Potiguara, *Assembleia Anual do Povo Potiguara*, Aldeia São Francisco, Baía da Traição - PB.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

Identifico que as tecnologias de comunicação possibilitaram, dentro das comunidades, essa autorização discursiva do poder da fala e, externamente, contribuíram para contraposição ao discurso dominante. Nesse sentido, o audiovisual e as mídias sociais se configuram como espaço de disputa, espaço de poder.

Para Djamila, o contra-discurso das mulheres negras, traz em si um discurso contra-hegemônico a partir de outras referências e outras geografias, “outras possibilidades de existências” (RIBEIRO, 2017, p.90). Conforme Delgado e Jesus (2018),

o percurso, o fortalecimento e a consolidação da produção audiovisual por realizadores e coletivos indígenas no contexto do Brasil contemporâneo, defendendo seu atravessamento militante que crava linhas de fuga e subverte a ordem estética e política do cinema moderno.” (DELGADO; JESUS, 2018, p.13).

Verifico que acontece, de forma semelhante com os jovens indígenas ao se utilizarem das tecnologias de comunicação. O vídeo, a fotografia – o audiovisual são elementos que produzem contra discursos e subvertem a ordem posta. Estão fazendo e estão produzindo uma “contra-narrativa”, categoria que emerge deles. Também é um movimento para dentro e para fora: tanto de registrar os momentos internos, os rituais, a história, educação e saúde, para repassarem e fortalecerem a história do seu povo, como também é um movimento para fora de dar voz e visibilidade étnica. Uma contra-narrativa ao que está posto.

Imagem 36 - Exibição de vídeos da Ororubá Filmes, na Assembleia Anual Xukuru.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

É a juventude indígena que está fazendo esse movimento, para ela mesma, para os mais velhos, para as crianças e futuras gerações. Costa e Galindo (2018) ressaltam que

comunicação e cultura, aparentemente, se constituem em elementos indissociáveis, se materializam em sociedades particulares no tempo e espaço. Deste modo, tanto uma quanto outra, são socialmente (re)construídas. É nesta perspectiva que os povos indígenas contemporâneos se apropriam de diferentes tecnologias, dentre elas o audiovisual, para registrar e documentar suas histórias de resistências, assim como suas formas de organização sociocultural. (COSTA; GALINDO, 2018, p.13).

Nesse sentido, os mais velhos vão se sensibilizando e dando o aval aos jovens, São os jovens indígenas que estão fazendo isso, no audiovisual, no teatro, na poesia, no samba de coco, na internet. Delgado e Jesus (2018), mostram o exemplo, de quando o vídeo chega na aldeia Pimentel, TI Xavante - MT.

os anciãos vislumbraram mais uma oportunidade de se fazerem ouvir de modo direto. E, por meio de um cinegrafista de seu próprio povo podiam se ver, se analisar, avaliar e “corrigir” ações individuais e coletivas no percurso, durante os ritos e cerimônias. Portanto, analisar profundamente a dinâmica da própria cultura e fortalecer o próprio ethos. E, ao mesmo tempo, possibilitar aos outros indígenas e não indígenas o acesso a informações de sua cultura, seu modo de viver e sua visão de mundo. Isto porque, anteriormente, o que tinham visto, eram outros interlocutores mostrarem o povo Xavante (antropólogos, sociólogos, entre outros). Ao difundir sua cultura, os A’uwẽ Uptabi, descendentes de Apowẽ da aldeia Pimentel Barbosa, divulgavam as tradições de seu povo, com as imagens do seu cotidiano e podiam trabalhar para relativizar o diálogo entre os povos. Era possível criar espaços para diálogos interculturais. (DELGADO; JESUS, 2018, p. 13).

No Nordeste, nos estados da Paraíba e Pernambuco, de certa forma, são os mais jovens que estão ocupando lugar nas universidades, são os mais jovens que estão alinhados aos profissionais. Em 1999, quando o GT Indígena/SEAMPO começa a trabalhar com o povo Xukuru do Ororubá, com a etnodocumentação (vídeo e fotografia), quem fazia os registros das mobilizações e movimentos eram as agências parceiras e/ou pesquisadores. O CCLF, o CIMI, a UFPE, o GT Indígena/SEAMPO/UFPE. Conforme Delgado e Jesus (2018),

a produção audiovisual protagonizada por diferentes cineastas indígenas tem fortalecido não somente o movimento indígena ao popularizar e tornar explícito na *internet* e redes sociais os dramas e desafios enfrentados pelos povos indígenas na atualidade, mas também o dinamismo interno de cada povo indígena. (DELGADO; JESUS, 2018, p.14).

A partir de 2004, 2005 com as oficinas de formação e audiovisual, quem também passa a fazer os registros são os jovens indígenas. Os parceiros vão continuar a fazer os

registros, mas agora se inseriu um novo agente, os jovens indígenas. E, hoje em dia, boa parte dos registros das mobilizações, dos movimentos internos e externos é feitos pelos jovens. Quem é que grava as assembleias e os rituais? É a juventude, são as equipes dos grupos de audiovisuais que estão fazendo os registros. As agências e os pesquisadores também fazem seus registros, mas, atualmente, quem ocupa esse espaço e assume esse lugar é a juventude. De acordo com Delgado e Jesus (2018):

Os documentários produzidos, seja por cineastas da própria etnia, seja por produtores de outras etnias, ou ainda por produtores que trabalham em parceria com os povos indígenas, tem gerado encontros interétnicos que são avaliados por meio de diferentes estratégias internas de cada povo. O que se destaca nestes contextos são as apropriações dos documentários como suporte na construção de estratégias pedagógicas (DELGADO; JESUS, 2018, p.15).

Para Delgado (2018), as transformações na percepção e prática de produções audiovisual sobre a temática indígena se deu de três maneiras distintas:

A primeira é aquela produção audiovisual realizada por diferentes produtores indígenas, a segunda diz respeito às produções sobre indígenas, produzidas por produtores não indígenas, e por fim, aquela produção realizada em parceria de indígenas e não indígenas. Cada uma dessas situações de produção possuem especificidades, mas têm relação direta com o movimento indígena que se utilizou dessa produção áudio visual para divulgar suas memórias, mitos, cosmologias, rituais e sua versão da história sobre o contato com o não indígena, as trocas e os conflitos interétnicos e territoriais envolvidos nessa situação, bem como suas reivindicações em termos de direito à saúde, educação e ao reconhecimento de seus territórios.” (DELGADO, 2018, p.204).

Quando o GT Indígena/ SEAMPO/UFPB fazia os registros, já tinha a questão do diferencial do dar a voz. Quem falava nos vídeos eram eles, as lideranças indígenas, que falavam. A gente editava esse material e, em algumas vezes, conseguíamos fazer em conjunto com algumas lideranças. No caso do povo Xukuru do Ororubá, houve algumas vezes que o cacique Marcos foi para João Pessoa e editou o material junto com a equipe do GT-Indígena. Delgado e Jesus afirmam que

a imersão dos parceiros não indígenas, também pode ser encarada como a poesia do ser humano, ou seja, muito além da dimensão profissional. Alguns deles, dedicaram e dedicam anos de suas vidas a movimentar o audiovisual na intenção de não ser o *outro* com a câmera na mão, mas de fazer o pensamento a pensar: e se o *outro* não estivesse aí? ou ainda, se perguntando quem é o *outro*? (DELGADO; JESUS, 2018, p.12).

Na atualidade, são eles próprios (os jovens indígenas) que estão fazendo e detendo não só a fala, mas também a estrutura, roteiro, edição, etc. A exemplo, dos Xukuru do Ororubá. A Ororubá filmes – grupo de audiovisual – que possui uma ilha de edição e uma sala no “Ponto de Cultura Xukuru”. Mesmo que em parceria ou com o apoio de algumas agências e parceiros, eles (os jovens indígenas Xukuru que fazem parte da equipe da Ororubá Filmes) fizeram formações e capacitações, têm uma ilha de edição e sabem manuseá-la. Produzem seus próprios vídeos e contribuem na produção e edição dos vídeos de outros povos indígenas de Pernambuco e fazem o registro dos grupos e organizações de jovens indígenas em Pernambuco, bem como fazem parte da assessoria de comunicação dos demais movimentos indígenas.

Os Potiguara - PB, em 2005, fizeram formação e capacitação através do Projeto “Índios Online”, bem como através da UFPB, e se apropriam das ferramentas tecnológicas. Fazem *blogs*, *sites* e grupos na internet para divulgar a sua realidade.

Na atualidade, as juventudes indígenas em Pernambuco e na Paraíba criaram grupos no *facebook*, no *whatsapp* e *instragram*, além de *sites* e *blogs* na internet. Através dessas mídias e, em contato com povos indígenas, não só dos seus estados, mas de outros estados do Brasil e de outros países, os jovens indígenas formam uma rede, na qual se informam sobre o que acontece extracomunidade e, também, informam o que acontece dentro de seus territórios, de seus povos. As *Assembleias Anuais do Povo Xukuru* de 2017, 2018 e 2019 tiveram transmissão *online* realizada pela equipe da Ororubá Filmes.

Imagem 37 - Chamada da Ororubá Filmes



Fonte: Facebook Ororubá Filmes, 2019.

Os jovens indígenas se constroem em todos os lugares, dentro da aldeia, dentro da família, no seu povo, mas também na questão do trabalho, na educação, na saúde, nos rituais, na política, nos meios de comunicação construindo também os discursos e os contra-discursos, as contra-narrativas.

Hoje também dentro do meu território a nossa coordenação tenta também incluir as atividades culturais com os grupos dos jovens, jovem fazendo rituais, a mídia hoje tá mais ampla não se foca somente ali no jornal, na rádio, em uma coisa que era mais distante, hoje a gente tem a internet na nossa mão e a gente vem já um tempo, nos jovens, aprendendo a usar essa arma digamos assim a nosso favor, não sou contra, porque a mídia ela expõe o que ela quer, não que é real e aí o nosso teatro enfatiza e traz tanto as nossas crianças, como para as pessoas lá fora ela traz a nossa história de uma forma mais justa. (Sandriane Pankará Serrote dos Campos, *UPE na Mobilização*, 2019).

A categoria juventude indígena traz a questão da etnicidade e sentimento de pertença, o fato dele ou dela ser indígena, mas também traz a questão de que nem todos os jovens são iguais. A juventude existe de diversas formas e há diversos modos de ser jovem, ou seja, existe uma complexidade de identidades sociais na qual se verifica as distinções étnicas. Há diferenciação de povo para povo e vão se conformando sentidos e significados específicos. Como aborda Mireylian Kapinawá:

Então, esse tipo de coisa que tem a característica do estereótipo e tem as características que distinguem e cada povo. Os povos do Sul e do Norte têm também a sua diversidade e os povos do Nordeste, aqui no estado de Pernambuco também tem suas diversidades.

A minha religião, do meu povo Kapinawá é diferente da do Povo de Maurílio Truká, O que é diferente da do Povo de Sandriane Pankará do Serrote dos Campos. Os nossos espaços de rituais são diferentes, os nossos símbolos são diferentes. Cada povo tem a sua organização e tem seus símbolos, por exemplo: no povo Kapinawá a gente tem um chapéu que é feito de palha, todo furadinho. No povo Kambiawá tem uma tiarinha. Nos Tuxá tem o aió. Nos Xukuru tem a barrentina. Atikum o caroá que faz a saia e outros tecidos para o ritual e assim vai. (Mireylian Kapinawá, 2019).

Falar de juventude indígena é falar nas dimensões étnicas, de direito étnico com organizações sociais e religiosas distintas. Do direito a ter seu território, a ter saúde e educação específica e diferenciada, a participar dos rituais, a ter crenças e modos de vida distintos. Maurílio Truka enfatiza que:

Junto com nossas organizações de apoio, a gente compõe possibilidades no processo de formação e organização das juventudes. Além dos representantes da Comissão (COJIPE), nós agregamos uma diversidade de juventudes, dos diversos povos indígenas de Pernambuco. São diversas

expressões e dentro dessas expressões temos a diversidade de povos. A ideia da comunicação para articular e formar, para realizarmos encontros e reuniões. Nós representantes sentamos, a gente refletiu junto com algumas organizações de apoio. Sentamos antes para que tudo isso pudesse acontecer. Para que também os jovens que estão nessa representação pudesse se articular e articular a base para que a gente possa se estruturar e melhorar a COJIPE cada vez mais. A partir das nossas articulações, a ideia é justamente poder articular a juventude indígena de todo o estado. Articular e aglutinar a juventude e que isso se multiplique. Onde nós juventude indígena estamos?

Nós discutimos as nossas demandas e trazemos para as nossas reuniões.

Em 2015, as juventudes ocupam os espaços pensados na *Conferência de Juventude*, na *Conferência de Política Indigenista*, na *Conferência de Saúde*, na *Conferência de Educação*, de *Meio Ambiente* e etc. Pautam a *Conferência Livre de Juventude* pensando na incidência dessa juventude para ir para *Conferência Nacional*.

Nós, juventude indígena, participamos do FOJUPE, da Campanha “Jovem pelo direito de viver”. Avançamos com o dialogo de instituições de apoio e realizamos algumas ações pensando nesses apoios.

Além de alcançarmos as nossas bases, a organização da COJIPE consegue ocupar outros espaços como o Fojupe, o Conselho Estadual de Juventude. (Maurílio Truká).

Imagem 38: Jovens tirando foto com Sônia Guajajara, *VENEI*, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 39 e 40: REJUIND.



Fonte: Imagem da esquerda - *Print* do Facebook de David Araújo, 2019 e na imagem da direita - *Print*, facebook de Leonel Atikum, 2016.

Ao longo dos anos, vários jovens indígenas na Paraíba e em Pernambuco, de forma autônoma ou coletiva, vêm adotando a internet e as redes sociais como estratégia para dar visibilidade aos seus povos e às mobilizações dos movimentos indígenas e também das organizações de jovens indígenas. Uma das estratégias foi a criação de grupos no *facebook*, a exemplo da Ororubá Filmes, AUP, OJIP, COJIPE, OJIT, que possuem grupos. A partir dessas oficinas, eles aprenderam a filmar, fotografar e a postar vídeos nos grupos e no *Youtube* e a usar diversas ferramentas da internet. Agora, eles utilizam as tecnologias e redes sociais não só para dar visibilidade, mas também para denunciar ações anti-indígenas e divulgarem suas contra-narrativas.

Em entrevista para este trabalho, durante o *encontro da COJIPE*, em janeiro de 2019, Guila Xukuru⁶⁰, 26 anos, explica:

⁶⁰ Guilherme Araújo Marinho Magalhães, 26 anos, conhecido como Guila Araújo ou Guila Xukuru – jovem indígena do povo Xukru do Ororubá – PE, advogado, começou a contribuir para a luta do povo Xukuru através do áudio visual, sendo um dos fundadores do Ororubá Filmes, contribuiu na criação e articulação do Coletivo da Juventude Indígena Xukuru que se chama Poyá Limolaygo (Pé no chão, na língua Xukuru), atualmente é presidente da Associação da Comunidade Indígena Xukuru, em nível estadual representa seu povo na

Então, questionar essa lógica de pensamento e dizer por que que meu modo de vida é que é enxergado como atrasado?

Eu acho que essa geração vem nesse sentido que é o de tentar quebrar com isso, quebrar essas coisas que foram colocadas quase como dogmas mesmo. De que índio é preguiçoso, de que índio é atrasado mesmo, de que índio não pode utilizar tecnologia, porque índio é atrasado, então ele não vai usar tecnologia. Então, essa geração vem muito pra quebrar essa lógica mesmo.

Hosana – E que não faz ciência, não é?

Guila – Exatamente. E que não faz ciência... Ou seja, é colocado o seguinte: primeiro é atrasado, segundo nem pode evoluir, em terceiro não sabe de nada e em quarto é para continuar naquele estagio ali. É complicado.

E aí acho que a prova é tão essa que aí vem o governo de Bolsonaro, né.

A missão da gente é tão pesada que aí vem um homem desse que é para provar para a gente, porque a disputa com o governo, apesar da gente ter esse negocio de ir para a rua e talz, mas a disputa é ideológica. Se eu não conseguir contrapor o meu pensamento com o dele, mostrar que o que ele pensa e o que ele difunde está errado, tudo aquilo que foi a luta da terra vai cair.

Porque agora não tem condições, a partir da lógica que ele coloca... Oxe! Não meu irmão, índio tem que ter a terra mesmo, eu posso até concordar com você, mas você não é índio, não. Esta fora.

Então eu acho que esse é o momento da gente ocupar outros espaços e quebrar com esses paradigmas, esse dogmas é isso, o momento que cai um cara desses no poder e a gente precisa confrontar ideologicamente ele. É aí, mais do que nunca que a gente precisa ter essa consciência, né.

Aí vem lá... Um momento como aquele lá na UFPE, eu já abro com a fala: Eu sou Guilherme, sou Xukuru e não tenho cabelo de cuinha, nem a pele morena, não tenho nada daquele índio folclórico. Então, logo no primeiro momento que vou me apresentando vou logo dizendo isso.

Já é para no primeiro momento tomar esse susto mesmo... Dizer! Olha! Peraí...

Porque também é muito simples, eu mesmo, sou do povo Xukuru, o povo do Nordeste que a gente faz parte podia fazer um caminho que já foi feito também para não contrariar a expectativa para você. Isso já foi uma estratégia, hoje já não é mais. Essa estratégia já vai começar a jogar contra a gente.

Nós indígenas estamos no momento de confrontar ideologicamente e o momento é esse, a missão da gente agora é essa. Eu acho que é essa!

Hosana – O confronto da contra-narrativa, como você falou, né?

Guila – Isso. É disputar narrativa e fazer a ideologia contra o que ele (o presidente Jair Bolsonaro) coloca.

Neste capítulo, busquei apresentar o quadro geral de formação de redes entre as juventudes indígenas, focando nas sociabilidades, novas tecnologias e contra-narrativas. No próximo capítulo, tratarei da criação de organizações de jovens indígenas na Paraíba.

Imagem 41 - Lideranças Xukuru com Sônia Guajajara, *Ato no Pátio São Pedro, Recife - PE.*



Fonte: Hosana Santos, 2018.

Imagem 42 - Grupo de Samba de Coco Toiope do Ororubá, *Ato no Pátio São Pedro, Recife - PE.*



Fonte: Hosana Santos, 2018.

Imagem 43 - Ato público de 20 de maio contra o assassinato do Cacique Xikão Xukuru, Pesqueira - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

Imagem 44 - Conferencia Livre de Juventude e Meio Ambiente, Aldeia Canabrava, TI Xukuru do Ororubá, Pesqueira - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2016.

Imagem 45 - Poran Potiguara.



Fonte: *Print Facebook* de Poran Potiguara, 2016.

6 A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DAS JUVENTUDES INDÍGENAS NA PARAÍBA

6.1 Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), na Paraíba



Essa organização surgiu da necessidade de mobilização da juventude Potiguara... Em busca de um espaço dentro do nosso povo para trabalharmos com as lideranças e melhorar a situação dos jovens e do povo Potiguara como um todo. O que queremos é que o Jovem tenha atitude para que assim possamos somar e não dividir. (Irembé Potiguara⁶¹ – publicação no Site Índios Online).

A concepção da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), na Paraíba, deu-se a partir da oficina “Identidade, história e autonomia do povo Potiguara”, no *II de Encontro Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguara*, realizado de 20 a 22 de outubro de 2006, Rio Tinto - PB, para os jovens indígenas desta etnia, trabalhando a história de vida dos participantes e do povo Potiguara. A oficina foi ministrada por mim, junto com a antropóloga Vânia Fialho e a liderança Caboquinho Potiguara, em parceria com o NEPE/PPGA/UFPB/FUNAI.

O *II Encontro de Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguara* iniciou na manhã do dia 20 de outubro (primeiro dia) com a chegada dos jovens para o credenciamento, logo após realizaram a abertura e o ritual do toré e, depois, a apresentação dos trabalhos desenvolvidos no *I Encontro de Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguara*. Esse momento foi mediado por Maria da Guia Dantas (FUNAI). Após as apresentações foi servido o almoço.

À tarde houve atividades recreativas e sócio-educativas e a palestra “Identidade, história e autonomia do povo Potiguara” proferida por Vânia Fialho (Antropóloga/UFPE). Em seguida a plenária debateu sobre a palestra e encerrou-se o primeiro dia.

O segundo dia (21 de outubro) foi dedicado às discussões e atividades de trabalhos em grupos, através da realização de oficinas. Os jovens se dividiram em 6 oficinas: 1 – Identidade, história e autonomia do povo Potiguara (Vânia Fialho/UFPE, Hosana Santos/UFPE e Caboquinho Potiguara); 2 – Educação Indígena (Iolanda Mendonça e Nilda

⁶¹ Jaqueline Círiaco, 32 anos, conhecida como Jaqueline Potiguara ou Irembé Potiguara - jovem indígena do Povo Potiguara - PB, uma das fundadoras da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), participou da Rede Índios Online, pedagoga e professora indígena.

Faustino); 3 – Teatro, dança e música (Pedro Lobo); 4 – Artesão, desenho e pintura (Pedro Eduardo, João Clementino, Joelma Félix e Severo); 5 – Meio Ambiente (Ana Nogueira/IBAMA); 6 – Drogas (Flávia Guimarães/Arteterapeuta e psicóloga).

No terceiro dia (22 de outubro), pela manhã os jovens se reuniram em suas respectivas oficinas para sistematizar as discussões realizadas. À tarde, apresentaram os trabalhos para a plenária e houve o encerramento do evento.

Alguns elementos da oficina “Identidade, história e autonomia do povo Potiguar” já foram apresentados no capítulo introdutório desta tese. Cabe aqui ressaltar, que nesse evento os participantes relataram a importância de estudar e refletir sobre suas identidades e serem protagonistas de sua história, além de refletirem como se dá a história de seu povo, que intervém e contribui na história do país.

Os primeiros encontros da juventude Potiguar foram financiados e organizados pela FUNAI, como relata Gessé Potiguar⁶², 31 anos:



O *Primeiro Encontro dos Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguar* foi realizado pela FUNAI, na Escola Pedro Poti, na aldeia São Francisco, em 2003 ou 2004; O *Segundo Encontro de Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguar* foi em 2006, também financiado pela FUNAI, no SESI, em Rio Tinto, em 2006; O *Terceiro Encontro de Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguar*, também no SESI, Rio Tinto, em 2007. Participaram, mais ou menos, 150 jovens.

No encontro, em 2006, dentro do próprio evento houve a eleição foi dentro do evento, formamos a OJIP e saiu os nomes da primeira coordenação da Organização de Jovens Indígenas Potiguar (OJIP).

A primeira coordenação ficou: Tanielson da aldeia Galego, Francinaldo de Acajutibiró, Maiara [Aldeia Forte], Mara e Jadison da aldeia São Miguel, teve uma pessoa da aldeia Lagoa do Mato, Maria Jose de Tracoeira, Joas de Três Rios, Bianca de Marcação. (Gessé Potiguar, 2018).

Como encaminhamento do Encontro de 2006, os jovens propuseram a criação da Organização dos Jovens Indígenas Potiguar (OJIP), na Paraíba. A partir da criação da OJIP, a juventude Potiguar foi agregando os jovens desta etnia e, posteriormente, os jovens Tabajara, também. Segundo Bruno Potiguar⁶³, 28 anos,

⁶² Gessé Viana Silva, 31 anos, conhecido como Gessé Potiguar - jovem indígena do Povo Potiguar-PB e coordenador da Organização de Jovens Indígenas Potiguar (OJIP), representante da Associação de Universitários Potiguar (AUP), é estudante do curso de graduação em Pedagogia pela UFPB, participa do Conselho Estadual de Juventude, representante da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), durante sua estadia na minha casa, em Recife – PE.

⁶³ Bruno Rodrigues da Silva, 28 anos, conhecido como Bruno Potiguar ou Itãybá Potiguar – jovem indígena do Povo Potiguar - PB, representante da Organização de Jovens Indígenas Potiguar (OJIP), da Associação de Universitários Potiguar (AUP), estudante do curso de graduação em ecologia pela UFPB, Pesquisador do GT-Indígena/SEAMPO/UFPB; Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET-Indígena da UFPB; membro da

o Processo que aconteceu em Potiguara, nosso povo, na Paraíba. A gente... Quando a gente formou a nossa organização, Tabajara não tinha nem surgido de fato, mas a gente criou a nossa organização pensando através de encontros que foram organizados na base. (Bruno Potiguara, *Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, 2016).

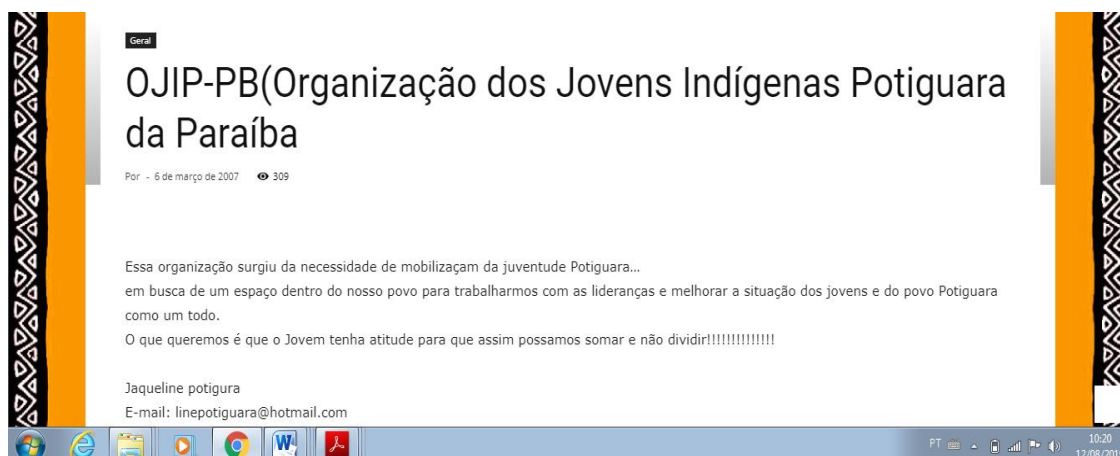
Imagem 46 - II Encontro de Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguara - PB, Rio Tinto - PB, 2006.



Fonte: Índios na visão de índios: Potiguara, 2011.

Em 06 de março de 2007, Jaqueline Potiguara⁶⁴, 32 anos faz sua primeira publicação no site “Índios Online” falando sobre a OJIP.

Imagem 47 - Página principal da Rede Índios Online.



Fonte: www.indiosonline.net. Último acesso em 29/08/2019.

Comissão Nacional de Estudantes Indígenas representante do Nordeste; membro da Comissão organizadora do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI).

⁶⁴ Jaqueline Ciriaco, 32 anos, conhecida como Jaqueline Potiguara ou Irembé Potiguara - jovem indígena do Povo Potiguara-PB, pedagoga e professora indígena, uma das fundadoras da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), participou da Rede Índios Online.

A juventude Potiguara - PB foi realizando encontros e reuniões, se articulando e agregando os jovens com suas diversas expressões com o intuito de ocupar os espaços dentro do seu povo e dentro do movimento indígena para “somar e não dividir”, como lembra Jaqueline Potiguara em sua postagem na internet.

De 15 a 18 de novembro de 2007, na aldeia Forte, município de Baía da Traição - PB, os jovens Potiguara organizados, enquanto OJIP, realizam, em parceria com a FUNAI, o *III Encontro de Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguara: Terra, educação e espiritualidade*. O objetivo do encontro era trocar experiências, mobilizar e formar os jovens. Durante esse evento, a juventude Potiguara se dividiu para participar de seis oficinas/Grupo de Trabalhos (GT): GT - Educação Indígena; GT - Organização Social e Autonomia; GT - Meio Ambiente; GT - Saúde; GT - Terra, História e Território Potiguara; GT - Identidade e Espiritualidade. Ao ler este trabalho, enquanto finalizava a escrita, Bruno Potiguara, solicita que se ressalte:

Esse encontro que aconteceu em Potiguara foi pioneiro no país e o nosso intuito, naquele momento, era ter uma abrangência maior da juventude e que as coisas não ficassem apenas naquele encontro de três dias e que a juventude tivesse sendo mais participante, tivesse mais atuante dentro do povo... Que para nós era uma coisa deficitária e que se necessitava demais ter essa organização de fato, para que pudéssemos desempenhar o nosso papel enquanto cidadão indígena Potiguara e ter essa atuação. (Bruno Potiguara, 2020).

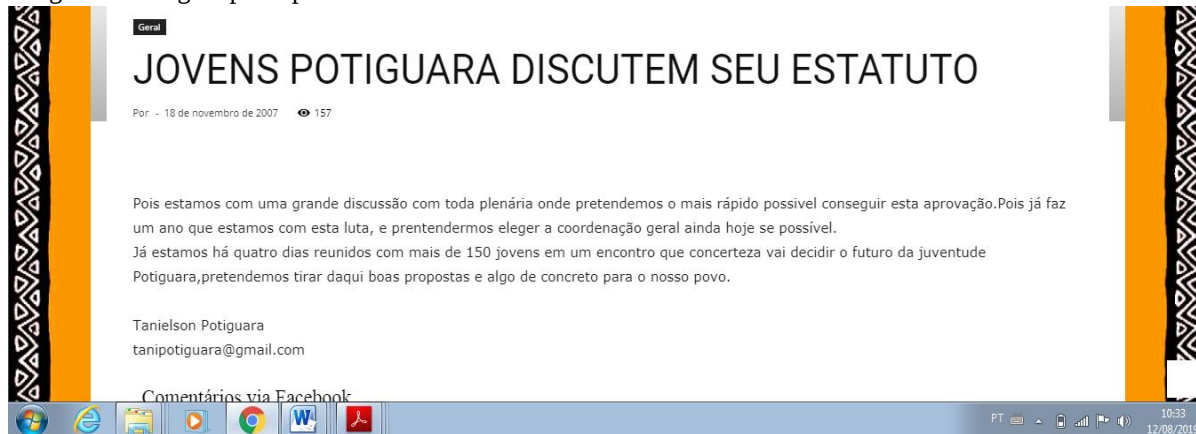
Imagem 48 - Banner do *III Encontro de Jovens e Adolescentes Indígenas Potiguara*.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

Além disso, começaram a discutir a formalização da OJIP. Como menciona a liderança jovem Poran Potiguara⁶⁵, em texto publicado no site “Índios Online”.

Imagem 49 - Página principal da Rede Índios Online.



Fonte: www.indiosonline.net. Último acesso em 29/08/2019.

Imagem 50 - Página principal da Rede Índios Online.



Fonte: www.indiosonline.net. Último acesso em 29/08/2019.

O evento foi realizado pela juventude Potiguara e esta seguiu com a ideia de fortalecer os laços entre os próprios jovens Potiguara, discutirem temáticas específicas e gerais, assim

⁶⁵ Tanielson Rodrigues da Silva, 30 anos, conhecido como Tani ou como Poran Potiguara - jovem liderança indígena do Povo Potiguara-PB, com projeção nacional e internacional, um dos fundadores da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), estudante do curso de Engenharia Florestal na UNB, um dos fundadores da Maloca coletivo de estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UNB), participou da Rede Índios Online, representante nacional e internacional da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e através da APOINME é da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representante da juventude indígena na CNPI.

como ampliarem as discussões e trocas de experiências com a juventude indígena de Pernambuco, potencializando a OJIP - PB.

A OJIP foi formalizada em 18 de novembro de 2007, um ano depois do evento de seu surgimento em 2006. A direção da OJIP é composta por 6 (seis) membros da diretoria que é formada por Coordenador Geral, Vice Coordenador, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, além desta a organização possui um Conselho fiscal formado por 6 (seis) membros (2 representantes – um titular e um suplente, por município ou território – Baía da Traição e Monte Mor, Marcação e Rio Tinto) e um Conselho de Aldeias formado por 2 representantes de cada aldeia, sendo um titular e um suplente.

Todos os cargos são compostos por membros eleitos por meio de *Assembleia Geral*, órgão de maior poder da OJIP - PB e através deste são tomadas todas as decisões.

Segundo o estatuto, para ser membro da OJIP - PB o jovem deverá:

- a. Ser reconhecido pelo povo Potiguara como pertencente ao mesmo;
- b. Estar na faixa etária entre 13 e 29 anos;
- c. Ser comprometido com a causa Potiguara e estar disposto a colaborar com os objetivos da organização.

Segundo Gessé Potiguara, há duas categorias de participação na OJIP: Sócio efetivo e sócio colaborador.

Tem duas categorias: Sócio efetivo e sócio colaborador. Os jovens indígenas que são sócios efetivos têm direito de votar e serem votado e você pode ser sócio colaborador também que são as organizações e pessoas apoiadoras, mas o nosso alvo mesmo são os jovens indígenas.

Os associados da OJIP, antes eram jovens de 15 a 27 anos, depois passamos para de 15 a 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude. Depois passamos para de 13 a 29 anos. Era 15, mas aí pelas questões indígenas abaixamos a idade para 13 anos, porque tem uma galera aí nessa idade que já participa. Neto mesmo já começou com a gente com 13 anos, Neto.

(...) Diminuímos um pouco a idade para atingir também os mais novos para que pudessem ser informados.

Temos também os colaboradores podem ser qualquer pessoa ou órgão que queira contribuir com a gente.

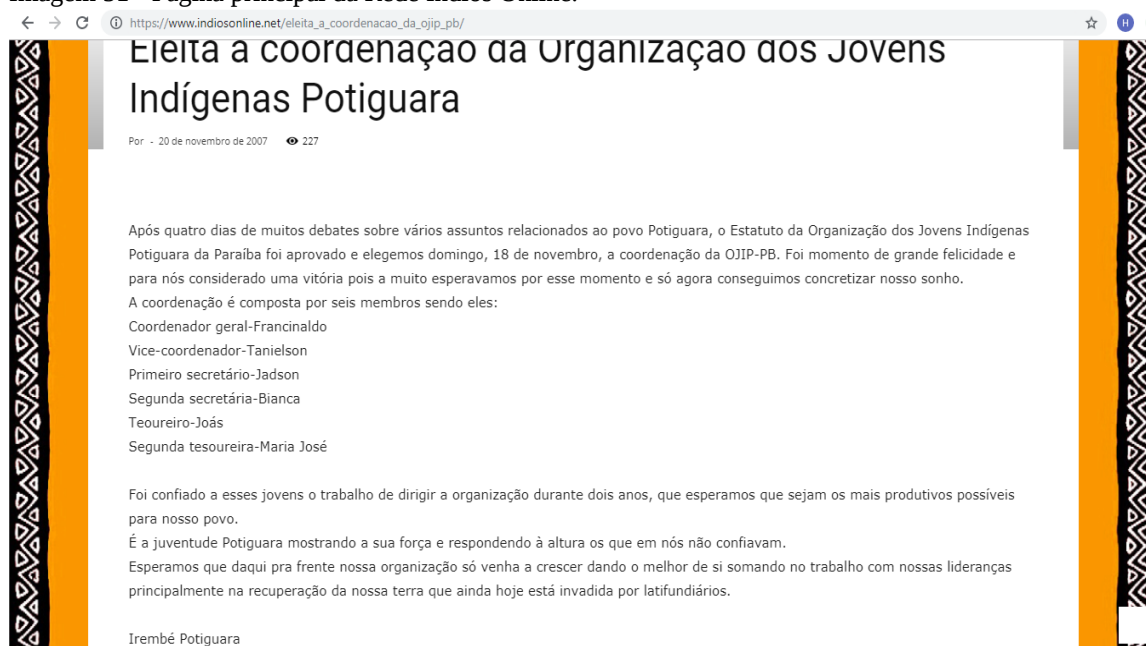
Temos a AUP que é dos Estudantes indígenas universitários e a participação dos membros (...).

Colaboradores são várias pessoas que colaboram, mas sem estar registrado: Tem a UFPB, tem a parceria, como o pessoal da FUNAI mesmo, é uma parceria. Aí tem os três municípios também [Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto], com as Secretarias de Educação, tem também a Secretaria do Turismo do município, a secretaria, principalmente, a da Baía da Traição, tem a Secretaria Estadual de Juventude e esses apoiadores do Estado também, eles são colaboradores do processo, por exemplo, tem um evento, aí e a gente já avisa e aí eles entram como apoiadores. (Gessé Potiguara, 2018).

Em 18 de novembro, depois de quatro dias de reuniões foi aprovado o Estatuto da Organização dos Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba e eleita a coordenação da OJIP - PB. Como publica Jaqueline Ciríaco, conhecida como Irembé Potiguara, no *site* “Índios Online”: “Foi um momento de grande felicidade e para nós considerado uma vitória, pois há muito esperávamos por esse momento e só agora conseguimos concretizar nosso sonho”. (Irembé Potiguara, *Site Índios Online*)

A publicação é feita dois dias após o evento, no *site* “Índios Online”:

Imagem 51 - Página principal da Rede Índios Online.



Fonte: www.indiosonline.net. Último acesso em 29/08/2019.

O “sonho”, como considerado por Irembé Potiguara, foi realizado e, assim, através das articulações e mobilizações nasceu a OJIP - PB. O movimento indígena brasileiro e movimento indígena Potiguara são grandes inspirações desse processo para os jovens, mas um dos seguimentos desse movimento que possui um papel forte nesse processo de criação da OJIP foi o movimento de professores indígenas Potiguara e o papel da Educação Escolar Indígena Diferenciada. A liderança jovem Gessé Potiguara, 31 anos, relata:

Quando nós criamos a OJIP foi justamente porque vimos a necessidade de ter essa organização. Os professores indígenas tem sua organização, o povo Potiguara tem a sua organização. As lideranças têm o seu Conselho que responde por si. Aí a gente ficou assim, parado. Cadê a... Quem responde pelos jovens? Isso era uma coisa que vinha consumindo o nosso pensamento. Que a gente se questionava, a gente conversava: - Mas rapaz e aí? O que é que a gente faz? Quem responde pelos jovens?

E foi num encontro que a FUNAI que praticamente que organizava tudo para os jovens e a gente caía como participação. E como a gente já tinha... Como eu falei que a nossa escola lá tinha um papel fundamental. Então, começou a abrir a nossa mente para que... Oh! Nós somos capazes, nós somos capazes de projetar o nosso futuro. Você vê... O que é a nossa autonomia... E foi naquele momento que em certo evento a gente faz a proposta. Nós vamos sair daqui com a Organização de Jovens Potiguara (Gessé Potiguara, 2018).

O Estatuto da OJIP - PB, no artigo 1º, afirma que:

A Organização dos Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba (OJIP - PB), foi criada por causa da necessidade de mobilizar a organização da juventude indígena Potiguara na luta pela valorização da identidade, da cultura e continuidade desta etnia. É uma organização sem fins lucrativos, de tempo indeterminado, que abrange todo o território indígena Potiguara.

Os objetivos da OJIP - PB são:

- Incentivar nos jovens Potiguara, o interesse por uma participação ativa e efetiva dentro do seu povo;
- Incentivar a prática da cultura Potiguara fazendo com que ela seja lembrada e repassada para as futuras gerações;
- Trabalhar juntamente com as lideranças na defesa dos direitos do povo Potiguara;
- Elaborar projetos que visem melhorar a vida social, econômica e cultural dos jovens indígenas Potiguara, como também buscar parcerias para a realização dos mesmos.

Fonte: Levantamento realizado durante pesquisa de campo de 2016-2020. Autora: Hosana Santos, 2020.

Imagens 52 e 53 - Prints mensagens de Francinaldo Potiguara.



Fonte: Facebook Francinaldo Potiguara, 2018.

Os representantes da OJIP realizam oficinas, encontros e reuniões com a juventude Potiguara. Segundo os jovens Potiguara, a diretoria da OJIP se reúne a cada quatro meses, em torno de 3 reuniões por ano, além de realizar reuniões nas aldeias com os jovens. Contudo, nos últimos anos passou a existir uma vacância na tesouraria, na secretaria e no conselho fiscal. Os representantes desses cargos já não apareciam nas reuniões, o que enfraqueceu a organização e deixou alguns membros descontentes. Então, os jovens Potiguara vêm tentando reformular seu estatuto para realizar uma *Assembleia Geral* e renovar a diretoria.

Uma tentativa foi no dia 02 de julho de 2017, que estava marcada uma Assembleia, mas não aconteceu por conta de uma grande quantidade de chuva e impossibilitou os participantes de chegarem ao local. Segundo o Estatuto, a *Assembleia Geral* deveria acontecer uma vez ao ano para planejar e avaliar as ações do grupo, a cada dois anos para eleições e

extraordinariamente, em caso de necessidade. Contudo, essa lógica nem sempre é seguida pela escassez de recursos financeiros. Já os anos de 2018 e 2019 foram bastante intensos.

No momento, estamos tentando reestruturar, então, a gente passou por um período agora de encontro semanais e encontros nas comunidades para fazer a divulgação da organização. E tipo, da organização de jovens. E hoje, a gente está tentando reestruturar e reformular a organização. Porque perdeu a força, perdeu o espaço. Então, a gente organiza debates, conversas entre a juventude e eventos. Eventos para que a juventude possa estar alinhada sobre o processo que vem agora na conjuntura atual. (Bruno Potiguara, 2020).

No ano passado também realizamos, em dois colégios, oficinas de artesanatos. Uma no colégio na cidade de Baía da Traição e, outra, no colégio em Lagoa do Mato! Com a intenção de repasse e fazer com que esses jovens tenham contato com nossos adornos e, sejam eles os próprios, artesões. Muitas vezes por não saber, por algum receio ou falta de oportunidade [dos pais] não recebemos esses conhecimentos em casa. E, nós quanto OJIP, Potiguara, temos obrigação (direito) de fazer esse repasse... Seremos propagadores dessa cultura! (Cristina Potiguara, 2020).

Os encontros e reuniões são promovidos, articulados e financiados pelos próprios jovens com ajuda das lideranças e comunidades. Em alguns casos os jovens também conseguem articular a parceria com a UFPB, com as prefeituras dos 3 municípios e Secretaria Estadual de Juventude, SESAI e também com a FUNAI. Bruno Potiguara pontua algumas dificuldades:

Gessé hoje está na coordenação da nossa organização. Mas até então, a gente está vendo como a gente vai voltar a articulação dentro do nosso próprio povo, porque a nossa organização acabou de uma certa forma sendo fragmentada, a um certo ponto de ficar, tipo, meio que complicada de articular a juventude, porque ela foi enfraquecida no processo. (Bruno Potiguara, 2017).

Essa fragilização mencionada por Bruno e Gessé Potiguara é no sentido que a organização foi criada para articulação e mobilização da juventude Potiguara. Bruno revela que “é sempre um pequeno grupo que se mantém na frente, desde sempre” o que acabam por ficar vulnerável internamente. Para Bruno Potiguara, ainda “precisa ter um empenho e engajamento maior da juventude Potiguara na sua organização”. Já Gessé Potiguara avalia que:

Com a OJIP tivemos como conquista a rádio comunitária, mas não conseguimos continuar funcionando por causa da licença e o material também se estragou.

Conseguimos ocupar os espaços, enquanto Juventude, participar da Rede de Jovens Nordeste e ficou conhecido também no Nordeste, participamos também do Projeto as Teias e do Conselho de Juventude.

Conhecemos a EQUIP através da Rede de Juventude Nordeste. Conhecemos o pessoal da EQUIP e conhecemos outras organizações de outras juventudes do estado e do Nordeste.

Uma avaliação que eu faço é que serviu de experiência para a juventude e para ocupar os espaços enquanto base para se organizar melhor. Exemplo: Estamos tentando o registro para captar recursos e projetos para a gente ter autonomia sem necessitar de uma entidade âncora. (Gessé Potiguara, 2018).

6.1.1 A Importância da Educação Escolar Indígena para a Juventude

Educação é um tema recorrente na fala dos jovens indígenas. Considero como uma dimensão importante de ser trabalhada, pois nos permite caracterizar o empoderamento da juventude, a construção das organizações de jovens indígenas e suas redes, como também encontrar os elementos importantes para as primeiras aproximações aos agentes da pesquisa.

Observamos que a educação tem um papel importante para os jovens indígenas. A participação da juventude, dos movimentos para a implantação da Educação Escolar Indígena Diferenciada e Específica e também nos movimentos e organizações de professores indígenas teve relevante papel mobilizador. Tal engajamento gerou um acúmulo de experiências que foi possibilitando a esses jovens se capacitarem dentro do próprio movimento indígena, com o movimento e para o movimento.

Paralelo e intrínseco a esses movimentos, houve a implantação da Educação Escolar Indígena em seus territórios, que possibilitou a maioria desses jovens uma formação específica e diferenciada, na qual a sua cultura é valorizada. A escola atua como espaço de formação de “guerreiros(as) indígenas” (CAVALCANTE, 2004), ou seja, formando crianças e jovens conhecedores da cultura de seu povo e de seus direitos.

Para os jovens indígenas Potiguara da Paraíba, “até os 12, 13 anos, a formação é das escolas” (Bruno Potiguara). Nessa mesma discussão, os jovens indígenas Xukuru de Pernambuco, durante a *Assembleia Anual Xukuru* (2016), afirmam que:

O professor tem que valorizar a sua cultura, se a gente quer ter uma escola formadora de guerreiros e guerreiras, o professor tem que valorizar o Tacó, tem que pegar a maracá e organizar o ritual. E se ele não sabe organizar e valorizar a cultura e a identidade? Então, esse professor, dessa forma, não vai formar guerreiros e guerreiras. Isso não é apenas uma ressalva, isso é uma coisa importante. A gente está falando enquanto formador mesmo. A gente lutou por isso, de sair em busca das secretarias, no estado, não sei de que. Então, tem que entrar nos eixos de organizar. A gente tem que se organizar nisso aí. Eu, enquanto educadora, enquanto jovem, eu tenho sim... E não falo isso por boniteza, para aparecer não. Até porque, eu acredito, eu tenho força e sei que isso influência para quem tem força (falando da ligação

com a religiosidade). Então, é uma coisa importante sim, a gente se reavaliar, não fazer as coisas só porque é curricular, mas sim porque a gente acredita que isso é importante, enquanto educadora, enquanto jovem, enquanto professora.

E era isso que eu queria dizer, que enquanto jovem educadora, eu tenho muito o que aprender, sim. E não só agora, mas com a barretina, com as coisas que vem lá do alto... Mas muita coisa que eu não sabia, eu fui buscar para me fortalecer. Porque um dia eu quero formar outros jovens e também outras crianças que cresçam assim, com orgulho das tradições e da cultura e também outra terra, enquanto preservação de nossa cultura. (Marcinha Xukuru, *Assembleia Anual Xukuru*, 2016).

Identidade, religiosidade caminham juntos é a base de nossas tradições. O sagrado está ligado a educação, religiosidade e a agricultura. (Marcinha Xukuru, *Assembleia Anual Xukuru*, 2016).

Nossa obrigação é repassar nossos saberes para as crianças, para os jovens, para as outras pessoas. (Dona Zenilda Xukuru, *Assembleia Anual Xukuru*, 2016).

O jovem está se distanciando da religiosidade. (Jovem Xukuru, *Assembleia Anual Xukuru*, 2016).

É muito bom a gente vê que nosso trabalho com nossas crianças e nossos jovens estão germinando, porque nosso trabalho enquanto educador, enquanto professor é espalhar sementes. (Dona Zenilda Xukuru, *Assembleia Anual Xukuru*, 2016).

Essa maneira de atuar gera pedagogias próprias de ensino-aprendizagem que levam em conta os conteúdos específicos e interculturais, mas, sobretudo, que existem jeitos próprios de ensinar, “caminhos peculiares de aprendizagem, os quais a Constituição Federal hoje garante, formalmente, aos povos indígenas”. (CAVALCANTE, 2004, p. 68) Essa pedagogia indígena, contempla as participações nas feiras, agricultura, retomadas, festas, religiosidades, toré, mobilizações, ou seja, nas práticas culturais e organizativas do povo indígena. Gessé Potiguara - PB e Daniel Kapinawá - PE mencionam a importância de fortalecer a identidade étnica e dos direitos indígenas:

Um dos grandes desafios também é a escola como fortalecedora da identidade e norteadora do processo de construção de lideranças, certo! Eu digo assim, lá no nosso povo, nós temos uma escola com ensino diferenciado e foi graças a essa escola que eu tive a oportunidade de começar a entender o que é a cultura indígena na minha vida e na vida de outros jovens que passaram por essa mesma escola que eu passei e conseguimos, sim, ter uma educação diferenciada e cada dia está se tornando um líder, uma pessoa de caminhada nesse movimento.

Para entender esse processo desse movimento não é fácil. Sabemos quantas lideranças deram a sua vida para que nós hoje estivéssemos aqui nesse momento.

E a escola, ela tem o papel fundamental nesse processo de formação... Se ela é uma escola diferenciada, então ela tem que trabalhar isso. Fazer com que o aluno, a criança que chegue ela tenha essa concepção que o mais importante que ela tem naquele momento é a cultura. As outras coisas a gente vai aprendendo com o tempo, mas a cultura que ela tem em primeira mão, a cultura é a peça fundamental na nossa vida. (Gessé Potiguara, 2018).

Que a partir da escola, a juventude aprenda e conheça melhor a Constituição; então, a partir das nossas escolas a gente poderia aprender essa questão da Constituição, porque é preciso que as nossas escolas possam ensinar dentro das salas de aula as políticas, as políticas indigenistas, fale sobre a Constituição, fale sobre os artigos, não é! Que ali nos devemos aprender, ali nós devemos conhecer quais são os nossos direitos e quais são os nossos deveres. Então, a gente nosso grupo percebeu a importância de falar sobre isso na sala de aula com o professor, para que venha a ser um conhecimento a mais para que a gente possa se desenvolver e para saber essa questão da constituição. (Daniel Kapinawá - PE, 2016).

No contexto educacional, o campo revelou a universidade como espaço político importante de muitas disputas. Os movimentos indígenas, especialmente o movimento de juventude indígena, busca afirmar sua autonomia, sonhos e assegurar a existência de epistemologias diferenciadas.

A identidade étnica também é um instrumento de empoderamento, através da qual se busca produzir conhecimento, produz epistemologia. A educação diferenciada e o acesso ao ensino superior, o audiovisual, o teatro, a poesia, as redes sociais, possibilitam um processo de visibilização que agrega no processo de mobilização.

O desconstruir esse modo de fazer ciência e inventar outras maneiras de se fazer ciência contribui para experimentar o processo de construir conhecimento, de produzir conhecimento com os jovens indígenas. Experimentar o processo de feitura do processo de construção e produção do conhecimento junto a esses jovens é uma experiência fascinante.

Acompanhei Gessé Potiguara, ao *V Congresso Nacional de Educação* (V CONEDU), em Recife - PE, para sua apresentação intitulada “Contribuição da Educação Diferenciada da Escola Pedro Poti para a inserção da juventude no Movimento Indígena Potiguara”. Considerei importante transcrevê-la e colocá-la na íntegra para termos a dimensão do impacto de uma escola indígena, por sua representatividade etno-histórica e incentivos de autoreconhecimento, na vida e formação das jovens lideranças indígenas Potiguara. Destaco que essa atuação foi fundamental para o ingresso desses jovens no ensino superior e a

formação da Associação de Universitários Potiguara (AUP). Tema que passamos a discutir, no próximo item.

Contribuição da Educação Diferenciada da Escola Pedro Poti para a inserção da juventude no Movimento Indígena Potiguara

Por Gessé Potiguara

A escola que eu estudei foi Escola Pedro Poti, ela está localizada na aldeia São Francisco, município de Baía da Traição, litoral Norte da Paraíba. É uma escola que tem em sua origem a questão da Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada. As aulas lá começaram em 2003, teve a inauguração, foi a primeira escola indígena, construída na área indígena Potiguara pelo Estado da Paraíba e oferecia o ensino fundamental e o ensino médio.

É uma escola que ela sempre trabalhou de maneira diferente, além da disciplina oferecida no currículo tradicional, ela oferece a disciplina da língua Tupi, nossa língua indígena e oferece a disciplina de Etnohistória, Arte e Cultura.

Mas qual é a ideia principal de trazer esse trabalho?

A Escola Pedro Poti.

Fiz esse trabalho sobre a Escola Pedro Poti e a influência dos Jovens no Movimento Indígena. Fui estudante de lá, fiz as disciplinas do currículo e lá oferece o curso de Tupi, de Etno-história e Arte Cultura.

O objetivo de trazer o trabalho aqui e falar um pouco da minha experiência, eu Gessé, Tanielson, Davi e Isaías que é um Pajé Jovem, foi o momento que passamos a nos perceber enquanto indígenas e foi a base para que a gente viesse a ser liderança jovem indígena hoje.

Tanielson, por exemplo, porque é uma liderança jovem que está estudando na UnB.

Essas práticas educativas são muito importantes para que nós jovens se disponha a se inserir no movimento indígena local Regional e Nacional.

A importância de levar os Anciões para falar da luta e da Resistência em salas de aulas.

É que para mim, desde o início, da inauguração dela, da escola é que quando eu cheguei na escola... Eu, Isaías, Tanielson a gente comentava sobre esse trabalho da escola e a gente começou a perceber que ali foi um momento em que a gente passou a nos perceber enquanto indígenas, enquanto jovens indígenas, enquanto povo indígena.

A escola teve um papel fundamental, por isso que a escola foi a base para que nós hoje estivéssemos hoje como representantes no movimento indígena. Tanto que Tanielson, o Poran Potiguara, ele hoje é o representante nacional dos estudantes indígenas, lá em Brasília, na UnB. Ele passou no vestibular, logo que saiu da Escola Pedro Poti. Ele passou no vestibular específico da UnB e hoje ele é uma das grandes lideranças jovens dentro da universidade.

O trabalho traz como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas que essa escola

usa com seus alunos, de crianças até os jovens, para que ele se disponha a iniciarse nessas atividades do movimento indígena Potiguara, do local, regional, nacional, a exemplo do Poran que está em Brasília e é o representante nacional.

Como objetivo específico nós colocamos na nossa pesquisa que buscamos compreender como essa escola tende a contribuir e incentivar a esses jovens a permanecer na luta do movimento indígena.

Pois assim na escola, os professores são indígenas, a escola as aulas também com nossos anciões, levam o ancião para escola e eles falam da nossa história, da história indígena, da história de resistência para nós alunos e isso proporcionar um conhecimento maior e também entender esse processo de luta, esse processo de resistência, esse processo de estar no movimento indígena é necessário para nossa resistência, para nossa sobrevivência, porque as lideranças que participam do movimento, nós Potiguara para poder permaneceremos no movimento, pois já tombaram, já não está mais aqui nesse plano, não está mais aqui fisicamente, mas continuam nos acompanhando espiritualmente e essa escola como eu havia falado Ela traz esse potencial de realmente preparar o jovem para a luta e o Isaías que deu um depoimento, ele hoje é Pajé Jovem do Povo Potiguara, ele tem conhecimento relacionado as ervas, relacionado à espiritualidade E isso também é desenvolvido nesses momentos, nas reuniões de jovens.

Nós temos conversado bastante do papel fundamental das escolas que é na mudança do jovem: Quem sou eu, para onde eu tenho que ir, para onde eu tenho que seguir. E esses métodos pedagógicos já ajudam nisso.

Diante da nossa pesquisa um dos resultados que a gente obteve foi que a Escola Pedro Poti tem uma grande diferencial, porque ela trabalha a base da cultura indígena dos seus alunos. Tem um currículo diferenciado, tendo os conhecimentos universais, que é reconhecido na base curricular nacional e ela vem subsidiando a educação específica, principalmente, do povo Potiguara, com as três disciplinas que foram citadas. Tem uma disciplina de História, que vem trazer todo o contexto do Povo Potiguara e do seu conhecimento da história local e ela vem trazer uma revitalização do auto-reconhecimento indígena; A disciplina da Língua Tupi, onde ela vem resgatar a língua originária do Povo Potiguara; E, a disciplina de Arte e Cultura, onde se associa a teoria à prática, onde os estudantes vão ter esse conhecimento teórico e com a prática da sua cultura e a construção de seus artesanatos, seus cachimbos, seus cocais.

Então, a escola trouxe sentido não só de prática pedagógica, mas com a prática educativa, pois vai modificando o ambiente escolar e ela da relação não só para a gente simplesmente no contexto cultural desse povo indígena, mas no sentido de dar continuidade para que os alunos possam ter conhecimento das Leis e dos seus direitos existentes nas legislações e na Constituição Federal, no Estatuto do Índio e as Leis descritas ali, mas simplesmente as Leis descritas ali, não vão garantir que sejam executadas. Então, como sabemos que as coisas não são feitas pela força, pela briga mesmo, temos que ir atrás desse contexto de dialogar, de buscar brigar pelos seus direitos e dialogar por seus direitos...

Diante desse contexto, trazemos uma citação de Paulo Freire que ele diz assim:

“Os homens [...] ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo [...] não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica”. (FREIRE, 1987, p. 105)

Então, é nesse processo de teoria e prática que eles não simplesmente dizem, mas ela existe e completa a sua existência que existe um contexto histórico atrás dessa revitalização e traz essa contextualização do ser indígena e ter a sua criticidade para buscar e almejar sua origem indígena.

E realmente nós jovens somos novos guerreiros, novas lideranças que tomaram, que tiveram essa base através da pedagogia da escola que traz essa base diferenciada e também estão disposto a participar e abraçar esta causa, nós somos Potiguara, nós somos jovens indígenas e precisamos ver isso, precisamos levar isso para as pessoas e a juventude na universidade que sai daqui, sai do interior e vão para as cidades para estudar nas universidades.

Nós jovens Potiguara nascemos para luta e temos que ser forte, pois a história de resistência e a ideia de criar a nossa organização foi justamente entender que os jovens precisavam do espaço de discussão deles, sobretudo, as nossas lideranças. Existe a organização dos professores indígenas, mulheres guerreiras e os jovens não. A gente não tinha espaço. Então nós jovens sentimos a necessidade de fazer algo diferente, de termos nossos espaços. Então, criamos a nossa organização. Tivemos alguns encontros antes, para criarmos a nossa organização, trabalhamos e discutimos e a partir desse processo da nossa organização é que as lideranças jovens enxergam a possibilidade de tomar a frente da luta. Não é dizer assim, vamos excluir o cacique, não, não é isso é caminhar lado a lado.

Eles sempre dizem: - Vocês são as futuras lideranças do nosso povo. Então, mas nós somos hoje! Então, eles estão vendo isso.

Com relação à luta na universidade, para bolsa, para qualquer problema que queiram tirar os direitos dos Estudantes e quem tá lá Gessé, Poran que está em Brasília e a galera que está de frente desse movimento, se o movimento indígena vai para Brasília, se a gente vai fechar uma BR para um protesto, quem tá lá? Nós jovens! Então, eles começaram a ver que os jovens estavam participando em sua maioria. Então, essa formação, nos ensina, realmente muda a nossa percepção em relação a isso, a enxergar e a se reconhecer como jovem indígena aonde estiver. Eu, eu digo que se for para morrer jovens será lutando.

*E a nossa conclusão é que nossa escola é f***a!!! Não tem para ninguém, não! A escola é uma das incentivadoras do autorreconhecimento e se perceber enquanto indígena e incentivadora da resistência indígena e da participação dentro do movimento indígena.*

Fonte: Transcrições da fala de Gessé Potiguara apresentada no V Congresso Nacional de Educação (V CONEDU), 2018. Autora: Hosana Santos, 2018.

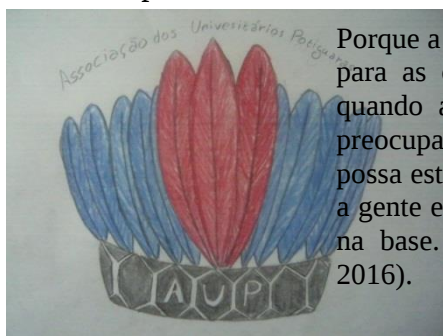
Imagem 54 - Escola Pedro Poti, aldeia São Francisco - Baía da Traição - PB.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

6.2 A Associação dos Universitários Potiguara (AUP)

A Associação dos Universitários Potiguara (AUP) surgiu das demandas dos estudantes indígenas. A AUP foi criada entre 2008 e 2010 por Josafá Potiguara e um grupo de estudantes indígenas, mas por desvios de funções e conclusões de curso de uma parte dos membros foi desativada. Em 2012, os estudantes indígenas Potiguara reativam essa organização e fizeram uma Assembleia montando uma nova diretoria e criando um novo estatuto. A AUP tem estatuto parecido com a OJIP.



Porque a gente tem essa preocupação de quando a gente sai das comunidades para as cidades, principalmente quando a gente vai para as Academias, quando a gente vai para a Faculdade. Então, a gente tem que ter essa preocupação de que forma a gente vai está se organizando lá dentro que não possa está se distanciando da luta que é do povo que está lá na base. Porque a gente está na Faculdade, mas está como representação do povo que está lá na base. (Bruno Potiguara, *Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, 2016).

A direção da AUP também é composta por seis membros da diretoria que é formada por Coordenador Geral, Vice-Coordenador, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro e mais seis membros do Conselho fiscal.

A AUP se reúne mensalmente, durante a semana de pagamento das bolsas. A diretoria vem tentando reformular seu estatuto e modificá-lo para o sistema de Colegiado para as responsabilidades e decisões não ficarem em cima de apenas uma pessoa.

Isso é uma questão que a gente também discutiu lá em Potiguara... que era... A gente sentiu a necessidade de se articular enquanto juventude, porque chegou a um certo ponto que essa juventude vai ser cobrada pelas lideranças. E as vezes a gente acha que... Antes da gente ir para o Colégio Pedro Poti e ter essa formação do ponto de vista continuada... Uma formação que mesmo que indireta começou a abrir nossa mente. A gente meio que não atuava... a gente não atuava... nem no povo. Era uma juventude parada. E a gente começa a sair, começa a ocupar os espaços e começa a ter uma visão diferente. As vezes as lideranças não dão tanto espaço para a juventude porque eles tem um certo receio. (Bruno Potiguara, *Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, 2016).

...O espaço era muito reduzido para a juventude, porque as lideranças achavam assim que: esse aqui fulana estava indo para a linha de frente enquanto liderança, só porque é enquanto liderança... Aí, a gente mostrou para eles que é muito diferente. A gente quer ser liderança, mas para avançar, para somar, para estar junto. E daí partiu essa necessidade, é tanto que a nossa última *Assembleia do Povo Potiguara* foi toda organizada pela juventude da OJIP e a juventude que é da Associação Universitária Potiguara (AUP). Então a gente formou, organizou, a gente fez tudo direitinho. Organizou toda a Assembleia, por quê? Porque a gente começou a ganhar o respeito das lideranças. As lideranças começaram a mostrar... Também que juventude não é só sinônimo de curtidão e da boa vida, não pensa assim muito no social. E a gente pensa sim no nosso povo. A gente levanta as nossas reivindicações, enquanto juventude. Daí a gente acaba pensando: cara! Tem o Conselho de Liderança, tem o Conselho de Saúde, tem a Organização dos Professores e quem vai estar pensando ali enquanto jovem? E também tirando essa temática da juventude que vai está levando essas demandas, reivindicações para serem debatidas? Então, se organizando a gente começa a ocupar esses espaços. (Bruno Potiguara, *Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, 2016).

Já Gessé Potiguara avalia que:

Com a AUP, tivemos como consequência a visibilidade dentro da Universidade realizamos dois encontros em Rio Tinto e João Pessoa, temos a semana cultural dentro da Universidade resolvemos problemas de bolsas, da bolsa permanência. Temos algumas dificuldades que é conseguir o compromisso com essa participação desses jovens. Temos Eva como presidente Jaqueline, como vice Luizinho, tesoureiro depois foi Murilo.

A ação coletiva surge em contextos distintos e a partir de diferentes contextos de relações sociais (MELUCCI, 1996). Um movimento que questione pode ser considerado como ação coletiva antagônica e assumir a forma de um movimento reivindicativo, mas também de um movimento político, no qual os atores sociais reivindicam espaço para sua participação e “luta”, implicando em alterações em determinadas regras sociais, como é o caso da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), na Paraíba.

A Antropóloga Kelly Oliveira (2010) já pontuava essas mudanças no modo de ação política nos Potiguara, mencionando a “dualidade” entre as lideranças políticas que atuavam em dois polos distintos, mas que não se contrapõem completamente.

O primeiro se caracteriza por um grupo de lideranças com uma prática política mais ligada a formas de assistencialismo e submissão ao poder público [...] composto em sua maioria por lideranças mais antigas, “que viveram um período de paternalismo do órgão estatal, embora algumas sejam jovens, reproduzindo a prática de negociação passada pelos parentes mais idosos”. (OLIVEIRA, 2010, p. 153).

Um segundo polo se caracteriza pela “participação no modelo de Movimento Indígena desenvolvido a partir da década de 1980, onde é valorizado o diálogo entre os povos e organizações não governamentais na cobrança dos direitos étnicos ao Estado”. (OLIVEIRA, 2010, p. 153).

A autora revela que esse grupo é integrado por

lideranças formadas a partir das primeiras assembleias indígenas, indígenas integrantes de duas organizações de destaque. A primeira é a Organização de Professores Indígenas Potiguara (OPIP), que tem ganhado destaque no diálogo com os Governos Estadual e Federal na promoção de políticas de educação escolar indígena. A segunda está relacionada à Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP). (OLIVEIRA, 2010, p. 153).

Oliveira (2010) acrescenta ainda que a OJIP:

Tem se expressado como uma força política à parte da organização política Potiguara, ampliando o debate sobre a arena política em que estão inseridos, participando de eventos regionais e nacionais e apresentando projetos de comunicação, como a implantação de pontos de cultura digitais e valorização do diálogo entre os povos – inclusive com a produção de matérias jornalísticas para *sites* indígenas, vídeos e jornais impressos. (OLIVEIRA, 2010, p. 153).

Para a autora, esses grupos na prática não se opõem, apenas encontram caminhos para a obtenção de suas demandas e acabam por transitar entre os dois polos, alegando a necessidade de diálogo com o Estado. Contudo, através da OJIP e de lideranças que se opõem

a uma relação mais assistencialista vem se modificando essa relação com o poder público (Estado). Tamara Potiguara expõe que

Militância e protagonismo da juventude indígena dentro das Universidades, levando conhecimentos tradicionais aos povos indígenas, a gente trouxe como exemplo aquilo que a gente já faz. (Tamara Potiguara, 2016).

É interessante atentar para o fato de que a OJIP estaria contribuindo para alterações nas regras sociais do povo Potiguara e possibilitando novas formas de relações, mas também tramitando entre os dois polos, haja vista que necessita de negociar internamente com suas lideranças para alcançar reconhecimento, mas também externamente para negociar suas demandas específicas enquanto juventude e as demandas de sua etnia potencializando essas relações. Nesse sentido, essas reflexões sobre a OJIP dialogam com os pressupostos desta tese: “Esses jovens vêm potencializando sua capacidade de mobilização política e identitária para subsidiar intervenções em seus povos, no que concernem as questões relacionadas à garantia dos direitos indígenas, possibilitando mudanças nos papéis tradicionalmente ocupados” (p.11).

Saliento ainda que a formação da juventude é algo dialético que ao mesmo tempo gera e equaciona tensões. Além disso, possibilita uma saída para embates conflitivos no seio dos povos indígenas, em decorrência da proximidade com não indígenas, com o Estado e o acesso aos meios de comunicação, sobretudo o audiovisual e à Internet. Esses aspectos contribuíram para formação de redes de comunicação com outros movimentos sociais, potencializando as ações coletivas (GOHN, 2004; MELUCCI, 1996; 2001) e as redes de ações locais historicamente construídas e ampliando essas redes internacionalmente traduzindo em redes globais. Ainda que essas formas de influência e relações de poder sejam distintas, se faz necessário não só apontar, mas também repensar a relação local e global, conforme propõe Cavalcanti (1999). Essas redes são traduzidas em fluxos em um movimento de influência mútua. Fialho (2003) assevera que:

A realidade indígena como profundamente inter-relacionada com as formas de poder que são impostas pela sociedade envolvente e pelo Estado, que formalmente determinam o modo e o nível de participação das populações indígenas e cada vez mais estão sendo influenciados pelos movimentos e fluxos globais. (FIALHO, 2003, p. 40).

Na AUP que é a Associação dos Universitários Potiguara, na Universidade Federal da Paraíba, nós estudantes indígenas conseguimos nos organizar como associação, na luta pelos nossos direitos e permanência do indígena

dentro da universidade. Temos o PET - Indígena Potiguara que é o Programa de Educação Tutorial. Se eu não me engano, estão aqui presentes apenas dois PETs, que é o PET - Indígena da Paraíba, da UFPB e, o PET - Indígenas da Universidade Federal da Bahia. Então, somos os indígenas que estão dentro da academia defendendo a permanência, a autodeclaração, a cultura, dentro das universidades; tem também o GT-Indígena que é grupo de trabalho que também é um grupo de estudos do nosso povo, no SEAMPO. (Cristina Potiguara - PB, 2016).

Embora, na fala de Cristina Potiguara, possa dar a entender que a AUP seja uma associação dos indígenas universitários da UFPB, segundo Bruno Potiguara, a AUP não está vinculada a uma instituição específica, “AUP é universitária, apenas, ou seja, todo Potiguara universitário pode ser membro da AUP”, afirma Bruno Potiguara. O PET - Indígena Potiguara contribuiu para a reativação da AUP. Este PET vem trabalhando ensino pesquisa e extensão com os indígenas universitários Potiguara. De acordo com Cristina Potiguara,

focando sempre na história de seu povo e uma das formas de retorno são os trabalhos produzidos através de pesquisas e publicados.

O PET, também, é responsável pelo cursinho pré-vestibular indígena que acontece anualmente, dentro do próprio povo, onde os professores são os próprios bolsistas e voluntários do programa! Onde os pré-requisitos para a participação é que sejam indígenas... Tanto para participação do programa, quanto para aqueles que visam ter acesso às aulas!

Ele também tem como objetivo o ingresso do estudante indígena dentro das instituições federais, apresentar esses espaços para esses futuros graduandos e, após inseridos, trabalhar com eles, formas de levar a comunidade para esse espaço, como também essas instituições para as comunidades (aldeias). Mostrar que devemos ser presentes e se fazer presente! Não esquecendo de nossos direitos e deveres.

Posso dizer que ao fazermos um trabalho acadêmico, uma publicação sobre a história de nosso povo, não estamos apenas nos tornando meros escritores. Estamos dando um retorno para nosso povo, somos nós mesmos, os contadores de nossas próprias histórias. Seremos nós mesmos, os pesquisadores, os pesquisados, o campo de trabalho. E futuramente seremos, nós mesmos, nossas próprias referências. Não descartando os trabalhos de outros pesquisadores, mas teremos muito mais propriedades de nossas pesquisas e história!!!

(Cristina Potiguara, 2020).

Quadro das organizações das juventudes indígenas na Paraíba

Grupo/Organização	Município	Ano
Associação dos Universitários Potiguara (AUP)	Região do estado da Paraíba	Criada em 2009 e reativada em 2012 ou 2013.
Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP)	Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto	Criada em 2006 e formalizada em 2007.
Organização de Jovens Indígenas Tabajara (OJIT)	Conde, Alhandra, Pitimbu e João Pessoa.	Criada em 2018.

Fonte: Levantamento realizado durante pesquisa de campo de 2016-2020. Autora: Hosana Santos, 2020.

Na Paraíba, foram criadas: a **Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP)**, em 2007 e dentro da Universidade criaram a **Associação dos Universitários Potiguara (AUP)**, em 2008. Vale ressaltar que os Tabajara - PB se inseriram dentro desse processo a partir das organizações dos Potiguara - PB. Os jovens Tabajara foram participando, se formando e tomando conhecimento do movimento indígena e de jovens indígenas a partir de 2011 e através dessas redes de articulações criaram a Organização dos Jovens Indígenas Tabajara (OJIT) recentemente, em 2018.

Imagem 55 - Ritual de abertura do *II Encontro de Estudantes Indígenas da Paraíba/UFPB*, João Pessoa - PB.



Fonte: Hosana Santos, 2016.

6.2.1 Juventude e universidade: aprendendo e compartilhando saberes e experiências no ensino superior

Durante o campo, como já mencionado, tive a oportunidade de acompanhar alguns eventos, por um lado, aqueles em que os jovens participaram e, por outro, aqueles realizados pelos próprios jovens. As temáticas dos eventos eram diversas e tratavam principalmente da necessidade de conhecer mais as histórias dos povos indígenas, dos projetos e leis anti-indígenas que estavam tramitando no congresso, os grandes empreendimentos e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, entre elas se destacavam a transposição do Rio São Francisco, a Transodertina e Usina Nuclear e seus impactos, a questão educação superior indígena, a autonomia e a articulação em rede das organizações de jovens indígenas.

Entre as questões que mobilizaram os jovens indígenas ao longo destes anos se destaca a temática da educação superior indígena. Dentro dela, um dos principais pontos era política de ações afirmativas: as cotas e bolsas permanências, a questão do racismo institucional e a “colonialidade do saber”.

O conhecimento é nossa arma

Hoje sabemos que o conhecimento e o aprendizado trazem para nós um grito de liberdade. Através do conhecimento podemos dialogar com outras pessoas e com os poderes públicos também, para buscar condições de vida melhor para nosso povo.

Os nossos pais e avós contam que estudar no tempo deles era muito difícil e que hoje a facilidade é maior. Quase todas as aldeias tem escola, seja do município ou do Estado, isso ajuda as crianças a estudar sem sair do lugar onde moram. O ensino é diferenciado, ou seja, além de estudarmos o conteúdo que eu não índio estuda, também aprendemos mais sobre a história do nosso povo. Temos aula de etno-história, de língua tupi, arte e cultura Potiguara. A força das palavras podem colaborar muito em nossas vidas. Nós Potiguara sabemos que ainda existem poucas oportunidades de completar cursos técnicos e superiores, Mas Não desistimos de tentar ocupar esses lugares que são importantes para nós.

Hoje temos um grande número de parentes do nosso povo estudando nas universidades, mas não foi fácil conseguir. Persistimos, reivindicamos e mostramos que temos o direito de receber uma educação de qualidade, capaz de melhorar a vida do nosso povo Potiguara.

Na Universidade de Brasília temos quatro parentes, dois estudam nutrição, estuda Engenharia Florestal e o outro curso agronomia. Apesar de estarem longe das Aldeias, todos eles têm um compromisso de voltar e colocar em prática o que aprenderam. Na Universidade Federal da Paraíba em outras universidades particulares temos muitos parentes estudando. Já durante o curso eles trabalham dentro das nossas aldeias, mostrando o que aprenderam. Eu Sou formada em técnico de enfermagem e trabalho com meu povo há alguns anos. Também estou cursando pedagogia, sempre visando ajudar nosso povo no que eles precisarem. Acho muito importante contribuir na

minha Aldeia, pois assim eu consigo repassar os conhecimentos que adquirir e aplicá-los. Somos pessoas que precisam de Formação nas diversas áreas com as quais nos identificamos. Só assim contribuiremos para diminuir as necessidades das nossas Aldeias, assistindo-as da melhor maneira. (Michele Benedito da Silva, Índios na visão de índios: Potiguara, 2011, pp.18-19).

Nos relatos dos jovens indígenas o ensino superior também se faz presente. A necessidade de uma universidade que respeite os povos indígenas desde o ingresso e a sua permanência, que a universidade utilize ferramentas para conter as inúmeras formas de preconceitos sofridas pelos estudantes indígenas, e uma proposta de quem sabe no futuro se ter universidades indígenas, nos estados do Nordeste do Brasil.

As Instituições de Ensino Superior (IES) possuem uma população de estudante em sua maioria jovem, já que conforma como continuidade do ensino e formação profissional. Esses jovens vão se juntar e formar diversos grupos com categorias distintas dentro das universidades. Entre esses grupos, recentemente, começam a emergir os estudantes indígenas. Digo recentemente, pois estes grupos foram historicamente inviabilizados não só na sociedade em geral, mas principalmente dentro das academias. Nesse sentido, dentro das universidades têm se conformado grupos específicos de jovens estudantes indígenas que vêm demandando a atenção não só de pesquisadores, mas também do Estado e de gestores dessas instituições, provocando algumas iniciativas de mudanças dentro dessas instituições.

Fruto da conquista dos movimentos sociais, nos últimos anos, uma série de políticas públicas foram implementadas nas Instituições de Ensino Superior, não só no Brasil, mas também na América Latina. Essas políticas públicas tiveram como objetivo apoiar o ingresso e a permanência dos estudantes de baixa renda, bem como negros, indígenas e quilombolas.

Em 2002, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi implementado o Programa Diversidade na Universidade por meio de um convenio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse programa visava financiar cursos preparatórios realizados por ONGs para o ingresso de estudantes indígenas nas Instituições de Ensino Superior, constituindo a primeira ação para inclusão de indígenas no ensino superior promovida pelo Estado. (PALADINO; OSSOLA; FREITAS; ROSSO, 2016).

Contudo, é no Governo Lula, que o tema diversidade foi institucionalizado pela primeira vez como política do Ministério da Educação. Foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), essa secretaria reuniu vários programas que estavam dispersos (programa de educação de jovens e adultos, a educação

rural, a educação ambiental, a educação escolar indígena e a educação para a diversidade étnico-racial). Esse contexto, ajudou e impulsionou a elaboração das políticas de ações afirmativas que vão ser implementadas posteriormente.

Em 2004, foi criado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Coordenado pela Secretaria de Educação Superior (SESU), esse Programa concede bolsas de estudos em universidades privadas para estudantes de baixa renda. Além disso, o Programa prevê que uma parte dessas bolsas deve ser destinando a estudantes indígenas e negros, o que contribuiu para o ingresso e permanência de estudantes indígenas nessas instituições.

Outro Programa importante surgiu em 2005, com o nome de Programa de Apoio à Formação Superior e as Licenciaturas Indígenas (PROLIND), através da Secretaria de Educação Continua, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Secretaria de Educação Superior. Esse programa tem como objetivo a formação de professores indígenas.

Em 2012, no Governo Dilma Rousseff, foi sancionada o Sistema de Cotas através da Lei 12.711/2012. A lei de cotas é uma ação afirmativa que obriga as Universidades a destinar parte das suas vagas a estudantes de baixa renda, indígenas, negros e quilombolas. Em 2013, é implementado o Programa de Bolsa Permanência. Coordenado pelo Ministério da Educação o programa tem o intuito de garantir a permanência desses alunos nas Universidades. (PALADINO; OSSOLA; FREITAS; ROSSO, 2016).

E também foi debatido a questão das cotas nas universidades, alguns comparam assim como uma forma de preconceito, mas a gente vê que o jovem indígena Xukuru ele tem que trabalhar na agricultura na renascença, no artesanato. Tem que ajudar os pais e aí a gente vê... Será que seria justo a gente... E, aí a gente vê que tem que participar do processo povo, tem que participar da retomada... A gente vê aqui e foi debatido que quando tem uma retomada eles não são liberados das escolas. Então a gente vê assim, será que é justo a gente que é jovem indígena e que tem um monte de atividade para fazer, além de estudar e cuidar da cultura do nosso povo, fazendo retomada, trabalhando com os nossos pais, concorrer com uma pessoa que passa a vida todinha estudando em escola particular e ainda faz cursinho? Ai a gente solicitou isso também. (Marcela Xukuru, 2016).

Essas políticas não foram as únicas a serem implementadas no país, algumas Universidades têm avançado no sistema de cotas e ações de formação e supervisão continua dos estudantes indígenas. Na América latina, em especial no México, para além dos programas de licenciatura indígena foram implantadas as chamadas universidades interculturais (DIETZ; CORTÊS, 2011). Essas universidades vêm demandando um repensar dos gestores e dos modelos educativos no México, em parceria com os povos indígenas

provocando a possibilidade de uma relação dialógica entre academia e comunidade, entre pesquisador e pesquisado, exigindo cada vez mais novas metodologias e rupturas epistemológicas, abrindo-se para outros tipos de conhecimentos. (DIETZ; CORTÊS, 2011; DIETZ; CORTÊS; ZUANY, 2016).

No Brasil, a Universidade Intercultural e uma Universidade Indígena figuram como demandas e sonhos para os jovens indígenas do Nordeste.

Garantia do acesso nas Universidades Públicas, esse ultimo tópico aqui, ele foi bem gritante pro grupo, porque é... Teve as questões das Universidades Indígenas, não é! Tem a USCAR que é em São Paulo e o pessoal disse que seria importante que tivesse uma Universidade em Pernambuco para os indígenas, entre as demais coisas. E também teremos como ponto importante que é... Se um indígena ele vai para a Faculdade fora ok! Porque conseguiu com o seu suor, com sua luta, com todo o seu trabalho e aí ele vai, mas não tem... Ele não consegue terminar... Tem que trancar a faculdade por questões financeiras. Então, seria legal que ele tivesse condições dele se manter lá também. (Sandriane Pankará de Serrote dos Campos, 2016).

A discriminação e o racismo institucional é uma das grandes dificuldades enfrentadas por esses jovens, ao se identificar enquanto indígena.

Se autoidentificar enquanto indígena, independente dos preconceitos. Aqui também voltado para alguns jovens que estudam em instituições federais e que sentem na pele essa questão do preconceito e como Marcela disse que é a questão da formação política. Que é para quando esse jovem for para fora e ele for tratado com preconceito que ele possa dar uma resposta, a gente precisa está unificado numa só questão, que é a questão da nossa história e a gente precisa está preparado para dar essa resposta. (Silvinha Xukuru, 2016).

Jakeline Potiguara⁶⁶, 29 anos, relata sua experiência de ter que escolher entre transporte e alimentação. Quase desistiu do curso, muitas vezes enfrentou preconceitos, porque as pessoas criticavam e falavam que ela não parecia indígena.

Viam minhas pinturas e automaticamente geravam críticas discriminatórias. Foi onde conheci o GT-Indígena do SEAMPO e me fortaleceu, hoje estamos na luta para que os nossos parentes não passem por isso no futuro. Sou indígena em qualquer lugar é preciso ir à luta pela causa. Com respeito a bolsa permanência ainda é complicado porque o sistema não possui muita dificuldade, mas na UFPB tudo é dificuldade. E, porque isso não ocorre em Brasília? O problema está na gente? (Jakeline Potiguara - PB, 2016).

Temos clara as situações de racismo institucional, quando se diz que minimamente classificar o indivíduo pela aparência é um contrassenso. Desloco-me desde 2012 e enfrento dificuldades para permanecer. Minha proposta é: considerar a interculturalidade e especificidades dos estudantes

⁶⁶ Jakeline Oliveira, conhecida como Jakeline Potiguara - PB, 29 anos, estudante indígena do curso de Engenharia de Pesca/UFPB e presidente da Associação de Universitários Potiguara (AUP).

em especial os indígenas, pois conhecer a realidade de outros nos incentiva a continuar na luta. (Jacira Tabajara - PB, 2016).

Isso também é um desejo que a gente luta hoje em dia a gente luta contra a questão do preconceito e do racismo e a gente se depara muito com isso nas universidades e alguns lugares e algumas cidades que a gente tem esse problema muito forte. (Gessé Potiguara - PB).

Potiguara é guerreiro, Potiguara traz no sangue que traz a luta dos nossos ancestrais. Sozinhos a gente não chega a lugar nenhum, mas se a gente se unir a gente vai se fortalecendo. Não há gente que nos derrube, porque é derrubando um guerreiro e levantando dez. É fazendo com o que o sangue derramado e a gente se fortalecendo cada vez mais, porque a luta não é de um, a luta é de todos. E que Deus abençoe a nossa luta e que a gente onde quer que estejamos não neguemos as nossas origens, seja na aldeia, seja na Universidade, seja na cidade, seja no campo, seja em todos os cantos que você pisar. Acorda meu povo, porque o sangue que está em nossas veias é novo ao mesmo tempo que é velho, mas aonde há Encanto há mistério e que ninguém cale a nossa voz. Eu entrego ao Pai e que os encantados nos protejam e que a mãe de Deus nos guarde com seu manto mais sagrado. (Sanderline Potiguara - PB, 2016).

Os dados do MEC apontam que há cerca de 10 mil indígenas no Ensino Superior no Brasil, destes existem aproximadamente 1.700 estudantes indígenas que recebem a bolsa permanência no país, sendo mais da metade dos estudantes indígenas com bolsa permanência do Programa de Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND). Nos outros cursos, considerados cursos normais, são cerca de 800 indígenas recebendo bolsa Permanência. Esses dados refletem o acesso dos povos indígenas nas Universidades Públicas Federais e foi debatido pelos estudantes indígenas, no *II Encontro de Estudantes Indígenas da Paraíba*, realizado em 2016, na UFPB.

Poran Potiguara explana sobre o acesso de indígenas nas universidades e que esse acesso diferenciado se inicia com as reservas de vagas do *Curso Saberes Indígenas*, no Mato Grosso do Sul. Menciona que, em 2003, a UNB assina um convênio com a FUNAI. Depois de 2004, após a UNB é que várias universidades assinaram convênios com a FUNAI. Segundo Poran Potiguara, o acompanhamento pedagógico existe em algumas universidades, mas “só no papel”.

O ingresso de indígenas na UFPB já ocorre há um certo tempo. Contudo, as Cotas na UFPB foram implementadas, somente, após a intervenção do Ministério Público, em 2008. Em 2008, a UFPB implanta uma reserva de 2,5% das vagas. Em 2013, altera para a Lei de cotas. Hoje os estudantes indígenas concorrem a 0,08% das vagas. Para os estudantes Potiguara, nos anos 2014-2015 houve um regresso, uma diminuição no gráfico do número de

estudantes indígenas, pois quando se pensou as cotas havia a cota social e racial, nas vagas Preto, Pardo e Indígena (PPI). Para os Potiguara, nesse caso específico, os indígenas saem perdendo, porque as vagas são proporcionais ao número de inscritos e a minoria é indígena. Nas cotas, o indígena é prejudicado pela probabilidade de acesso. Uma demanda dos estudantes indígenas Potiguara é a necessidade de se pensar o acesso diferenciado para os estudantes indígenas nas universidades. A juventude indígena, através de suas mobilizações, já conseguiu o ingresso em instituições de ensino superior, por meio de vestibulares diferenciado, como é o caso da UFSCAR, UNB e UFRB.

Andressa Pataxó, da Bahia, nesse mesmo evento relatou, um pouco, a situação na UFBA. Afirmou que antes entravam três a quatro indígenas na UFBA, depois do SISU passaram a ser doze a treze indígenas. Menciona ainda que “antes só entrava estudantes indígenas em cursos de humanas, agora aumentou a variedade de áreas de atuação e eles recebem um auxílio instalação de R\$ 400 reais, dividido em duas vezes, para ajudá-los”. Os universitários indígenas da UFBA se mobilizam por uma residência indígena. Segundo Andressa Pataxó, precisam da residência indígena, “porque não temos condições de sobreviver fora de casa, o custo da cidade é alto”. “Temos também a reserva de vagas pelo SISU. Chamada reserva de vagas residuais, na qual são duas vagas para quilombolas e indígenas”. (Andressa Pataxó, 2016).

Andressa Pataxó relata que fizeram um levantamento dos estudantes quilombolas nesta universidade e vão fazer o levantamento de estudantes indígenas. Tem o acompanhamento pedagógico com suporte de vários profissionais: psicólogos, enfermeiros, pedagogos e assistente social, tanto para indígenas, quanto para quilombolas. Encaminham os estudantes reprovados para o Colegiado e dão apoio a esses estudantes. Atualmente, existem 80 estudantes indígenas. No PET-Indígenas são 3 bolsistas. Fizeram uma primeira etapa com questionários para levantamento e estão na segunda etapa.

Realizam o Abril indígena com um mês de atividades internas e externas na UFBA. Vem construindo o Movimento Indígena Universitário e vendo as demandas.

Andressa Pataxó faz questão de ressaltar que

os estudantes indígenas querem ocupar os espaços. Temos a bolsa permanência. Recebem bolsa alimentação e temos acesso ao Restaurante Universitário. Temos projeto permanecer, no qual um professor indicam alunos indígenas (5) e quilombolas (2), em Vitória da Conquista - BA. Tudo isso foram conquistas dos universitários indígenas que já se formaram e se mobilizaram para que essas conquistas não se percam, para que não percam esses direitos. (Andressa Pataxó, 2016).

Atualmente, os universitários indígenas da UFBA têm apoio e diálogo com a instituição. Eles chamam as lideranças locais para dentro da universidade para que eles não percam o vínculo com suas raízes e também para que haja uma articulação e promovam a troca de saberes, conhecimento e experiências. O *V ENEI*, em 2017, foi realizado por esses universitários indígenas da Bahia, estudantes da UFBA.

Gessé Potiguara ressaltou o problema da permanência dos indígenas na universidade. Relatou que passou no primeiro vestibular pelo PSS e havia a dificuldade de permanecer ele e a irmã dele na universidade. A prefeitura não disponibilizava transporte aí tinha que ir de taxi e às vezes tinha que fazer uma escolha de ter dinheiro para comida ou para o transporte. Não tinha carro, tinha que pagar passagem e alimentação e não tinha como. Mudou de computação para pedagogia.

Conta que o professor Luzival foi parceiro e trouxe o PET-Indígena para o Campus IV da UFPB. Através do PET-Indígena, a juventude Potiguara conseguiu levar para dentro do campus universitário a cultura indígena e dar visibilidade ao seu povo e exigir respeito principalmente por se tratar de estudantes indígenas em território indígenas. Segundo Gessé Potiguara, O PET-Indígena contribuiu na permanência de diversos Potiguara. Afirma que foi através do PET-Indígena e do GT-Indígena/SEAMPO que foi aprendendo sobre a universidade. “A AUP entrou nessa mobilização principalmente com as questões da bolsa permanência, mas os estudantes indígenas sempre tiveram dificuldades nas conversas com o professor Thompson (Pró-Reitoria de Assistência Estudantil)”. Gessé Potiguara atua junto com Bruno Potiguara e outros estudantes indígenas na UFPB e possuem redes de apoio na UNB, em Brasília através de Poran Potigura. “Os estudantes que estão aqui há mais tempo tem o dever de orientar os que estão chegando agora porque não é fácil chegar aqui sem orientação”. (Gessé Potiguara, 2016) As dificuldades dos jovens universitários indígenas Potiguara e suas redes de relações construídas na região metropolitana de João Pessoa-PB foi pesquisada pelo antropólogo Jamerson Lucena (2016).

Poran Potiguara informou que o MEC deixou a cargo das Universidades a questão da Bolsa Permanência o que tem trazido vários problemas. Tem estudantes indígenas que o processo está com mais de um ano. Outra questão importante abordada por Poran Potiguara é que “dentro da universidade, ainda hoje, não reconhece se os saberes”.

Se a universidade está preparada para nos receber? As Universidades no Brasil não estão preparadas e as Universidades, de uma certa forma, não querem está preparada para isso”.

Poran Potiguara relata que existe um racismo institucional (...) Se o estudante chega para realizar um cadastro ou outra coisa e não se faz, simplesmente, porque não e não se tem justificativa jurídica ou administrativa alguma para isso, então isso é um racismo institucional.

Então, ou a gente ou a gente pinta as Universidades de Urucum, Jenipapo e bota nossos cocares e balançar nossos maracás e hoje vale para as decisões que são tomadas aqui (...) Gosto sempre de mencionar isso, o meu pai passou nessa universidade 7 anos estudando, isso lá atrás e se você entra hoje você pode ser só mais um estudante como tanto outros. Não vamos pensar em entrar apenas na universidade e ser simplesmente mais um não, então se a gente consegue entrar na universidade, que sejamos pataxós, potiguara, tabajara. Que sejamos uma comunidade dentro da comunidade acadêmica. (Poran Potiguara, 2016).

Jakeline Potiguara menciona que o debate da Assistência Estudantil na UFPB é importante tanto para os estudantes indígenas, quanto não indígenas e para os que ainda irão ingressar e que em outras universidades a assistência ao estudante é mais forte do que na UFPB. Relembra que as universidades não estão preparadas para receber os estudantes indígenas que saem da sua comunidade e vêm morar na cidade. Ela também questiona se a universidade está preparada para receber os estudantes indígenas e qual a assistência que as universidades, em especial a UFPB têm para os indígenas.

Porque a bolsa permanência não é uma assistência tão forte. Eu tenho que deixar minha comunidade, deixar a minha cultura, chegar aqui na cidade e qual é a assistência que a universidade vai me dar? Será que a Universidade está realmente preparada para receber o indígena? Então, essa é a pergunta que eu deixo aí para você. (Jakeline Potiguara, 2016).

Jakeline Potiguara ainda chama atenção para o fato de estudantes indígenas que estão inseridos na cidade. Questiona qual a assistência que a UFPB tem para os estudantes do Campus IV que se localiza na cidade de Rio Tinto, e lembra que esta cidade está dentro do território indígena Potiguara. “Muitas vezes somos poucos, mas estamos na luta para vencer!” Exclama Jakeline Potiguara.

Poran Potiguara menciona que morar em Brasília lhe permite estar próximo dos órgãos do Governo, bem como mobilizar pelas demandas indígenas e participar das discussões e decisões. Na Universidade de Brasília, Poran Potiguara tem se aproximado de várias discussões e por estar lá, em Brasília, pode acompanhar mais de perto as políticas públicas do MEC. Poran Potiguara comenta que a permanência na Universidade não é algo fácil, várias universidades possuem grupos diferentes e, algumas universidade adotaram posturas

diferentes, a exemplo das universidades que aderiram as Leis de Cotas. “Falar de Assistência não se remete apenas a bolsa permanência. A bolsa é apenas um dos elementos, entre outras coisas que fazem a diferença: RU, residência e acompanhamentos pedagógicos”, nos adverte Poran Potiguara.

A Bolsa Permanência tem sofrido alguns embates para os indígenas da Paraíba acessarem. Nesse evento, Poran Potiguara, mostra uma mensagem de email respondido por César da Gerência de Bolsas Permanência que trata da situação de quatro estudantes indígenas da UFPB.

Vamos a PRAPE/UFPB e lá falam que tem que consultar o MEC para homologar a bolsa. Quando vamos ao MEC, lá não há pendências e falam que é com a Instituição... Como estamos em Brasília estamos mais próximos dos órgãos e queremos entender essa situação para homologação das bolsas. Então, questionamos o César sobre essa situação dos quatro estudantes indígenas que eu tinha conhecimento e ele disse que não tinha pendências por parte do MEC e sim era com a Instituição... Uma pendência era o cadastro de um dos estudantes que a Instituição por alguma razão não fez. (Poran Potiguara, 2016).

Poran Potiguara, ao verificar um dos cadastros no MEC viu que a data de inserção das informações no *site* do MEC foi em 26 de maio de 2016, vários meses depois do que deveria ter sido feito, e crítica a morosidade com que os gestores tratam as questões dos estudantes indígenas na UFPB.

O programa de Bolsa Permanência é feito para atender especialmente a indígenas e quilombolas e para cursos de mais de 5 horas por dia. “Antes da implantação da Bolsa Permanência tinha um filtro que se o curso tinha de 5 horas ou mais de 5 horas, sendo ou não indígena ou quilombola poderia acessar o programa”. (Poran Potiguara, 2016) Esse programa foi suspenso ano passado ficando específico para indígenas e quilombolas. Ao ir ao MEC, Cesar mostrou a Poran o Computador e não tinha se quer a consulta no filtro.

Os estudantes procuraram entender a posição do MEC quanto ao sistema e a própria instituição na bolsa permanência. Questionam o cadastro de estudantes e levam a falta de resposta da instituição, pois este é atribuído a indígenas e quilombolas. Recentemente, ainda no governo Dilma, as bolsas foram suspensas para indígenas e quilombolas. Poran Potiguara faz uma crítica:

O estudante indígena sai da sua cidade e não consegue acessar a bolsa, por conta dos entraves apresentados pela universidade. O estudante indígena tem suas necessidades e o programa não está sendo acessível ao segmento. O que a universidade pensa quando não homologa uma Bolsa Permanência para os

que têm direito a ela e já deveria ter sido liberada a 8 meses? Está sendo cobrado aqui o rendimento do CRE igual a 5 e não leva em consideração os acompanhamentos pedagógicos (...).

Muito se cobra do rendimento das pessoas, ou seja, notas boas. Mas não é dado um apoio pedagógico, não são dadas as condições para que sequer haja transporte para assistir as aulas, os professores marcam as provas e não querem saber se houve problema de saúde, se não tinha comida. No sistema você é igual a todo mundo, mas não é levado em consideração as particularidades.

A política estudantil não leva em consideração o acompanhamento pedagógico dos indígenas ou se o estudante tem acompanhamento psicológico, transporte, alojamento e etc. Os estudantes criticam a universidade por só se preocupa com a cobrança do CRE, ou seja, que os estudantes tenham notas boas. “Para a universidade só importa se tem rendimento ou não tem”. Os estudantes reclamam também a posição da meritocracia e que não são vistas as necessidades do cotidiano do estudante indígena.

Ser estudante indígena, ser estudante indígena na UFPB não tem sido fácil. “Quando você entra no sistema você é igual a todo mundo.” Uma teoria muito distante da prática indígena e a metodologia pedagógica não é vista sob esta ótica do diferencial indígena. O diferencial hoje é: nos indígenas precisamos de um tempo para adaptarmos às demandas do sistema (...) Na UNB, no curso de Engenharia Florestal ofereciam 6 disciplinas e tínhamos que cursar as 6 e a gente passava em 3. Hoje temos a possibilidade de cursar 4 e passamos nas 4. Temos que vê a possibilidade de diminuir a carga horária. Precisamos lutar pela bolsa permanência, é nosso direito. É direito de todos estudantes indígena ou quilombola que esteja matriculado receber, sem comprovar renda está no programa, pois alguns estudantes indígenas estão sem receber a bolsa por conta disso (...) É preciso de fato pensar e assegurar essa bolsa permanência que é direito de todo estudante indígena e quilombola, sem que seja necessário comprovar renda. Foi visto ontem que aqui na UFPB é exigido comprovação de renda, porém na lei isto não é previsto como critério. (Poran Potiguara, 2016).

Durante o *V Encontro Nacional de Estudantes Indígenas* (V ENEI), 2017, acompanhei Bruno Potiguara em seu pronunciamento intitulado “Novos caminhos e desafios para os estudantes universitários indígenas na região metropolitana de João Pessoa”. Tal apresentação destacou a importância do ingresso dos estudantes indígenas no Ensino Superior e os impactos na vida e formação da juventude indígenas Potiguara, bem como a importância da participação em grupos de pesquisas sensíveis à temática indígena para acolherem e darem espaços a esses jovens, como exposto a seguir.

NOVOS CAMINHOS E DESAFIOS PARA OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA

Por Bruno Potiguara, V Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (V ENEI), 2017.

Eu sou o Bruno Potiguara da UFPB, atualmente estou cursando Ecologia, no Campus 4, em Rio Tinto perto do território.

O trabalho que a gente produziu esse artigo, na verdade, ele surgiu de uma necessidade a partir do momento da entrada dos jovens indígenas no meio Acadêmico. Já existiam alguns jovens, alguns indígenas que já frequentavam a UFPB que estudaram e se formaram, mas não havia visibilidade, não havia uma visibilidade dentro da universidade. Existe um projeto do GT - Indígena, vínculo ao SEAMPO, que esta vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), lá no Campus 1. Na época, esse projeto estava vinculada ao Campus 1 e esse projeto foi fundado pela liderança indígena Capitão Potiguara e eles fizeram projeto, em 1998, de desmistificar a visão que era passado sobre os indígenas na sociedade. A sociedade não retratava os índios do Nordeste e o GT - Indígena tratava a questão indígena no Nordeste, uma parte mais específica, na Paraíba, o povo Potiguara.

Começamos a ampliar o ingresso na universidade, em 2009, 2010 e tivemos um número maior de ingressantes na universidade, em 2012. Começam os desafios, como nos outros centros, como vocês sabem, lá não é diferente. Dentro da universidade você encontra o mundo, totalmente diferente do seu, da sua comunidade e qual foi a nossa intenção em escrever esse trabalho? Foi nesse contexto de interação.

Vimos da comunidade, assim como eu, Gessé, que está aqui também para apresentar o trabalho dele, de um processo de Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada. No colégio, sempre na comunidade, a gente ia para escola, e a gente sempre estudou na comunidade e o estudo foi todo dentro da aldeia. Então, a gente partiu de um processo de um movimento estudantil indígena, desde a base, desde muito jovem, desde muito cedo e ao chegar na universidade, em 2012, eu comecei a enfrentar os primeiros desafios, os primeiros passos que é o de sair lá da minha aldeia para ir para cidade de João Pessoa e não ter a primeira coisa que é aonde ficar.

Você não tinha onde ficar. Aaí eu comecei a pedir, assim, eu morei um tempo na casa de Capitão Potiguara que ele tinha uma casa em João Pessoa. Ele me emprestou a casa dele. Ele já alugou a casa várias vezes em João Pessoa, e me emprestou. Eu morava na casa de Capitão.

Tinham outras pessoas que também ficaram, que eram do território, mas como era um curso técnico a gente pouco se encontrava.

Então, tinha Jamerson, um amigo nosso que fazia o curso, mas não era indígena tinha esse papel de aproximar os indígenas dentro da universidade.

Aí eu já conhecia Jakeline do movimento, de um projeto que retrata experiência de seis jovens indígenas em contexto urbano que estavam transitando entre o território em João Pessoa que estavam na universidade. Aí, eu conheço Jakeline, em 2012, ela entrou em 2011,

um ano antes de mim já tinha entrado. Jakeline já morava em João Pessoa.

E aí, eu e Jakeline somos do mesmo território Potiguara, mas é bom ressaltar que quem conhece o território Potiguara sabe que só no meu território, no caso, São Miguel São 24.000 hectares, contínuos. O território Potiguara são três territórios, no caso: Potiguara de São Miguel, Potiguara de Monte Mor e o território Potiguara Jacaré de São Domingos. Então, são trinta e duas aldeias. Então, é um território muito vasto, é um território muito grande e está em três municípios Baía da Traição, Marcação, e Rio Tinto.

Tá, então, você vê as pessoas que fazem um movimento, mas você não consegue identificar todas que era do movimento.

Então, conheci a Jakeline, quando eu fiquei só, e a gente teve um pouco de proximidade e um pouco de contato. Aí, eu fui morar na casa de Jakeline. Fiquei que nem um retirante, que morava no hotel de João Pessoa. Eu morei em uma casa, depois passei para outra, que era só com os indígenas e fazer essa relação com a minha experiência e depois eu fui morar com uma amiga, uma colega indígena em outra casa, até conseguir me estabelecer dentro da universidade.

Passamos por um momento bem complicado, até que a UFPB, nesse momento, tinha sido muito parceira, mas as políticas de ação estudantil dentro da universidade são muito poucas. Pouco se divulga, pouco se conhece.

Meu pai foi estudante lá do curso de Geografia da UFPB, ele também enfrentou um pouco essa dificuldade.

Então, quando eu cheguei, eu cheguei, assim, achando que encontrar algum, algo diferente, um acesso melhor, tinha cotas na UFPB, na época.

Nessa questão da cota, a gente já chegou a dizer, assim, que estamos em um retrocesso de cotas. Antes das cotas nós, Potiguara, tínhamos uma vaga por curso, cada curso da UFPB tinha uma vaga para os indígenas e hoje com a cota ela é acessada como nas outras universidades são acessadas e a gente acabou apensar de que antes...

Em 2011, Jakeline entrou. Em 2012 eu entrei. Minha irmã chega, em 2014, junto com Neto e outras meninas também que chegaram, em 2014. E, aí, a gente começa a ocupar o território do GT - Indígena/SEAMPO.

Que era um território que pertence a todos, todos que passavam por lá. Hosana mesmo, que está aqui, foi estudante da UFPB, do curso de Ciências Sociais e foi pesquisadora de lá do GT - Indígena, junto com Estevão Palitot que hoje é o nosso Coordenador do PET-Indígena, que, também, passou por esse processo e, a gente, começa a recuperar esses espaços, o espaço do GT - Indígena.

Tem o grupo do GT - Indígena, era tocado pelos estudantes que trabalhavam nas pesquisas e os estudantes Potiguara começam a passar por uma trajetória diferente.

Outra coisa que chegou Jamerson, orientando de Estêvão no mestrado, na mesma época no GT lá no processo universitário. Ele começou a perceber aquela narração, que

embora o povo tivesse o parentesco de primeiro grau e segundo grau, primo, tio tinha uma relação de povo que dava o empoderamento de quê era sentir o meu irmão passando dificuldade e a gente tinha que nos ajudar, para poder ocupar o território dentro da universidade, porque havia também aquela questão, quando você chega na universidade, o primeiro momento...

O meu curso, por exemplo, que eu fazia Engenharia, primeiramente, você era taxado por classe. Então, no primeiro dia de aula, o pessoal começava a vasculhar e classificar: os playboy da engenharia, os nerds de escola particulares, os melhores alunos das escolas particulares e as pessoas que vinham das classes baixas. Tinha eu, que era o único indígena da turma, tinha um africano, tinha um ex-militar e tinha uma mulher negra. Então, nosso grupo de trabalho, no curso, era esse.

Então, as pessoas eram taxadas, as pessoas falavam assim: era como se fosse algo fora do contexto espaço, naquele momento. E, daí nasceu essa relação de se juntar. Os estudantes indígenas, conversavam e uma semana passava na casa do outro e ficava lá, dormiam, moravam, comiam e, a gente fazia nossa questão ritualística, nossos rituais.

E pedir pela nossa luta, as nossas Encantadas para poder sobreviver àquele curso e a gente fala que cada dia a gente tem que matar um leão diferente e conseguir driblar essas barreiras.

E durante, muitas vezes, a gente passava por aquele processo de muitas vezes, o seguinte: você tem que optar, se você vai para comunidade e vai para cidade, ninguém quer saber de onde você é, o que é que você faz, o que é que você está fazendo ali dentro da universidade, quais são suas dificuldades.

Todo mundo achava como se fosse da mesma classe, de uma educação básica que seria uma maravilha e, a gente sabe que não está. A gente é da comunidade, mas não pode querer tapar o sol com a peneira da escola Potiguara que a gente sabe...

Então, a gente começa a observar junto com Jamerson como é que se dá a formação desses alunos, dentro de cada curso e saber quem é quem, mesmo a gente sendo estudante, a gente voltava para o local e para os espaços onde todo mundo se encontrava. E, então, isso ajudava e esse espaço era o espaço do GT - Indígena.

A gente ocupou o espaço do GT - Indígena e hoje ele é quase 100% tocado por estudantes indígenas dentro da universidade. Onde a gente trabalha educação interdisciplinar e a gente sentiu essa necessidade de levar todo mundo para lá. A gente sentiu que ali era o espaço que não só integrava o mundo acadêmico, mas, também, as nossas experiências.

Porque assim, chegar no mundo acadêmico é difícil e se desligar totalmente é difícil, porque muito acadêmico de hoje, eu falo em relação ao UFPB, é uma academia elitista, não pensa naquelas pessoas que vêm de baixo. É uma educação pensada para as elites e a gente era como se fosse a ralé, lá embaixo, mesmo. Isso também foi uma das coisas que me fez mudar de curso.

No caso, fazer Ecologia. Eu fazia Engenharia e a gente começou a trabalhar com

Jamerson, escrevendo vários artigos. Com Hosana também, a gente escreveu alguns. A gente escreveu vários trabalhos e a gente ficava nesse fortalecimento de quando o nosso parente precisava, chamava ele no canto, reunião na sala, fazer um ritual. Sofreu algum preconceito? Isso, Qual foi o preconceito? Ia aqui pela minha base e não deixar de lutar, porque esses seis estudantes começaram a fazer algo diferente. - Vamos trazer para perto todos os estudantes indígenas.

Acho que hoje a gente tem, em média, 300 ou 400 estudantes indígenas dentro da instituição, mas vocês conseguem encontrar poucos que estão juntos.

O campus 4, já é uma diferença já é mais no território indígena. Você sai da universidade e vai para o território indígena. Então, tem muita gente lá dentro, mas no Campus 1 que é em João Pessoa, é muito complicado, porque fica muito dispersa e as pessoas tem medo de se identificar.

Então, esse trabalho de seis jovens foi pensando de que forma a gente poderia estar junto e de que forma a nossa experiência de vida poderia influenciar nas outras pessoas que chegavam, assim também como se identificar enquanto cidadão indígena, dentro da academia.

A gente fala assim, que antes de ser universitário, eu sou indígena, eu sou de uma comunidade, eu tenho um compromisso com aquela comunidade que me cobra que eu tenho que voltar para a comunidade, não para replicar só o que a gente aprendeu na academia, mas a gente fala sempre assim: que a gente veio para academia para aprender o que não se deve fazer, porque o que se deve fazer, a gente já sai da base sabendo. A gente só precisa adequar algumas coisas, mas o trabalho foi basicamente montado assim e desenvolvido assim.

Fonte: Transcrições da fala de Bruno Potiguara apresentada no V Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (V ENEI), 2017. Autora: Hosana Santos, 2017.

Neste capítulo, refletimos sobre as bases para o nascimento das organizações de juventudes indígenas e a criação das organizações de jovens indígenas, na Paraíba. No próximo capítulo, trazemos à tona a criação das organizações de jovens indígenas, em Pernambuco.

Imagem 56 - Estudantes indígenas, no V ENEI, 2017.



Fonte: Arquivo da Coordenação Executiva do ENEI, 2017.

Imagem 57 - Preparação para o ritual de abertura, V ENEI, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 58 - Foto com lideranças indígenas, V ENEI, 2017.



Fonte: Ewertom Amorim, 2017.

Imagem 59 - Roda de música, V ENEI, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 60 - Juventude indígena se pintando para o ato público, V ENEI, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 61 - Mesa conjuntura política, V ENEI, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 62 - Preparação para o ato público, *VENEI*, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 63 - Ato público na estação de metrô, em Salvador, *VENEI*, 2017



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 64 - Ato público no metrô, em Salvador, *VENEI*, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 65 - Ato público na estação de metrô, em Salvador, *VENEI*, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 66 - Ato público na estação de metrô, em Salvador, VENEI, 2017.



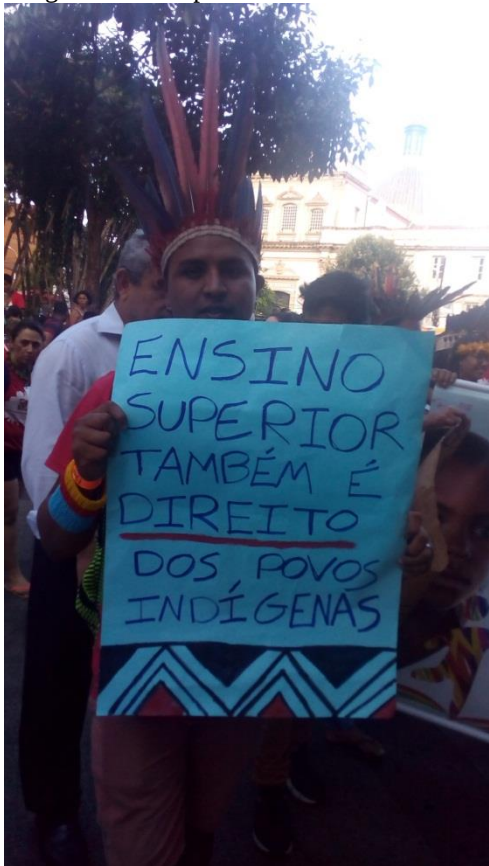
Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 67 - Ato público no centro de Salvador, VENEI, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 68 - Ato público no centro de Salvador, VENEI, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

Imagem 69 - Ato público no centro de Salvador, VENEI, 2017.



Fonte: Hosana Santos, 2017.

7 OS GRUPOS DE JOVENS INDÍGENAS, FORMAÇÃO E A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDES INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

A chapada dos índios. É aldeia. É aldeia de Caboclo é aldeia. É aldeia de Caboclo é aldeia. (Ponto de Toré).

Diante do panorama do movimento indígena no Nordeste, os estados de Paraíba e Pernambuco sempre estiveram à frente das mobilizações, apresentando uma força de organização política e territorial muito destacada. Esse foi um dos principais elementos para o foco desta tese ser as organizações de juventudes indígenas nesses dois estados.

Na Paraíba, os jovens do povo Potiguara e, mais recentemente, os do povo Tabajara estruturaram as organizações deles: a Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), em 2007 e dentro da Universidade criaram a Associação dos Universitários Potiguara (AUP), em 2008 e a Organização dos Jovens Indígenas Tabajara (OJIT), em 2018.

Em Pernambuco, os jovens de alguns povos indígenas conseguiram fazer suas organizações locais, a exemplo dos Truká. A Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT) se deu em 2004 e foi oficializada em 2005. O povo Atikum criou o Grupo de jovens Kyrimbaus Atikum e o povo Kambiwá criou o Grupo de Jovens Indígenas Nazário Kambiwá (GJINK), ambos em 2005, sendo que o GJINK é registrado como Associação apenas em 2009. Entretanto, em outros povos indígenas, os jovens não conseguiram fazer suas organizações locais nesse período, mas foram formando grupos de jovens que se reuniam e se articulavam.

Para que os jovens de outros povos pudessem criar suas organizações, os jovens indígenas dos povos de Pernambuco se juntaram e se uniram para se fortalecer. Esses jovens contaram principalmente com a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE), mas também com as Comissões de Professores indígenas de seus povos e de outras comissões internas, como de saúde e de gestão territorial. Alguns povos foram motivados por grupos de jovens da igreja e de agências parceiras, outros, posteriormente, se engajaram ao participarem de oficinas e formações que trabalhavam o teatro, a dança, poesia e o audiovisual.

Neste capítulo focarei na criação da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE), para isso faço um levantamento do processo de organização das juventudes indígenas nesse estado, pois suas redes de articulações não estão dissociadas, mas se retroalimentam.

A criação da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE) foi uma construção que veio há muito tempo sendo pensada por várias lideranças, pois haviam já registrado a necessidade de reunir os jovens. Contudo, somente nos anos 2000, durante o *Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas*, essa necessidade se tornou mais evidente através das falas dos jovens.

Analisando as anotações e documentos finais de assembleias, verifiquei que na *IV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá*, realizada durante os dias 17 a 20 de maio de 2004, na aldeia São José, com o tema “*Pensando o Desenvolvimento do Nosso Povo a partir do cuidado com a Mãe Natureza*”, o envolvimento dos jovens, bem como das crianças e das mulheres foi mencionado oficialmente na carta final do evento.

Nesse mesmo ano (2004), no território do povo Truká, município de Cabrobó - PE, os jovens e professores indígenas, entre eles Claudinha Truká⁶⁷, 38 anos e o Cacique Bertinho⁶⁸ iniciam a criação da Organização dos Jovens Indígenas Truká (OJIT). Maurílio Truká⁶⁹, 28 anos, lembra bem desse momento:

Em 2004, o *Primeiro Encontro da Juventude Indígena Truká* reuniu as duas áreas do território tradicional, retomada e CRC⁷⁰. O encontro tinha o objetivo de fortalecer a luta dos mais velhos através da juventude. O encontro foi realizado pelo CIMI. No mesmo ano que realizou esse encontro, os jovens Truká começaram a realizar outros encontros que contemplasse outros jovens. (Maurílio Truká, fala acrescentada a esta tese a pedido de Maurílio).

Mas é em 2005, na *Primeira Assembleia interna do povo Truká*, realizada de 12 a 14 de agosto de 2005, na aldeia Lagoa Branca, que foi discutida sobre a importância da qualificação e capacitação dos jovens dessa etnia. Nessa assembleia os professores e jovens Truká anunciam para a plenária as suas organizações. A presença ativa dos jovens foi citada na carta final do evento, bem como as novas organizações indígenas: Organização dos Professores Indígenas Truká (OPIT) e Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT). Conforme, trecho da Carta Final:

⁶⁷ Claudete da Silva Barbosa, Claudia Truká, 38 anos, professora do povo Truká, uma das fundadoras da Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT), da Organização de Professores Indígena Truká (OPIT) e da Comissão de Professores Indígena de Pernambuco (COPIPE).

⁶⁸ Gilberto Francisco da Silva, conhecido como Cacique Bertinho, de “cacique velho”.

⁶⁹ Maurílio Nogueira dos Santos, 28 anos, conhecido como Maurílio Truká, liderança jovem, pedagogo, ex-coordenador da Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT), um dos fundadores da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE), representante do Fórum de Juventude de Pernambuco (FOJUPE), representante no Conselho Estadual da Juventude.

⁷⁰ Companhia de Revenda e Colonização (CRC) é uma área na qual o povo Truká fizeram uma retomada e atualmente é uma das aldeias que compõe o território desta etnia.

Entendemos que, na atual conjuntura que passa o Brasil, de uma grande crise política que desfavorece a população brasileira, especialmente nós, povos indígenas, diante desta realidade, refletimos sobre a situação da nossa terra, os desafios que enfrentamos em relação à saúde e a educação escolar indígena, sobre a organização tradicional do nosso povo e sobre as novas formas de organização, a exemplo da OPIT – Organização de Professores Indígenas Truká, e OJIT – Organização de Jovens Indígenas Truká. (Trecho retirado da *Carta final da Primeira Assembleia do Povo Truká*, 2005).

Nesse mesmo documento, cita-se ainda um item sobre Jovem:

JOVENS

Garantir a participação dos jovens na luta do nosso povo através da articulação e do trabalho em conjunto com a nossa organização social, fortalecendo e discutindo a juventude e suas necessidades e fortalecendo a OJIT. (Trecho retirado da *Carta final da Primeira Assembleia do Povo Truká*, 2005).

As lideranças Truká apoiaram a criação da primeira organização local de jovens indígenas em Pernambuco e quicá do Nordeste. Nesse período aconteceram as mobilizações contra a Transposição do Rio São Francisco. O povo Truká foi um dos povos atuantes nessas mobilizações, haja vista que o início do canal do eixo Pernambuco seria dentro da Terra Indígena Truká, o que impactava diretamente a vida desse povo e toda a sua cosmologia. Esse assunto foi tratado pela antropóloga Eliana Monteiro (2008), em sua dissertação de mestrado em antropologia, pela UFPE.

Nesse trabalho, a autora (2008) relata a importância da OJIT no processo de conscientização política, não só dos jovens, mas também das famílias, sobre o projeto de transposição. A OJIT recebeu assessoria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF). Os jovens se capacitavam através de formação e de levantamentos de informações promovidas por essas duas agências. A partir dessas capacitações fizeram conversas com as famílias, vídeos, peças de teatro, poesias, gincanas e brincadeiras relatando a história dos Truká, sua cosmologia, sua identidade cultural e relacionando com os impactos que a transposição traria para o povo.

Monteiro (2008) ressalta que a organização de jovens contribuiu não só para a conscientização política, mas também para a autoafirmação étnica da juventude Truká e de outros povos que também participaram desses debates, tais como: de Pernambuco Pankararu, Pipipã, Xukuru, Tuxá de Inajá, Quilombolas de Conceição das Crioulas e de Vivencia, Movimento dos Sem Terras (MST) e os Tumbalalá da Bahia. Esses eventos potencializaram

as interações entre as juventudes e possibilitou a criação de redes de diversos atores e instituições (MONTEIRO, 2008).

Já entre os Xukuru do Ororubá, houve apoio à demanda de abrir espaço para os jovens, mas não à criação da organização específica dos jovens, o que foi expresso no documento final da *V Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá*, de 2005.

Um fato extremamente importante e novo nesta assembleia foi o debate sobre a participação dos jovens nas instâncias da organização social do povo, não como uma organização dos jovens, mas os jovens dentro das instâncias já existentes, fazendo assim um ciclo de participação que vai da criança ao ancião. (Trecho retirado da *Carta final da V Assembleia do povo Xukuru do Ororubá*, 2005).

Mesmo com esse indicativo, naquele ano, de 2005, os jovens das aldeias: Cimbres, Sucupira e Cajueiro se juntaram e formaram o Grupo de Jovens Servos da Paz, ligado a Pastoral da Juventude da Igreja Católica⁷¹. (FIALHO; OLIVEIRA; SANTOS, 2008).

Ainda em 2005, os pedagogos e artistas culturais Henry Pereira e Jozelito Arcanjo, através do Ponto de Cultura Associação Estação Cultura⁷², do município de Arcoverde - PE começaram a realizar oficinas de teatros para os jovens indígenas, em Pernambuco. Através dessas oficinas os jovens começaram a formar grupos de teatros para encenar suas histórias.

No ano de 2005, tivemos uma oficina com a Associação Estação da Cultura, de Arcoverde, onde se deu o início do grupo de teatro Mandarú no Reino de Ororubá, com aproximadamente 20 jovens entre eles as aldeias Cimbres, Cajueiro e Sucupira. (Relato feito pelo grupo da região Agreste do povo Xukuru do Ororubá: Bruno, Ildson Adilson, Alex, Solange, Gorete, Célio que participaram da *Oficina de Memória e Identidade* realizada por Hosana Santos, Vânia Fialho e Kelly Oliveira, em 2008).

O Grupo de Teatro Mandarú do povo Xukuru do Ororubá monta a peça “*Mandarú no Reino de Ororubá*”. A peça conta a história do Cacique Xicão Xukuru, a “luta e organização do seu povo, relata o assassinato dessa liderança e o surgimento de novos guerreiros para continuar a sua “luta”. Essa peça teatral ganhou alguns prêmios e tomou projeção nacional.

⁷¹ Oficina realizada por mim, junto com as professoras Kelly Emanuely de Oliveira e Vânia Fialho, em parceria com o NEPE/PPGA/UFPE e financiada pela FUNDARPE. Fonte: Relatório da oficina: *Memória e Identidade: os territórios simbólicos na construção da identidade Xukuru*, 2008.

⁷² Os Pontos de Cultura são ações do Programa Cultura Viva, criado em 2004, pelo Ministério da Cultura (MINC) para o público jovem, com o objetivo de estimular o protagonismo juvenil através da ação Agente Cultura Viva, ação Escola Viva e ação Pontos de Cultura, este último espalhados em localidades rurais, indígenas e quilombolas e centros urbanos de todo o país.

A partir dessas oficinas, a Associação Estação Cultural conseguiu aprovar um projeto na FUNDARPE em 2006 e realizou não só oficinas de teatro, mas também oficinas de audiovisual em parceria com a Produtora Cabra Quente Filmes em 2007 e 2008. Os jovens Xukuru observavam que pesquisadores e agências parceiras faziam os registros de audiovisual da sua etnia. Alguns parceiros devolviam e davam o retorno desse material, outros não. Com esse olhar atento e a partir das oficinas surgem os grupos de audiovisual, como é o caso do relato dos jovens Xukuru:

Audiovisual: Em dezembro de 2007, os jovens das Aldeias Cimbres, Cajueiro e Sucupira se reuniram com os jovens das demais aldeias para fazerem comentários sobre o nosso povo. (Relato feito pelo grupo da região Agreste do povo Xukuru do Ororubá: Bruno, Ildson Adilson, Alex, Solange, Gorete, Célio que participaram da *Oficina de Memória e Identidade* realizada por Hosana Santos, Vânia Fialho e Kelly Oliveira, em 2008).

Esse grupo começou a fazer os registros sobre a história do seu povo Xukuru, a religiosidade, além de formar e mobilizar os jovens. O grupo passou a se autodenominar Ororubá Filmes e junto com algumas lideranças fizeram um projeto de “*Oficina de audiovisual para a Nação Xukuru do Ororubá*”, em parceria com a produtora Cabra Quente Filmes de Recife com recursos do FUNCULTURA/FUNDARPE/MINC. Esse projeto foi executado em 2008 e realizou oficinas de câmera, roteiro, produção, direção e captação sonora e oficinas de edição. Mais de 20 jovens Xukuru foram capacitados e como resultado produziram três filmes: “Povo Xukuru: Perseguições e Resistência”, “Vila de Cimbres” e “Religiosidade Xukuru”, disponíveis no site: <<http://cabraquentefilmes.com.br>>. A Ororubá Filmes produziu vários filmes e ganhou prêmios, entre eles o Festival de Pernambuco. O grupo de audiovisual Ororubá filmes conseguiu ganhar uma ilha de edição que atualmente fica localizada no Ponto de Cultura Xukuru, na aldeia Santana, TI Xukuru do Ororubá.

Somente em 2013, após a criação da COJIPE e com o apoio dessa organização de jovens estadual é que os jovens Xukuru conseguem se constituir enquanto grupo de jovens organizados através da Poyá Limolaygo, que é o coletivo de juventude do povo Xukuru do Ororubá. Marcinha Xukuru⁷³, 23 anos, lembra bem esse momento:

Depois de um bom tempo de discussão, a gente ouvindo o conselho das lideranças da educação, de todas as instâncias de organização, a gente pensou em se reunir, o grupo de jovens da Aldeia Lagoa, no ano de 2013, em

⁷³ Marciane Olegário, 23 anos, conhecida como Marcinha Xukuru ou Claricí Xukuru jovem professora indígena Xukuru do Ororubá, uma das fundadoras e representante do Coletivo Poyá Lymolaigo (Organização dos jovens do povo Xukuru do Ororubá).

outubro e a gente sentou e eu estava até com o pessoal da UJP [União da Juventude Popular]. E a gente sentou e pensou como seria criar um grupo para articular a juventude. Como seria isso? (Marcinha Xukuru, *Assembleia Anual Xukuru*, 2016).

7.1 A Poyá Limolaygo (Pé no Chão, Pé na Ancestralidade)

A Poyá Limolaygo foi criada em 19 de outubro de 2013, na aldeia Lagoa, Território indígena do povo Xukuru do Ororubá, a partir de discussão entre os jovens Xukuru, o Conselho de Lideranças Xukuru, Comissão de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá (COPIXO) e outras instâncias de organização do Povo. O nome Poyá Limolaygo foi sugerido por um jovem Xukuru e significa “Pé no Chão” ou “Pé na Ancestralidade”. Segundo Marcinha Xukuru, “a gente pensou assim: a Poyá Limolaygo vai ser um grupo, uma instância de organização, onde vai se tratar de assuntos de questões políticas dentro do seu povo e também vai tratar de organizar a juventude”. (Marcinha Xukuru).

Um dos objetivos da Poyá Limolaygo é:

Incentivar os jovens a continuar executando os processos de mobilização e resistência, sendo sabedores dos conhecimentos tradicionais. O que eles escutam com os avós, o que eles escutam na comunidade. Que a educação se aprende mesmo é na comunidade e o que ele desde pequeno ele vem aprendendo também na escola que é formadora de guerreiros e guerreiras, a educação Xukuru. (Marcinha Xukuru).

Essa mobilização e articulação dos jovens visando a continuidade e manutenção cultural do povo Xukuru do Ororubá é mencionada por Guila Xukuru⁷⁴, 26 anos, em seu Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Segundo este, a Poyá Limolaygo tem por objetivo: “realizar a articulação da juventude Xukuru, tendo em vista que as lideranças sempre se dedicaram a continuidade da organização e mobilizações indígenas, surgiu a Poyá Limolaygo”. (MAGALHÃES, 2017, p. 18-19).

A Poyá Limolaygo é um grupo de jovens do povo indígena Xukuru do Ororubá, mas que abarca pessoas de diversas faixas etárias dessa etnia, pois tem o formato de um coletivo,

⁷⁴ Guilherme Araújo Marinho Magalhães, 26 anos, conhecido como Guila Araújo ou Guila Xukuru – jovem indígena do povo Xukuru do Ororubá – PE, advogado, começou a contribuir para a luta do povo Xukuru através do áudio visual, sendo um dos fundadores do Ororubá Filmes, contribuiu na criação e articulação do Coletivo da Juventude Indígena Xukuru que se chama Poyá Limolaygo (Pé no chão, na língua Xukuru), atualmente é presidente da Associação da Comunidade Indígena Xukuru, em nível estadual representa seu povo na Comissão de Juventude Indígenas de Pernambuco (COJIPE) e através da COJIPE participa do Fórum de Juventude Indígena de Pernambuco (FOJUPE).

inspirado na COPIXO e no Coletivo Jupago Kreká (instancias da organização Xukuru do Ororubá), como relata Marcinha Xukuru:

A Poyá é um grupo de jovem, mas não necessariamente formada somente de jovens, mas um grupo formado no coletivo e como coletivo, a gente não sabe de tudo, ninguém sabe de tudo. Nós somos jovens e precisamos dos ancestrais nos espaços de discussões, precisamos das nossas lideranças, das outras instancias para que a gente comece a caminhar junto e pensar realizações para a juventude [...].

Os jovens somos todos nós, não só os jovens, mas também os outros... Não temos estipulação de idades... Ninguém é sozinho, ninguém pode caminhar sozinho. Se a gente está em um espaço de discussão, como é que um jovem vai inventar essas coisas? Ele precisa dos conhecimentos do Pajé, dos conhecimentos das lideranças, do Cacique, da nossa mãe Sacarema, de todos. Então, a Poyá somos todos nós. (Marcinha Xukuru).

Tomando como exemplo a COPIXO, a Poyá Limolaygo possui um grupo menor que vai buscando articular essas ações. Para isso os jovens passam nas aldeias, fazem as oficinas, para que o jovem tenha suas ações específicas, partilhem saberes, mas também ações ligadas ao tradicional e à ancestralidade.

O jovem fizesse sua barrentina, se pintar, dançar o ritual, balançar o maracá. Então, a gente pensou basicamente em passar nas comunidades, exatamente para isso, para a gente e para podermos os jovens está partilhando saberes, realmente unindo-nos com jovens. (Marcinha Xukuru).

Então, nós fazemos oficinas de como preparar o jenipapo, que alguns jovens não sabiam. Porque a gente sabe que há muitos jovens que ainda não sabem todo o processo. A gente sabe que tem jovem que se identifica mais com alguma coisa ou com outra. Então, a juventude também descobrindo as potencialidades dos jovens. Então, se ele não se identificar muito com a pintura, mas ele saber como se faz, ele sabe como se faz do jenipapo, porque quando o Cacique precisar para ter um pouco de jovem organizado... Saber a importância. Não só se sentir essa questão fortemente de estar trajado, mas entender o porquê. Saber que é importante, que é forte, que passa força. (Marcinha Xukuru).

Os jovens passaram nas aldeias e nas escolas fazendo oficinas, palestras falando sobre a história do povo, sobre as histórias das lideranças, realizando sessão de vídeos sobre a história do processo de mobilização, com o intuito de formar e fortalecer os jovens na “luta”. Além das discussões, das oficinas, procuram também promover momento de diversão e descontração para os jovens.

Então, a gente disse como é que a gente vai fazer esse momento de diversão sem fugir da luta, também sem fugir das nossas responsabilidades, mas nos fortalecendo. Incentivando os outros jovens a fortalecê-los, mas também serem preparados para a luta. Eles saberem como é que faz o Tacó, sua barrentina, se pintar. Eles entenderem qual é o objetivo de cada organização que está aqui presente, que faz o povo Xukuru. Eles entenderem quais são os

objetivos dentro do povo. Quais as suas necessidades e também as suas missões. Então, nós pensamos nas oficinas. A gente já fez de arco e flecha, corrida de maracá, ou seja, um momento de diversão sem fugir das nossas obrigações [...].

O jovem também pode se divertir sem fugir das nossas obrigações, das discussões, das oficinas e é uma forma que é para estar presente fortalecendo os seus saberes tradicionais, sua identidade, sua cultura. Além disso, nós pensamos também que o jovem, ele precisa entender isso (Marcinha Xukuru).

Agricultura, a religiosidade e artesanato são algumas das iniciativas que potencializam as ações dos jovens. O jovem Xukuru como agricultor. O roçado Coletivo dos jovens (plantações de verduras, sementes para artesanato, culinária e troca de saberes com os mais velhos). Oficina de artesanato. Barraca de Artesanato, oficinas de confecção de vestimentas tradicionais, como reflete Marcinha Xukuru:

Então, a gente foi continuando e uma das discussões que a gente precisava muito levar para as comunidades, para as aldeias era a questão do jovem mesmo. Também não só resgatando e dá continuidade ao processo de agricultura e da cultura, mas também é esse jovem agricultor, não é! Esse jovem que valoriza os conhecimentos de seus pais, em casa, que ele valoriza a agricultura. Então, é um jovem agricultor e tem que ser trabalhada tanto na educação, quanto também na juventude. Porque a gente na agricultura, como Iran já falou aqui, a gente aprende a lidar com a terra, a respeitar a terra. (Marcinha Xukuru, 2016).

Imagem 70 - Macinha Xukuru e criança Xukuru, na Barraca de artesanatos da Poyá Limolaygo, durante o *I Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*.



Fonte: Hosana Santos, 2016.

Imagem 71 - Juventude Xukuru, na Barraca de artesanatos da Poyá Limolaygo, durante o *I Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, 2016.



Fonte: Facebook de Marcinha Xukuru, 2018.

As atividades agrícolas expressas na roça representam um estilo de vida, um modo de existir. Para o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006):

Essa designação polissêmica, mais que uma referência aos tratos culturais ou, num sentido restrito, ao plantio de mandioca e ainda uma divisão sexual e etária do trabalho, expressa uma certa maneira de viver e de ser; mais que um modelo de relação antrópica com recursos escassos, compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca, até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas, em bailes, em funerais e batizados. (ALMEIDA, 2006, p. 31-32).

Segundo o autor (2006), mais que uma atividade ou uma simples plantação, o roçado expressa uma maneira de viver, implica em um certo modo de fazer e ser. Essa maneira de viver, para os povos indígenas no Nordeste, vem se traduzindo no “Bem viver⁷⁵,” e vem se atualizando como forma de potencializar a afirmação da identidade étnica. O “Bem viver” aparece nas narrativas de resistências dos jovens indígenas e de suas lideranças mais velhas emergindo também como elemento identitário de afirmação étnica. Almeida (2006) ratifica que:

A chamada roça trata-se de uma referência essencial que sedimenta as relações intrafamiliares, e entre os diferentes grupos familiares, além de assegurar um caráter sistêmico à interligação entre os povoados. Ela consiste, além disso, num traço invariante e no símbolo exponencial da conquista de autonomia e, em decorrência, da identidade que lhe corresponde. Não há unidade familiar que não se estruture a partir das atividades essenciais a ela referidas, seja assegurando o autoconsumo ou obtendo, a partir da colocação da produção no mercado, a receita imprescindível para atender às necessidades básicas. (ALMEIDA, 2006, p. 32).

A roça reflete não só no trabalho e na manutenção familiar, mas expressa o modo de vida e suas redes de relações vivenciadas nesse espaço, as redes de solidariedade, os laços afetivos, a religiosidade, o lazer e diversão e o poder de autonomia. No caso do roçado do coletivo da Poyá Limolaygo reflete também não só a troca, mas, sobretudo, o

⁷⁵ O bem viver é uma concepção que vêm dos países andinos e está presente no discurso dos povos indígena no Brasil, especialmente, da juventude indígena. Essa concepção aponta que o bem viver ou viver bem recupera a sabedoria dos ancestrais indígenas e construir coletivamente uma nova forma de vida autônoma, renováveis e autosuficiente. É uma forma de vida em oposição ao sistema capitalista e neoliberal. O bem viver significa “viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo nos reconhecer que somos ‘parte’ dela e que não podemos continuar vivendo ‘à parte’ dos demais seres do planeta. A natureza não está aqui para nos servir, até porque nós, seres humanos, também somos natureza e, sendo natureza, quando nos desligamos dela e lhe fazemos mal, estamos fazendo mal a nós mesmos”. (ACOSTA, 2016).

compartilhamento de saberes entre os idosos e os jovens, a ancestralidade e a religiosidade, a memória coletiva política e cosmológica.

A consciência de cuidado e zelo, e não a exploração da natureza, garantindo a nossa saúde. Esta consciência tem relação íntima com a educação do nosso povo, por ser a agricultura, um princípio organizador, um elemento da identidade Xukuru que representa uma importante expressão cultural do nosso povo, pois se articula a partir dos diversos circuitos de formação existentes no território, a exemplo dos saberes dos terreiros sagrados, nos plantios, nas observações na natureza, nos espaços de prática da religiosidade e nas escolas. É possível afirmar que nosso sistema tradicional de cura e sua dinâmica social promovem a circulação de práticas e saberes dos nossos ancestrais, através dos guardiões da cura Xukuru. Esse circuito possibilita a transmissão, construção e reconstrução de conhecimentos, através de processos próprios de nossa educação, como já se demonstra na organização da nossa juventude e seus processos de formação, revelando um alcance de maturidade e sabedoria, ao entender que se faz necessário, para garantir o “futuro da nossa nação”, um constante buscar aos conhecimentos ancestrais através de diálogos com os nossos mais velhos e na comunicação com a mãe terra. (Carta final, *Assembleia Anual Xukuru*, 2016).

7.2 A Juventude Atikum e o Grupo de Jovens Kyrimbaus Atikum

Ainda em 2005, os jovens do povo Atikum, municípios de Carnaubeira da Penha e de Salgueiro, se articularam através do Grupo de Jovens Kyrimbaus Atikum. Kyrimbaus, do Tupi Guarani, significa corajoso(a). O grupo foi criado em 01 de maio de 2005, a primeira reunião foi na Escola Indígena Santa Luiza, localizada na aldeia Poço da Pedra, TI Atikum. Segundo a cacica nova do povo Atikum e liderança jovem Raimunda Jeane Cecilia da Silva⁷⁶, conhecida como Jeane Atikum, 35 anos, o grupo “suruiu da necessidade de envolver a juventude nos movimentos dentro e fora da comunidade”. O grupo se reúne de 3 em 3 meses e possui uma sede. Os jovens Atikum se articulam com a juventude e com os professores da Comissão de Professores Indígenas Atikum (COPIA). A comissão é formada por 12 pessoas e 2 lideranças mais velhas. Os jovens participaram do Projeto de Cultura Atikum e do Projeto Vidas Paralelas (PVPI): revelando o povo Atikum Umã. Em 2008, a partir das oficinas de teatro realizadas por Henry Pereira e Jozelito Arcanjo, o grupo montou uma peça de teatro intitulada “Kyrimbaus de Atikum” contando as histórias desta etnia.

⁷⁶ Raimunda Jeane Cecilia da Silva, conhecida como Jeane Atikum, 35 anos é cacica nova do povo Atikum, liderança jovem representante do grupo Kyrimbaus Atikum e da COJIPE, presidente da associação Indígena dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra (AIPAPP), Conselheira de Saúde Local e merendeira na Escola José Mendes da Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas.

7.3 A Juventude Kapinawá: O Grupo de Jovens Indígenas Nazário Kambiwá (GJINK)

Nesse mesmo período, no ano de 2005, na TI do povo Kambiwá da Aldeia Nazário, municípios de Ibimirim, Inajá e Floresta, a juventude desse povo começa a se organizar através do Grupo de Jovens Indígenas Nazário Kambiwá (GJINK). Os jovens começaram a se reunir em grupo desde 2005, mas somente em 2009 a partir da participação das *oficinas de teatro* realizadas em 2007 e 2008 é que o grupo vai se oficializar. O grupo de jovens Atikum criou uma peça de teatro intitulada “A História do Velho Pajé” contando a história do seu povo e a primeira apresentação foi no *I Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas - Fórum das Culturas Indígenas de Pernambuco*, realizada de 18 a 20 de julho de 2008, na Aldeia Cimbres, na TI do povo Xukuru do Ororubá, município de Pesqueira. No evento, os grupos de teatro concorreram a três vagas para se apresentarem em São Paulo. O povo Atikum ganhou uma das vagas, mas infelizmente não conseguiu viajar. Em 2009, esse grupo junto com as suas lideranças criaram o Grupo de Jovens Indígenas Nazário Kambiwá (GJINK) em forma de associação. Segundo as lideranças Kambiwá, foi através do esforço desse grupo de teatro que conseguiram o Ponto de Cultura para o povo.

7.4 O Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas - Fórum das Culturas Indígenas em Pernambuco e a criação da COJIPE

No ano de 2006, foi aprovado o projeto “A *caminhada de Frederika*”, feito e coordenado por Henry Pereira e Jozelito Arcanjo, através do Ponto de Cultura Associação Estação Cultura, do município de Arcoverde - PE, por meio do edital do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA - PE) da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). O projeto foi executado durante os anos de 2007 a 2008, no qual constava “Oficinas de Teatro, Leitura e Encenação dos mitos e narrativas dos povos indígenas, em Pernambuco”. O projeto atendeu 12 povos indígenas de Pernambuco e algumas comunidades quilombolas, a exemplo de Conceição das Crioulas.

Durante os anos 2007 e 2008, foram realizadas oficinas de teatro e apresentação de performance de teatro “Frederika: o Alerquim Guerrilheiro” pelo Núcleo de teatro da Estação Cultura e os parceiros da Produtora Cabra Quente Filmes que realizaram oficinas de audiovisual. Essas oficinas foram realizadas em todos os povos indígenas de Pernambuco e na Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas. Os jovens foram articulados a partir das

lideranças das organizações sociais de cada povo. Ao longo do projeto os jovens indígenas também dialogaram sobre a “Cultura como direito”.

Durante as oficinas, os jovens começaram a formar grupos de teatro em seus povos, a partir das oficinas de leitura e encenação de mitos e narrativas, tendo como incentivo o livro “Meu Povo Conta” que foi produzido pelos professores e professoras indígenas de Pernambuco.

Em 2008, os jovens Pankararu formaram o Grupo de Teatro Pankararu. A primeira peça de teatro que o grupo montou foi “A Índia Leonor”, baseada nas histórias contadas pelos mais velhos. Segundo Alexandre Pankararu, “a peça fala sobre, os jogos e brincadeiras de antigamente, as belezas Pankararu, e foca a história de Leonor, que foi uma índia Pankararu, que os mais velhos contam que ela ficou presa em uma loca de pedra, e depois se encantou”. (Alexandre Pankararu, no site Índios Online, em junho 2008. Disponível em: https://www.indiosonline.net/grupo_de_teatro_indigena/).

O grupo de teatro do povo Truká montou a peça “Reina Assunção! Reina Truká!”, o povo Kapinawá montou a peça de teatro “A Justiça do Caboco da Mata”, o povo Pankará da Serra do Arapuá, a peça de teatro “Catolé da Imaginação” e os jovens da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas montaram a peça de teatro “A Resistência Crioula”. Já os jovens do povo Pipipã montou uma performances musical.

Os jovens recebiam formações financiadas pela FUNDARPE e foram criando peças teatrais para encenar as histórias das “lutas” das suas lideranças e sobre seus povos, mitos e rituais. Estes jovens participaram das formações de audiovisual com a Cabra Quente Filmes que estava compondo a equipe técnica do projeto e começaram a formar grupos de audiovisual que foram fazendo o registro.

Esse projeto culminou no *I Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas - Fórum das Culturas Indígenas em Pernambuco*, realizado no período de 18 a 20 de julho de 2008, na aldeia Cimbres, na Terra Indígena Xukuru do Ororubá, município de Pesqueira - PE, em homenagem ao Cacique Xicão Xukuru, o Mandaru. Pude acompanhar esse evento, pois justamente naquela data me encontrava na aldeia Cimbres em trabalho de campo do mestrado e as lideranças me convidaram.

Esse encontro teve a participação dos jovens e lideranças indígenas dos povos, representantes da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE), Comissão de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá (COPIXO). Equipe do Projeto de Assistência

Técnica (PECAT) do povo Xukuru, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), Movimento dos Sem Terra (MST), Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); Secretaria Estadual de Juventude, Comitê Estadual de Promoção e Igualdade Étnico Racial de Pernambuco (CEPIR), Governo do Estado de Pernambuco, Prêmio Culturas Indígenas/ Ministério da Cultura (MINC), Produtora Cabra Quente Filmes, Associação Estação Cultura, Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares (SEAMPO/UFPB), Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE/UFPE), Instituto Ageu Magalhães, Grupo de Estudos o Direito Achado na Rua/ Universidade de Brasília, Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Durante o encontro, debatemos sobre as questões relacionadas a área cultural visando a construção de uma política pública para as culturas indígenas no Estado de Pernambuco que contemple a diversidade e especificidade étnica. Discutimos a temática a Construção do Direito a partir da Arte. Nessa discussão, chegamos à conclusão que o direito dos povos indígenas nascem na relação entre nós e com a nossa terra, ele se encontra dentro das nossas aldeias, daí a importância do nosso território físico para garantir a nossa resistência física e cultural. Entendemos que os nossos direitos foram construídos na história dos nossos antepassados, os mais antigos ocupantes do nosso território. O direito ao acesso à cultura faz parte do nosso patrimônio cultural. Nessas discussões tivemos a participação ativa dos quilombolas de Conceição das Crioulas. Além disso, fizemos apresentações das peças de teatro de cada povo, realizamos a primeira mostra de Teatro Indígena em Pernambuco. (*Carta Final do Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas - Fórum das Culturas Indígenas em Pernambuco*, 2008).

No primeiro dia (18 de julho), depois da chegada dos povos, foi servido o jantar. A abertura do evento foi à noite com o ritual do toré. Em seguida, todos se reuniram para partilhar as experiências, propostas e iniciativas por povo e desde esse momento anunciada a intenção de formar uma Comissão Estadual de Juventude Indígena.

No segundo dia (19 de julho), as atividades da manhã foram iniciadas com o toré. Houve duas mesas de debates: A Construção do Direito a partir da Arte, que teve como debatedora Rosane Lacerda (Grupo de Pesquisa Direito Achado na Rua/UNB); e O movimento cultural e a Via Campesina que teve por debatedor um representante do MST. À tarde houve o debate sobre as políticas públicas para as Culturas Indígenas que teve como debatedores representantes da APOINME, COPIPE, Articulação dos Jovens, MINC/SPPC/SID, FUNAI, Secretaria Estadual de Cultura de Pernambuco, FUNDARPE,

Secretaria Estadual de Juventude, Comitê Estadual de Promoção e Igualdade Étnico Racial de Pernambuco (CEPIR).

Em seguida, foram realizados trabalhos em grupos com representantes dos povos e organizações para indicar as prioridades dos debates e a construção do direito a partir da arte com o intuito de discutir a temática para propor políticas públicas para as culturas indígenas em Pernambuco. Além disso, o grupo foi responsável pela produção do documento final. À noite houve apresentações das encenações dos mitos de cada povo e debates sobre elas. Encerrou-se a noite com apresentação cultural do grupo Coco Origem do Ororubá e outros artistas.

No terceiro dia (20 de julho), as atividades da manhã foram iniciadas com o toré. Em seguida, prosseguiram com apresentações das encenações dos mitos de cada povo e debates sobre elas. Posteriormente foi feita a leitura do documento final, entrega dos certificados dos grupos de teatros e o toré de encerramento.

Apresentação por povo:

- Kambiwá - Peça de Teatro: A História do Velho Pajé - Povo Kambiwá - Ibimirim, Inajá e Floresta - PE;
- Xukuru - Peça de Teatro: Mandaru no Reino de Ororubá, pela Cia de Teatro Mandaru do povo Xukuru do Ororubá; Banda de Pífano Xukuru;
- Truká - Peça de Teatro: Reina Assunção! Reina Truká. Povo Truká, Ilha de Assunção no município de Cabrobó;
- Kapinawá, Peça de Teatro: A Justiça do Caboco da Mata - Povo Kapinawá - Mina Grande - Buíque - PE; Samba de Coco Kapinawá;
- Atikum, Peça de Teatro: Kyrimbaus de Atikum, peça representada pelo povo Atikum, municípios de Salgueiro e Carnaubeira da Penha;
- Pankararu, Peça de Teatro: A Índia Leonor, encenada pelo grupo de teatro Pankararu, povo localizado nos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia;
- Pankará, Peça de Teatro: Catolé da Imaginação - Povo Pankará - Carnaubeira da Penha Serra do Arapuá;
- Pipipã, Peça de Teatro: Performance Musical - Pipipã: Toré, Poesia e Forro de Pé de Serra. Povo Pipipã, município de Floresta - PE;
- Conceição das Crioulas - Grupo de teatro e audiovisual da comissão de comunicação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC. Peça de Teatro: A Resistência Crioula, comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, Salgueiro - PE.

Fonte: Levantamento realizado durante pesquisa de campo de mestrado. Autora: Hosana Santos, 2008.

Não só na abertura e encerramento, mas, durante todo o encontro, houve ritual do Toré. Além disso, aconteceram exposições fotográficas, vídeo, artesanatos e performances musicais de artistas e músicos indígenas. As expressões culturais são pontuadas na carta final. Entre elas, o evento reuniu:

reuniu, atores, atrizes, músicos, dançadores e dançadeiras de toré, coco, forró, artesãos, pajés, lideranças no ritual, cantores, cantoras, sanfoneiros, zabumbeiros, pífeiros, gaiteiros, bacuraus, rezadores e rezadeiras, professores, contadores de histórias tanto os jovens quanto os mais antigos ocupantes das nossas terras, homens e mulheres indígenas, agricultores, criadores de animais, ideias, imagens, sons e movimentos que caracterizam a diversidade de povos, culturas e Nações Indígenas em Pernambuco. (*Carta Final do Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas - Fórum das Culturas Indígenas em Pernambuco*, 2008).

Durante o evento, foram relatadas as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas de Pernambuco em relação à arte e a cultura, entre elas: o desrespeito com a autonomia dos povos e suas especificidades, falta de apoio ao reconhecimento étnico e para demarcação territorial; falta de apoio e incentivos para expressões artísticas e culturais dos povos; Falta de comunicação da FUNDARPE com os povos indígenas; Burocracia dos editais e falta de editais específicos; falta de espaço e equipe articulada no Estado para se discutir uma política pública de juventude indígena, tendo como eixo a cultura, posto que ela passa pelas diversas secretarias do governo.

No documento final do encontro, essas dificuldades foram elencadas e foi solicitado que:

As ações dessa política pública para as culturas indígenas em Pernambuco devem expressar: **RELAÇÃO COM A TERRA E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO**. Apoio à demarcação das terras indígenas como forma de reconhecimento da importância cultural e fortalecimento da nossa identidade, bem como, pelo entendimento de que nossos territórios são patrimônios culturais. (*Carta Final do Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas - Fórum das Culturas Indígenas em Pernambuco*, 2008).

Os participantes da oficina para propor políticas públicas elencaram sete eixos: editais e leis da política específica; Cultura digital e tecnologia; Formação e continuidade da escuta; Projetos e programas no campo da arte e da cultura; Comissão representativa e organizações indígenas; Investimento em arte e culturas indígenas; E Infraestrutura.

Em cada eixo foram descritas as demandas deles visando a “criação de políticas públicas que incluam a diversidade cultural e suas especificidades, respeitando as particularidades de cada povo”. Entre essas demandas, estavam: incluir como canal de comunicação e mediação com os povos indígenas de Pernambuco a APOINME e COPIPE e as organizações internas de cada povo; Criação de uma comissão formada por uma liderança, um professor e um jovem de cada povo indígena de Pernambuco para dialogar com o

Estado/FUNDARPE; Criação do Prêmio Culturas Indígenas Pernambuco; Apoio a Criação de Um Pontão de Cultura Indígena específico; Criação e Implantação do Projeto Pontos de Cultura Indígena em Pernambuco e Apoio ao Ponto de Cultura de Conceição das Crioulas; Discussão do projeto Células Culturais com os povos indígenas e quilombolas e implementação deste nas escolas dos povos; O apoio à demarcação de terras indígenas e o fim dos processos de criminalização das lideranças indígenas.

Ao final do encontro, três grupos de teatro foram selecionados para se apresentarem em um festival de teatro em São Paulo. Além disso, durante o Fórum, foi constituída a comissão formada por uma liderança, um professor e um jovem de cada povo indígena de Pernambuco para dialogar com o Estado/FUNDARPE e os produtores independentes sobre temas referente a cultura que envolva os povos indígenas. Marcou-se uma reunião com a COPIXO para se discutir o *Encontro de Jovens*. Após o *Encontro de Juventude, Arte e Culturas Indígenas - Fórum das Culturas Indígenas em Pernambuco*, entre os dias 10 e 12 de agosto, houve a apresentação das Culturas Indígenas em Recife. Como resultado desse evento, têm-se estreitado os diálogos entre os povos indígenas, através da COPIPE e da APOINME, e a FUNDARPE. Está última tem pautado as questões indígenas e quilombolas, mesmo que pontualmente e por pressão dos movimentos; No dia 16 de abril de 2009, foi lançado no Memorial dos Povos Indígenas e o edital de Pontos de Cultura Indígena pelo Ministério da Cultura e, posteriormente, quase todos os povos indígenas de Pernambuco conseguiram a implantação do Ponto de Cultura, bem como do projeto Células Culturais nas escolas indígenas e quilombola.

Imagem 72 - Apresentação grupo de teatro do povo Atikum, *I Encontro de Juventude, Arte e Cultura*, Aldeia Cimbres, povo Xukuru, Pesqueira - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2008.

Durante o Encontro, as lideranças e jovens indígenas observaram que os parceiros conseguiram reunir jovens de 8 povos indígenas do estado (Xukuru, Kambiwá, Kapinawá, Atikum, Truká, Pipipã, Pankararu e Pankará da Serra do Arapuá) e se questionaram que eles próprios poderiam articular e reunir os jovens de todos os povos do estado, expuseram a necessidade de criar uma organização de jovens. Observei que o início da organização de jovens indígenas em Pernambuco se deu ali, através da criação da comissão, formada por uma liderança, um professor e um jovem de cada povo indígena. Contudo, a criação dessa organização só se efetivou no *II Encontro de Arte e Cultura*, em 2012. Esse momento é relatado por Maurílio Truká:

No *II Encontro de Arte e Cultura*, lá no povo Xukuru mais uma vez, e lá a juventude sentiu essa necessidade de ver a juventude organizada. Por mais que se tivesse uma organização interna, para quem já tinha, a juventude passou a ter outros olhares para “por que é que está faltando gente aqui?”, “por que é que está faltando tais povos?”. Nessa formação e nesse encontro de arte e cultura só tinham apenas 7 (sete) povos indígenas. Aí a Secretaria de Cultura disse: “Ah! Porque a gente não conseguiu contato”. E aí, foi

onde nos vimos que seria bem mais fácil, nós mesmos conseguirmos fazer o contato com os outros povos, do que a própria secretária. Foi quando a gente realmente pensou em articular uma comissão, uma organização que pudesse atender a toda a juventude do nosso estado.

É uma coisa que a gente senta lá nesse *Encontro de Arte e Cultura*, porque nasce esse desejo da juventude por essa articulação, por essa organização da juventude indígena de Pernambuco.

De 2012 para cá, a gente tem andado nesse empenho e colocado um pé a mais na luta do nosso povo e tem dado essa contribuição para o movimento indígena. (Fala de Maurílio Truká, no *Encontro de formação da COJIPE*, janeiro de 2016).

A COJIPE foi formalizada quatro anos depois do *II Encontro de Arte e Cultura*, em 26 de agosto de 2012, durante a *Reunião da Comissão dos Professores Indígenas de Pernambuco* (COPIPE), na aldeia Capim de Planta, na Terra Indígena Xukuru do Ororubá, município de Pesqueira - PE. O primeiro encontro como COJIPE foi realizado três meses depois, em novembro de 2012, no Recanto Bom Jesus - Diocese de Floresta - PE, espaço cedido por Pe. Alberto Reanne. Maurílio Truká aponta que:

A COJIPE - Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco nasceu do desejo dos jovens indígenas, em 2012, com o objetivo de mobilizar os jovens e chamá-los para luta, sabendo que seremos nós que iremos dar continuidade a ela, então era a hora de aprendermos com os nossos anciãos e pôr em prática, a juventude sempre pautou a realidade em que vive almejando permanecer no território e conquistar seus direitos. (Maurílio Truká).

A COJIPE é composta por dois representantes de cada povo que são acompanhados por uma liderança de seu povo. Atualmente, têm-se treze povos indígenas em Pernambuco, deste apenas Pankaiwká não têm participado ativamente da COJIPE. Cada povo indígena possuem distintas formas de organizações internas: há etnias que por conto de divisões internas vão ter mais de uma organização interna e, em alguns casos, vão ter mais de uma organização de jovens indígenas. Por conta disso, vão ter representantes de cada seguimento dentro da COJIPE. Por exemplo, no povo Truká sua organização interna é dividida em TI Ilha de Assunção, TI área de Retomada CRC e TI Truká de Orocó. Embora, o povo Truká tenha uma Organização de Jovens Indígenas Truká (OJIT), esse povo possui representantes das três áreas dentro da COJIPE; outro exemplo é o Povo Pankará, a juventude leva em conta tanto os dois povos: Pankará da Serra do Arapuã e Pankará de Serrote dos Campos, como também vão levar em consideração que Pankará da Serra do Arapuã possui uma organização de jovens, mas Pankará de Serrote dos Campos possui duas organizações de jovens: OJIPA e JIP; O povo Pankararu tem representantes da TI Pankararu, TI Entre Serras, TI Retomada Opará; O

povo Kambiwá tem representantes da área do Nazário e da área da Baixa da Alexandria; Já entre o povo Xukuru do Ororubá, embora tenha o Coletivo de Juventude Poyá Limolaygo, a Ororubá Filmes e vários grupos de coco de roda, bandas de pífanos, os jovens deste povo coloca a necessidade de representantes apenas pela Poyá Limolaygo, pois estes jovens são os mesmos que também fazem parte dos outros segmentos internos.

O movimento indígena é uma grande inspiração para os jovens, mas um dos seguimentos desse movimento que possui um papel forte nesse processo de criação da COJIPE foi a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE), pois assim como nas reuniões dos movimentos indígenas, nos encontros e reuniões da COPIPE, os professores mobilizavam não só os professores, mas também crianças, jovens, pais de alunos, alunas e as pessoas mais velhas para participarem. Além disso, muitos jovens eram e são professores.

Os jovens participantes dessa comissão já observavam a necessidade de uma articulação no âmbito estadual para discutir as questões relativas à juventude indígena, mas também para se mobilizar em torno das reivindicações por educação, saúde, terra, subsistência, entre outras políticas públicas para seus povos, assim como políticas públicas específica de sua categoria, além de discutir as leis e a violação dos direitos constitucionalmente conquistados. Os jovens indígenas de Pernambuco se espelharam no modelo organizativo e de mobilização da COPIPE para construir a sua própria organização estadual. Como afirma Maurílio Truká, o ponto de partida é dado no *Encontro de Artes e Culturas Indígenas*.

A COJIPE nasce do desejo de muitos jovens que participaram do Primeiro e do Segundo *Encontro de Arte Cultura* no povo Xukuru de Ororubá, nesse encontro sentimos a falta de alguns jovens de outros povos, apenas encontrava-se sete dos doze povos: Xukuru, Truká, Kambiwá, Pipipã, Atikum, Fulni-ô e Entre Serras de Pankararu.

A falta dos outros cinco povos nos fez refletir sobre o processo de luta da juventude indígena vimos que precisávamos nos articular fazendo ponte aos outros territórios indígenas do nosso estado e assim nasce a COJIPE - Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco, com o objetivo de incentivar o protagonismo político, cultural e social dos jovens e adolescentes indígenas, fortalecendo assim a identidade étnica de cada um. (Maurílio Truká, janeiro de 2016).

Após o *II Encontro de Artes e Culturas Indígenas*, financiado pela FUNDARPE, surge a COJIPE com os objetivos de mobilizar e articular os jovens indígenas e também propor políticas públicas para essa categoria, o fortalecimento da identidade étnica e a valorização dos saberes culturais de seus respectivos povos. Desde então, a COJIPE vem realizando 3 a 4

encontros anuais, com duração de 2 a 4 dias, no qual cada encontro é promovido, articulado e financiado pelos próprios jovens com ajuda das lideranças e comunidades. Cada reunião é realizada em um povo diferente do estado (o povo que sedia fica responsável pela infraestrutura, alimentação e hospedagem que são nas casas da própria comunidade, escolas ou espaços dentro da aldeia). Os jovens de cada povo assumem a responsabilidade de garantir seu transporte para o encontro e fazem uma cotinha para contribuir com a mistura (frango, carne, ovo) para o encontro, outra cota é realizada para as confraternizações e/ou despesas extras.

Imagem 73 - Reunião da COJIPE, 30 de abril de 2014.



Fonte: Arquivo pessoal de Maurílio Truká, 2014.

Essas reuniões possuem o caráter de assembleia e são espaços de articulação, formação e compartilhamentos de experiências dos jovens, onde são definidas prioridades de reivindicações e demandas, nas quais são discutidas, avaliadas e deliberadas as próximas ações da COJIPE. A metodologia de ação da COJIPE envolve estudos em grupos, discussões em plenárias, palestras, formações, oficinas, apresentação de vídeos, seminários com participação efetiva dos jovens e lideranças, partilha de experiências, rodas de discussões, confraternizações e lazer.

As atividades e reuniões da COJIPE, geralmente, são organizadas por consenso e discussões no grupo do *Whatsapp* ou por chamada via celular. As discussões via rede social do *Whatsapp* facilita o contato entre os representantes da COJIPE, haja vista que os

representantes são de povos diferentes, na maioria das vezes em cidades diferentes. Contudo, algumas discussões levam dias para se resolver. Os representantes de cada povo também realizam ações diferentes entre si, pois cada povo tem ações autônomas local e regionalmente e se organizam independentemente da COJIPE. Essa autonomia não divide, mas se potencializa, pois os grupos locais se utilizam dos apoios e dos materiais da COJIPE para suas ações dentro e fora do povo, bem como das redes de relações criadas.

Imagem 74 - Reunião COJIPE, no povo Pankará de Serrote dos Campos, 2016.



Fonte: Arquivo COJIPE, 2016.

As juventudes indígenas pernambucanas foram motivadas através da participação nos movimentos indígenas, nas discussões internas ao povo e entre povos, nos grupos de jovens das pastorais, nas Oficinas de Arte e Cultura, realizadas pela Associação Estação Cultura, nas Oficinas de Audiovisual, realizadas pela Cabra Quentes Filmes e pela Rede Índios Online, nas Oficinas da FUNDARPE, nas Oficinas promovidas pelo CIMI. Através dessas motivações que esses jovens, então, fazem os encaminhamentos para a criação da organização de jovens a nível estadual, a Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE). Maurílio Truká relembra esse momento:

Aí tivemos uma discussão interna em 2004, depois passou tivemos uma discussão em 2008, com uma discussão externa, através da Secretária de Cultura do Estado de Pernambuco, eles conseguiram ter uma conversa e um diálogo com a juventude, lá no povo Xukuru.

Que como Guila Xukuru disse que foi na qual conseguiram articular quase todos os povos de Pernambuco para participar do *I Encontro de Arte e Cultura*, em 2008. Em 2008 já tinha uma provocação das juventudes de estar internamente discutindo [em cada povo] e apresentando a história do seu povo através da arte. Era através do teatro. E aí, desse *Encontro de Arte e Cultura*, a juventude se animou e depois que voltou para seus territórios deram continuidade a essas atividades. (Fala de Maurílio Truká, no *Encontro de formação da COJIPE*, janeiro de 2016).

Nesses encontros, cada povo levou o seu grupo de teatro, de toré. Já estavam acontecendo as oficinas de audiovisual, então, os jovens começaram a gravar, filmar, fotografar, ou seja, a registrar os momentos para si e para os seus povos, a divulgar esses momentos; Elaboram poemas, criam apresentações teatrais e danças sobre a história de seus povos e a vida das lideranças.

Dentro de alguns povos, como mencionado, a juventude não conseguiu o apoio de suas lideranças locais para fazer suas organizações específicas de jovens. A juventude de um povo, se junta com os jovens de outros povos indígenas do estado e criam a COJIPE, em 2012. Por exemplo, entre os Xukuru, os jovens vinham demandando por momentos específicos da juventude e organizações específicas, contudo as lideranças consideravam pertinente a participação dos jovens, mas que fossem dentro da organização e movimento indígena que já existia e não como uma organização específica de jovens. (*Carta da Assembleia* de 2004 é colocada essa questão). Os jovens Xukuru se unem aos jovens dos outros povos para a criação de uma organização estadual. Somente em 2013, um ano depois da criação da COJIPE é que eles conseguem criar sua organização local, o Coletivo Poyá Limolaygo, no povo Xukuru e a Dedekó, no povo Tuxá de Inajá.

7.5 Povo Tuxá de Inajá - PE: A DEDEKÓ (lugar sagrado)

Os Tuxá de Inajá, em 2012, criaram o grupo de jovens DEDEKÓ que significa Lugar Sagrado. O grupo se reúne a cada 15 dias, junto com as lideranças, para buscar melhorias para o povo. No *Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, 2016, o grupo se apresentou para a assembleia do evento.

A cacica Aline Tuxá⁷⁷, 26 anos, em conversa no *Facebook*, no dia 12/07/2017, mencionou que “DEDEKÓ é uma palavra da língua Dzubukuá que significa Lugar Sagrado”. O grupo DEDEKÓ possui estatuto, atualmente participam 23 pessoas, com idade entre 18 a 36 anos, como consta no estatuto. Contudo, segundo as lideranças jovens, participam também pessoas abaixo ou acima dessa idade. “Tem crianças com 8 anos de idade que participam, assim como lideranças de 67 anos que também acompanham, ou seja, todas as pessoas do povo Tuxá de Inajá podem participar”, afirma a cacica Aline Tuxá. A faixa etária na ata, segundo Aline Tuxá, foi escolhida para poder atender ao formato dos documentos exigidos para uma Associação e para poderem viabilizar projetos, por isso as pessoas no documento tem que ser maior de 18 anos.

Sendo assim, a partir da COJIPE, os jovens de cada povo indígena de Pernambuco, que ainda não tinham suas organizações locais perceberam a necessidade de continuar sensibilizando as suas lideranças para articularem os jovens e criarem suas organizações locais. Como rememora Guila Xukuru:

No caso daqui de Pernambuco... Sei que primeiro tem que ter uma coesão para poder sair da base, mas aqui a gente começou pela Estadual, porque foi a forma que a gente encontrou na época para participar e conseguir se articular e aí isso fez com que tipo... Em Pankararu apareceu o movimento de juventude que hoje é forte, também em Kapinawá, em Xukuru, em Truká... Então... Em Pankará, Tuxá. (Guila Xukuru).

Assim, os jovens criaram e consolidaram suas organizações locais, por etnia, a OJIT, Poyá Limolaygo, OJKA, GJNIK, MOJIP, entre outras. Para Guila Xukuru:

Então, parece que... A gente tentou e tentou articular as organizações e a gente viu que aqui em Pernambuco, em vários lugares não tinha organizações. Aí o pessoal do CIMI ajudou para que a gente pudesse conversar com os Caciques dos povos. Isso em Pernambuco por povo, na Bahia isso é bem mais difícil que são bem mais povos. E aí eles começaram a indicar pessoas para participar da Comissão e a gente foi se reunindo a cada 3 meses para acontecer as reuniões para sentar e conversar o que é que está acontecendo lá e o que é que está acontecendo aqui, como é que a gente pode se ajudar. E aí terminou que aqui hoje em Pernambuco, todos os povos conseguiram funcionar como base. Todos os povos têm... A galera que participa conseguiu fazer a articulação de base. Se a gente for olha as caras de 2012 já não são as caras de 2016. Alguns povos são as mesmas pessoas, mas alguns povos as pessoas que articulou e que pensou no coletivo já não está mais, já é outra pessoa que o movimento articulou.

... E assim, uma coisa que a gente investiu muito foi a história da formação. A gente conseguiu aprovar um projeto, através de um edital, aqui em

⁷⁷ Aline Pajeú, 26 anos, conhecida como Aline Tuxá, cacica de seu povo, fundadora da DEDEKÓ, representante da COJIPE e professora indígena.

Pernambuco pelo FUNCULTURA que financiou uma formação para a juventude indígena. (Guila Xukuru).

Como relatado no texto, a criação do Coletivo Poyá Limolaygo do povo Xukuru, foi em 2013, após a criação da COJIPE em 2012 (ver, abaixo, quadro com os grupos e organizações de jovens indígenas em Pernambuco, por ano de criação).

Quadro dos grupos, coletivos e organizações das juventudes indígenas em Pernambuco

Grupo/Organização	Município	Povo/Etnia	Ano
Organização de Jovens Indígena Truká (OJIT)	Cabrobó e Orocó	Truká	2004 é formada a OJIT e em 2005 na Assembleia do povo Truká é oficializada em Ata.
Grupo de Jovens Kyrimbaus Atikum	Carnaubeira da Penha e Salgueiro	Atikum	2005.
Grupo de Jovens Indígenas Nazário Kambiwá (GJINK)	Ibimirim, Inajá e Floresta	Kambiwá	2005 foi formado o grupo de teatro Kambiwá e em 2007 esse grupo se nomeia GJINK. Para poder participar de editais o grupo se formalizou como uma associação, em 2008. (Kambiwá do Nazário).
União Juventude Kambiwá (UJK)	Ibimirim, Inajá e Floresta	Kambiwá	Criado em 2005, mas foi desativado. Posteriormente, por questões interna da juventude Kambiwá, o grupo da Baixa da Alexandra decidiu fazer parte da COJIPE sem intervenção de

			outra organização e reativa o grupo em 2017. (Kambiawá Baixa da Alexandria).
Grupo de Teatro Mandaru	Pesqueira e Poção	Xukuru do Ororubá	2005.
Ororubá Filmes	Pesqueira e Poção	Xukuru do Ororubá	2007.
Movimento dos Jovens Indígenas Pankararu (MOJIP)	Jatobá, Tacaratu e Petrolândia	Pankararu	2005 foi criado o Movimento dos Jovens Pankararu, em 2010 esse movimento dá uma esfriada e após a criação da COJIPE os jovens retomam o grupo como MOJIP, em setembro de 2013.
União da Juventude Pankararu (UJP)	Aldeia Brejo dos Padres - Tacaratu	Pankararu	2007 e retomam em 27 de julho de 2009.
Grupo de Teatro Pankararu	Jatobá, Tacaratu e Petrolândia	Pankararu	2008.
Maruá - Samba de Coco Kapinawá	Buíque, Tupanatinga e Ibimirim	Kapinawá	2008.
Rede de Comunicação Pankararu	Aldeia Brejo dos Padres - Tacaratu	Pankararu	2009.
Comissão de Jovens Indígena de Pernambuco (COJIPE)		Todos os povos indígenas em Pernambuco	2012.
DEDEKÓ – Povo Tuxá	Inajá	Tuxá de Inajá	2012.
Coletivo Poyá Limolaygo – Povo Xukuru	Pesqueira e Poção	Xukuru do Ororubá	2013.
Organização dos Jovens Indígenas Kapinawá (OJKA)	Buíque, Tupanatinga e Ibimirim	Kapinawá	2015. *Em 2008, foi criado o GJKA – Grupo de

			Jovens Kapinawá, em 2012 passou a ser OJKA e em 2015 a OJKA foi reavivada e começaram a sair para fora do povo Kapinawá e a participar de outras organizações, fóruns e comissões.
Samba de Coco Toipe do Ororubá	Pesqueira e Poção	Xukuru do Ororubá	2017.
Grupo Flor de Jurema do Ororubá	Aldeia Cimbres - Pesqueira	Xukuru do Ororubá	2018.
Borduna Filmes	Buíque, Tupanatinga e Ibimirim	Kapinawá	2018, 2019.
Grupo de Jovens de Entre Serras Pankararu	Petrolândia	Entre Serras Pankararu	Criado junto com o grupo de teatro em 2007.
Movimento Juventude Indígena Fulni-ô (MOJIF)	Águas Belas	Fulni-ô	2014.
Movimento Yoô Fulni-ô	Águas Belas	Fulni-ô	2016.
Grupo Cultural Walê Fulni-ô	Águas Belas	Fulni-ô	2018. *O grupo foi criado em 1999 com o objetivo de realizar apresentações em escolas visando a interação entre as crianças e os indígenas, no Distrito Federal. Em 2018, o grupo retorna para Águas Belas, realizando apresentações com

			financiamento do Funcultura.
Thulse Audiovisual	Águas Belas	Fulni-ô	2019
Juventude Indígena Pankará (JUIPAN)	Carnaubeira da Penha	Pankará da Serra do Arapuá	O Grupo de jovens já existia, mas foi depois da participação na Caminhada antinuclear, em Itacuruba, organizada pela COJIPE que eles se reagruparam e nomeou o grupo em 19 de maio de 2019, quando as novas coordenadoras Luciana e Maria De Lourdes, conhecida como Bia assumiram. Participa a juventude de 12 até 29 anos.
Organização de Juventude Indígena Pankará (OJIPA)	Itacurubá	Pankará de Serrotes dos Campos	Janeiro de 2019, antes o grupo de jovens não tinha nome.
Organização de Juventude Indígena Pankará (JIP)	Itacurubá	Pankará de Serrotes dos Campos	Em 2019, por conta de conflitos internos o povo Pankará de Serrote dos Campos passou a ter duas cacicas e assim o grupo de jovens OJIPA se dividiu e deu origem ao JIP, em julho de 2019.
Grupo de Jovens Pipipã	Floresta	Pipipã	O grupo foi criado junto com o teatro da

			juventude Pipipã em 2005, mas de 2018 para cá deu uma parada na sua organização interna, embora continuem com representação na COJIPE.
Juventude Indígena Tuxi (JIT)	Belém de São Francisco	Tuxi	Criado em 25 de maio de 2019. Ao participar da COJIPE, a juventude Tuxi começou a se organizar em grupo. Atualmente participam 21 pessoas.
Organização Da Juventude Indígena Tuxá Campos (OJITC)	Itacuruba	Tuxá Campos	O grupo de jovens foi criado em 2018, mas o nome OJITC foi colocado no início de 2020, embora os jovens já estivessem grupo, este não tinha nome antes. Atualmente, esse grupo está elaborando o seu estatuto, com o intuito de formalizá-lo para pleitear políticas públicas e recursos para projetos dessa categoria.
Grupo de Jovens de Tuxá Pajeú	Itacuruba	Tuxá Pajeú	Entrou na COJIPE em 2019.
MOJU - KAPINAWÁ	Buíque	Kapinawá	Formado em

(Movimento de Juventude Kapinawá)			12/08/2019, a partir da participação na Associação das Mulheres Artesãs Kapinawá - AMARK. Esse grupo ainda está em processo de aceitação e reconhecimento do cacique, mas, segundo Wanderson Kapinawá, a maioria das lideranças apoia o movimento.
Grupo de Jovens Pankaiwká	Jatobá	Pankaiwká	O grupo foi criado junto com o teatro em 2007, mas de 2016 para cá andam afastados das atividades da COJIPE.

Fonte: Levantamento realizado durante pesquisa de campo de 2016-2020. Autora: Hosana Santos, 2020.

7.6 Outras formações e atuações da COJIPE

Em 2014, a COJIPE, em parceria com a antropóloga Manuela Schillaci, elaborou um projeto de formação e concorreu ao edital do FUNCULTURA da FUNDARPE. O projeto foi aprovado e teve como objetivo realizar oficinas de formação e intercâmbio de experiência entre os jovens da COJIPE. As oficinas foram realizadas entre os anos de 2015 e 2016.

Desde 2012, são oito anos de existência da COJIPE, com diálogo, discutindo, articulando, mobilizando, formando e construindo a organização das juventudes indígenas de Pernambuco.

Imagem 75 - Momento de *Formação da COJIPE*, visita à Casa Real da Torre



Fonte: Arquivo pessoal Maurílio Truká, Salvador - BA, 2015.

Imagem 76 - *Formação COJIPE*, visita ao Padre Cícero.



Fonte: Arquivo COJIPE, Juazeiro do Norte - CE, 2016.

Ainda em 2016, realizaram o *I Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, na aldeia Pedra D'água, Terra Indígena Xukuru do Ororubá, município de Pesqueira - PE. Nesse encontro, os jovens apresentaram os grupos de teatro e apresentaram suas histórias e seus grupos, coletivos e organizações de jovens indígenas.

No segundo dia, cada estado discutiu sobre: Os sonhos (utopias), desejos e desafios da juventude e como a juventude vem se organizando em seus povos e regiões. Os grupos se reuniram para discutir e elaborar apresentação da síntese do que foi discutido. À tarde, cada grupo apresentou sua síntese na plenária.

Quadro síntese dos sonhos, desejos e desafios da juventude na Paraíba e em Pernambuco

PARAÍBA Desafios Boa tarde, meu nome é Juscelino Tabajara da Paraíba aqui em nosso grupo foram os Potiguara e os Tabajara da Paraíba. - Manter a cultura indígena na cidade; Porque muitas vezes os jovens indígenas que moram na cidade, que não mora na aldeia para poder estar dentro do processo de construção que a gente tem dentro da aldeia, também a questão do processo de liderança que fica bem mais difícil para quem está morando na cidade. Porque nós que moramos na aldeia temos toda uma rotina, um cotidiano lá com as lideranças e isso ajuda a manter forte a missão e o desafio que a gente tem que superar. - As dificuldades de cultura indígena também existem em algumas aldeias; - Assumir o compromisso com o processo histórico dos indígenas; Isso também em relação aos jovens da gente conseguir junto com as nossas lideranças melhorar isso, com sabedoria para se juntar, buscando a melhoria dessa juventude e que a juventude entenda que precisa disso, de cada um ser protagonista e não esperar pelos outros, mas eu como jovem procurar melhorias. - Falta de oportunidade para que os jovens indígenas possam participar mais das ações sociais nas aldeias; - As lideranças precisam abrir espaços aos jovens indígenas; Boa tarde pessoal, só contribuindo aqui junto com Jucelino, eu sou Gessé Potiguara da Paraíba as dificuldades são a falta de espaço para que os jovens indígenas possam participar mais das ações sociais nas aldeias isso significa quê falta apoio no nosso povo Às vezes a uma certa restrição à participação dos jovens, ou seja, como as vezes eu falei para eles nas reuniões, eu acho que nem todo Cacique ele pode abri a boca para dizer que é uma liderança, isso me bate sempre, porque você liderança qualquer um dia a gente pode ser. Então, eu vejo que, às vezes, eu vejo em algumas aldeias... As vezes que os jovens não têm essa oportunidade de contribuir mais de acordo com que ele queria, certo. - Interagir com as “tecnologias” mantendo a cultura indígena; Juscelino - A gente sabe que hoje a gente tem oportunidade de ter <i>Facebook</i>, <i>WhatsApp</i> e
--

muitas vezes a gente acaba perdendo muito tempo, o que seria um tempo de usar para outras coisas ou poderia conciliar esse mecanismo de fortalecimento de nós jovens indígenas para enriquecer mais movimento dos nossos povos

- Intolerância religiosa (doutrinação);

Também é um desafio muito grande que eu acredito que não só nós povos Tabajara e Potiguaras sofremos com isso, como também outras comunidades. A imposição das religiões dentro das aldeias indígenas ela ainda existe até hoje e muitos jovens, eu digo isso porque isso acontece lá no meu povo, na minha etnia mesmo e os jovens se recusam a querer participar dos rituais, por conta de uma religião que doutrina ele daquela forma para isso. Tem que ter alguma forma de que se consiga conciliar essa religião essa forma é dever deles conciliar, com o nosso ritual, com a nossa cultura.

Gessé – É um desafio, porque a gente tem uma preocupação. Você sabe que a maioria da Juventude desses que estão entrando também no padrão da juventude, não é! Eu digo assim, porque eu já estou há mais tempo, certo e eu tenho analisado muito essas questões desses adolescentes que estão passando por essa fase de juventude que o interesse já não é mais o mesmo, já não consegue acompanhar certos processos que acontecem no povo, que acontece no movimento indígena e acaba que isso enfraquece nosso povo. Então, é preciso um aviso intenso para os próximos dias, os próximos anos.

- A escola como fortalecedora da identidade e norteadora do processo de construção de lideranças;

Gessé – porque eu digo assim lá no nosso povo, nós temos uma escola diferenciada e foi graça a essa escola que eu tive a oportunidade de aprender o que era a cultura indígena em minha vida, certo. Aprenderam também outros jovens que passaram nessa escola que eu passei e conseguimos, sim, brigar e ter uma educação diferenciada e cada dia tá se tornando um novo líder, uma pessoa de caminhada nesse movimento, para entender o processo desse movimento não é fácil. Sabemos que quantas lideranças já deram a sua vida para que nós hoje estivéssemos aqui e a gente precisa desse momento, porque a escola tem um papel fundamental nesse processo de formação, se ela é uma escola diferenciada ela tem que trabalhar isso, fazer com que o aluno, a criança que chegue, ela tem a concepção de que mas que ela tem importante naquele momento é a cultura, as outras coisas a gente vai aprendendo com o tempo, mas sim a cultura vem primeira mão, é a peça fundamental e fundamental para nossa vida.

- Conselho Municipal da Juventude em cada município;

Gessé- Nessa questão dos Conselhos Municipais de Juventude, é preciso ver também para estar inserindo a juventude indígena, porque isso também é muito importante a juventude indígena está ocupando os espaços lá!

Desejos

- Ter acesso garantido à Terra Indígena (Tabajara);

- Ocupar espaços e permanecer nele com qualidade;
- Ter a possibilidade de garantir sua renda na aldeia, conseguir conciliar seu trabalho na cidade e ter acesso a atividades nas aldeias;
- Multiplicar a participação dos jovens indígenas na universidade e voltar seus conhecimentos acadêmicos adquiridos para a aldeia;
- Ter uma organização de jovens indígenas do Nordeste fortalecida;
- Que as futuras gerações tenham a possibilidade de viver em suas terras demarcadas e homologadas;
- Que as futuras gerações possam usufruir das condições ecológicas que a natureza oferece (Rios, matas, lugares sagrados, etc.);
- Que a sociedade branca possa ser mais tolerante respeitando os outros grupos étnicos: indígenas, negros, ciganos, etc.

Formas de Organizações:

- Criação de uma organização dos jovens indígenas Tabajara;
- OJIP, AUP, PET Indígena Potiguara, GT indígena/ SEAMPO/ UFPB, PJR, Rede de Jovens do Nordeste, RECID, Território da Cidadania, Conselho Estadual de Juventude, Orçamento democrático.

PERNAMBUCO

Grupo 1 Xucuru, Artikum, Kambiwá, Kapinawá

Desejos e desafios

- Que o território seja de fato conquistado, não sofrendo ameaças, e exemplos da PEC, PLP, e (garantia do território);
- Fortalecer articulação entre povos e a troca de experiência dos trabalhos e atividades desenvolvidos nas comunidades;
- Valorização dos mais velhos a partir da sua história e contribuição no povo;
- Que a juventude se politize sobre seus direitos e deveres frente aos movimentos indígenas;
- Todos os apontamentos anteriores estão e podem ser trabalhados a partir dos grupos ou coletivos da Juventude, que por sua vez, busca desenvolver ações do fortalecimento cultural e político como um todo.
- Que a partir da escola, a juventude aprenda e conheça melhor a Constituição;
- Que o movimento da Juventude indígena cresça para o fortalecimento de sua identidade

dentro e fora da aldeia.

Grupo 2 Tuxá, Pipipã, Xukuru, Pankará, Tuxá de Inajá

Letra A

Tuxá: dar continuidade à luta, tradições e costumes. Fortalecer a cultura, pois a luta é contínua.

Pipipã: participação dos jovens para o fortalecimento da cultura, envolvimento da Juventude com os mais velhos.

Pankará Itacuruba: demarcação das terras, participação dos jovens para que dos mesmos sajam nossas lideranças, participação ativa dos parentes na nossa luta, formação de profissionais qualificados dentro dos povos, melhorias na saúde e na educação, garantir o acesso às universidades públicas.

Xukuru: ter divulgação na mídia do que realmente acontece dentro dos povos.

Letra B

Independente de qualquer coisa, o que prevalece é a união, porque todos lutam pela mesma causa.

Tuxá de Inajá: Dedekó (lugar sagrado)

É um grupo de jovens que a cada 15 dias se reúnem com as lideranças para buscar melhorias para o povo.

Fonte: Transcrições das falas apresentadas no *I Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*. Autora: Hosana Santos, 2016.

Foi feita a sistematização das falas. Em seguida, houve as falas de algumas lideranças (Pajé Zequinha, Naiton Pataxó Hãhãhãe, Zenilda Xukuru). Seu Nailton hã-hã-hãe afirmou a importância da manutenção do território e a questão do reflorestamento para garantir a permanência dos povos e encantados nos territórios. Seu Zequinha falou da felicidade de ver a juventude lutando e buscando se fortalecer. “Todos que estavam presente sairão mais fortalecidos para seus povos”. (Seu Zequinha, pajé Xukuru).

Foi mencionado, pelas lideranças mais velhas, a importância da juventude se fortalecer e se organizar. Dona Zenilda expôs a demanda do ser índio. “A palavra índio é pequena, mas traz muitos significados. Precisamos respeitar esse significado e a necessidade de afirmar e reafirmar que se é índio”. (Zenilda Xukuru).

Um dos elementos que mais foi perpassado em todos os grupos foi à terra. O grande desejo de ter o território livre, ou seja, desintrusado. Não só ter o território demarcado, mas ter o território livre dos posseiros. E na atualidade tem os embates políticos da conjuntura atual que pode retroceder nas conquistas de direito. A questão da organização da juventude contribui para se articular e fortalecer em nível de Nordeste e nível Nacional. A necessidade de uma Educação Específica e Diferenciada que não está garantida em todos os povos, a necessidade de uma Universidade que respeite os povos indígenas desde o ingresso e a sua permanência. “Que as universidades utilizem ferramentas para conter as inúmeras formas de preconceitos sofridas pelos estudantes indígenas”. (Silvinha Xukuru, 2018).

Ter uma saúde diferenciada que respeite o conhecimento dos anciões e especialistas dos povos indígenas. Houve ainda uma proposta de quem sabe um dia se ter uma Universidade Indígena.

Após esse encontro, outros povos também se motivaram a criar suas organizações como foi o caso dos Tabajara, na Paraíba e o povo Pankará de Serrote dos Campos, em Pernambuco. Em fevereiro de 2020, aconteceu o *II Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, no TI do Povo Potiguara - PB, acompanhei e colaborei, um pouco, nas discussões e elaboração da pauta para o evento. Contudo, estava finalizando a escrita desta tese e não compareci ao evento.

Entre os Pankará de Serrote dos Campos há tempos que os jovens se reúnem em grupo, mas somente em janeiro de 2019 que eles colocaram o nome de Organização da Juventude Indígena Pankará (OJIPA) e por cisão na organização interna dessa etnia, nesse mesmo ano, a organização de jovens se dividiu dando origem, também, à Juventude Indígena Pankará (JIP).

O discurso de boa parte dos representantes da COJIPE era que, à exceção o povo Truká, as organizações locais foram criadas depois da organização estadual, a COJIPE, mas, ao longo da pesquisa, ao fazer o levantamento dos grupos e organizações de jovens indígenas, percebi que havia outros grupos que também foram criados antes, mas, realmente, a maioria dos grupos foi criada ou retomada após a criação da COJIPE, quando os jovens de uma etnia foram se agregando, se capacitando e mobilizando com as juventudes organizadas dos outros povos indígenas do estado.

Em Pernambuco, os dados mostraram que além do povo Truká, os povos Atikum, Kambiawá, Pankraru e Kapinawá criaram suas organizações antes da COJIPE. O povo Xukuru

do Ororubá já tinha grupos de jovens, grupo de teatro e audiovisual antes da COJIPE. Contudo, a organização da juventude Xukuru através do Coletivo Poyá Limolaygo só foi criada depois da COJIPE. O povo Tuxá de Inajá criou sua organização logo depois da criação da COJIPE. Além disso, dois povos indígenas: Pankaiwuká e Pipipã, possuem grupos de jovens que se reúnem, mas não têm nomes específicos, se autodenominam apenas como grupo de jovens indígenas ou como a juventude indígena de tal povo e, ainda sim, esses grupos possuem representações dentro da COJIPE. Recentemente, em 2019, foram integrados representantes das juventudes dos povos indígenas: Tuxá Campos, Tuxá Pajeú e Tuxi que vêm demandando o reconhecimento de suas etnias e pleiteando a inserção e abertura do processo de regularização fundiária de seus territórios à FUNAI.

A partir da inserção na COJIPE, em 2019, os jovens do povo Tuxi fundaram, naquele mesmo ano a Juventude Indígena Tuxi (JIT) e os jovens do povo Tuxá Campos também formaram a Organização da Juventude Indígena Tuxá Campos (OJITC), em 2019 e está começando a elaborar o estatuto, no corrente ano (2020), para o grupo poder se formalizar e pleitear políticas públicas e recursos para projetos voltados para a juventude. Os Tuxá Pajeú possuem grupos de jovens, mas ainda não têm nome de organização. Ainda em 2019, formou-se outro grupo no povo Kapinawá, o Movimento de Juventude Kapinawá (MOJU - KAPINAWÁ), a partir da participação de alguns jovens na Associação das Mulheres Artesãs Kapinawá (AMARK). Contudo, o MOJU - KAPINAWÁ ainda está em processo de aceitação do cacique. Estava concluindo a escrita da tese, quando Wanderson Kapinawá pediu que incluísse este grupo e relatou:

Boa noite, sou Wanderson Kapinawá nós temos um grupo de jovens que se chama MOJU - KAPINAWÁ (Movimento de Juventude Kapinawá). Antes era só a OJKA, como você sabe, mas estamos em processo de aceitação do cacique, pois a maioria das lideranças apoiam nosso movimento, que surgiu dos jovens de uma associação e vem progredindo cada vez mais. Nos reunimos todo primeiro domingo do mês, para as reuniões da associação, quando tem alguma pauta, nós colocamos em prática. (Wanderson Kapinawá, 2020).

Imagem 77 - Toré realizado pelos jovens indígenas em *encontros da COJIPE*.



Fonte: Arquivo pessoal de Sandriane Pankará, 2019.

Em Pernambuco, não tem organização de estudantes indígenas locais ou estaduais; as discussões são feitas dentro das organizações dos professores indígenas entre cada povo ou pela COPIPE e recentemente dentro da COJIPE e das organizações de jovens locais ou dentro dos movimentos indígenas, através das articulações com os outros povos. Nos últimos cinco anos, o historiador Edson Silva e a pedagoga Maria da Penha Silva têm acompanhado as discussões sobre os grupos de estudos com os universitários indígenas da cidade do Recife, na UFPE, UFRPE e UPE.

Na Paraíba, a juventude indígena Potiguara - PB, articulada já participava e organizava o *Encontro Nacional de Estudantes Indígenas* (ENEI), incentivou para que os jovens dos povos de Pernambuco participassem e estes começaram a participar. Na *Assembleia Anual do povo Xukuru* de 2016 e, na *Assembleia dos Jovens Indígenas do Nordeste* de 2016, os Potiguara articulam um grupo de estudantes indígenas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que, estavam em contato com eles através da organização do ENEI de 2017 que, aconteceria no ano seguinte, na Bahia. Os jovens indígenas da Bahia foram para o território do povo Xukuru do Ororubá, em Pernambuco e, durante as Assembleias, conversaram com a juventude do povo Xukuru presente e, fizeram o convite para que estes participassem desse espaço de troca e diálogo, o ENEI. Durante o *Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste*, o convite foi estendido aos demais povos. Nessa ocasião, estas mesmas lideranças jovens da

Bahia me solicitaram que eu ampliasse a minha pesquisa sobre a juventude incluindo a Bahia. Procurei inclui-los no que podia, mas fica aqui registrada a demanda das juventudes indígenas da Bahia para futuras pesquisas.

Embora algumas pessoas de Pankararu e Kapinawá já tivessem participado do ENEI, foi a partir dessa articulação que, em 2017, houve uma ampliação na participação dos povos indígenas de Pernambuco. Dos povos indígenas de Pernambuco estavam presentes, em 2017: Xukuru, Pankararu e Tuxá de Inajá. David e Ewerton Xukuru se articularam junto com um grupo de estudantes indígena da UFSCAR, universidade à qual estão vinculados e os apoiou para participar do evento.

Já durante a *Assembleia Anual Xukuru* de 2018, o Cacique Marcos Xukuru abriu espaço de fala também para os jovens Potiguara e outros jovens indígenas da comissão do ENEI para falarem sobre o descaso do Ministério da Educação em relação aos estudantes indígenas, negros e quilombolas e denunciaram o corte da verba das bolsas Permanências. Os jovens pediram apoio das lideranças indígenas e dos movimentos indígenas.

Nesse mesmo ano (em junho), os jovens indígenas de vários estados do Brasil foram à Brasília reivindicar a continuidade das Bolsas de Permanência, entre outras demandas dos universitários indígenas. Em novembro do mesmo ano, uma comissão do ENEI, articulada por Bruno Potiguara - PB, 28 anos⁷⁸, participa de uma reunião com os jovens, professores e lideranças Xukuru do Ororubá - PE, além de discutirem sobre a questão da educação superior indígena, iniciaram uma articulação para pensar um encontro de estudantes indígenas no Nordeste. Posteriormente, aconteceram mais duas reuniões (uma em dezembro e outra em janeiro) da comissão do ENEI, no território do povo indígena Potiguara - PB, para pensar o projeto desse encontro. Nessas reuniões, além dos jovens indígenas, participaram integrantes do CIMI e das Universidades. Foi possível notar que através das redes de articulações entre eles, eles acionaram outras redes de mobilizações.

Uma coisa que para os jovens indígenas de Pernambuco era utopia e vai aparecer mais forte no movimento de professores indígenas é a discussão sobre Universidade Indígena. Nos

⁷⁸ Bruno Rodrigues da Silva, 28 anos, conhecido como Bruno Potiguara ou Itaîybá Potiguara – jovem indígena do Povo Potiguara - PB, representante da Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), da Associação de Universitários Potiguara (AUP), estudante do curso de graduação em ecologia pela UFPB, Pesquisador do GT-Indígena/SEAMPO/UFPB; Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET-Indígena da UFPB; membro da Comissão Nacional de Estudantes Indígenas representante do Nordeste; membro da Comissão organizadora do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI).

povos dos outros estados essa discussão já está mais presente dentro das organizações de jovens indígenas e das organizações de estudantes e universitários indígenas.

Ao longo desses anos, os jovens indígenas foram ocupando espaços políticos importantes dentro e fora do seu povo. Esses espaços vão se constituir em espaços de poder. Os jovens vão avançar em suas ações coletivas, em mobilizações políticas dos movimentos, mas ainda assim vão estar sob os direcionamentos das suas lideranças tradicionais.

Um desafio para eles é avançar em um diálogo que possibilite serem reconhecidos por suas lideranças. Outro desafio é a autonomia financeira. Boa parte dos jovens não possui rendas ou quando possuem os valores recebidos e os compromissos familiares não permitem sobras. Esse fato dificulta a autonomia do movimento de juventude indígena. Contudo, os jovens vêm buscando alternativas para transpor essas dificuldades.

As categorias “jovens indígenas” e “juventude indígena” surgem, assim, num contexto do acesso das comunidades indígenas às mídias, sobretudo internet e celular, mas também o teatro e a produção de vídeos, como um modo de evitar a dispersão da juventude e o despertencimento que caracteriza as sociedades de estilo liberal ocidental, e também como o caminho encontrado para equacionamento de tensões que essa situação acarretaria. Em vez dos jovens romperem com as tradições de seus povos, eles desenvolveram laços sociais numa direção de “luta” e de fortalecimento tanto de si como da categoria, como ação coletiva de todo povo indígena. Os jovens se formam na comunidade e são "sabedores dos conhecimentos tradicionais" (Marcinha Xukuru) Foi uma atitude audaciosa, ou seja, como bem expressa o jovem Maurílio Truká, "fortalecer a luta dos mais velhos através da juventude". Com essa direção, a “luta” dos povos indígenas se fortaleceu, num exemplo histórico de reconstrução e inovação de sua existência. Esse movimento, uma vez que seja do conhecimento da sociedade brasileira mais ampla, pode respaldar a juventude não indígena também a uma ressignificação de si. Não se pode deixar de ressaltar que o movimento de criação da juventude indígena conta com a participação dos mais velhos, o Pajé, o Cacique, os Ancestrais, as lideranças: "Os jovens somos todos nós, não só os jovens, mas também os outros", diz a liderança jovem Marcinha Xukuru.

Essas questões me levaram a considerar que os movimentos indígenas, mas também os movimentos de juventudes de um modo geral, têm sua novidade no surgimento das juventudes indígenas organizadas que potencializaram e aceleraram a reunião local e global (CAVALCANTI, 1999; FIALHO, 2003) entre povos distintos (mesmo que alguns distantes

ou em conflito), no Nordeste e outras regiões no país, mas também em outros países, fazendo parte da “quarta onda” de movimento indígena, conforme aborda Guillermo Trejo⁷⁹ (2006). Nessa perspectiva, acredito que as juventudes indígenas podem ser consideradas como uma atualização do que são os movimentos sociais contemporâneos.

Imagem 78 - Ato público da mobilização *Agosto das Juventudes*, no centro da cidade do Recife - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

⁷⁹Guillermo Trejo (2006) considera que as mobilizações indígenas são divididas em ondas: a primeira onda foi no século XVI, logo após a conquista; a segunda onda ocorreu no século XVIII; a terceira onda aconteceu durante a segunda metade do século XIX e início do século XX; e a quarta onda é a correspondente àquela iniciada na década de 1970 e ainda está em vigor.

Imagem 79 - Ato público da mobilização *Agosto das Juventudes*, no centro da cidade do Recife - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

Imagem 80 - Ato público da mobilização *Agosto das Juventudes*, no centro da cidade do Recife - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

Imagem 81 - Ritual do toré, no Ato público da mobilização *Agosto das Juventudes*, no centro da cidade do Recife - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS - “SE NÃO FORMOS NÓS, QUEM?” - TECENDO ENCONTROS E PERCEPÇÕES

Nós falamos de juventude, porque estamos querendo visibilidade e estamos participando do mundo sem ter medo do que vem. (Gessé Potiguara, 2018).

Nesta tese procurei compreender as mobilizações de juventudes indígenas na Paraíba e em Pernambuco e o processo de criação dos grupos, coletivos e organizações de jovens indígenas. Ao longo dos capítulos, discorri sobre os desafios das juventudes indígenas e como estas propõem novas formas de mobilizações coletivas. Esse processo foi analisado a partir dos anos 2000, como desdobramento das ações dos movimentos indígenas das décadas de 1980 e 1990.

Segundo os dados obtidos, é a partir da década 1990 que os jovens indígenas começaram a assumir o protagonismo dentro do movimento indígena. Entretanto, somente a partir dos anos 2000 é que as categorias “jovens” e “juventude” passam a ser mencionadas em documentos oficiais do movimento indígena e a serem associadas à etnicidade, a saber, “jovens indígenas” e “juventude indígena” na tentativa de compreender as suas variações culturais.

O trabalho de campo revelou que as motivações para o acionamento das categorias “jovem” e “juventude indígena” advieram do próprio movimento indígena e a participação dos jovens dentro do movimento indígena, além do destaque que estes começaram a ter nas retomadas, nos rituais, nas escolas indígenas com Educação Específica e Diferenciada, no movimento de professores indígenas e em outras comissões e organizações internas, além de começarem a atuar de forma mais enfática nos Acampamentos Terra Livre (ATLs), na APOINME, em grupos da Pastoral da Juventude, como também em grupos e coletivos dos próprios jovens, projeto Índios Online, grupos de audiovisual e teatro.

A partir das discussões empíricas das juventudes indígenas, busquei contribuir para os estudos de etnicidade na atualidade. Destaco que a participação nas mobilizações e nos movimentos indígenas se configurou como uma das chaves para compreender como os jovens indígenas passam a se reconhecer e a demandar reconhecimento, enquanto sujeitos coletivos, reivindicando e construindo suas organizações específicas.

É importante ressaltar que o reconhecimento da juventude indígena pode dar visibilidade a outras juventudes. Esse processo de formação e construção da juventude

indígena, esse modo de ser jovem indígena engajado na tradição, engajado no povo e capaz de investir na “luta”, é capaz de dar um *plus* com a tecnologia, dar um destaque, chamar a atenção e constituir uma importante estratégia de enfrentamento ao processo colonial. Esse modo de ser jovem indígena pode orientar outras juventudes, ou seja, é possível pensar juventudes não a partir de uma perspectiva liberal ou neoliberal, do consumidor, do indivíduo atordado, do indivíduo na multidão, perdido, do indivíduo sem referências, do indivíduo sem pertencimento. A juventude indígena indica a possibilidade de uma juventude plenamente constituída, engajada em processos coletivos tradicionais, de oralidade, de constituição do seu povo, de pertencimento e de investimento na “luta”.

A juventude indígena na Paraíba e em Pernambuco se enquadra nessa afirmação. Reforço que esses atores coletivos vão se organizar de diversas formas, seja através de grupos de igreja e grupos de jovens indígenas, seja participando da organização interna do seu povo. Como afirma Melucci (1996, p. 75), “o processo de uma identidade coletiva é, portanto, também a capacidade de produzir novas definições, integrando o passado e os elementos emergentes do presente para a unidade e a continuidade de um ator coletivo”.

Observei que nos encontros, reuniões e oficinas de jovens indígenas, a faixa etária dos participantes vai além daquelas associadas à juventude definida oficialmente pelo IBGE e Estatuto da Juventude. Esse fato me estimulou a refletir sobre a categoria “juventude indígena”, a qual passa a se afirmar como esse agente mobilizador, portador de direitos que reivindica acesso às políticas de sua categoria. Melucci (1997, p. 13) ainda afirma que “as pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade”.

Melucci (2001) reflete que, em determinadas situações, a juventude ao reivindicar suas demandas, acaba se dirigindo à sociedade em geral. Mesmo sendo demandas específicas, elas apontam para problemas que atingem o contexto em que vivem. É o caso das juventudes indígenas no Nordeste, em especial Paraíba e Pernambuco, que ao demandarem políticas públicas específicas e diferenciadas, trazem à tona a estrutura social brasileira, principalmente a estrutura fundiária e preconceitos sociais.

Nota-se que, para os jovens indígenas na Paraíba e em Pernambuco. O ser jovem indígena não tem necessariamente ligação com a idade, mas com o sentimento de ser jovem, ser feliz, ser forte, ter coragem, ter compromisso e responsabilidade. O ser jovem indígena, então, é ter o respeito pelos mais velhos e suas lideranças e sua ancestralidade. É participar

nas mobilizações e movimentos indígenas, participar nos rituais e ter a responsabilidade de ser indígena, de defender sua etnia e seu território, defesa e manutenção cultural e de modo de vida.

Os jovens indígenas colocam como missão a “luta” e defesa do território, encontrar estratégias de mobilizações, mas também ocupar os espaços em conselhos, fóruns, universidades e outros, ou seja, ocupar os espaços políticos, espaços de conhecimento, sobretudo, espaços de poder. A juventude, nesse contexto, está ligada a condição de ser guerreiro, de estar na “luta”. São noções *êmicas* que vão além das referências associadas à faixa etária. O ser jovem indígena é estar em um processo de construção e ao mesmo tempo vivenciar esse processo. Tem relação com o fator tempo, se remete a um passado de origem, ancestral, se vive o presente com o intuito de garantir a manutenção sociocultural e se projeta o futuro para que as próximas gerações possam dar continuidade à “luta”.

A participação no movimento indígena e no processo de mobilização por políticas públicas de reconhecimento étnico e territorial desencadeia a construção das organizações de jovens indígenas como resultado/fruto desses processos de organizações indígenas. A participação do jovem no movimento indígena possibilita a este não só a vivência, mas também a experiência de mobilização em participação política.

Participação é um dos termos chave de compreensão das dinâmicas sociais das juventudes indígenas no Nordeste, pois é a partir das demandas dos movimentos indígenas por reconhecimento étnico e territorial e por políticas públicas de direito que os jovens vão passar a participar dos movimentos indígenas e a partir de então demandar, não só essas, mas também suas demandas específicas, enquanto juventude, e sua visibilidade, enquanto sujeito político e de direito.

A participação se constitui como uma dinâmica que contribui para o processo de construção coletiva intra e extracomunidade e tem estimulado o protagonismo desses jovens, independente se esses espaços de participação sejam institucionalizados ou não. Essa vivência na mobilização política indígena fortalece também os vínculos de solidariedade internos ao povo e entre povos, o sentimento de pertença, bem como, as relações com o território e a religiosidade, estimula a sua afirmação em relação à identidade étnica e dar visibilidade a esta.

A maioria dos jovens, com os quais estive, cresceu envolvida no movimento indígena, não só ouvindo os relatos de seus ancestrais, dos mais velhos, mas também vendo a “luta” dos

seus parentes, dos seus pais e, hoje, estes estão assumindo essa “luta”. Ao participarem desses espaços, os jovens, assim como as mulheres, começaram a marcar a sua atuação, a sua especificidade, a marcar as suas diferenças geracionais e a pautar as necessidades dessa realidade. Para isso, foi necessário a criação de espaços específicos, organizações específicas de jovens indígenas, organizações específicas de mulheres indígenas, se espelhando em organizações nas quais já participavam.

Nessa perspectiva, entendo o próprio movimento indígena como espaço pedagógico de formação da juventude. As lideranças vão produzindo e reproduzindo a formação nos diferentes espaços e contextos sociopolíticos. As crianças e os jovens vão participando e aprendendo com as lideranças mais velhas: o que faz, como faz, onde faz e porquê o faz. Vão vendo o que é ser liderança, vão conhecendo os espaços de “luta” e resistências dentro e fora das aldeias, os espaços em que alcançam as ações do movimento indígena.

O discurso de geração, o discurso de juventude, assume um lugar importante para afirmação da identidade. Está relacionado a um projeto de sociedade que, principalmente, se relaciona com a crença de uma origem comum, de um antepassado comum. Ao refletir sobre juventude indígena, dialogo com a noção de etnicidade de Weber (1984), Barth, 2000 e Oliveira (2004) que concebe como elemento politicamente mobilizador e, portanto, teria fronteiras flexíveis e negociáveis. A etnicidade é essencial para entender o porquê esses grupos podem se afirmar acionando a categoria juventude indígena na atualidade.

Ao identificarem-se etnicamente e assumirem sua identidade indígena não só dentro dos espaços indígenas, mas também fora deles, os jovens indígenas, marcam a diferença sociocultural e desenham um circuito interno e externo de suas redes de contatos. Contudo, os jovens indígenas reconhecem que essas ações também geram racismos e preconceitos em relação a eles. Para Czarny (2016, p.147), “essa categoria resulta um tema de permanente reflexão e análise para gerar processos de reposicionamento identitário e político”.

As novas demandas passam a dizer respeito, não só ao movimento indígena no geral, mas também à presença e permanência nas universidades, as discussões de saúde indígena, discussões sobre subsistência e agroecologia indígena, “Bem Viver”, discussões sobre gestão territorial e discussões sobre comunicação e tecnologia.

A partir de um pressuposto mais ampliado, se percebe que as mobilizações e as demandas da juventude indígena derivaram-se dos seguintes elementos:

- Os movimentos indígenas e movimentos sociais em torno da temática específica da juventude e sublinhando temáticas gerais, educação e saúde;
- As políticas governamentais nacionais (Estado Brasileiro), políticas internacionais (Agências de Cooperação Internacional e Acordos Internacionais), Organizações Não Governamentais e Igrejas e Universidades;
- Os próprios jovens, a partir da participação em grupos e organizações juvenis e a criação de grupos e organizações de jovens indígenas.

Do ponto de vista étnico, tem-se a conformação de outras identidades, não é mais um povo indígena, não é mais o povo Xukuru, o povo Potiguara, o povo Truká, é uma outra coletividade: a de “juventudes indígenas”, que se articula com o pertencimento étnico. Contudo, a questão indígena vai estar em torno dos jovens, mas é uma mobilização que ela se organiza e se configura de uma forma diferente do que vinha sendo feito pelos povos indígenas, caracterizando “novas” formas de mobilizações, como ressaltou Melucci (1996; 2001).

O acompanhamento desses movimentos, feito ao longo dos anos, propiciou observar e perceber essas questões, o que se conformou num problema de pesquisa, voltado para formas de articulações das mobilizações de ação coletiva. Os povos indígenas se inserem nesse contexto mais amplo de “novos movimentos sociais” que têm a ver com novas agendas, tais como: as mudanças climáticas e as questões ambientais. Tais temáticas passam a ser relevantes porque estão relacionadas com o território e com a forma de garantir um projeto de sociedade, ou seja, é a questão do presente, ligada ao passado, mas também à garantia do projeto de futuro.

Essas dinâmicas não estão isoladas. Não é só a questão da Educação, não é só a questão da saúde, não é só a questão ambiental, mas é esse conjunto de discussões e espaços que vão propiciar, em primeiro lugar, a participação dos jovens indígenas e com isso a sua identificação, ou seja, passaram a se nomear, se identificando enquanto indígena nos espaços, como também formando os grupos de jovens, seus coletivos, suas organizações de jovens, movimentos de juventude.

Os jovens estão presentes em diversos lugares e espaços e vão utilizar as tecnologias como ferramenta para acessar informações, mas também como ferramenta para se mobilizar e visibilizar tais mobilizações. Essas estratégias constituem novas dinâmicas de sociabilidades que possibilitam outros tipos de aliança, outras formas de relação de confiança e parceria.

“Todo mundo” está articulado nas redes. Isso muda muito a questão de caráter étnico, que se pensa estar posicionado e localizado para além do local. É um movimento que é supra local. Esse movimento não está delimitado pelo território, seja um elemento constituidor e catalizador dessa identidade. Essa articulação vai para além. O movimento de juventudes indígenas se lança como uma agenda e segue avançando e ultrapassando os limites territoriais, se articulando em rede intra e extracomunitária, local e global.

Ao emergir e eclodir as mobilizações de juventudes indígenas no Nordeste, emergem novos problemas e questões colocadas a partir da juventude, até então não apresentadas nos movimentos indígenas, gerando e configurando um novo contexto social e a busca por respostas a essas novas demandas.

As juventudes mencionam a necessidade de conhecer mais as histórias dos povos indígenas; a discussão sobre ensino superior indígena, acesso, permanência e o “sonho” de se ter Universidade Indígena; a autonomia e a articulação em rede das organizações de jovens indígena; discutem, ainda, sobre os projetos e leis antindígenas que estão tramitando no congresso, os grandes empreendimentos e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal que impactam diretamente as Terras Indígenas em Pernambuco e na Paraíba, entre elas se destacam: a transposição do Rio São Francisco, a Transnodertina, as usinas e engenhos de cana de açúcar e a usina nuclear e seus impactos. As juventudes indígenas se mobilizam e se articulam contra tais empreendimentos.

É a partir do movimento indígena e da defesa de uma afirmação identitária positiva que os jovens indígenas passaram a assumir publicamente sua identidade étnica e a ser visibilizados como sujeitos políticos. Como já mencionado, nos espaços em que os jovens indígenas participavam, levavam a história do seu povo, sua família e sua história pessoal, questões ligadas à sexualidade, às marcas corporais, à religiosidade, às reivindicações étnicas por garantia de direito político e de cidadania, direito à igualdade de gênero, sofrimentos e desejos, o direito a ser diferente dentro do diferente.

No cenário nacional, houve a constituição de quatro instâncias de ação: a Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), a Rede de Juventude Indígena (REJUIND), a eleição dos representantes indígenas da Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude da Comissão Nacional de Políticas Indigenista (CNPI) e a eleição dos representantes indígenas do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Essas instâncias possibilitaram a visibilidade, divulgação e a projeção da juventude indígena no cenário nacional. Reforço que,

paralelamente aos eventos, os jovens indígenas foram criando suas organizações específicas locais, estaduais, regionais e nacionais.

Na Paraíba, foram criadas a Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP), a Associação dos Universitários Potiguara (AUP), focos desta tese e, recentemente, os jovens do povo Tabajara criaram a Organização dos Jovens Indígenas Tabajara (OJIT).

Em Pernambuco, foram criados 31 grupos, coletivos e organizações de juventude indígena. Para esta tese foquei na criação da Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco (COJIPE) e analizei como se deram as mobilizações dos jovens e os contextos políticos de emergência da COJIPE e sua importância para criação de outros grupos e organizações, bem como a articulação estadual e local da juventude indígena.

As unidades de mobilizações que estão alimentando o movimento indígena consistem numa pauta mais ampla. Essas ações aparecem e as articulações também vão revelando que existe uma mobilização e uma dinâmica que tem a ver com a ideia do que a juventude quer viver, se fazer presente como segmento destacado, mais que isso repercute em outras instâncias desse movimento.

Esse trabalho mostrou que há o movimento de juventudes indígenas para dentro dos próprios povos indígenas, entre os povos indígenas e, externo a estes; Há a participação, a resistência, as exigências e as responsabilidades em relação aos jovens indígenas e à família, à sua aldeia, à religiosidade, às suas lideranças internas – cacique, pajé, ao seu povo e fora do povo; Há os preconceitos e violências vivenciados pelos jovens indígenas dentro e fora de sua comunidade de origem. Assim, esta tese foi se constituindo, tecendo encontros, percepções e situando achados, visualizando as juventudes indígenas como novas formas de mobilizações coletivas contemporâneas.

Os jovens indígenas encontraram nesses eventos um espaço favorável que permitiu à juventude apresentar e dar visibilidades às suas demandas, bem como a difundirem suas reivindicações em diferentes contextos. Essas oportunidades estimularam os jovens indígenas. Por conseguinte, esses espaços, possibilitaram um lugar de fala (RIBEIRO, 2017) a esses jovens que utilizaram estrategicamente essas oportunidades também para desenvolverem a capacidade de liderança, bem como, articular, formar e ampliar suas redes de solidariedade nacionais e internacionais. A juventude indígena consegue inserir o debate sobre o recorte étnico nesses espaços, possibilitando uma articulação e diálogos interétnicos e, consequentemente, a formação de rede de articulações supra locais.

A pesquisa como ação coletiva é mais do que a ação dos jovens, é como a pesquisa se construiu, é dizer, a dimensão política da pesquisa. É mais do que estudar jovens, do que estudar a mobilizações dos jovens. O dado não é só o dado, mas também é a própria mobilização que permitiu entender a minha relação, a relação pesquisadora e pesquisados, na verdade, atores, agentes e sujeitos políticos. O percurso da pesquisa também me fez refletir sobre o meu fazer enquanto pesquisadora e das relações de pesquisa estabelecidas.

A dimensão política da pesquisa é uma chave para entender e para pensar os aspectos teóricos e metodológicos aqui elencados. Eu não sou uma jovem indígena, nos termos da palavra, mas durante a pesquisa aconteceu um processo de conscientização. A consciência gerada no processo de pesquisa sobre o meu lugar. Um lugar subalternizado, de ter também sofrido diversificados preconceitos por, justamente, ser mulher, negra, baiana, do interior, nordestina, católica e com descendência ancestral e religiosa indígena e negra, morando em uma capital. O estar longe de casa, estar sozinha na cidade, na universidade, tudo gerou a possibilidade de um encontro, de uma agenda comum.

Ser um jovem indígena na universidade é uma experiência muito próxima a minha que saí da cidade de Jequié, no interior da Bahia para uma capital, João Pessoa - PB, e, posteriormente, Recife - PE. Uma experiência parecida com a dos jovens pesquisados, quando estes se deslocam para estudar na escola ou na universidade longe de sua casa. Ser mulher, negra, com ascendência indígena, ter que lidar com a minha religiosidade ancestral, contribuiu na relação com os jovens que se identificavam com a minha situação, por outro lado, eu também me via identificada na situação deles. Isso rebateu, diretamente, em repensar a minha própria identidade e a me autoidentificar como mulher, negra com ancestralidade indígena.

Essa relação possibilitou pensar a pesquisa como uma maneira de pensar a questão das juventudes e a questão da juventude como ação coletiva.

Nesta tese, a questão geracional acabou inserindo as juventudes indígenas no contexto atual, fazendo com que uma agenda de pesquisa fosse resultante da ação coletiva dos jovens. Os jovens estiveram no embate o tempo todo comigo, levando a pesquisa a ser uma forma de mobilização também. Uma forma de desconstruir, de subverter, de alterar, de sair do lugar de conforto, e do lugar comum de pesquisadora. Desconstruindo a forma hegemônica de se fazer pesquisa. E essa forma de desconstrução é uma forma de responder às demandas decoloniais e pensar a produção do conhecimento de uma maneira diferente do que tem sido colocado.

O processo vivenciado nesse período me possibilitou construir a pesquisa de maneira diferente. Não só no aparelho conceitual de pensar as ações coletivas da juventude, mas na forma de produzir o conhecimento e como isso volta para o próprio grupo.

Tudo isso começou a me imbricar, a me provocar, porque a minha agenda de pesquisa não foi motivada apenas por mim, foi motivada, sobretudo, por essa relação que foi estabelecida e por esse lugar que eu, enquanto mulher, negra, baiana, jovem, universitária fui impulsionada, como fui me sentindo e me enveredando por esse caminho que possibilitou pensar os jovens indígenas como categoria que tinha alguma semelhança com a posição que eu ocupo.

Não estou querendo só responder o que são juventudes indígenas na Paraíba e em Pernambuco. Na verdade, estou respondendo o que é juventude, mas em um processo diferente, em um processo em que a pesquisa também se enlaçou com as mobilizações de juventudes indígenas.

Sinto como se através dessa relação estabelecida, numa relação dialógica, os jovens também tivessem se apropriado da pesquisa, da relação de pesquisa para produzir um conhecimento junto comigo e para que isso retornasse para eles também.

Tive a possibilidade de conversar diversas vezes com alguns dos jovens, desde as partes que estava escrevendo o projeto, até a escrita desta tese e, inclusive, a partir dos diálogos com ele pude rever algumas considerações que estava tecendo. Até mesmo a confecção da capa e título desta tese foram frutos dessa interação.

A dupla reflexividade se estabeleceu quando esse conhecimento foi retornado aos jovens indígenas e estes, junto com a pesquisadora correflexionaram sobre esse conteúdo, bem como, sobre todo o processo de pesquisa.

Esse procedimento retroalimentou as análises dos dados gerando “novas janelas epistemológicas” (DIETZ, 1999). A pesquisa se revelou também uma forma de ação coletiva da juventude indígena e resultou de um estilo de “etnografia duplamente reflexiva” (DIETZ, 2014, p. 15), desde quando a pesquisa começou a ser concebida e, inclusive, neste momento de reflexão e sistematização da pesquisa.

Foi um grande desafio tecer um desenho de pesquisa que levasse em consideração essas possibilidades de reflexões. A questão da dimensão política da pesquisa foi construída por três elementos: 1 - Na relação entre a pesquisadora e juventudes indígenas; 2 - Questão

das demandas dos jovens; que resultou no 3 - O porquê e para quê a pesquisa, ou seja, o que deu sentido à pesquisa.

Esses três elementos que estabeleceram a pesquisa compreendida numa dimensão política e estabeleceu uma metodologia desestabilizadora da construção do conhecimento. Temos, então, a dimensão conceitual e metodológica da pesquisa.

Nas conversas de orientação, sempre coloquei a minha inquietação de como estabelecer essa relação de pesquisa. Seja na questão metodológica, seja na questão do resultado dela. Reforço que nessa relação pesquisadora/pesquisados, para além de pesquisados os jovens foram participantes dessa pesquisa, eles foram ativos nessa pesquisa.

Por exemplo, quando fui com os jovens e lideranças Xukuru do Ororubá - PE e Potiguara - PB para um encontro, o *III Encontro Kitembo de Subjetividade e Cultura Afro-brasileira*, no Rio de Janeiro. Fui convidada por meu irmão, Abrahão de Oliveira Santos, professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói - RJ e coordenador do Kitembo Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afrobrasileira/UFF, para participar do referido evento deste Laboratório, o qual venho desenvolvendo parcerias. Durante as conversas para organização do encontro, ficou acordado que eu articularia duas lideranças mais velhas e duas lideranças jovens para o evento. Entrei em contato com os povos Potiguara - PB e Xukuru do Ororubá - PE e combinamos que iríamos eu, Seu Cecílio e Guila Xukuru e Capitão e Bruno Potiguara. Todos nós com financiamento do Laboratório Kitembo.

Viajamos para o Rio de Janeiro e ficamos hospedados na casa de Abrahão, na capital e seguíamos todos os dias do evento para Niterói. O *III Encontro Kitembo de Subjetividade e Cultura Afro-brasileira* teve por tema "Povos Afro-indígenas, saberes tradicionais e pesquisa em diálogo com a universidade". O encontro aconteceu nos dias 09 e 10 de novembro de 2017, no Campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Campus Niterói.

No primeiro dia, pela manhã, após a abertura, houve a mesa intitulada "A pesquisa e os saberes tradicionais" com Antônio Bispo dos Santos (Relator de saberes, Liderança quilombola, lavrador, formado por mestres e mestras de ofício e intelectual); Capitão Potiguara (Liderança do povo Potiguara - PB); Luiza Oliveira (Coordenadora do PPPG/UFF) e mediação de Abrahão de Oliveira Santos (Dep. Psicologia - PPPG/UFF). À tarde houve a mesa sobre "A pesquisa na favela e a expropriação cultural" com Ricardo José de Moura (Prof. Gestão Pública/UFRJ, pesquisador do CEPEDOCA e integrante do Raízes em

Movimento); Ocupa Alemão: Favela/Quilombo; Eduardo Passos (Dep. Psicologia - PPPG/UFF).

No segundo dia, a mesa da manhã foi “Intervenções e práticas de cuidado nos terreiros em diálogo com a Universidade”, com Arlene de Katendê (Mestre dos saberes de matriz africana de tradição Banto); Cecílio Santana Feitoza (Mestre, líder espiritual e político dos XuKuru do Ororubá - PE); Pai Roberto Braga (Mestre dos saberes de matriz africana de tradição Banto); Kátia Aguiar (Dep. Psicologia – PPPG/UFF).

À tarde houve a mesa sobre “A pesquisa junto aos povos indígenas”, na qual eu, Hosana Celi Oliveira e Santos (Doutoranda em Antropologia – PPGA/UFPE, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade – NEPE/UFPE, Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura – LACC/UPE e Projeto Nova Cartografia Social – Núcleo Pernambuco) estava como palestrante junto com Guilherme Araújo Marinho Magalhães, conhecido como Guila Xukuru (Estudante do curso de Direito, fundador da Ororubá Filmes; membro do Coletivo da Juventude Indígena Xukuru do Ororubá – Poyá Limolaygo); Bruno Rodrigues da Silva (Estudante do curso de Ecologia da UFPB; membro da Organização de Jovens Indígenas Potiguara - OJIP); Jhonny Alvarez (Dep. Psicologia – PPPG/UFF); junto com a mesa “Pesquisa, lideranças jovens e tradicionalidade”, com Estela Cardoso Pereira (Graduanda em Psicologia da UFF e voluntária da Biblioteca Comunitária do Engenho do Mato - BEM); Cristina Rauter (Dep. Psicologia – PPPG/UFF); Maiah Lunas (Juventude de Terreiro da RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras); Iolanda Oliveira (Coletivo de Estudantes); Thiago Ferreira da Cruz (MC Garcia).

No dia da mesa, fomos almoçar e começamos a discutir sobre quemalaria primeiro de nós três (eu - Hosana, Guila e Bruno). Jogamos “zerinho ou um” para ver a ordem, eu fiquei por último, mas eles colocaram que teria que jogar novamente que não valia e, ao final, disseram que eualaria primeiro, justificando que eu falando primeiro, inclusive, eles poderiam saber o que eu estava falando sobre eles, sobre a pesquisa.

“- É bom que você fale primeiro, porque aí, inclusive, a gente vê o que você está dizendo, né. O que você está fazendo”, sugeriu Bruno Potiguara e foi reforçado por Guila Xukuru. Ou seja, como parte da relação pesquisadora/pesquisados, tem uma forma de controle da pesquisa e da inserção na pesquisa. Tal situação trouxe para mim a reflexividade sobre meu lugar de fala, bem como a dos jovens. Ao ser questionada por eles em determinados momentos, sobre determinados pontos, seja para falar antes, para falar depois, para ver o que

eu vou falar, seja para criticar o que eu vou falar, ou para reforçarem/reafirmarem o que eu vou falar, ou que seja para eles falarem antes para que eu complemente ou qualquer coisa que seja. Na verdade, essa relação de pesquisa leva a uma questão fundamental, questionar o lugar de fala.

Todo esse processo metodológico teve um rebatimento para mim, na minha situação de pesquisa e o lugar que eu ocupei na pesquisa, mas também o meu lugar na sociedade em geral. Tomar consciência de si e me posicionar em relação a isso, tem a ver com uma inquietação constante deles que me discorriam e que colocavam em cheque a fala: deles e minha. Meu lugar de fala também estava sendo questionado, não só o lugar de fala deles, mas também o meu lugar de fala.

Observações que têm a ver com a questão do poder, têm a ver com a questão do controle, de quem pode falar o quê e quando. De alguma forma, me fez pensar na dimensão política da pesquisa e como esta se relaciona com essas inquietações. O lugar de fala e essas inquietações rebateram na pesquisa e contribuíram para determinar o caminho do conhecimento, como vai ser validado, por quem vai ser validado. Quem está falando que vai ser validado.

Os temas tratados não vieram só de mim, vieram deles, foi uma demanda deles. E dentro dessa relação tinha que ter o sentido para a pesquisa. Para ter o sentido da pesquisa, a pesquisa passou a ter um sentido político e que possibilitou estruturar/relatar/descrever uma metodologia que poderíamos chamar de desestabilizadora, uma metodologia que questiona, que coloca em xeque o lugar de fala e, ao mesmo tempo, se questiona o lugar de falar, coloca em xeque também o *status quo*, o lugar que cada um ocupa e que parece estar definido em uma relação de pesquisa, na produção de conhecimento.

A relação política da pesquisa como forma de ação coletiva levou ao desenho de pesquisa inicial. O processo da pesquisa desencadeou uma desconstrução metodológica, resultando em uma metodologia que desestabiliza a construção do conhecimento. O método é colocado em xeque.

Do ponto de vista prático tudo isso me desestabilizou, por ter me permitido acessar uma quantidade de informação que fugiu totalmente ao controle do desenho inicial da pesquisa. Ao possibilitar a participação em mais de 50 eventos, durante o período do doutorado, além de ter que retomar os eventos e documentos anteriores a esse período.

Esses eventos possibilitaram que eu me debruçasse sobre a questão da juventude, me revelando o processo de mobilização e ação coletiva da juventude indígena do início até os dias atuais, como eles avançaram, como tiveram o empoderamento, os embates que eles passaram e passam, tanto em relação às lideranças, como também nos espaços de atuação, como as categorias “jovens indígenas” e “juventude indígena”. Essas categorias foram sendo acionadas como categorias políticas, o agenciamento dessas categorias e como eles vão se configurando enquanto sujeitos político reafirmando seus desejos de autonomia, mas ao mesmo tempo reafirmando as “lutas” dos mais velhos, afirmando os saberes e práticas pedagógicas indígenas, seus embates e mobilizações por garantia de direitos e visibilidade dos povos indígenas.

Os eventos foram, em boa parte deles, só entre os indígenas, mas houve alguns eventos em que participei (como o relatado acima) que foram em outros espaços, inclusive, em espaços acadêmicos. Por exemplo, o *ENEI*, na Bahia; o *Encontro de Estudantes Potiguara*, na UFPB; o *FREPOP*, na UFPE; o *UPE nas mobilizações*. Nesses espaços, os jovens colocaram o racismo institucional que sofriam e sofrem, com os colegas, com os professores, com os gestores, quando vão à secretaria ou coordenação do curso, quando vão reivindicar algo na Pró-Reitoria ou na Reitoria. Em outros eventos fora da aldeia também, em muitos espaços nos quais eles são questionados se são indígenas mesmos.

Como Guila Xukuru relatou sobre a ida dele para fazer uma palestra na universidade e mencionou que a própria ida dele já é uma forma de resistência para ele, para a juventude, para o povo Xukuru e para os povos indígenas, por romper com o estereótipo do fenótipo do que é um indígena. Ele estava falando enquanto indígena em um espaço acadêmico. E muitas vezes eles são confrontados e são colocados em xeque. “Ah! Eles são índios mesmos?” e por não está caracterizado, naquele momento, ou por não ter a pele da cor tal, os olhos da forma tal, o cabelo de tal jeito, sua identidade étnica é desconsiderada e deslegitimada.

Se a pessoa não se enquadra no estereótipo de indígena, ela é colocada em xeque e, se a pessoa se enquadra no estereótipo, também é colocada em xeque, mencionando que é muito fetiche. Algumas vezes, inclusive, até por parceiros e aliados. E se é um espaço de jovens indígenas para jovens indígenas também vão ter, em alguns momentos, embates com as lideranças mais velhas, com a família. Os jovens estão o tempo todo nos embates. Um movimento constante de afirmação e de autoafirmação, de narrativas e contra-narrativas.

Estando em um evento em um povo, por exemplo o Xukuru do Ororubá, as lideranças mais velhas vão estar atentas ao que eles estão falando e discutindo. Regulando também o que estão falando. Nas reuniões da COJIPE, as lideranças adultas também acompanham os debates.

Nos espaços em que os jovens estão atuando, em qualquer espaço que vão, não é simplesmente um jovem. A categoria jovem indígena e juventude indígena diz respeito em primeiro lugar à pertença étnica, a pertença a uma etnia. Sendo um(a) jovem indígena, ele(a) pertence a um povo indígena. A juventude indígena está submetida não só a sua família, mas também as suas lideranças indígenas. Então, nos espaços de atuação desse jovem indígena, mesmo sendo fora da sua aldeia, do território, do seu povo, esse(a) jovem estará levando o nome do seu povo indígena, o aval das suas lideranças.

Esses jovens muitas vezes são impedidos de ir a determinados lugares, assumir determinadas funções ou não podem participar de determinados eventos porque as lideranças locais não permitiram. Podem até ir, mas, sem a permissão, não vão falar sobre determinados assuntos ou não vão falar como representante do seu povo. Está vinculado a isso, quem pode e quem não pode falar. A quem é dado o poder de fala.

Outra questão importante é a religiosidade. A religiosidade, a ancestralidade está presente em todos os espaços de atuação dos jovens. Mesmo fora da sua comunidade, mesmo nos lugares em que só os jovens se encontram, eles sempre fazem os rituais: por povo ou por região e sempre levam em consideração os preceitos do seu povo - aquilo que pode ou não se pode fazer.

Há quem pense que os jovens, por serem jovens e por estarem em espaços e ambientes fora do território do seu povo ou em espaços e ambientes não indígenas, a eles seria permitido fazer qualquer coisa, mas isso não é verdade. Eles fazem aquilo que lhes é permitido fazer, aquilo que for autorizado. Farão algo, desde que não seja tabu ou restrição da sua condição de homem e mulher, da sua condição de geração, da sua família, do seu povo/etnia ou da sua condição de indígena.

Por isso... A responsabilidade do jovem é estar incomodando e estar se vigiando e as lideranças mais velhas, elas descarregam muita confiança na gente. Então, um jovem não vai poder ficar... Você tem que ter esse conhecimento, de aventura, mas também que você tem que ter a consciência que carrega um nome, o povo nas costas e você tem que zelar por ele. (Wanderson Kapinawá, em janeiro de 2019).

Nesse sentido, a temática “geracional” é anterior às motivações por políticas públicas. As lideranças mais velhas se preocupavam com os jovens indígenas. Contudo, essa relação era e é dialética: as lideranças mais velhas incentivavam os jovens a participarem do movimento indígena e, ao mesmo tempo, tinham embates com eles.

Os professores indígenas, a saúde indígena, os coletivos de gestão territorial, o teatro, o audiovisual, as ONG's, os parceiros e aliados, organizações multinacionais e órgãos do Estado brasileiro também incentivaram a criação grupos, coletivos e organizações dos jovens indígenas.

É pertinente pensar esse discurso de projeto de sociedade, mas que está fundamentalmente relacionado com a questão da origem, da pertença. Até mesmo internamente, porque internamente, nos espaços de educação, os jovens vão se fortalecer até mesmo para levar essa questão da pertença para fora. São espaços onde estes laços vão ser fortalecidos para projetar levando essa pertença pra fora.

Os movimentos indígenas e as retomadas de terra realizadas pelos povos indígenas são espaços pedagógicos próprios de formação de lideranças indígenas e a participação tem suscitado novos processos e reflexões dialógicas sobre suas próprias situações (condições), sobre o que se passa em torno deles, no seu povo, mas também o que se passa em outros povos e em outros contextos. Essas reflexões possibilitaram uma ampliação do conhecimento de sua história, mas também o fortalecimento das mobilizações e reivindicações dos movimentos indígenas e a criação dos grupos, coletivos e organizações dos jovens indígenas que consequentemente potencializam a participação destes nos espaços de atuação.

A partir da participação nos movimentos coletivos e da criação de grupos organizados, os jovens indígenas se fortalecem e reconhecem que possuem um “capital” de saber e de conhecimento específico sobre sua realidade e de sua etnia possibilitando um “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), possibilitando novos desejos, sonhos e desafios.

Nos outros espaços da educação fora da aldeia, seja nas cidades próximas, como no caso dos Xukuru Ororubá - PE as escolas que estão dentro da cidade de Pesqueira, ou no caso dos Potiguara - PB, nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, no caso dos Truká - PE, município de Cabrobó e Orocó, seja também nos espaços universitários isso fica extremamente marcado.

O preconceito por ter entrado através das cotas, o preconceito por ser indígena, por estar pintado, por estar reivindicando seus direitos dentro do campus da universidade, estar se mobilizando enquanto indígena. O preconceito vai passar pela pertença.

Uma outra chave de conhecimento, então, é o pertencimento, a questão do ser indígena, de pertencer a um povo, uma etnia é uma questão que marca os jovens indígenas e que está ligada a um projeto de futuro do seu povo, mas o pertencer a um povo é anterior a esse projeto de futuro, está ligado às suas origens, aos seus ancestrais, a um passado, uma história que se leva consigo e se revela no presente, é vivida no presente e se projeta para o futuro, no sentido de garantir a continuidade para as novas gerações.

Seja um grupo de jovens de um povo indígena (OJIP, OJIT, Poyá Limolaygo), seja apenas um jovem Potiguara, Truká, Xukuru que não esteja vinculado a um grupo de jovem, o sentimento de pertença emerge em primeiro lugar. Na COJIPE principalmente, pois é a organização que tem representantes de todos os povos em Pernambuco e articulam os jovens indígenas no estado. Esses jovens não vão ser de qualquer etnia ou comunidades, vão ser de povos indígenas. A pertença, a origem está marcada. A pertença está definindo um lugar.

Nessa lógica, o pertencimento é uma chave para refletirmos sobre os jovens indígenas. Essas reflexões estão dentro do que chamamos de teoria da etnicidade. Ao falarmos de juventude indígena falamos de geração que remete a tempo. Contudo, falar de juventude indígena para além do tempo também remete a espaço, pertencimento, a hierarquias. Em termos analíticos, entendemos a categoria juventude indígena como referente a grupos, coletivos e organizações de jovens que abrange uma pluralidade de possibilidades e riqueza cultural, cujo elemento central é a etnicidade.

Não seria precipitado dizer que as dinâmicas sociais e o domínio de ferramentas de comunicação, adotadas por jovens indígenas para se mobilizar - são consideradas um fator de potencialização das interações intra e extracomunitária - e que essas interações configuram-se como fator de mudanças, possibilitando novas formas de relações, saberes e sonhos dos jovens indígenas, ressignificando seus estilos de vida, recursos econômicos, capital social, questões pessoais e ampliações de suas redes.

Além disso, constatamos que a juventude indígena não consiste em um só movimento homogêneo e com fronteiras definidas. Entendo as juventudes indígenas como movimentos diversificados, com grupos diversificados e modos de vidas diversos. A juventude esteve e está presente no movimento indígena. No entanto, suas articulações, mobilizações e

organizações específicas, enquanto categoria, são recentes, são dinâmicas e estão em construção.

As juventudes indígenas são consideradas uma rede de movimentos e significados capaz de realizar a coalizão de jovens, questionar os padrões tradicionais de comportamento e relacionamento entre as pessoas. Desse modo, jovens indígenas são considerados como novas formas de mobilizações coletivas.

Pode-se conceber que jovens indígenas e juventudes indígenas são acionadas como unidade de mobilização coletiva conforme Almeida (2008), como Ação Coletiva, nos termos de Melucci (1996; 1997; 2001), como categoria e instrumento político organizado etnicamente, nos termos de Barth (2000) e como Rede, de Barnes (2010). A juventude consegue dar visibilidade às suas expressões culturais e religiosidade, através de sua autoafirmação e sentimento de pertença étnico, sua participação no movimento indígena, suas mobilizações, grupos, coletivos e organizações de jovens e suas formas de resistências.

Considero que resistência também é uma das chaves para se compreender as dinâmicas das juventudes indígenas, haja vista que a necessidade de estar nos espaços, de resistir e de ter uma forma de representação aparece como uma possibilidade de reivindicar direitos e de expressar suas demandas. Para esses jovens, através dos grupos, coletivos e organizações específicas da juventude indígena, sua participação adquire forma, possibilitando o fortalecimento das mobilizações e resistência, ou seja, das “lutas indígenas”.

Assim, para os jovens indígenas da Paraíba e Pernambuco as organizações de jovens vão configurar como um *locus* privilegiado de *práxis*, ou seja, como um lugar privilegiado de prática. A participação se traduz em inserção nos espaços formais e informais do movimento indígena e fora dele, possibilitando o diálogo não só com suas lideranças locais, mas também com outras lideranças indígenas e contribuindo nos confrontos e nas estratégias de resistências, mas também nos diálogos entre movimentos indígenas e o Estado. *Práxis* aqui nesse trabalho acaba por se configurar em mais que um lugar de prática, para além da questão *praxiológica* de Bourdieu, pois o pensar também é prática e não se distingue esse campo. A *práxis* para esse trabalho se configura como elemento da aprendizagem. Uma aprendizagem que é feita na prática e que também vai sendo repensada e sendo reconstruída nessa prática.

Em um primeiro momento, jovens indígenas e juventude indígena aparecem como categorias analíticas. No decorrer do trabalho de campo, aparecem como categorias *êmicas*, ou seja, categorias nativas que são acionadas pelos jovens e que essas categorias têm um

papel político importante. As categorias jovens indígenas e juventude indígena são acionadas como unidade de mobilização que a partir das ações e suas dinâmicas de mobilizações vão se tornar ações coletivas formando grupos, coletivos e organizações de juventude indígena.

Os movimentos indígenas, em seus eventos estavam, de um lado, pressionados por agências de cooperação internacionais para incluir a participação paritária de mulheres indígenas e também a incluir jovens. De outro lado, os jovens buscavam apoio da APOINME para realizar seminários e oficinas de formação, bem como para construir suas organizações. A participação traz a relação dos jovens diante das mobilizações étnicas, seja nas aldeias (dentro das comunidades), seja fora, na busca por políticas públicas ou na construção de redes e parcerias. Com a participação e mobilização dos jovens, as lideranças indígenas passaram a observar a necessidade de capacitar esses jovens para assumirem as lideranças dos movimentos indígenas. Além disso, a preocupação de lideranças do movimento por conta de assassinatos e também porque as lideranças que estavam ficando velhas intensificaram a preocupação com a renovação e sucessão das lideranças.

Uma das ferramentas muito utilizada como estratégias pelos jovens indígenas na atualidade são as tecnologias digitais. Através delas, os jovens indígenas divulgam e dão visibilidade à sua cultura, formas de organizações, mobilizações por garantias de direitos com o intuito de atingir o público indígena e não indígena. Os jovens “se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra os critérios de identificação impostos de fora” (MELUCCI, 1997, p. 13). Esses recursos romperam muitas vezes com a falta de espaço para atuação dos jovens em suas comunidades, possibilitando a abertura de diálogo e do se fazer reconhecer dentro e fora de seu território. A juventude indígena não tinha espaço dentro da estrutura tradicional. Contudo, as ferramentas tecnológicas vão possibilitar a construção desses espaços.

Considero que os movimentos indígenas, mas também os movimentos de juventudes de um modo geral, têm sua novidade no surgimento das juventudes indígenas organizadas que potencializaram e aceleraram a reunião local e global (CAVALCANTI, 1999; FIALHO, 2003) entre povos distintos (mesmo que alguns distantes ou em conflito), na Paraíba e em Pernambuco, no Nordeste e outras regiões no país, mas também em outros países, fazendo parte da “quarta onda” de movimento indígena, conforme aborda Guillermo Trejo (2006). Nessa perspectiva, acredito que as juventudes indígenas são consideradas como uma atualização do que são os movimentos sociais contemporâneos.

As organizações da juventude indígena são formas que visibilizam expressões das unidades de mobilizações, mas as ações coletivas não estão pautadas somente nisso. Há grupos e coletivos que estão institucionalizados e formalizados com estatutos e outros não. Essas ações coletivas não se dão apenas quando esses grupos e organizações estão formalizados e estruturados dessa forma. De fato, ao se formalizar a juventude consegue ocupar um determinado espaço, mas o movimento é muito mais intenso e amplo do que aparece por causa desses outros elementos.

Esta tese contribui para ampliação do olhar sobre os movimentos sociais e indígenas. O campo revelou que a teoria tende a ser limitante para dar conta dessa realidade e querer compreender o movimento apenas quando este possui uma agenda política estabelecida, pois no momento em que a juventude passa a ser atores políticos, agente político e sujeitos políticos se dá em planos muito diferentes, muito pulverizados dentro das ações cotidianas que vão desde as festas, às redes sociais, até às organizações, coletivos, grupos, associações, a rádios, como a rádio *Yandê*, bem como a rede *mídia índia*, entre outros grupos no *facebook*.

Quando os movimentos indígenas atingem esse espaço, eles conseguem dar visibilidade às suas demandas e a suas identidades. Contudo, em torno disso há muito mais vivacidade das mobilizações e as juventudes indígenas são exemplos disso, tal como os movimentos de juventudes indígenas e também as mobilizações dos estudantes indígenas nas universidades.

Afirmo a tese de construção de novas redes de solidariedade, redes de socialização e redes de grupos, coletivos e organizações, a partir da apropriação política da categoria jovem indígena e juventude indígena, caracterizada pela participação em eventos, mobilizações dos movimentos indígenas e das diversas formas de resistência desses jovens. Tais dinâmicas sociais se traduziram na construção de unidades de mobilização política concretizadas em grupos, coletivos e organizações de jovens indígenas institucionalizados ou não, possibilitando novas formas de sociabilidades, bem como o vínculo e a participação em outros grupos de jovens e movimentos sociais não indígenas, formando outras redes de solidariedade e de socialização. A utilização de tecnologias de informações e comunicações também permite a criação de redes sociais e a visibilidade de ações coletivas. Cabe considerar que essas reflexões começaram a entrar em xeque e a se desdobrar, nós permitindo, sem ignorar a sua complexidade, compartilhar os apontamentos relevantes.

Essas redes de jovens indígenas trazem para os movimentos indígenas outras questões, tais como, o acionamento das categorias jovens indígenas e juventude indígena como sujeitos políticos, atores políticos, agentes políticos e unidades de mobilização, bem como a interação e ações coletivas das juventudes que passam a ser um movimento maior do que a categoria de grupo e etnia, configurando outras fronteiras de lutas e embates; possibilita novas agendas e novas relações e ações coletivas que vão do plano local, ao plano regional, nacional e quicá supranacional; possibilita uma identidade ampliada; possibilita discussões com o Estado e agências não governamentais, a partir das novas categorias “jovens indígenas” e “juventude indígena”. Os jovens trazem para os movimentos suas redes dinâmicas e as novas tecnologias de comunicação, além de outras atividades; utilizam a tecnologia como forma para ampliar os movimentos e suas redes, ampliando a visibilidade e sociabilidade não só entre os indígenas, mas também com os não-indígenas.

Imagem 82 - Print da página da Redde Jóvenes Indígenas, no Facebook, 2016.



Fonte: Facebook da Redde Jóvenes Indígenas, 2016.

Essas ações coletivas das juventudes indígenas permitiram apresentar as características de como vêm se dando as mobilizações e as dinâmicas sócio-político-culturais entre os jovens indígenas na Paraíba e em Pernambuco e visualizar uma atualização do que são os

movimentos sociais contemporâneos. As ações coletivas, as construções de redes e as novas tecnologias modificam as formas como esses movimentos vêm se configurado.

Este trabalho não se encerra aqui. Esta tese é um prelúdio de reflexões acerca das questões contemporâneas que as juventudes têm demandado para as etnografias, inquerindo a pensar sobre a atualidade do étnico e das ações coletivas dos movimentos indígenas, especialmente, as juventudes indígenas e suas dinâmicas sócio-político-culturais. A compreensão desses processos possibilitou à pesquisadora se deslocar do lugar comum e das “caixinhas” metodológicas, oportunizando o desafio de lançar mão de outros olhares dialógicos e de “dupla reflexividade”, abrindo “novas janelas epistemológicas” do que seria o pintando o Brasil de jenipapo e urucum.

Imagem 83 - Sandriane Pankará, em vista junto com outros representantes da COJIPE ao Alto da Sé, Olinda - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2016.

Imagem 84 - Sandriane Pankará.



Fonte: Arquivo pessoal de Sandriane Pankará, 2019.

Imagem 85 - Marcela Xukuru, em frente ao palácio do planalto, Brasília-DF, na mobilização dos estudantes indígenas a favor das bolsas permanências para indígenas e quilombolas, *Facebook*, 2018.



Marcela Moura está em **Câmara dos Deputados.** ...

24 de jun às 19:55 • Instagram • Brasília •

"Lá na nossa aldeia tem
Tem índio que é guerreiro
Que não teme a ninguém... 🎵"
#permanenciaja #nenhumdireitoamenos #xukuru
#xukurudoororubá #ifpe



Fonte: *Facebook* Marcela Moura, 2018.

Imagem 86 - Representantes da Organização de Jovens Indígenas Kapinawá (OJKA), dançando o toré desta etnia, no I Encontro de Jovens Indígenas do Nordeste, TI Xukuru do Ororubá - Pesqueira - PE.



Fonte: Hosana Santos, 2016.

Imagem 87 - Dona Zenilda e sua neta Ana Flávia.



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Flávia, 2019.

Imagem 88 - Formandas Potiguara representantes da OJIP e AUP.



Fonte: Arquivo pessoal Cristina Potiguara, 2019.

Imagem 89 - Intercâmbio juventudes Potiguara e Xukuru.



Fonte: Diego Xukuru, 2018.

Imagem 90 - III Encontro Kitembo, UFF-RJ.



Fonte: Arquivo do Laboratório Kitembo/UFF, 2017.

Imagem 91 - Cristina Potiguara pintando Ana Flávia Xukuru.



Fonte: Hosana Santos, 2018.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (coord.) [et al.]. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ACOSTA, Alberto. **O BEM VIVER - uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária; Editora Elefante, 2016.
- ALCÂNTARA, Maria de Lourdes Beldi de. **Jovens indígenas e lugares de pertencimentos: Análise dos jovens indígenas da Reserva de Dourados/MS**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória. Laboratório de Estudos do Imaginário, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Populações Tradicionais: Questões de Terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006. pp. 60-69.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. In: **Os quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA, 2011. pp. 15-33.
- ANDRADE, Ugo Maia de. Dos Estigmas aos Emblemas de Identidade: os percursos da formação de um povo. **Revista de Estudos e Pesquisas**. FUNAI, Brasília, v.1, n.1, jul. 2004. pp. 99-139. Disponível no site: www.funai.gov.br_arquivos_conteudo_cogedi_pdf_Revista-Estudos-e-Pesquisas_revista_estudos_pesquisas_v1_n1_Artigo-3-Ugo-Maia-Andrade
- BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. pp. 171-204.
- BARNES, John A. Class and Communitites in Norwergian Island Parish (1954). In: Hannerz, Ulf. **Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana**. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, pp. 179-180.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciado e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. pp. 25-68.
- BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos**. In: Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.3, 2009. pp. 411-42.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A “Juventude” é apenas uma palavra! In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pp. 112-121. Disponível no site: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e- apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf> acessado em 22/09/2014.

BOURDIEU, Pierre. A Construção do Objeto. In: BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre povos indígenas e tribais**. Lei nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Disponível em: http://www.rcdh.ufes.br/sites/default/files/1989%20Convencao%20OIT%20169%20com%20 Decreto%205051-2004_0.pdf

BRASIL. **Estatuto do índio**. Lei nº 6.001 - de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0DA671C140AF6BCB4D5D901A5BD51021.proposicoesWebExterno2?codteor=670971&filename=LegislacaoCitada+-PL+5560/2009.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. (Orgs.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 35-51.

BRUNO, Gessé, Irembé, Isaías, Raissa. Os perigos da luta. In: GERLINC, Sebastian; Zoetl, Peter Anton. (Orgs.). **Índios na visão dos índios: Potiguara**. Salvador: Thydêwá, 2011. pp. 26.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. (Orgs.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAVALCANTE, Heloisa Eneida. **Reunindo as forças do Ororubá: A escola no projeto de sociedade do povo Xukuru**. Recife: UFPE, 2004. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia).

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Chile: v.9, n.5, 1999. pp. 155-171.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIERDELE, Paulo André. (Orgs.) **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa [*et al.*] (Orgs.) **Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania**. Recife: Editora UFPE; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CCLF – Centro de Cultura Luiz Freire. **Mulheres indígenas em Pernambuco, primeiros movimentos**. Olinda - PE: CCLF, 2008.

CCLF – Centro de Cultura Luiz Freire. **Revista “Guerreiras: Mulheres Indígenas em Pernambuco Afirmado Tradições, Identidades e Protagonismos”**. Caroline Leal; Heloisa Eneida; Lara Erendira Andrade (org.). Olinda: CCLF, Dezembro de 2012. Disponível no site: https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2015/01/revista-guerreiras_indiosNE.pdf

CNJI. **Relatório do II Seminário Nacional de Juventude Indígena**. Brasília: CNJI, 2013.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social: A arte de escrever e pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COSTA, Gilson Moraes da; GALINDO, Dolores. Produção audiovisual no contexto dos povos indígenas: transbordamentos estéticos e políticos. In: DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual**. Curitiba,-PR: Brazil Publishing, 2018.

CZARNY, Gabriela. Jóvenes indígenas y relatos sobre escolaridades en la Universidad Pedagógica Nacional. In: **Revista del Cisen Tramas/ Maepova (Dossiê)**, 4(1), 2016, pp. 137-151.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista brasileira de Educação**. Set/out/nov/dez. nº24, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n2404.pdf.

DELGADO, Paulo Sergio. Consolidação do movimento indígena contemporâneo e produção audiovisual como uma nova forma de resistência. In: DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual**. Curitiba,-PR: Brazil Publishing, 2018.

DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual**. Curitiba,-PR: Brazil Publishing, 2018.

DIETZ, Gunther. **La Comunidad Purhépecha es nuestra fuerza. Etnicidad, cultura y región en movimiento indígena en Michoacán, México**. Quito-Ecuador: Ediciones Abi-Ayala, 1999.

DIETZ, Gunther; CORTÉS, Laura Selene Mateos. **Interculturalidad y Educación intercultural en México: Un análisis de los discursos nacionales e internacionales en su**

impacto en los modelos educativos mexicanos. Del. Benito Juarez: CGEIB/SEP, 2011 (Reimpressão 2013).

DINIZ, Laise Lopes. **Relações e trajetórias sociais de jovens Baniwa na escola Pamáali no Médio Rio Içana-Noroeste Amazônico.** Manaus: UFAM, 2011. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social) Disponível no site: <http://www.ppgas.ufam.edu.br/attachments/article/39/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Laize%20Diniz%20-%20Rela%C3%A7%C3%B5es.pdf> acessado em 22/09/2014

ECO, Humberto. **Como se faz uma Tese.** 16ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. (Coleção Estudos).

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado” Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, n. 13, 2005. pp. 166-162.

FIALHO, Vânia. **Desenvolvimento e associativismo indígena no Nordeste brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural.** Recife: UFPE, 2003. (Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia).

FIALHO, Vânia; OLIVEIRA, Kelly, Emanuely; SANTOS, Hosana Celi Oliveira e. **Relatório da oficina: “Memória e Identidade: os territórios simbólicos na construção da identidade Xukuru.** Pesqueira-PE: As autoras, 2008.

FIALHO, Vânia. **A fronteira do ser Xukuru.** Recife: Editora Massangana, 1998.

FRANCHETTO, Bruna. “Mulheres indígenas”. **Revista Estudos Feministas.** Vol.7, nº1 e 2. IFCS/UFRJ CFH/UFSC, 1999. pp. 141e142.

FRAGA, Amanda dos Reis. **Jovens indígenas na cidade de São Paulo.** São Paulo: PUC, s/d. Disponível no site: http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados-20ed/AMANDA_DOS_REIS_FRAGA.pdf acessado em 22/09/2014.

FUNAI. **Novo Olhar da Juventude Indígena.** Brasília: FUNAI, 2009.

GARCIA JR. Afrânio. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo, Marco Zero; Brasília; Editora Universidade de Brasília; MCf-CNPq, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GERLINC, Sebastian; Zoettl, Peter Anton. (Orgs.). **Índios na visão dos índios: Potiguara.** Salvador: Thydêwá, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 4 ed., 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologia qualitativa na sociologia.** 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

IREMBÉ Potiguara; Magna Lima. Internet em nossas Aldeias. In: GERLINC, Sebastian; Zoetl, Peter Anton. (Orgs.). **Índios na visão dos índios: Potiguara**. Salvador: Thydêwá, 2011. pp. 16-18.

LASMAR, Cristiane. “Mulheres indígenas: representações”. **Revista Estudos Feministas**. Vol.7, nº1 e 2. IFCS/UFRJ CFH/UFSC, 1999. pp. 143-156.

LUCENA, Jamerson Bezerra. “**Índio é índio onde quer que ele more**”: uma etnografia sobre índios Potiguara que vivem na região metropolitana de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2016. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAGALHÃES, Guilherme Araújo Marinho. **O povo Xukuru do Ororubá e as relações com o Estado brasileiro**. Caruaru, PE: Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES/UNITA, 2017. (Trabalho de conclusão de curso Bacharelado em Direito).

MAXIMIANO, Claudina Azevedo. **Tragédia e Sofrimento: Mobilização política de adolescentes e Jovens Indígenas no Rio Negro**. Manaus: UFAM, 2015. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova. São Paulo, n.76, pp.11-48, 2009.

MEAD, Margaret. **Adolescência y cultura em Samoa**. Buenos Aires: Paidós, 1951. (Primeira versão em inglês: 1939).

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua nova, n.17.1989. Disponível no site: www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge UK: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997. pp. 5-14.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução: Maria do Carmo Alves de Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba [migração, família e reprodução da força-de-trabalho]**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia).

MIGNOLO, Walter. **Historias locais / diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter. **La colonialidad a lo largo y ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad**. En: E. Lander (comp.): *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 55-85.

MIGNOLO, Walter. **La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso**. Tabula Rasa 8, pp. 243-261, 2008.

MONTEIRO, Claudemir. **Os adolescentes indígenas e a cultura**. UNAM, 2014. Disponível no site:

http://www.unama.br/agenciaunama/index.php?option=com_content&view=article&id=214:os-adolescentes-indigenas-e-a-cultura-c-claudemirmonteiro&catid=42:artigos&Itemid=275

MONTEIRO, Eliana de Barros. **Eu já vi água ir embora (...) com natureza não se mexe, (...) eu já vi água ir embora” os Truká (PE), “grandes projetos” e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea**. Recife: UFPE, 2008. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia).

MÜLLER, Elaine. As palavras nunca voltam vazias: reflexões sobre classificações etárias. In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza (Orgs.). **Jovens e Juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. pp. 77-105.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Mobilização social de jovens indígenas e a construção intercultural dos direitos da juventude no Brasil. In: RANGEL, Lucia Helena; OLIVEIRA, Assis da Costa (Orgs.). **Juventudes indígenas: Estudos interdisciplinares**, saberes interculturais: Conexões entre Brasil e México. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. pp. 53-77.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Laced, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Políticas indígenas contemporâneas – régimen tutelar, juegos políticos y estrategias indígenas. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Ed). **Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación de los indígenas en Brasil**. Rio de Janeiro/Lima: Contra Capa/ Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006. pp. 127-150.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Estratégias sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da APOINME**. Recife: UFPE, 2010. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia).

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao povo que avance! Movimento indígena no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2ªed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PALADINO, Mariana. **Experimentando a diferença - Trajetórias de jovens indígenas Tikuna em escolas de Ensino Médio das cidades da região do Alto Solimões**, Amazonas. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, Jan/Jun 2010. pp. 160-181. Disponível no site: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss1articles/paladino.pdf> acessado em 22/09/2014.

PALADINO, Mariana; OSSOLA, María Macarena; FREITAS, Ana Elisa de Castro; ROSSO, Laura Liliana. Pueblos indígenas y Educación Superior: indagaciones y experiencias en Argentina y Brasil. In: **Revista del Instituto de Investigaciones em Educación**, 2016. pp. 6-22.

PÁMPOLS, Charles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles. Territorios baldíos: identidades juveniles indígenas y rurales en América Latina. In: **Papers** 79, 2006, pp. 171-193.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. “Do indizível ao dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.) **Experiências com história de vida (Itália- Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

PONTES, Maria Lúcia. Sujeitos coletivos e direitos. In: CALDART, Roseli [et al.] **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PONTO DE TORÉ DO POVO POTIGUARA - PB. Baía da Traição, 2020.

PONTO DE TORÉ DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ - PE. Pesqueira, 2019.

PASTORE SCHRITZMEYER, Ana Lúcia. **A defesa dos direitos humanos é uma forma de “ocidentalcentrismo”?** Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En: Edgardo Lander (comp.): **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 1993. Disponível no site: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/10.pdf>

RAISSA POTIGUARA. Jovens atuantes. In: GERLINC, Sebastian; Zoetl, Peter Anton. (Orgs.). **Índios na visão dos índios: Potiguara**. Salvador: Thydêwá, 2011. pp. 37-41.

REGUILLO, Rossana. Jóvenes y estudios culturales: notas para um balance reflexivo. In: ARCE, José Manuel Valenzuela (coord.): **Los estudios culturales en México**. México: CNCA-FCE, 2003. pp. 354-379.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. Coleção Feminismos Plurais.

SACCHI, Ângela. **União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira**. Dissertação de mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: digitado, 2006.

SACCHI, Ângela. Mulheres Indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígena. In: **Revista ANTHROPOLOGICA**. Ano 7, vol.14, nº 1 e 2, 2003. UFPE/PPGA. Recife: Editora da UFPE, 2004.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, pp. 103- 150, Out. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200004&lng=en&nrm=iso Acessado em 20 março de 2018.

SALTALAMACCHIA, Homero R. **La historia de vida: reflexiones a partir de una experiencia de investigación**. Puerto Rico: Ediciones CIJUP, 1992.

SANTOS, Hosana Celi Oliveira. **Em cima de medo, coragem: A dor e a luta da liderança Dona Zenilda e do seu povo Xukuru do Ororubá (PE)**. João Pessoa: UFPB, 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do professor Marcos Ayala).

SANTOS, Hosana Celi Oliveira e Santos. **Dinâmicas Sociais e Estratégias Territoriais: Organização Social Xukuru no processo de Retomadas**. Recife: UFPE, 2009 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia sob orientação da professora Vânia Fialho).

SANTOS, Hosana Celi Oliveira e Santos; FIALHO, Vânia. Dialogando sobre jovens indígenas: novas agendas e possibilidades de estudos. In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves. (Org.) **As juventudes e seus diferentes sujeitos**. Recife: EDUFRPE, 2017. pp.45-60.

SANTOS, Hosana Celi Oliveira e Santos; FIALHO, Vânia. Refletindo sobre as dinâmicas sociais entre jovens indígenas. In: SILVA, Alexandra Barbosa da; SOUSA, Baltazar Macaíba de; MURA, Fábio; HENRIQUE, Ruth (Orgs.). **Território, ambiente, identidade e poder: reflexões a partir de múltiplas perspectivas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SILVA, Edson. **Povos Indígenas e ensino de História**. João Pessoa: digitado, 2001.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da (Org.). Políticas públicas de juventude e meio ambiente no Brasil: contribuições para o debate e notas de pesquisa. In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves da (Org.). **As juventudes e seus diferentes sujeitos**. Recife: EDUFRPE, 2017, pp. 61-82.

SILVESTRE, Célia Maria Foster. O índio jovem no mundo do jovem não-índio. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia: Desigualdade, diferença, reconhecimento**. Recife, 2007. v.1. (GT26: Sociologia da Infância e Juventude) Disponível no site: [sbs2007_gt26_celia_silvestre.pdf](#) acessado em 25/09/2014.

SILVESTRE, Célia Maria Foster. Estratégias de vida e resistência entre os Kaiowá e Guarani a partir de seus jovens. In: **III Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes**

locais, educação e autonomia. Campo Grande: UCDB, 2009. Disponível no site: http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/simposio/m_5_Celia.pdf acessado em 25/09/2014

SILVESTRE, Célia Maria Foster. Jovens professores Guarani e Kaiowá, identidade, educação e interculturalidade. In: XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas, 2010, Dourados. **Anais da XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas.** Dourados: Editora UFGD, 2010. v. 1.

SILVESTRE, Célia Maria Foster. Jovens professores Guarani e Kaiowá: identidade, educação e interculturalidade. In: André Luiz Faisting; Marisa de Fátima Lomba de Farias. (Org.). Direitos Humanos, **Diversidade e Movimentos Sociais: um diálogo necessário.** 1.ed. Dourados: Editora UFGD, 2011, v. 1, pp. 135-156. Disponível no site: [Direitos%20humanos-%20diversidade-1%20.pdf](#) acessado em 25/09/2014.

SILVA, Michele Benedito da. O conhecimento é nossa arma. In: GERLINC, Sebastian; ZOETTL, Peter Anton. (Orgs.). **Índios na visão dos índios: Potiguara.** Salvador: Thydêwá, 2011. pp. 18-19.

TARROW, Sidney. Outsiders insiders and insiders outsiders: linking transnational and domestic public action for humans rights. **Cadernos CRH.** Vol.22.nº55. Salvador, jan/april, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES. Vanessa Cavalcanti de. **Trajetória de vida de jovens índios Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção - PE): pertencimento à etnia e projeto para o futuro.** Recife: UFPE, 2018. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia).

TREJO, Guillermo. Etnia e mobilização: uma revisão teórica com aplicações à “quarta onda” de mobilizações indígenas na América Latina. In: DOMINGUES, José Maurício; Maneiro, María (org.). **América Latina hoje: conceitos e interpretações.** Tradução Silva de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp. 225-275.

UNFPA. **Direitos da População jovem: um marco para o desenvolvimento.** 2ª ed. Brasília: UNFPA- Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

UNESCO. **Políticas Públicas de/ para/ com Juventudes.** Brasília: UNESCO, 2005.

VILLEGAS, Irlanda; DIETZ, Gunther. Tres modelos epistemológicos de relaciones dialógicas en la educación superior intercultural. Entreculturas. **Revista de Traducción y Comunicación Intercultural** 7-8, 2014-15. pp. 657-689. Disponível no site: <http://www.entreculturas.uma.es/n7yn8pdf/articulo30.pdf>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 21-34.

WEBER Max. ECONOMIA E SOCIEDADE. **Fundamentos da sociologia compreensiva**. VOLUME 1. 4ªed. 3ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

WEBER, Max. Comunidades étnicas. In: **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

APÊNDICE A - Eu

Que sejamos felizes e que possamos combater a cada dia, em nós mesmas, nosso machismo, nossos racismos, preconceitos e intolerância religiosa. Que possamos ser amadas aprendermos a amar de forma saudável, não fazendo gaiolas para prendermos e submetermos aos outres, mas dando motivos para que os passarinhos possam adentrar em nossos jardins e encontrar pouso em nossas casas, se alegrar e, aprendermos com eles a apreciá-los, sem cortar suas asas e sufocar seu canto.

Apreendermos também:

Semeando, cultivando, plantando e recebendo a beleza das sementes, das flores, dos frutos, da terra, da lama, das matas, dos mangues, das folhas, das águas, da chuva, do raio, do trovão, do ar, do vento, do fogo, das montanhas, do sol, da lua, das estrelas, do canto, da alegria, da dança, do tempo.

Que possamos aprender com a natureza sagrada e com a nossa própria natureza também. Que possamos apreciar o sagrado em tudo e todes, no visível e no invisível. Que possamos apreender e reaprender com nossos ancestrais, com a nossa terra, com nossas mais velhas, mais velhos, com os nossos jovens e com as nossas crianças.

Que possamos sambar, cantar, rir e brincar mais e mais e ver sabedoria e resistência nisso.

Que possamos saber as histórias des nossas mães, pais, avós, bisavós, tataravós, antepaasods e acestrais para sabermos quem nós somos. Sou cacau, da Mata Atlântica que precisa de sombra, umidade e do coletivo para resistir.

Mas sou, sobretudo, cacto, mandacaru, palma, chique-chique, umbu do Sertão, da Caatinga que individualmente e coletivamente resistem no sol, à seca e, também, às tempestades, graças às suas raízes e aos seus espinhos e, quando fuoloram, ou seja, quando florescem dão lindas flores, mas poucos podem apreciar e amar. Sou Baobá!

Continuo aprendendo, mesmo vivendo no litoral, a conviver com o meu semiárido, aprendendo a convivência com a Mata e com o Sertão, com a umidade de ser cacau, mas também com meus espinhos de cactos e amá-los, respeitá-los, pois fazem parte de mim, da minha natureza, da minha gente e da minha cultura.

Sou o Rio de Contas que mesmo com tantas barragens, poluição e assoreamento resiste da sua nascente até desaguar no mar. Que me ensinou a não subestimar o poder das águas.

Essa sou eu, Hosana Celi, mulher, negra/ indígena, jequieense, baiana, interiorana, nordestina, brasileira, afro-abya-yalense/ latinoamericana que trago junto a força, o amor, mas também a revolta e a voz das minhas ancestrais e dos meus ancestrais que me ajudam a guerrear.

Prefiro assim, do que um mal entendido!

Feliz 2020!!!

Por Hosana Celi Oliveira e Santos (01/01/2020)

ANEXO A - LISTA DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS 2015-2019

EVENTO	PERÍODO	LOCAL
Visita ao TI Potiguará.	Janeiro de 2015.	Paraíba.
Vista dos jovens Potiguará em Recife - PE.	Março de 2015.	Recife - PE.
Encontro com os Xukuru no Ocupe Estelita, evento “ <i>Ocupe Campo-Cidade</i> ”.	12 de março de 2015.	Cais Estelita, em Recife - PE.
Participação como organizadora da Semana de Apoio as Mobilizações dos Povos Indígenas do Brasil “ <i>UPE nas mobilizações</i> ”.	22 a 24 de abril de 2015.	Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças/UPE, Recife - PE.
Participação no <i>Congresso Preparatório da RELAJU</i> em Pernambuco.	27 e 28 de abril de 2015.	FOCCA, Olinda - PE.
Participação na <i>XV Assembleia do Povo Indígena Xukuru do Ororubá</i> , Aldeia Pedra D’água.	17 a 20 de maio de 2015.	Pesqueira - PE.
Participação na <i>V REA – Reunião Equatorial de Antropologia e XIV ABANNE - Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste</i> .	19 a 22 de julho de 2015.	UNIT, Maceió - AL.
Participação como ouvinte no <i>II Seminário Internacional de Agroecologia</i> , o <i>III Seminário de Agroecologia de Pernambuco</i> e a <i>II Jornada dos Povos de Pernambuco</i> .	22 a 24 de setembro de 2015.	Campus Sede, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife - PE.
Participação como ouvinte na 6ª Jornada de Estudos sobre Etnicidade do NEPE: Estudos	21 a 23 de outubro de 2015.	UFPE, Recife - PE.

Antropológicos e Direitos Territoriais.		
Apresentação da pesquisa “Ações coletivas e dinâmicas sociais entre os jovens indígenas na Paraíba e em Pernambuco”, no Fórum de Debates sobre Pesquisas em Andamento, na 6ª <i>Jornada de Estudos sobre Etnicidade do NEPE: Estudos Antropológicos e Direitos Territoriais</i> .	23 de outubro de 2015.	UFPE, Recife - PE.
Visitas e reuniões com o povo indígena Pankará e as comunidades quilombolas Poços dos Cavalos e Negros do Gilu.	24 a 25 de outubro de 2015.	Itacuruba - PE.
Participação na Etapa Regional de Pernambuco da 1ª <i>Conferência Nacional de Política Indigenista</i> , realizada pelo Ministério da Justiça e FUNAI.	27 a 29 de outubro de 2015.	Recife - PE.
Participação no <i>Encontro de Pajés dos Povos Indígenas de Pernambuco</i> , na aldeia Pedra D'água, TI do Povo Indígena Xukuru.	04 e 05 de novembro de 2015.	Pesqueira - PE.
Participação na <i>Reunião do CONDISI</i> de Pernambuco.	06 de novembro de 2015.	Arcoverde - PE.
Participação na <i>oficina de confecção do Fascículo do Povo indígena Tapuia de Tapará</i> , do Projeto Nova Cartografia Social.	08 de novembro de 2015.	Tapará - RN.
Participação no <i>Urubá Terra, Feira de Partilha de Sementes do Povo Xukuru do Ororubá</i> , na aldeia Cana Brava, Povo Indígena	20 e 21 de novembro de 2015.	Pesqueira - PE.

Xukuru do Ororubá.		
Participação na <i>Conferência Livre do Juventude Indígena sobre Agricultura e Meio Ambiente</i> , na aldeia Cana Brava, Povo Indígena Xukuru do Ororubá.	22 de novembro de 2015.	Pesqueira - PE.
Acompanhamento dos Jovens Indígenas de Pernambuco, nas Oficinas de Capacitação do FUNCULTURA Geral 2016/povos tradicionais, com os povos indígenas Kapinawá, Xukuru, Kambiwá, Pipipã, Truká.	20 a 23 de janeiro de 2016.	Pernambuco.
Acompanhamento dos Jovens Indígenas de Pernambuco, no <i>Módulo 3: Patrimônio, direito à cultura e a memória: Políticas públicas para a juventude, do Projeto Jovens Indígenas em Pernambuco: território, identidade e direito à terra.</i>	24 a 29 de janeiro de 2016	Crato - CE
Participação na <i>Partilha de Leitura da Barra do Tempo</i> , na aldeia Couro Dantas, Povo Indígena Xukuru do Ororubá.	31 de janeiro de 2016.	Pesqueira - PE.
Visita aos jovens indígenas do Povo Potiguara.	11 a 13 de março de 2016.	Baía da Traição - PB.
Participação como organizadora na <i>roda de conversa, da Semana de Apoio as Mobilizações dos Povos Indígenas do Brasil.</i>	27 de abril de 2016.	FENSG (Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças/UPE, Recife - PE.
Participação na <i>XVI Assembleia do Povo Indígena Xukuru do Ororubá.</i>	17 a 20 de maio de 2016.	Aldeia Pedra D'água, município de Pesqueira - PE.
Participação no <i>Seminário Jovens Indígenas do Nordeste: filhos da</i>	20 a 23 de maio de 2016.	Pesqueira - PE.

Constituinte, Aldeia Pedra D'água.		
Participação como ouvinte no <i>Seminário “O direito dos jovens ao meio ambiente: o que mudou com o Estatuto da Juventude?”</i> , promovido pelo GEPES/UFRPE e pelo Parlamento Nacional da Juventude pela Água.	06 de junho de 2016.	CEGOE/UFRPE, Recife - PE.
Reunião do GT Indígena/SEAMPO.	22 de junho de 2016.	UFPB, João Pessoa - PB.
Visita ao Povo Indígena Potiguara.	22 a 24 de junho de 2016.	Baía da Traição - PB.
Acompanhamento dos Jovens Indígenas Potiguara no <i>Intercâmbio com o Povo Indígena Tapuia de Tapará - RN</i> .	24 a 27 de junho de 2016.	Natal - RN.
Visita ao Povo Indígena Xukuru do Ororubá.	01 a 09 de julho de 2016.	Pesqueira - PE.
Acompanhamento dos Jovens Indígenas de Pernambuco.	22 de julho de 2016.	FREPOP, Recife - PE.
Acompanhamento dos Jovens Indígenas de Pernambuco no <i>FIG</i> .	22 a 24 de julho de 2016.	Garanhuns - PE.
Participação como ouvinte na 30ª <i>RBA - Reunião Brasileira de Antropologia: Políticas da Antropologia: Ética, diversidade e conflitos</i> .	03 a 06 de agosto de 2016.	UFPB, João Pessoa - PB.
Acompanhamento das lideranças e jovens indígenas de Pernambuco, na <i>ocupação da Secretaria de Educação estadual</i> para reivindicar as demandas relativas a melhoria da Educação Escolar Indígena Específica e	15 a 17 de agosto de 2016.	Recife - PE.

Diferenciada no estado.		
Colaboradora na organização e participante do <i>II Encontro de Estudantes Indígenas</i> .	08 e 09 de setembro de 2016.	UFPB - Campus João Pessoa - PB.
Assessoria no <i>Intercâmbio de vivência do PET-Indígena da UFPB e PET-Indígena da UFBA</i> .	10 e 11 de setembro de 2016.	Aldeia Coqueirinho, Povo Indígena Potiguara, Baía da Traição - PB.
Assessoria na reunião da <i>Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE) com a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP)</i> .	14 de setembro de 2016.	Recife - PE.
Assessoria na reunião e visita da <i>Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE) no Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ</i> .	15 de setembro de 2016.	Recife - PE.
Passeio com a Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE).	16 de setembro de 2016.	Recife e Olinda - PE.
Participação como ouvinte na <i>Semana de Antropologia Indígena</i> .	19 de setembro de 2016.	PPGA/UFPE, Recife - PE..
<i>Reuniões de Elaboração de projeto</i> da Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE), Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP) e Associação de Universitários Potiguara (AUP) para o Projeto Nova Cartografia Social (PNCS).	20 a 22 de setembro de 2016.	Recife - PE.
Participação <i>13º seminário GETI: Territórios, meio Ambiente, etnicidade e relações de poder</i> , realizado pelo Grupo de Estudos em Território e Identidade -	26 e 27 de setembro de 2016.	Rio Tinto - PB.

GETI/UFPB.		
Palestrante com tema “ <i>Refletindo sobre as dinâmicas sociais entre jovens indígenas</i> ” no 13º seminário GETI: Territórios, meio Ambiente, etnicidade e relações de poder, realizado pelo Grupo de Estudos em Território e Identidade.	27 de setembro de 2016	UFPB campus Rio Tinto - PB.
Assessoria na reunião da Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE).	28 a 30 de setembro de 2016.	Aldeia Serrote dos Campos, povo indígena Pankará, Itacuruba - PE.
Apresentação do projeto Nova Cartografia Social dos jovens indígenas, na reunião da Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE).	30 de setembro de 2016.	Aldeia Serrote dos Campos, povo indígena Pankará, Itacuruba - PE.
Reunião com coordenadores da Comissão de Saúde Indígena Xukuru do Ororubá - COSIXO para apresentar e pedir anuência de projetos de Saúde Indígenas de 2 graduandas pesquisadoras do LACC/UPE.	20 de novembro de 2016.	Aldeia São José, Povo Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira - PE.
Visita às aldeias São José e Cimbres do povo indígena Xukuru do Ororubá.	20 de novembro de 2016.	Pesqueira - PE.
Despedida em João Pessoa - PB para viagem ao México.	25 e 26 de março de 2017.	João Pessoa - PB.
Despedida em Recife - PE para viagem ao México.	28 e 29 de março de 2017.	Aldeia - PE.
Doutorado Sanduíche no México.	01 de abril a 15 de agosto de 2017.	Xalapa - Veracruz México.
Encontro Nacional de Estudantes Indígenas - ENEI.	11 a 15 de setembro de 2017.	Salvador - BA.

<i>Encontro Kitembo</i> , UFF- mesa junto com Potiguara - PB e Xukuru - PE).	8 a 11 de novembro de 2017.	Rio de Janeiro - RJ.
Visita aos Xukuru do Ororubá - PE, junto com os Potiguara - PB, Ritual do dia de Reis (Intercâmbio).	05 a 10 de janeiro de 2018.	Pesqueira - PE.
Visita aos Potiguara - PB, junto com os Xukuru do Ororubá - PE, Assembleia Anual do Povo Potiguara (Intercâmbio).	12 a 16 de janeiro de 2018.	Povo Potiguara - PB.
<i>Assembleia FOJUPE</i> , participando como assessoria da COJIPE.	23 de março de 2018.	Caruaru - PE.
<i>Seminário Adolescente e diversidade, FUNDAJ</i> , (mesa junto com Myreilianne Kapinawá - PE).	13 de abril de 2018.	Recife - PE.
<i>Assembleia Anual do Povo Xukuru do Ororubá</i> .	17 a 20 de maio de 2018.	Pesqueira - PE.
<i>Comício do PSOL</i> - Participação do povo Xukuru e do grupo de coco Toyopes do Ororubá.	Agosto de 2018.	Pátio São Pedro, Recife - PE.
<i>Agosto da Juventude</i> , manifestação e passeata das juventudes do estado de Pernambuco, Participação de representantes da COJIPE e juventudes indígenas.	24 de agosto de 2018.	Recife - PE.
<i>Congresso Nacional de Educação - CONEDU</i> , participação Gessé Potiguara.	18 a 20 de outubro de 2018.	Centro de Convenções, Olinda - PE.
<i>Audiência FOJUPE</i> , participação de Maurílio.	22 de novembro de 2018.	Recife - PE.

<i>Fórum Brasil “A questão agrária e os indígenas”, palestrante Deputado Carlos Veras e Guila Xukuru Araújo.</i>	22 de janeiro de 2019.	UFPE, Recife - PE.
<i>Encontro da COJIPE.</i>	25 a 27 de janeiro de 2019.	Povo indígena Truká-Cabrobó - PE.
<i>Reunião do Nova Cartografia Social para concluir o Boletim contra a Usina Nuclear em Itacuruba - PE e reunião com a Frente Anti-Nuclear.</i>	28-30 de janeiro de 2019.	Floresta - PE.
<i>Agosto da Juventude, manifestação e passeata das juventudes do estado de Pernambuco, Participação de representantes da COJIPE e juventudes indígenas.</i>	23 de agosto de 2019.	Recife - PE.
<i>Lançamento do boletim “Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco”, Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central, do PNCS, Núcleo Pernambuco.</i>	Novembro de 2019.	Itacuruba e Floresta - PE.

No Rio de São Francisco, do outro lado de lá.
 No Rio de São Francisco, do outro lado de lá.
 Têm duas caboclas índias,
 Dançando o seu toré.
 Bebendo água no seu coité.
 Ô cabocla do mato, só vem forgar.
 Cabocla do mato, só vem forgar.
 Ô cabocla do mato, só vem forgar.
 Ê narrê, narrê ia! Narrê, narrô á.
 Ê narrê, narrê ia, narrô á.
 Ê Narrê, narrê, narrô á!
 (Ponto de Toré do povo Tuxá).

Adeus meus índios que eu já vou me embora.
 Adeus meus índios que eu já vou embora.
 Nós vamos é com Deus e Nossa Senhora!
 Quem vai, vai com Deus e Nossa Senhora!
 Quem fica é com Deus e Nossa Senhora!
 Adeus Tamin, adeus! Adeus que eu já me vou!
 Para aldeia Sagrada eu vou!
 (Ponto de Toré do povo Xukuru do Ororubá).